RELATÓRIO ANUAL

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015

I. Introdução

1. Âmbito do relatório

Este é o primeiro relatório anual, reportando-se ao período compreendido entre 1 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015. Desta vez o relatório assume uma feição singular, uma vez que se não poder fazer a correspondência com o previsto no artigo 108.º, n.º 2, al. f) da LOSJ, que de futuro haverá de ser feito, com balanço e avaliação cabal da atividade. Assim porquanto se reporta ao ano de arranque e estruturação da reforma judiciária no terreno, sem objetivos previamente fixados e cujo grau de cumprimento cumpra avaliar, significativamente marcado com os incidentes do *crash* informático no mês de setembro de 2014 e suas repercussões nos meses seguintes.

O ano judicial em análise iniciou-se de forma conturbada, em razão das vicissitudes da transição de dezenas de milhares de processos da antiga para a nova estrutura judiciária e concomitante colapso do sistema informático.

Nos Açores a nova organização judiciária representou um significativo acréscimo na oferta especializada, determinante de uma pulverização de unidades de processos, sem todavia contar com o equivalente reforço de quadros na secretaria.

Não obstante foi possível pôr em pleno funcionamento os mecanismos de gestão, sequentes à criação e implementação de regulamentos vários, pelos órgãos de gestão, como os relativos ao funcionamento do Conselho de Gestão, do Conselho Consultivo e Regulamento Interno do Tribunal.

Os dados estatísticos que se extraem para objetivar o fator produção, sobre os quais recaem as análises de gestão, são os que constam do sistema informático CITIUS, recolhidos nos primeiros dias úteis de setembro.

2. Apresentação sumária dos capítulos

Este relatório seguirá uma cadência lógica com referência aos seguintes parâmetros gerais:

'a) Caracterização dos órgãos de justiça na comarca e dos órgãos de gestão e coordenação, o modo como se instalaram na NEJ e como vêm funcionando.

'b) Explicitação do desdobramento do Tribunal em Secções espalhadas por um território descontínuo e com desequilíbrios idiossincráticos.

'c) Referência aos recursos humanos disponibilizados e análise quantitativa e qualitativa do seu (des)ajustamento face às circunstâncias (ao movimento processual e características da comarca).

'd) Enunciação dos parâmetros financeiros do Tribunal e da Procuradoria da comarca e análise crítica dos instrumentos de gestão disponibilizados.

'e) Referência genérica ao parque edificado que alberga os serviços e demais equipamentos, sugerindo soluções que ultrapassam a gestão local.

'f) Apresentação do movimento processual e sua evolução neste primeiro ano de gestão, com análise crítica aos resultados verificados.

3. Apresentação sumária dos Anexos

Anexos a este relatório estão diversos documentos denominados «MAPAS» porquanto se reportam à demonstração estatística, numérica ou gráfica, do movimento processual nas diversas Secções do Tribunal e nas diferentes unidades da secretaria judicial (nesta parte, como é óbvio, atendeu-se apenas aos «serviços judiciais»).

PARECER 1 – Parecer do Conselho Consultivo contendo proposta de soluções quanto ao défice crónico de oficiais de justiça e outros funcionários nos Açores.

PARECER 2 – Extrato da ata do Conselho Consultivo contendo parecer positivo, secundando decisão do Conselho de Gestão, no sentido de ser proposta a criação de uma Secção especializada mista com competência nas áreas jurisdicionais de família e menores e trabalho em Angra do Heroísmo.

MAPA 1 – Processos entrados, findos e pendentes (1set2014 a 31agost2015)

MAPA 2 – Taxas de congestão, resolução, recuperação e litigância.

MAPA 3 – Gráficos relativos à congestão, resolução, recuperação e litigância.

MAPA 4 – Gráficos da produtividade por Secção.

MAPA 5 – População residente na Comarca dos Açores (censos 2011).

MAPA 6 – Atendimento ao público nas Secções de proximidade.

MAPA 7 – Atos processuais praticados nas Secções de proximidade.

MAPA 8 – Audiências e diligências nas Secções de proximidade.

MAPA 9 – Videoconferências no Tribunal J. da Comarca dos Açores.

MAPA 10 – Serviço externo na secretaria do Tribunal J. dos Açores.

MAPA 11 – Tempos médios de cumprimento no serviço externo.

4. Procedimento seguido na elaboração

Os dados estatísticos respeitantes a processos são os que constam do sistema informático, recolhidos pelo serviço de apoio ao conselho de gestão. No respeitante aos funcionários judiciais, aos recursos financeiros e às instalações e equipamentos a colaboração do senhor administrador judiciário foi crucial no fornecimento e composição dos detalhes.

II. Orgânica

1. A instalação e evolução do funcionamento dos órgãos de justiça da comarca

Os serviços do Tribunal e do Ministério Público estão fisicamente instalados nos edifícios que já serviam para o mesmo fim na anterior estrutura judiciária, com única exceção: em Vila do Porto (ilha de Santa Maria) a Instância Local e a Procuradoria da República (que funciona junto dela) estão desde janeiro de 2015 em novas instalações, resultantes da adaptação das antigas casas de função dos magistrados. Neste capítulo importa registar que se realizaram obras de manutenção nalguns edifícios (em Santa Cruz das Flores, na Horta, em Angra do heroísmo e em Ponta Delgada), estando ainda em curso obras no Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo, tendo sido disponibilizada a parte ampliada no Palácio da Justiça de Ponta Delgada apenas no dia 7 de outubro de 2015! Só na semana seguinte os senhores magistrados se mudarão para os novos gabinetes, cessando a partilha de gabinetes de trabalho como vinha sucedendo, e a secretaria judicial passará a funcionar em espaços com dimensões adequadas.

Os órgãos de gestão estão todos instalados em gabinetes situados no mesmo edifício (Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte – em Ponta Delgada), onde dispõem de sala de reuniões comum para o Conselho de Gestão, para o Conselho Consultivo e para reuniões de trabalhos entre magistrados ou com funcionários.

Desde a respetiva nomeação que se encontram no pleno exercício das suas funções. Ainda na fase de instalação criaram e aprovaram o Regulamento do Conselho de Gestão. Após 1 de setembro de 2014 as reuniões ordinárias do Conselho de Gestão passaram a ser mensais; em fevereiro de 2015, em revisão do Regulamento, fixou-se em seis o número de reuniões ordinárias anuais; e em junho de 2015 iniciaram-se as reuniões descentralizadas e participadas com terceiros, sendo agora regulamentarmente obrigatório que pelo menos três das reuniões ordinárias anuais se realizem fora da sede. Na gestão corrente os problemas que vão surgindo e que implicam a concertação ou a decisão conjunta dos órgãos de gestão são nas mais das vezes resolvidos através de contactos informais, com encontros pessoais ou via correio eletrónico. Foi também constituído o Conselho Consultivo, que posteriormente aprovou o seu próprio Regulamento, estando em pleno funcionamento.

2. O exercício das competências: dificuldades e vantagens

O exercício das competências dos órgãos de gestão vem ocorrendo num quadro circunstancial prenhe de dificuldades, a maior das quais é indubitavelmente a carência de funcionários, cujo défice face ao quadro legal foi, até setembro de 2015, de cerca de 43%[1]. Com efeito o quadro legal de oficiais de justiça nos serviços judiciais é de 155 funcionários (3 dos quais secretários de justiça), mas só 85 estiveram ao serviço durante o período aqui em relevo[2]. Nos serviços do Ministério Público o quadro de oficiais de justiça é de 46 funcionários, mas só 31 estiveram ao serviço, sendo até setembro de 2015 de 33% o défice face aos efetivos previstos.

Acresce que o acelerado envelhecimento dos quadros no ativo e as aposentações previstas para os próximos meses se afigura preocupante, sobretudo porque nos referimos à comarca mais periférica do país.

As necessidades de serviço têm exigido alguns ajustes, feitos através de recolocações pontuais, em perfeita cooperação entre a presidência e a administração. Claro está que numa comarca com as características da dos Açores

[1] Em setembro de 2015 foram colocados 57 novos funcionários em início de carreira, que diminuíram significativamente aquele défice. Continua, porém, a haver um elevado défice de escrivães-adjuntos e de escrivães de direito, tudo a mín

[2] Há dois secretários de justiça supranumerários: já se encontravam na AEJ e continuam na NEJ colocados em Santa Cruz da Graciosa e em Vila do Porto.

a mobilidade dos recursos humanos é muitíssimo mais complexa que noutras latitudes onde há continuidade geográfica. Esta circunstância não tem contudo impedido que funcionários afetos a uma dada Instância Local desenvolvam trabalho que pertence a outra situada noutra ilha. É o que vem sucedendo com caráter de regularidade com a coordenação dos serviços em unidades agregadas, exercidas por um mesmo secretário de justiça, para os quais o administrador judiciário delegou competências, desse modo se permitindo que em todas as ilhas haja um secretário de justiça responsável que desempenhe as funções respetivas.

Do mesmo passo tem sido profícua a colaboração de alguns municípios que cederam «ocupados» de programas públicos para desempregados, aos quais se vêm proporcionando estágios nos serviços do Tribunal e do Ministério Público, de modo a que essas pessoas assegurem também algumas tarefas administrativas. Foram 9 as pessoas integradas nessas condições (2 em Angra do Heroísmo, 2 em Ponta Delgada, 3 na Praia da Vitória, 2 em São Roque do Pico e 1 no Nordeste).

É sobretudo nesta área da gestão dos recursos humanos que será mais visível e relevante o funcionamento dos novos instrumentos de gestão, seja através do controlo da produtividade pela presidência, que permite antecipar problemas e informalmente resolvê-los (visitando os juízes e procurar conhecer as razões de estrangulamentos já conhecidos) ou da proximidade que os juízes coordenadores das Instâncias Cíveis e Criminais de Angra do Heroísmo, por um lado e das Instâncias Cíveis e Criminais de Ponta Delgada, por outro, sobre o respetivo funcionamento, contribuindo para a rápida superação de qualquer problema ou para a harmonização de procedimentos, etc. Mas também no rápido atendimento às reclamações dos utentes, bem como o contacto próximo e fácil com o Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, que contribui para melhor se conhecerem os problemas e a eles atender com maior proficiência (é disso exemplo a superação de atrasos crónicos na confirmação de atos praticados por advogados no âmbito do apoio judiciário).

4. Propostas

O quadro legal de magistrados judiciais e de oficiais de justiça previsto na lei afigura-se genericamente ajustado às necessidades. Contudo, ao invés do que vem sucedendo com o quadro de magistrados, integralmente provido, o quadro de

oficiais de justiça continua a registar um défice significativo, sobretudo nas categorias de escrivão-adjunto e de escrivão, comprometendo, evidentemente o bom desempenho dos serviços.

O último movimento de juízes evidenciou que continua a ser necessário fazer colocações obrigatórias e, uma vez mais, os últimos classificados foram destacados para os Açores. Importa atentar que a atomização das Secções pelas ilhas pequenas não dilui os problemas que normalmente lhes andam associados. Pelo contrário, torna-os aqui mais visíveis, com prejuízo para o prestígio da magistratura e a confiança da comunidade na justiça.

III. O Tribunal e o território

1. A nova inserção territorial das jurisdições: dificuldades e vantagens

A comarca dos Açores tem a particularidade da descontinuidade geográfica do território e de na maioria das ilhas os núcleos populacionais serem relativamente reduzidos, como se evidencia com o facto de em seis das nove ilhas do arquipélago haver apenas uma Instância Local com Secção Genérica; só em duas ilhas (São Miguel e Terceira) há Secções especializadas da Instância Central e Local[3].

As características únicas desta comarca exigem um tratamento diferenciado, como de resto os órgãos de gestão vêm propondo nos diversos instrumentos genéricos (relatórios de atividade) e propostas concretas, como as respeitantes à criação de uma Secção especializada mista (família, menores e trabalho) da Instância Central, em Angra do Heroísmo, ou ao recrutamento especial de oficiais de justiça para a comarca dos Açores (Cfr. PARECER 1 e PARECER 2).

2. Medidas de gestão

Até à reforma judiciária ainda em curso não se organizavam turnos de juízes nas férias judiciais nas ilhas pequenas (Graciosa, São Jorge, Pico e Flores). Os tribunais dessas ilhas ficavam entregues a «substitutos» ou em casos de extrema gravidade (e mesmo assim não em todos) ao improviso das circunstâncias e zelo do funcionário de serviço.

[3] Sendo que na ilha do Corvo não há qualquer Instância, estando o respetivo município integrado na área da competência da Instância Local de Santa Cruz das Flores.

Em concerto com os juízes a presidência estabeleceu um quadro de turnos de férias, com fixação da respetiva suplência, abrangendo todas as Instâncias e que começou a vigorar nas férias de natal de 2014. Procedimento semelhante ocorreu no seio do Ministério Público e no âmbito da secretaria, sob a responsabilidade do magistrado coordenador e do administrador judiciário, respetivamente. Importa sublinhar que no âmbito dos turnos dos juízes (só destes) foi concertado como critério de precedência na escolha o mérito, valendo a antiguidade na carreira apenas como fator de desempate. Considerou-se que a nova organização judiciária traz (preconiza) um salto qualitativo (também) a este nível, que impõe uma mudança efetiva de procedimentos, com superação de velhas práticas desajustadas ao nosso tempo. Com efeito parece óbvio como pressuposto da modernização do sistema judiciário a fixação da excelência como padrão, a par da valorização do mérito individual. A transversalidade da primazia do mérito nas questões funcionais é patente na lei (p. ex. nos artigos 44.º e 47.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais e 7.º da LOSJ; no artigo 14.º do Regulamento do Quadro Complementar de Juízes, publicado no DR, II-D, de 7 setembro de 2015). E é também a meritocracia que subjaz aos critérios de gestão plasmados, entre outros, nos artigos 91.º, § 6.º e 94.º, § 8.º da LOSJ. Nesta linha se inscrevem estudos recentes assinalando o estado da meritocracia em Portugal, nos quais se afirma que esta constitui aos olhos da comunidade um símbolo de modernidade, de justiça e instrumento de superação da frustração pelos mais capazes. É pois tempo de adotar, sem tibiezas, esta aquisição cultural. Neste contexto o recente Regulamento do Conselho Superior da Magistratura, que manteve como supletivo o critério da antiguidade, surge surpreendentemente em contracorrente…

3. Propostas

No relatório semestral propôs-se a criação e instalação de uma Secção especializada mista de família e trabalho em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, visando dar um tratamento especializado a estas jurisdições (com ganhos de eficiência e de eficácia), possibilitando a mais disso que a jurisdição civil nas Instâncias Locais daquela ilha, de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, recuperassem uma capacidade de resposta que porventura nunca tiveram. Tal proposta veio a ser densificada e posteriormente apresentada ao Conselho de

Gestão, que a aprovou e depois objeto de parecer positivo por banda do Conselho Consultivo, tendo sido remetida ao Conselho Superior da Magistratura, à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério da Justiça em julho de 2015 (Cfr. PARECER 2).

No mesmo relatório aludiu-se também à necessidade de especializar a Instância Local da Horta e ampliar a competência territorial do Juiz de Instrução Criminal de Ponta Delgada. Tais propostas, e sobretudo esta última, mantêm plena atualidade e a seu tempo farão caminho idêntico ao atrás referenciado. Com efeito, no respeitante à aludida ampliação da competência territorial do JIC sediado em Ponta Delgada, o tempo vem tornando mais evidente o que desde início se adivinhava. Vejamos mais detidamente. O juiz da Secção de instrução criminal de Ponta Delgada tem competência para realizar a instrução em todos os processos provenientes da área de todos os municípios da ilha de São Miguel (Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste). Contudo, no respeitante à sua intervenção como «juiz das liberdades» no inquérito criminal, a sua competência cinge-se aos processos da área dos municípios de Ponta Delgada e Lagoa! Ora a Ribeira Grande dista 16 quilómetros de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo 21 quilómetros, sendo que em ambos os casos a ligação rodoviária entre estas localidades é boa. Acresce que a Secção de Instrução Criminal sediada em Ponta Delgada tem capacidade para absorver todo o serviço da competência do JIC da área da ilha de São Miguel, com enorme vantagem para o serviço à comunidade (em razão da especialização e da uniformidade de critério), sendo uma incomensurável mais-valia para o serviço do juiz da Secção Criminal da Instância Local da Ribeira Grande e do juiz da Secção Genérica de Vila Franca do Campo, evitando impedimentos que vêm dando origem a substituições entre Instâncias Locais que mais que desnecessárias (as dezenas de deslocações dos juízes substitutos constituem um ónus desnecessariamente pesado) geram turbulência onde poderia/deveria imperar a «velocidade de cruzeiro». Está claro que isso implica mudanças nas atuais organização e rotinas do Ministério Público e das polícias. Mas é justamente por essa razão que se referiram as distâncias em causa, a qualidade das vias de comunicação existentes e os constrangimentos que isso vem causando ao normal desempenho do Tribunal. O mais que falta é apenas

organização, desde logo clareza normativa e vontade política de ajustar o que é preciso, a bem da justiça.

IV. Recursos humanos

1. Juízes de Direito

1.1. Quadro previsto

O quadro legal (sem recuperação) é de 31 juízes, prevendo a lei que possa estender-se até 35 (para recuperação).

1.2. Juízes em funções e absentismo

a) Juízes em funções:

Estiveram em funções 36 juízes, 2 dos quais como auxiliares[4] e 3 do quadro complementar[5].

Estão colocados no Tribunal dois juízes com incapacidade parcial para o trabalho (um na Instância Local Criminal de Angra do Heroísmo e outro na 1.ª Secção da Instância Central Cível e Criminal em Ponta Delgada).

Durante no ano em referência estiveram em funções 30 juízes, sendo 1 auxiliar (em substituição do presidente) e 3 do quadro complementar (em substituição de duas magistradas em licença de parto e a senhora juíza titular da Secção Criminal da Instância Local de Ponta Delgada (Juiz 1), em licença para exercer funções em organismo internacional.

1.3. Necessidades de recuperação

Conforme indicam os dados estatísticos há atrasos significativos herdados da AEJ em várias unidades orgânicas, que exigem medidas de recuperação. É o caso

[4] Um a desempenhar funções no lugar do atual juiz presidente; outro a recuperar pendências na Instância Local da Horta (este último em janeiro de 2015 foi suspenso de funções por razões disciplinares).

[5] Tendo iniciado dois na Instância Local de Angra do Heroísmo para recuperar pendências, um deles veio a ser recolocado em Ponta Delgada, em substituição da senhora Juíza 1 da Secção Criminal da Instância Local de Ponta Delgada, em razão a partir de janeiro de 2015 ter passado para a situação de licença sem vencimento. A partir da Páscoa de 2015, para acudir à Secção de Vila Franca do Campo cuja titular entrou de baixa médica de longa duração, foi colocada no Tribunal mais uma juíza do quadro complementar, que desempenhou funções em Vila Franca do Campo e no lugar de Juiz 3 da Instância Central (Cível/Crime) de Ponta Delgada, por impedimento funcional do seu titular.

das Secções Cíveis da Instância Central (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), das Instâncias Locais Cíveis de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, e das Secções Genéricas das Instâncias Locais de Horta, São Roque do Pico e Velas.

Não será, seguramente, com reforço (exclusivo) do quadro de juízes que tal recuperação será possível. É preciso conjugar o reforço de funcionários e juízes (na Horta) ou apenas de funcionários nas demais Secções referidas.

1.4. Medidas de gestão

A presidência vem promovendo a implementação de medidas de delegação para a prática de atos nos escrivães e simplificações procedimentais na jurisdição civil, nuns casos já traduzidas em provimentos (Secção Local Cível de Ponta Delgada)[6] e outras em curso – por via da planificação para atingir os objetivos - (Secção Central Cível de Ponta Delgada e Central e Local Cível de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta). O mesmo nas Secções Criminais (todas) com vista a cingir as conclusões aos momentos em que há assuntos que importam decisão judicial e a eliminar vistas desnecessárias impostas pela rotina estabelecida.

1.5. Propostas

O quadro de funcionários foi significativamente reforçado em setembro de 2015 na categoria de escrivão-auxiliar. Sendo necessário, imperioso, prover o quadro de funcionários nas demais categorias (escrivães de direito e escrivães-adjuntos). Para isso, atentas as características singulares da comarca dos Açores é impreterível introduzir medidas extraordinárias de promoção da colocação no arquipélago, através de incentivos financeiros à fixação ou de promoção na carreira, associados a tempos mínimos alargados de permanência, em conformidade com a proposta aqui elaborada e já apresentada às entidades competentes (Cfr. PARECER 1).

2. Funcionários Judiciais

2.1. Quadro previsto

[6] Anexo 9 – Provimento Inst Local Cível PDL.

O quadro de funcionários de justiça da secretaria da comarca dos Açores foi fixado pela Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, do seguinte modo:

- Pessoal oficial de justiça: 203
- Técnico de informática: 2
- Pessoal da carreira do regime geral: 9

Quanto ao grupo de pessoal oficial de justiça, este quadro apresenta a seguinte distribuição:

- Secretário de Justiça: 3
- Apoio Técnico ao Conselho de Gestão: 2

Carreira judicial:

- Escrivão de Direito: 24
- Escrivão Adjunto: 59
- Escrivão Auxiliar: 69

Carreira dos serviços do Ministério Público:

- Técnico de Justiça Principal: 1
- Técnico de Justiça Adjunto: 28
- Técnico de Justiça Auxiliar: 17

Este quadro está distribuído do seguinte modo:

SECRETARIA DA COMARCA DOS AÇORES	Quadro legal da Secretaria							
INSTÂNCIA / SECÇÃO / MUNICÍPIOS	Secretário	Escrivão	Adjunto	Auxiliar	T.J. Principal	T.J. Adjunto	T.J. Auxiliar	Reg. Geral
ANGRA DO HEROÍSMO	1							3
Unidade Central		1	1	2				
I. Central 2.ª Sec. Cível e Criminal		1	3	4				
I. Local Secção Cível		1	3	5				
I. Local Secção Criminal		1	2	3				
DIAP / Ministério Público						3	3	
HORTA								
Instância Local		1	3	3				

DIAP / Ministério Público						1		
NORDESTE								
Secção de proximidade			1			1		
PONTA DELGADA	2							7
Apoio técnico ao C.G.			1	1				
Unidade Central		1	1	3		1	1	
I. Central do Trabalho		1	1	2				
Ministério Público Trabalho						1	1	
I. Central de Família e Menores		2	4	4				
Ministério Público Família e Menores						2	1	
I. Central 1.ª Sec. Cível e Criminal		1	3	4				
I. Central de Instrução Criminal			1	1				
I. Local Secção Cível		2	7	9				
I. Local Secção Criminal		2	4	6				
DIAP / Ministério Público					1	7	7	
POVOAÇÃO								
Secção de proximidade			1			1		
PRAIA DA VITÓRIA								1
Unidade Central			1	1				
I. Local Secção Cível		1	2	3				
I. Local Secção Criminal		1	1	1				
DIAP / Ministério Público						2	1	
RIBEIRA GRANDE								
Unidade Central			1	1				
I. Local Secção Cível		1	3	4				
I. Local Secção Criminal		1	2	3				
DIAP / Ministério Público						3	2	
SANTA CRUZ DAS FLORES								
Instância Local		1	2	1				
DIAP / Ministério Público						1		
SANTA CRUZ DA GRACIOSA								
Instância Local		1	2	1				
DIAP / Ministério Público						1		
SÃO ROQUE DO PICO								
Instância Local		1	3	3				
DIAP / Ministério Público						1		
VELAS								
Instância Local		1	2	2				
DIAP / Ministério Público						1		
VILA FRANCA DO CAMPO								

2.2.

Instância Local		**1**	**3**	**2**				
DIAP / Ministério Público						1	1	
VILA DO PORTO								
Instância Local		**1**	**2**	**1**				
DIAP / Ministério Público						1		
Totais	**3**	**24**	**60**	**70**	1	28	17	**11**

Funcionários em funções e absentismo

a) Funcionários em efetivo exercício de funções

No decurso do semestre que se iniciou com a instalação da Comarca dos Açores, a 1 de setembro de 2014, os quadros de Funcionários de Justiça em exercício de funções na comarca foram os seguintes:

Secretários de justiça, carreira judicial e func. do regime geral

SECRETARIA DA COMARCA DOS AÇORES	Secretários – Carreira Judicial – Regime geral															
	Quadro efetivo a 01-09-2014					Destacados			Alterações			Quadro efetivo a 28-02-2015				
INSTÂNCIA / SECÇÃO / MUNICÍPIOS	Secretário	Escrivão	Adjunto	Auxiliar	Reg. Geral	Escrivão	Adjunto	Auxiliar	Escrivão	Adjunto	Auxiliar	Secretário	Escrivão	Adjunto	Auxiliar	Reg. Geral
ANGRA DO HEROÍSMO	1				2							1				2
Unidade Central			1	1										1	1	
I. Central 2.ª Sec. Cível e Criminal		1	2										1	2		
I. Local Secção Cível		1	2	1									1	2	1	
I. Local Secção Criminal			2											2		
HORTA																
Instância Local		1	3	1									1	3	1	
NORDESTE																
Secção de proximidade			1				1			-1				1		
PONTA DELGADA	2				4							2				4
Apoio técnico ao C.G.															1	
Unidade Central		1	1	1				1					1	2	1	
I. Central do Trabalho		1	1	1									1	1	1	
I. Central de Família e Menores		2	2	2				2					2	2	4	
I. Central 1.ª Sec. Cível e Criminal		1	3	2							1		1	3	3	
I. Central de Instrução Criminal			1	1							-1			1		
I. Local Secção Cível		2	2	4									2	2	4	
I. Local Secção Criminal		2	2	3									2	2	3	

POVOAÇÃO																
Secção de proximidade			1											1		
PRAIA DA VITÓRIA																
Unidade Central																
I. Local Secção Cível		1	1	1						-1			1		1	
I. Local Secção Criminal		1		1									1		1	
RIBEIRA GRANDE																
Unidade Central										2				2		
I. Local Secção Cível		1	2	1									1	2	1	
I. Local Secção Criminal		1	2	1									1	2	1	
SANTA CRUZ DAS FLORES																
Instância Local		1	1										1	1		
SANTA CRUZ DA GRACIOSA	1											1				
Instância Local		1	1										1	1		
SÃO ROQUE DO PICO																
Instância Local		1		1			1			-1			1		1	
VELAS																
Instância Local		1		1									1		1	
VILA FRANCA DO CAMPO																
Instância Local		1	2	1									1	2	1	
VILA DO PORTO	1											1				
Instância Local			1	1										1	1	
Totais	5	21	34	25								5	21	36	28	6

Carreira do Ministério Público

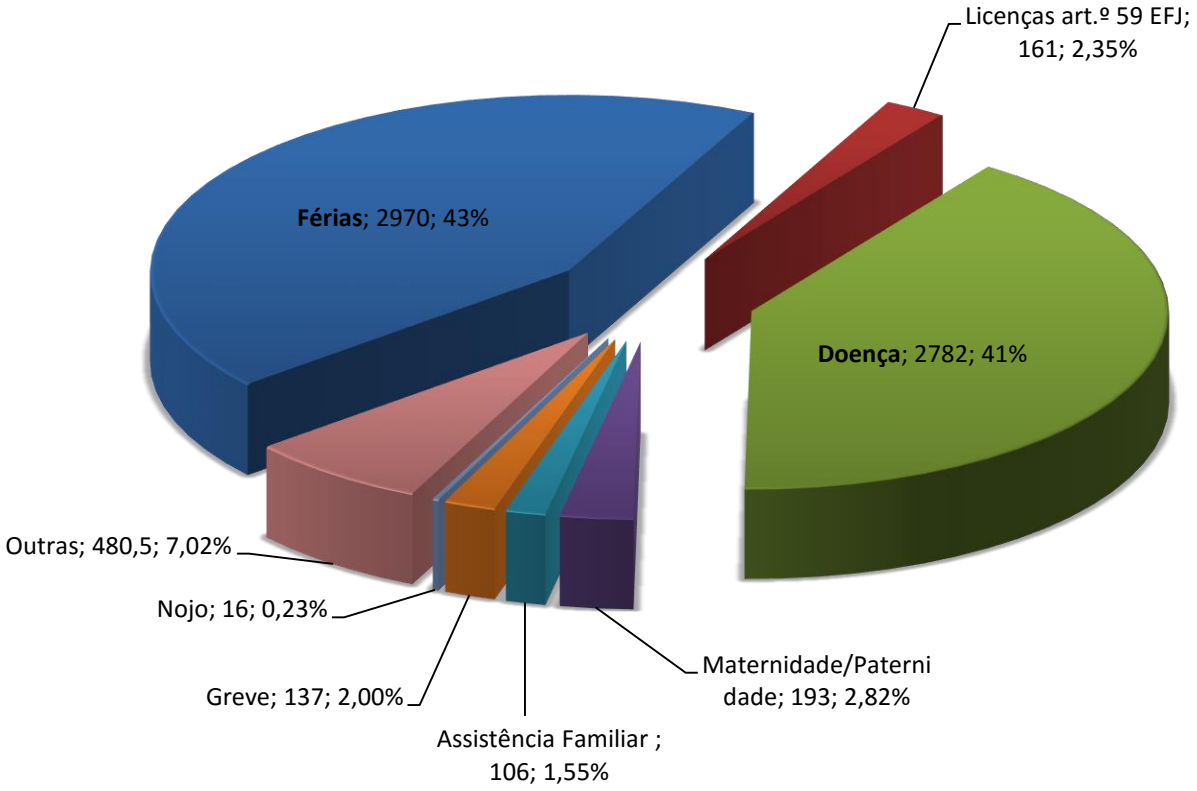
SECRETARIA DA COMARCA DOS AÇORES	Carreira do Ministério Público											
	Quadro efetivo a 1-9-2014			Destacados			Alterações			Quadro efetivo a 28-2-2015		
INSTÂNCIA / SECÇÃO / MUNICÍPIOS	T.J. Principal	T.J. Adjunto	T.J. Auxiliar	T.J. Principal	T.J. Adjunto	T.J. Auxiliar	T.J. Principal	T.J. Adjunto	T.J. Auxiliar	T.J. Principal	T.J. Adjunto	T.J. Auxiliar
ANGRA DO HEROÍSMO												
Unidade Central			1						-1			
DIAP / Ministério Público	1	2	1							1	2	1
HORTA												
DIAP / Ministério Público			1			1			-1			1

NORDESTE												
Secção de proximidade		1									1	
PONTA DELGADA												
Unidade Central		1	1								1	1
Ministério Público Trabalho		1									1	
Ministério Público Família e Menores		2									2	
DIAP / Ministério Público	1	3	4		1		-1	-2			2	4
POVOAÇÃO												
Secção de proximidade		1									1	
PRAIA DA VITÓRIA												
DIAP / Ministério Público			1						1			2
RIBEIRA GRANDE												
DIAP / Ministério Público		2	2								2	2
SANTA CRUZ DAS FLORES												
DIAP / Ministério Público		1									1	
SANTA CRUZ DA GRACIOSA												
DIAP / Ministério Público		1									1	
SÃO ROQUE DO PICO												
DIAP / Ministério Público		1									1	
VELAS												
DIAP / Ministério Público		1									1	
VILA FRANCA DO CAMPO												
DIAP / Ministério Público		1	1								1	1
VILA DO PORTO												
DIAP / Ministério Público		1									1	
Totais	2	19	12							1	18	12

b) Absentismo

No ano em referência (de 1 setembro 2014 a 31 de agosto de 2015) verificou-se uma taxa de absentismo na comarca de 8,65%, sem contar com as férias dos funcionários. No que a estas respeita a percentagem de dias de férias gozados é de 6,66%.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição das faltas no período em análise.



Do quadro apresentado, resulta que as faltas por doença representam 41% da totalidade. O seu número (2782 dias) dividido pelos dias do ano (365) equivale a uma ausência ao serviço de 7,6 oficiais de justiça em todo o período.

2.3. Necessidades de recuperação

Em termos de categorias profissionais, como já referido, verificou-se uma grande falta de funcionários de justiça, como evidencia o quadro seguinte.

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	Secretário	Apoio à gestão	Carreira judicial			Carreira do Mº Pº			Regime Geral
			Escrivão	Adjunto	Auxiliar	T.J. Principal	T.J. Adjunto	T.J. Auxiliar	
Quadro legal	3	2	24	59	69	1	28	17	11
Quadro em 28-02-2015	5	2	21	36	28	1	18	12	6
Diferença	2	0	-3	-23	-41	0	-10	-5	-5

De realçar que a existência de dois secretários de justiça para além do quadro legal resulta do facto de os mesmos, por despacho do senhor Diretor-Geral da

Administração da Justiça, terem sido afetos aos núcleos da secretaria de Santa Cruz da Graciosa e de Vila do Porto, por aí já exercerem funções anteriormente e não poderem ser colocados oficiosamente em Ponta Delgada onde existem dois lugares de secretário de justiça. O mesmo se passa relativamente ao único lugar de técnico de justiça principal dos serviços do Ministério Público, cujo lugar é no DIAP de Ponta Delgada e o lugar efetivamente ocupado, igualmente por afetação, é em Angra do Heroísmo. Nas demais categorias é notória a falta de funcionários (colmatada em setembro de 2015 quanto à categoria de início de carreira).

Regista-se ainda a inexistência de qualquer técnico de informática em Ponta Delgada (sendo que na ilha de São Miguel estão mais de metade dos magistrados e dos funcionários de toda a comarca), onde se registam dois lugares vagos, com consequências graves no apoio ao serviço de magistrados e funcionários neste domínio específico.

Por núcleo municipal, e considerando apenas a carreira de oficial de justiça, a comarca apresenta a seguinte realidade:

MUNICÍPIOS		ANGRA DO HEROÍSMO	HORTA	NORDESTE	PONTA DELGADA	POVOAÇÃO	PRAIA DA VITÓRIA	RIBEIRA GRANDE	SANTA CRUZ DAS FLORES	SANTA CRUZ DA GRACIOSA	SÃO ROQUE DO PICO	VELAS	VILA FRANCA DO CAMPO	VILA DO PORTO
Carreira Judicial	**Quadro legal**	28	7	1	61	1	11	16	4	4	7	5	6	4
	Quadro em 28-02-2015	12	5	1	38	1	4	10	2	3	2	2	4	3
	Diferença	-16	-2	0	-23	0	-7	-6	-2	-1	-5	-3	-2	-1
Carreira do Mº Pº	**Quadro legal**	6	1	1	22	1	3	5	1	1	1	1	2	1
	Quadro em 28-02-2015	4	0	1	8	1	2	4	1	1	1	1	2	1
	Diferença	-2	-1	0	-14	0	-1	-1	0	0	0	0	0	0

As situações mais preocupantes registavam-se nos núcleos municipais de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Praia da Vitória, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico e Velas.

2.4. Medidas de gestão

No âmbito da competência própria da gestão, para além de quase uma dezena de recolocações exigidas por contingências de serviço, foi construída uma estratégia que culminou no parecer produzido pelo Conselho Consultivo a propósito das modalidades, formas e meios de recrutamento de oficiais de justiça e outros funcionários para os serviços de justiça da comarca dos Açores (PARECER 1). Tal parecer será o esteio de propostas futuras nesta área.

2.4.1. Coordenações

Tendo em conta os núcleos da secretaria existentes nos diversos municípios da comarca, foram atribuídas as seguintes coordenações aos secretários de justiça:

- À secretária de justiça em funções em Angra do Heroísmo, a coordenação com o núcleo de Velas;

- À secretária de justiça em funções no Palácio de Justiça de Ponta Delgada, a coordenação com os núcleos da Ribeira Grande e Nordeste (secção de proximidade);

- Ao secretário de justiça em funções no Palácio do Marquês da Praia e Monforte, a coordenação com os núcleos de Vila Franca do Campo, Povoação (secção de proximidade) e São Roque do Pico;

- Ao secretário de justiça em funções no núcleo de Vila do Porto, a coordenação com o núcleo da Horta;

-À secretária de justiça em funções no núcleo de Santa Cruz da Graciosa, a coordenação com o núcleo de Santa Cruz das Flores.

Relativamente ao núcleo da secretaria da Praia da Vitória, a responsabilidade manteve-se atribuída à escrivã de direito da secção da instância local criminal, que na AEJ ali desempenhava funções de secretária, com o acordo desta.

2.5. Propostas

A proposta matricial nesta matéria é a já referida relativa ao PARECER 1 do Conselho Consultivo, já atrás aludida.

3. Magistrados do Ministério Público

3.1. Quadro previsto

O quadro legal (sem recuperação) é de 6 procuradores da república e 24 procuradores-adjuntos, prevendo a lei que tais números possam estender-se até 7 e 25, respetivamente, para recuperação.

3.2. Magistrados do Ministério Público em funções

Durante o ano judicial 2014/2015 encontraram-se em funções na Procuradoria da Comarca dos Açores 6 procuradores da república, 19 procuradores-adjuntos e 6 substitutos do procurador-adjunto.

4. Advogados

Na orgânica da Ordem dos Advogados os Açores constituem um *distrito*, tendo sede em Ponta Delgada o Conselho Distrital dos Açores daquela Ordem profissional. Têm escritório e trabalham efetivamente nesta comarca cerca de 220 advogados, espalhados por sete das nove ilhas do arquipélago. Não há advogados residentes nas ilhas das Flores e do Corvo (municípios de Santa Cruz das Flores, Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo). E na ilha Graciosa há apenas um advogado com escritório na vila de Santa Cruz, mas que não se encontra inscrito no sistema de apoio judiciário, o que para muitas situações vale como se ali não estivesse sediado nenhum advogado.

São recorrentes os problemas de deslocação de advogados a ilhas distintas daquelas onde têm o seu escritório, no âmbito do apoio judiciário, porquanto não estão protocolados e, muito menos, agilizados, procedimentos que assegurem o pagamento das despesas (nomeadamente com o transporte aéreo) em prazo razoável.

V. Recursos financeiros

1. Orçamento e execução de 2014 e 2015

No início do ano de 2014 haviam sido atribuídos os orçamentos aos 15 tribunais que vieram a integrar a NEJ da comarca dos Açores. Tais orçamentos foram executados até ao final desse mesmo ano. Já para o ano de 2015 o Ministério da Justiça atribuiu um único orçamento ao Tribunal Judicial e da Procuradoria da Comarca dos Açores, com uma dotação total de 704 100,00 €.

O quadro abaixo reflete, para o ano de 2014, a soma das dotações atribuídas a todos os tribunais que vieram a integrar a NEJ da comarca dos Açores e o total da execução orçamental desse ano e, relativamente ao ano de 2015, apresenta a distribuição da dotação total pelas diversas rubricas do orçamento, o orçamento corrigido e a sua execução até ao final de agosto de 2015.

Relativamente à execução orçamental do ano corrente (2015), porque não foram pagos compromissos assumidos no ano de 2014 no valor de 24.318,19€, importa referir que os mesmos encargos transitaram para o orçamento do ano seguinte, refletindo-se nas rubricas respetivas conforme se apresenta no mesmo quadro.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (valores em €)		**Ano de 2014**		**Ano de 2015**		
		Dotação	**Execução**	**Dotação**	**Orçamento**	**Execução**
		Inicial	**A 31-12-2014**	**Inicial**	**Corrigido**	**a 31-08-2015**
02.01.00.00.00	**AQUISIÇÃO DE BENS**	**32 280,00**	**25 615,03**	**40 300,00**	**41 891,38**	**32 098,58**
02.01.04.00.00	Limpeza e Higiene	1 390,00	1616,26	3 100,00	2 964,75	2 463,89
02.01.04.00.09	Limpeza e Higiene (Anos Findos)			-	135,25	135,25
02.01.08.A0.00	Papel	11 550,00	7 576,82	11 300,00	10 955,68	8 471,09
02.01.08.B0.00	Tinteiros e Tonners	7 640,00	8 863,59	10 800,00	7 777,06	6 718,84
02.01.08.B0.09	Tinteiros e Tonners (Anos Findos)			-	333,16	333,16
02.01.08.C0.00	Outros Consumíveis de Informática	310,00	32,24	-	52,55	52,55
02.01.08.D0.00	Outro Material de Escritório	1 950,00	1 699,85	4 100,00	4 043,40	1 573,23
02.01.08.D0.09	Outro Material de Escritório (Anos Findos)			-	92,48	92,48
02.01.08.D1.00	Envelopes	7 150,00	3 198,72	7 800,00	10 741,96	8 552,74
02.01.08.D2.00	Contracapas	2 290,00	2 280,91	2 900,00	2 448,93	2 448,93
02.01.08.D2.09	Contracapas (Anos Findos)			-	983,02	983,02
02.01.11.00.00	Material de Consumo Clínico			-	125,09	115,64
02.01.19.00.00	Artigos Honoríficos e de Decoração		55,35	-	52,95	52,95
02.01.21.00.00	Outros Bens		287,29	300,00	1 185,10	104,81
02.02.00.00.00	**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**	**516 250,00**	**552 818,20**	**645 500,00**	**665 596,55**	**411 540,05**

02.02.01.A0.00	Água	8.630,00	6.738,55	9.000,00	8.844,17	5.931,73
02.02.01.A0.09	Água (Anos Findos)			-	745,83	745,83
02.02.01.B0.00	Eletricidade	72.090,00	68.513,24	85.000,00	82.749,89	44.703,92
02.02.01.B0.09	Eletricidade (Anos Findos)			-	5.964,13	5.964,13
02.02.02.00.00	Limpeza e Higiene	122.020,00	96.705,00	121.500,00	117.168,76	65.590,37
02.02.02.00.09	Limpeza e Higiene (Anos Findos)			-	9.550,63	9.550,63
02.02.03.00.00	Conservação de Bens		41,30	-	376,74	376,74
02.02.03.00.09	Conservação de Bens (Anos Findos)			-	218,30	218,30
02.02.03.01.00	Extintores		706,07	-	711,54	127,44
02.02.03.01.09	Extintores (Anos Findos)			-	42,48	42,48
02.02.03.02.00	Impressora - Fax - Digitalizador- Servidor		2.869,02	-	1.343,84	1.343,84
02.02.03.03.00	Edifício		3.540,13	-	4.593,86	3.479,94
02.02.03.03.09	Edifício (Anos Findos)			-	115,05	115,05
02.02.03.05.00	Elevadores		889,38	-	279,87	279,87
02.02.04.00.00	Locação de Edifícios	209.580,00	273.713,00	299.000,00	299.000,00	199.064,00
02.02.08.00.00	Locação de outros Bens		2.960,91	18.900,00	18.498,54	3.134,22
02.02.08.00.09	Locação de outros Bens (Anos Findos)	1.567,11		-	1.567,11	1.567,11
02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	15.970,00	12.567,50	14.300,00	9.075,82	5.940,08
02.02.09.C0.09	Comunicações Fixas de Voz (Anos Findos)	1.241,25		-	908,10	908,10
02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis	3.310,00	2.095,17	2.400,00	2.288,16	1.152,14
02.02.09.D0.09	Comunicações Móveis (Anos Findos)	0,17		-	0,17	0,17
02.02.10.00.00	Transportes		529,10	1.700,00	6.077,60	6.077,60
02.02.12.00.00	Seguros			-	87,64	-
02.02.17.00.00	Publicidade		66,23	-	-	-
02.02.18.00.00	Vigilância e Segurança	28.720,00	37.446,47	42.000,00	40.168,76	23.506,42
02.02.18.00.09	Vigilância e Segurança (Anos Findos)			-	3.662,48	3.662,48
02.02.19.C0.00	Assistência Técnica - Outros	18.950,00	21.700,06	5.700,00	3.562,47	3.226,66
02.02.19.C0.09	Assistência Técnica - Outros (Anos Findos)			-	2.137,53	2.137,53
02.02.19.D0.00	Assistência Técnica - AVACS			7.700,00	7.700,00	2.824,92
02.02.19.D0.09	Assistência Técnica - AVACS (Anos Findos)			-	403,56	403,56
02.02.25.B0.00	Despesas Condomínio	6.890,00		5.800,00	5.119,14	2.874,90
02.02.25.C0.00	Outras Despesas	180,00	202,78	-	107,38	107,38
02.02.25.C1.00	Inspeção aos Elevadores	380,00	198,36	600,00	600,00	-
02.02.25.C3.00	Prestadoras de Serviços de Limpeza	29.530,00	21.335,93	31.900,00	31 900,00	16 482,51
04.08.00.00.00	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FAMILIA**	**1.330,00**	**7.028,30**	**1.400,00**	**2.201,12**	**2.201,12**
04.08.02.00.00	Outras	1.330,00	7.028,30	1.400,00	2.201,12	2.201,12
06.02.00.00.00	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES- DIVERSAS**	**410,00**	**838,31**	**900,00**	**900,00**	**190,00**

06.02.03.00.08	Outras	40,00	607,38	700,00	700,00	120,00
06.02.03.00.RC	Regulamento das Custas Judiciais	370,00	230,93	200,00	200,00	70,00
09.09.09.09.00	**RESIDUAL**	**32.910,00**	**-**	**16.000,00**	**-**	**-**
09.09.09.09.R0	Residual	32.910,00		16.000,00	-	-
	Total das rúbricas do orçamento	**583.180,00**	**586.299,84**	**704.100,00**	**710.562,05**	**446.029,75**

2. O exercício das competências: dificuldades e vantagens

Nos termos do artigo 106.º, § 1.º als. i) e j) da LOSJ, compete ao administrador judiciário assegurar a distribuição do orçamento, após a respetiva aprovação e executá-lo em colaboração com o Ministério da Justiça. Em conformidade com o § 2.º do citado artigo, sem prejuízo do poder de orientação geral do presidente e do magistrado do Ministério Público coordenador (nas áreas que exclusivamente respeitem aos seus serviços), o administrador judiciário ouve o presidente do tribunal e o magistrado do Ministério Público coordenador relativamente à forma de assegurar a distribuição do orçamento. Cabe depois ao Conselho de Gestão efetuar o acompanhamento da execução orçamental (artigo 108.º, § 2.º da LOSJ).

Por despacho de 20-10-2014, do senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça foram delegadas competências nos administradores judiciários a autorizar a escolha do tipo de procedimento, praticar todos os atos inerentes à abertura e desenvolvimento dos processos de aquisição de bens e serviços, assim como, autorizar as despesas inerentes até ao montante máximo de 50.000,00€, em conformidade com o previsto na alínea a) do § 1.º do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (em vigor por força da Resolução da A.R. n.º 86/2011, de 11 de abril). O mesmo despacho excecionou as competências para aquisição de diversos bens e serviços, nomeadamente mobiliário, estantes, sistemas integrados de AVAC (ar condicionado, centrais telefónicas, suas ampliações e faxes, equipamento informático, aparelhos áudio e de videoconferência; fotocopiadoras, sistemas integrados de segurança passiva, selos brancos, serviços de segurança, serviços de limpeza, serviços de assistência técnica a fotocopiadoras, serviços de execução continuada de manutenção de edifícios, de centrais telefónicas, de assistência técnica de sistemas integrados de segurança passiva, de elevadores, de equipamentos informáticos, de faxes, de aparelhos áudio e de videoconferência. O senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça proferiu novo despacho de

delegação de competências em 19-05-2015, mantendo-se, em substância e quanto aos procedimentos e processos de aquisição de bens e serviços e exceções, o mesmo quadro do seu anterior despacho.

Internamente, a maior dificuldade no exercício das competências resultou inicialmente da mudança de 15 orçamentos, geridos autonomamente durante o ano de 2014 pelos secretários de justiça ou por quem legalmente os substituía, para um orçamento único. Esta mudança, que, na prática, transferiu as competências dos secretários de justiça para o administrador judiciário mas, por outro lado, por força da dispersão geográfica (um território da comarca composto por 9 ilhas onde há instalações do tribunal um 8 delas), e do volume da atividade orçamental (verificação de necessidades de bens e serviços, receção e verificação de mercadoria e faturas e, posteriormente, o seu registo na aplicação informática), implicou a "conversão" de alguns secretários de justiça e outros responsáveis por núcleos da secretaria em meros colaborares - sem que o EFJ tenha sido alterado, o que motivou algum descontentamento -, e exigiu um grande esforço para se uniformizarem procedimentos e ações de sensibilização e motivação, que estão ainda em desenvolvimento, porquanto há hábitos e rotinas que importa ainda corrigir. Apesar das dificuldades referidas, a existência de um orçamento único traz várias vantagens, nomeadamente por força do acompanhamento da sua execução por parte do Conselho de Gestão.

Externamente, há um outro aspeto a referir quanto a dificuldades e vantagens do exercício de competências. O orçamento do Tribunal e Procuradoria da Comarca dos Açores contempla essencialmente aquisição de bens e de serviços, mas não a totalidade dos mesmos, como se infere dos despachos de delegação de competências supra referidos. Relativamente à aquisição de bens, o orçamento aplica-se apenas aos bens consumíveis como artigos de higiene e limpeza, papel, toneres e material de escritório. As aquisições de mobiliário e equipamentos, como secretárias, mesas, cadeiras, armários, estantes, impressoras, digitalizadores, aquecedores e outros equipamentos como os de ar condicionado, são da competência dos serviços da DGAJ. Quanto à aquisição de serviços, para o Tribunal ou para a Procuradoria da Comarca, também a maioria dos contratos são celebrados centralmente pela DGAJ, competindo ao administrador judiciário apenas acompanhar a execução desses contratos e proceder ao respetivo

pagamento através do orçamento da comarca. A título de exemplo, não tem o Tribunal competência para localmente celebrar contratos de manutenção de sistemas de ar condicionado ou dos elevadores existentes. Não tem igualmente competência para mobilar um gabinete ou adquirir uma aparelhagem de gravação de som para uma sala de audiências.

O que se tem verificado é que a resposta da DGAJ a algumas das solicitações efetuadas pelo Tribunal, em termos de equipamentos e mobiliário é muito demorada ou insatisfatória. Vejam-se estes três exemplos: em 06-02-2015 foi enviado à DGAJ um e-mail contendo a inventariação das necessidades do Tribunal em matéria de mobiliário, para o ano de 2015. Até hoje não há qualquer notícia sobre a data em que o mesmo será enviado, sendo que há várias carências que urge resolver. Em 15-06-2015 a DGAJ informou o tribunal que, relativo a um outro pedido de armários metálicos e estantes para arquivo, o respetivo procedimento estava concluído, tendo informado o contacto do fornecedor. Apesar das insistências junto do fornecedor e da própria DGAJ, tais equipamentos ainda não chegaram às instalações do Tribunal. Em 18-06-2015 voltou-se a insistir com a DGAJ quanto à necessidade de o Tribunal ser dotado com mais 5 impressoras multifunções, porquanto as 21 contempladas pelo procedimento PAQ/19/2013/UCMJ - Aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de *outsourcing* eram escassas para as necessidades dos serviços. Também nesta matéria se continua a aguardar uma resposta.

3. Propostas

Afigura-se necessária uma melhor articulação da DGAJ com o administrador judiciário, devendo os interlocutores junto daquela Direção-Geral estar mais sensibilizados para as solicitações que lhe são feitas por quem tem o conhecimento direto dos problemas. Por outro lado, é sabido que, por força de hábitos e rotinas antigas, há funcionários que facilmente questionam a DGAJ sobre diversas situações, como, só por exemplo, a data provável para a receção de algum mobiliário. Muitas vezes são apenas conversas telefónicas e as respostas que são dadas, às vezes com alguma importância, não chegam aos órgãos de gestão por quem as deveriam transmitir. Nesses casos, sempre que uma informação útil fosse

fornecida pela DGAJ ao interlocutor do tribunal, deveria a mesma ser também transmitida, formalmente, a quem de direito.

4. Aquisições e economato

Em termos de aquisições foram efetuados diversos procedimentos por ajuste direto para satisfazer as necessidades do economato para o tribunal que não estava abrangido por procedimentos centralizados pela UCMJ. Estão neste caso a aquisição de envelopes e de alguns tipos de toner reciclado para impressoras em uso nos serviços.

Procedeu-se à aquisição de carimbos para registo de entrada de papéis com as novas designações dos serviços, e, esporadicamente conforme as necessidades, à aquisição para algumas unidades da secretaria de diversos bens como chaves, lâmpadas, extensões elétricas e artigos de farmácia.

VI. Instalações e equipamentos

1.2. Manutenção

a) Limpeza das instalações:

O serviço de limpeza tem sido assegurado essencialmente por uma empresa privada, cujo contrato foi celebrado centralmente pela DGAJ, mas que não abrange os municípios da Ribeira Grande, S. Roque do Pico, Vila do Porto e Praia da Vitória. Nestes locais a limpeza é assegurada por prestadores de serviço de limpeza. No município da Povoação a limpeza é partilhada entre uma funcionária da empresa contratada pela DGAJ e por uma prestadora de serviço de limpeza. Em S. Roque do Pico, porque uma das prestadoras de serviço de limpeza se encontra doente há vários meses, parte desse serviço é assegurado pela mesma empresa privada com recurso ao banco de horas contratado pela DGAJ.

b) Manutenção de elevadores:

Existem elevadores nas instalações do Tribunal nos municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo e plataformas elevatórias nos edifícios do Tribunal em Vila do Porto e na Povoação, tendo-se procedido às inspeções periódicas obrigatórias.

Não existe qualquer contrato centralizado com entidades terceiras para a manutenção dos elevadores. Os administradores judiciários têm competência delegada pelo senhor Diretor-Geral para contratarem serviços de reparação, em caso de necessidade.

c) Manutenção de sistemas de ar condicionado (AVAC):

No Tribunal, apenas os equipamentos instalados nos edifícios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Vila do Porto funcionam parcialmente, porquanto não existe qualquer contrato de manutenção dos equipamentos. Deste modo, apenas se têm realizado operações de manutenção em caso de avaria, o que se manterá enquanto a DGAJ não concluir um procedimento global para contratação de serviços de manutenção AVAC que tem em desenvolvimento.

d) Manutenção de extintores:

A manutenção dos extintores existentes nos diversos edifícios do Tribunal foi, até final de 2014, da responsabilidade de cada núcleo da secretaria. Neste ano de 2015 a DGAJ deu início a um procedimento único visando celebrar um contrato para a manutenção dos extintores, a vigorar a partir do 2.º semestre e para todos os tribunais de 1.ª instância mas que, na presente data, ainda não está concluído. Nesse entretanto, para assegurar a manutenção deste serviço na comarca foi efetuado um procedimento administrativo tendo sido efetuada, até final de agosto, a manutenção de todos os extintores existentes nos diversos edifícios e, simultaneamente, foi efetuado um levantamento das necessidades em sede de substituição e aquisição destes equipamentos. Prevê-se até ao final do ano finalizar as conclusões desse levantamento e, para o ano de 2016, proceder à aquisição dos extintores que sejam necessários, bem como da sinalética respetiva.

1.3. Segurança, acessibilidade e salubridade

a) Segurança

Existe segurança móvel em três edifícios do Tribunal, assegurada por uma empresa privada: nos dois edifícios do Tribunal em Ponta Delgada; e assegurada por um assistente operacional no edifício de Angra do Heroísmo.

Em termos de segurança fixa apenas o edifício de Vila Franca do Campo tem sistema anti-intrusão ativo. Nos demais edifícios os sistemas montados encontram-se avariados. Também não existem sistemas de videovigilância operacionais, nem pórticos de segurança, exceto em Vila do Porto.

Nesta matéria a DGAJ procedeu ao levantamento das necessidades tendo em vista que todas as instalações do tribunal devem possuir SADIT – Sistema Automático de Deteção de Intrusão e Roubo e que o mesmo esteja ligado à central recetora de alarmes existentes no Centro de Controlo Nacional de Segurança dos Tribunais (CCNST) da DGAJ, pretendendo, a mesma entidade, numa primeira fase, implementar estes equipamentos de segurança na comarca, nos edifícios de Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada e Praia da Vitória, nos termos definidos no ofício de 6-2-2015 (DGAJ), o que, até à presente data, ainda não ocorreu.

b) Acessibilidade

Em relação às acessibilidades aos edifícios do Tribunal existentes nos diversos municípios, importa ter presente que em todos há rampas de acessibilidade para o piso de entrada. Todavia, o acesso aos pisos superiores dos edifícios de Angra do Heroísmo, Horta, Nordeste, São Roque do Pico, Velas e Praia da Vitória, apenas se processa com recurso a escadaria.

Em Angra do Heroísmo, onde se encontram a decorrer obras por parte do IGFEJ e na Horta, onde foram realizadas obras ainda durante o ano de 2014, esta problemática não foi contemplada.

c) Salubridade

Quanto à salubridade, de um modo geral, os edifícios são arejados e com bastante luz natural.

Em relação às instalações sanitárias verifica-se a existência de diversos problemas em quase todos os edifícios, designadamente torneiras e autoclismos avariados e canalizações com passagem de água que obrigam ao fecho das mesmas e a intervenções muito frequentes e com fracos resultados. No decurso do ano foi necessário procederem-se a intervenções desta natureza nos edifícios do Tribunal em Angra do Heroísmo, Velas, São Roque do Pico, Ribeira Grande, Palácio de Justiça de Ponta Delgada e, mais recentemente, na Praia da Vitória.

Porque muitas das situações só são visíveis quando há sinais exteriores de rutura de canalizações, considera-se importante que houvesse uma vistoria e um levantamento exaustivo das necessidades por parte do IGFEJ.

2. Equipamentos

Todos os magistrados e oficiais de justiça têm computador individual. Relativamente a impressoras de rede para as secretarias e multifunções para os magistrados, foi comunicada à DGAJ a necessidade de os serviços serem dotados de mais 22 impressoras de rede e de 13 multifuncionais para os magistrados em funções na comarca. Desse equipamento solicitado, a DGAJ forneceu as 13 multifuncionais mas apenas 15 impressoras de rede. Quanto ao equipamento de multifunções para fotocópias e digitalização de documentos, foram distribuídos pela DGAJ 22 equipamentos novos e cessados todos os anteriores contratos celebrados, com o levantamento dos equipamentos existentes. Este número de equipamentos é manifestamente insuficiente, porquanto só em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo foram recebidos mais do que um equipamento. A DGAJ conta celebrar um novo contrato para suprir as necessidades já reportadas.

A DGAJ pretende adquirir, em breve, equipamento áudio, integrando no mesmo processo aquisitivo microfones de mesa, que serão disponibilizados em complemento a computadores portáteis para as salas de inquérito, aguardando-se a realização dessa aquisição, para o que foi comunicado oportunamente o que são as necessidades da comarca nesta matéria. Os equipamentos áudio existentes nas salas de audiência necessitam quase todos de serem substituídos.

VII. UNIDADES DE PROCESSOS

1. Unidades de processos

1.1. Dados estatísticos

Todos os dados estatísticos indicados têm como fonte o sistema *H@bilus* (módulo estatísticas), reportando-se ao período abrangido entre 1 de setembro de 2014 e 31 de agosto de 2015, utilizando o critério «estatística oficial».

No que se refere aos agendamentos, para além daquela fonte de consulta, tem-se por referência a última data real de agendamento efetuada em processo não urgente.

Dilação dos agendamentos			
Angra do Heroísmo	Instância central		1 mês e meio
	Instância local cível		1 mês
	Instância local criminal		2 meses
Ponta Delgada	Instância central		3 meses
	Instância local cível		1 mês
	Instância local criminal	J1	2 meses
		J2	1 mês
	Secção de família e menores		2 meses
	Secção do Trabalho		2 meses
Horta			1 mês
Praia da Vitória	Instância local cível		2 meses
	Instância local criminal		2 meses
Ribeira Grande	Instância local cível		1 mês
	Instância local criminal		1 mês

1.2. Taxas e indicadores

Os dados recolhidos, quanto a processos entrados, findos e pendentes (no início e no final dos meses em análise), foram trabalhados em folha de cálculo *Microsoft® Excel®* (cfr. MAPA 1).

Indicam-se por cada unidade orgânica, seguindo a ordem do mapa 1 dos Anexos publicado no Decreto-Lei 49/2014 de 27 de março, as taxas de congestão, taxas de resolução, taxas de recuperação e as taxas de litigância (Cfr. MAPA 2).

a) **Taxa de congestão**[7] é dada pelo número de processos pendentes no início do ano sobre o número de processos findos durante esse mesmo ano, a qual, num sistema judicial eficiente deve corresponder a taxa baixa.

b) **Taxa de resolução** (*clearance rate*[8]), mede o número de processos findos num determinado ano sobre os processos entrados nesse mesmo ano. É um indicador que permite medir o esforço de recuperação de pendências. Se este indicador for superior a 1 (100%) significa que o sistema judicial resolveu mais processos do que aqueles que entraram, diminuindo a pendência processual. Permite deste modo verificar se o Tribunal (cada uma das suas secções) conseguiu dar resposta suficiente à procura. Se este indicador for inferior a 1 significa que há um aumento da pendência.

c) **Taxa de recuperação** (*backlog rate*[9]) mede o número de processos findos num determinado ano sobre o número de processos entrados mais os pendentes nesse mesmo ano.

A eficiência judicial é definida como a capacidade de resposta (medida pelo número de processos findos num dado período) à totalidade da procura (medida pela soma dos processos entrados e pendentes em cada período). Este índice assume valores no intervalo [0,1], correspondendo o valor 0 a uma situação de eficácia judicial "mínima" – nenhum processo resolvido – e o valor 1 a uma situação de eficácia judicial "máxima" (resolução num só ano de todos os processos entrados nesse ano e de todas as pendências acumuladas até então).

d) **Taxa de litigância** é determinada pelos processos entrados em cada Secção do Tribunal (por área processual), sobre o total da população da área abrangida por cada uma delas, tudo por mil habitantes.

Os dados referentes à população residente por município, foi obtido nos Censos 2011, na página do Serviço Regional de Estatística dos Açores (Cfr. MAPA 5).

---

[7] Número de processos pendentes no início do ano sobre o número de processos findos durante esse mesmo ano.
[8] Mede o número de processos findos num determinado ano sobre os processos entrados nesse mesmo ano.
[9] Mede o número de processos findos num determinado ano sobre o número de processos entrados mais os pendentes nesse mesmo ano.

A representação gráfica das taxas (congestão; resolução e recuperação), encontram-se reproduzidas no MAPA 3, com a ressalva de que para este fim, foi aplicado o período compreendido entre outubro 2014 e julho 2015 em virtude de, em setembro de 2014, o sistema Citius não estar funcional e de, em agosto de 2015, ocorrerem as férias judiciais de verão.

e) **Taxa de produtividade** é determinada pela razão entre o número de processos findos e o número de juízes na respetiva Secção (Cfr. MAPA 4); ou pela mesma razão entre o número de processos findos e o número de funcionários da unidade de processos afeta à mesma secção.

2. Unidades Centrais

2.1 Atos diversos

Registo de atos avulsos

INSTÂNCIA / SECÇÃO / MUNICÍPIOS	
Angra do Heroísmo	151
Horta	11
Ponta Delgada	585
Praia da Vitória	47
Ribeira Grande	187
Santa Cruz da Graciosa	19
Santa Cruz das Flores	24
São Roque do Pico	86
Velas	93
Vila do Porto	28
Vila Franca do Campo	42

Emissão de CRC´s

INSTÂNCIA / SECÇÃO / MUNICÍPIOS	

Angra do Heroísmo	599
Horta	403
Ponta Delgada	4039
Praia da Vitória	558
Ribeira Grande	288
Santa Cruz da Graciosa	112
Santa Cruz das Flores	152
São Roque do Pico	138
Velas	99
Vila do Porto	192
Vila Franca do Campo	321
Nordeste (Secção de proximidade)	112
Povoação (Secção de proximidade)	158

2.2 Tratamento de objetos

Em 20-4-2015 foram enviadas à Direção Regional do Orçamento e Tesouro as primeiras listagens de bens declarados perdidos a favor do Estado que nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores integram o domínio privado regional, relativos a bens que se encontravam em Angra do Heroísmo (relação com 46 bens) e Ponta Delgada (relação com 58 bens).

2.3 Atos próprios das unidades de serviço externo quando as não haja

Sem dados.

3. Unidades de serviço externo

3.1 Número e tipo de solicitações

O MAPA 10 regista o número e tipo de solicitações das unidades de serviço externo.

3.2 Cumprimento das solicitações e duração média de pendência das mesmas

O MAPA 11 regista o tempo de duração média de cumprimento das solicitações das unidades de serviço externo.

3.3 Videoconferências

O MAPA 9 regista as videoconferências processuais no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores.

4. Secções de proximidade

4.1 Prestação de informações

O Mapa 6 regista as informações prestadas ao público nas Secções de proximidade (Povoação e Nordeste).

4.2 Receção de papéis, documentos, requerimentos ou outras peças processuais

Sem dados.

4.3 Videoconferências, audiências de julgamento, diligências processuais

Os MAPAS 8 e 9 registam as videoconferências, audiências e diligências processuais realizadas nas Secções de proximidade.

4.4 Outros atos

O MAPA 7 regista os outros atos realizados nas Secções de proximidade.

5. Medidas de gestão e organizativas

a) A primeira orientação geral da presidência relativamente aos serviços da secretaria teve em vista o reforço e qualificação dos quadros das unidades afetas às Secções de Família e Menores e de Trabalho, sediadas em Ponta Delgada, visando a recuperação de atrasos significativos. A situação da Secção de Trabalho normalizou-se no decurso do ano judicial em referência e na Secção de Família e Menores está controlada, prevendo-se que até final do ano judicial 2015/2016 esteja totalmente normalizada.

b) Foi concertado com todos os juízes a atribuição de gabinetes de trabalho nos edifícios renovados e estabelecidos planos de rentabilização das salas de audiências existentes (Angra do Heroísmo e Ponta Delgada).

c) Mantém-se uma elevada pressão nas entradas e pendências na 1.ª Secção Cível/Criminal da Instância Central (Ponta Delgada), em boa medida decorrente dos conflitos de competência em matéria de processos de insolvência quando o seu

valor é superior a 50 00 €. O quadro de juízes e de funcionários desta Secção não está preparado para a tese que atribui essa competência à Instância Central. Na circunstância de haver jurisprudência contraditória das Secções Cíveis do Tribunal da Relação de Lisboa, e por haver um problema administrativo para resolver (a dimensão do quadro de magistrados e funcionários na Instância Central), a presidência suscitou junto do Ministério Público (duas vezes) a necessidade de intervenção ativa para a resolução de tal conflito jurisprudencial pelo Supremo Tribunal de Justiça. Debalde foram os esforços. Decorrido todos estes meses aquele órgão do Estado continua a entender não dever intervir! Entretanto o quadro de funcionários daquela Secção foi reforçado, na medida das reais possibilidades através do instrumento de recolocação.

6. Relação dos resultados obtidos com os objetivos definidos

Neste ano não houve objetivos definidos.

VIII. Plano de atividades e sua execução

Inaplicável neste ano.

IX. Conclusão

O ano judicial de 2014/2015 foi, por assim dizer, o ano zero da reforma do mapa judiciário, por ter sido dedicado, sobretudo, à institucionalização de órgãos, regras e instrumentos de gestão cuja utilidade o futuro evidenciará. O principal problema foi e (se bem que noutra medida) continua a ser a míngua de meios, materiais e humanos. O défice de funcionários é fator crítico cuja superação é imprescindível não apenas para corresponder às expetativas, como para manter elevado o nível de serviço que em geral se vinha prestando nos Açores.

No respeitante ao desempenho quantitativo os indicadores apresentados, respeitantes às taxas de congestão, de resolução, de recuperação e de litigância (MAPAS 2 e 3) oferecem um padrão referencial que permite medir a situação e desempenho do Tribunal, identificar as áreas carecidas de intervenção ou reforma e servir de ponto de partida para o planeamento e monitorização de planos e objetivos a traçar. A sua análise conjugada, tendo em referência que a população dos Açores se cifra em 246 772 habitantes, a pendência média de processos

judiciais é de 43 700, e que no período em referência entraram no sistema cerca de 18 000 processos, permite extrair e firmar, se bem que com alguma cautela (os dados estatísticos extratados pelo sistema informático não são rigorosamente seguros) algumas conclusões. Nomeadamente que neste ano judicial 2014/2015 o Tribunal não foi suficientemente eficiente, sobretudo na área civil (mormente na ação executiva). Com efeito, num sistema eficiente a taxa de congestão (que reflete o número de processos pendentes dividido pelo número de processos findos no mesmo ano) deveria registar taxas baixas. Contudo, não é essa a conclusão que a análise dos dados estatísticos disponíveis permite (MAPA 2). A razão da incapacidade de resposta é por demais evidente, uma vez que a escassez de recursos humanos (superior a 40% dos funcionários na secretaria judicial) não permitiu um melhor desempenho (ainda que se registem assimetrias entre algumas Secções com o mesmo défice de recursos humanos).

Nestas circunstâncias, de elevada congestão, a taxa de resolução (que mede a razão entre o número de processos findos e o número de processos entrados) deveria registar valores sempre superiores a 100%, tal significando que se estariam a recuperar pendências. O que em geral se verifica é que em todas as áreas processuais e na maioria das Secções do Tribunal se registaram valores próximos de 100% e nalguns contados casos mesmo acima desse valor. As exceções são as Secções Criminais das Instâncias Locais de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (na área das execuções), com registos persistentemente inferiores a 100%. Isso advém da incapacidade dos respetivos serviços da secretaria darem resposta aos procedimentos executivos para cobrança de custas/multas/coimas. Também neste caso, em boa medida, isso decorre do elevado défice de recursos humanos.

O balanço geral evidencia que no decurso do ano judicial 2014/2015, resolveram-se mais ou menos o mesmo número de processos do que aqueles que entraram, diminuindo mesmo assim (ainda que muito ligeiramente) nalgumas Secções a pendência processual. Dada a elevada congestão seria conveniente que a taxa de recuperação estivesse sempre, em todas as Secções, bem acima de 100% para poder diminuir significativamente as pendências. Esta taxa (de recuperação) mede a eficácia processual (a capacidade total para processar toda a procura), apurando-se pela divisão do número de processos findos num dado ano pelo número de processos entrados nesse ano, somando-se-lhe o número de processos

pendentes. No ano judicial 2014/2015 a eficácia processual no Tribunal da Comarca dos Açores manteve-se relativamente baixa, registando um valor muito inferior ao que seria necessário para uma recuperação consistente das pendências acumuladas. Uma vez que a etiologia principal dessa ineficácia deriva do elevado défice de recursos humanos, o recente recrutamento que trouxe mais de 50 pessoas (escrivães-auxiliares) para os Açores abre boas perspetivas para o futuro.

No que tange à caracterização da litigância (razão entre o número de processos entrados em cada Secção e o total da população da área da sua competência territorial) apura-se que na área cível ela é maior nas Velas (28,90%); em Vila do Porto (27,92%); em Angra do Heroísmo (27,85%); em Ponta Delgada (27,38%); e na Praia da Vitória (26,10%. E na área criminal é mais elevada em Santa Cruz da Flores (15,39%); na Horta (13,27%); em Ponta Delgada (12,77%); e na Ribeira Grande (11,07%), sendo de pouca monta as diferenças entre as diversas Secções.

Evidenciam os referidos indicadores estatísticos que se registou um equilíbrio na pendência geral (o número de processos entrados foi compensado pelos que foram findados), sem recuperação assinalável nas pendências gerais, havendo contudo algumas assimetrias a registar. Mas a análise fina à qualidade do serviço prestado e mesmo até à produtividade, avaliando os ganhos de eficiência e de eficácia dos serviços não é em bom rigor ainda possível, quer pelo facto de nos primeiros meses ter estado instalado um verdadeiro caos funcional (em razão do crash do Citius), quer pelo colossal desequilíbrio em que assenta o desempenho diário de magistrados e funcionários, decorrente do défice destes, quer ainda por não ter havido um referencial de objetivos específicos fixados no ano que findou.

Neste contexto o que mais se deverá sublinhar, visando o futuro, são as propostas de alteração à estrutura do Tribunal, com a criação de uma Secção mista de Família e Menores e Trabalho na Instância Central, em Angra do Heroísmo; e o alargamento da competência territorial da Secção de Instrução Criminal de Ponta Delgada à área de todos os municípios da ilha de S. Miguel. Alterações estas que incrementarão, e muito, o desempenho do Tribunal em Angra do Heroísmo, na Praia da Vitória, em Ponta Delgada, na Ribeira Grande e em Vila Franca do Campo (por sinal os municípios mais populosos da comarca). A estruturação da primeira das referidas propostas, nos termos assumidos pelos Conselhos de Gestão e Consultivo da Comarca dos Açores, exige uma resposta de

quem tem a responsabilidade de as concretizar. E no que tange à segunda o mesmo caminho se trilhará durante o próximo ano, procurando alargar a toda a comunidade forense o bem fundado dessa proposta e torná-la consequente para quem tem a responsabilidade de a concretizar.

O Presidente do Tribunal

José Francisco Moreira das Neves

*

* *

MAPA 1

(estatística oficial)

Instância central

Secções de competência especializada

Ponta Delgada

1.ª Secção cível e criminal

Mês

	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**1248**	**20**	**6**	**1263**
Out	**1263**	**73**	**28**	**1305**
Nov	**1305**	**274**	**95**	**1481**
Dez	**1481**	**223**	**61**	**1643**
Jan	**1643**	**81**	**125**	**1599**
Fev	**1599**	**66**	**122**	**1543**
Mar	**1543**	**70**	**165**	**1451**
Abr	**1451**	**32**	**39**	**1444**
Maio	**1444**	**68**	**37**	**1476**
Junho	**1476**	**52**	**43**	**1486**
Julho	**1486**	**49**	**35**	**1498**
Agosto	**1498**	**33**	**4**	**1528**

Mês

	Criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**51**	**1**	**6**	**46**
Out	**46**	**19**	**6**	**56**
Nov	**56**	**21**	**14**	**62**
Dez	**62**	**11**	**11**	**63**
Jan	**63**	**16**	**8**	**68**

Fev	**68**	**11**	**12**	**66**
Mar	**66**	**21**	**18**	**69**
Abr	**69**	**12**	**11**	**68**
Maio	**68**	**19**	**16**	**71**
Junho	**71**	**26**	**18**	**78**
Julho	**78**	**14**	**20**	**70**
Agosto	**70**	**6**	**3**	**72**

Secção de instrução criminal

Mês	**Instrução criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**33**	**17**	**12**	**38**
Out	**38**	**139**	**112**	**65**
Nov	**65**	**73**	**81**	**56**
Dez	**56**	**63**	**61**	**57**
Jan	**57**	**83**	**65**	**75**
Fev	**75**	**97**	**87**	**83**
Mar	**83**	**74**	**76**	**81**
Abr	**81**	**76**	**76**	**80**
Maio	**80**	**72**	**86**	**66**
Junho	**66**	**85**	**78**	**73**
Julho	**73**	**71**	**82**	**61**
Agosto	**61**	**18**	**19**	**59**

Secção de família e menores

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	572	44	18	600
Out	600	70	24	646
Nov	646	40	44	642
Dez	642	20	41	620
Jan	620	30	71	579
Fev	579	55	91	543
Mar	543	30	55	518
Abr	518	30	73	477
Maio	477	40	68	450
Junho	450	51	87	410
Julho	410	37	34	412
Agosto	412	13	2	423

Mês	Tutelar			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	1073	34	35	1073
Out	1073	107	77	1104
Nov	1104	83	86	1100
Dez	1100	90	84	1106
Jan	1106	75	127	1055
Fev	1055	95	160	990
Mar	990	91	152	929
Abr	929	90	113	906
Maio	906	83	138	849
Junho	849	127	127	845

Julho	**845**	**92**	**62**	**875**
Agosto	**875**	**32**	**10**	**896**

Secção do trabalho

Mês

	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**321**	**3**	**18**	**306**
Out	**306**	**6**	**11**	**301**
Nov	**301**	**10**	**10**	**301**
Dez	**301**	**11**	**10**	**302**
Jan	**302**	**11**	**12**	**301**
Fev	**301**	**14**	**10**	**305**
Mar	**305**	**18**	**11**	**312**
Abr	**312**	**8**	**14**	**306**
Maio	**306**	**25**	**5**	**326**
Junho	**326**	**12**	**23**	**315**
Julho	**315**	**8**	**20**	**303**
Agosto	**303**	**0**	**15**	**288**

Mês

	Laboral			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**278**	**50**	**22**	**306**
Out	**306**	**48**	**43**	**312**
Nov	**312**	**37**	**51**	**299**
Dez	**299**	**45**	**58**	**286**
Jan	**286**	**68**	**67**	**287**
Fev	**287**	**36**	**40**	**283**
Mar	**283**	**48**	**47**	**284**
Abr	**284**	**46**	**54**	**276**
Maio	**276**	**28**	**53**	**251**
Junho	**251**	**45**	**46**	**250**

Julho	**250**	**44**	**53**	**241**
Agosto	**241**	**41**	**1**	**281**

Angra do Heroísmo

2.ª Secção cível e criminal

Mês

	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**419**	**4**	**4**	**419**
Out	**419**	**94**	**120**	**526**
Nov	**526**	**255**	**26**	**905**
Dez	**905**	**36**	**8**	**933**
Jan	**933**	**58**	**34**	**953**
Fev	**933**	**58**	**34**	**953**
Mar	**903**	**31**	**37**	**896**
Abr	**896**	**21**	**40**	**877**
Maio	**877**	**33**	**44**	**865**
Junho	**865**	**22**	**17**	**870**
Julho	**870**	**21**	**20**	**871**
Agosto	**871**	**19**	**9**	**881**

Mês

	Criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**44**	**0**	**1**	**43**
Out	**43**	**85**	**23**	**57**
Nov	**57**	**10**	**7**	**57**
Dez	**57**	**6**	**2**	**60**
Jan	**60**	**10**	**3**	**65**
Fev	**65**	**15**	**12**	**61**
Mar	**61**	**3**	**8**	**56**
Abr	**56**	**2**	**4**	**54**
Maio	**54**	**7**	**7**	**54**
Junho	**54**	**2**	**5**	**51**
Julho	**51**	**9**	**2**	**57**

Agosto	**57**	**1**	**0**	**58**

Instâncias locais

Secções de competência genérica

Angra do Heroísmo

Secção cível

Mês	**Cível**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**4782**	**48**	**40**	**4790**
Out	**4790**	**114**	**89**	**4815**
Nov	**4815**	**151**	**142**	**4826**
Dez	**4826**	**125**	**287**	**4664**
Jan	**4664**	**134**	**315**	**4481**
Fev	**4481**	**88**	**129**	**4446**
Mar	**4446**	**119**	**354**	**4212**
Abr	**4212**	**102**	**86**	**4229**
Maio	**4229**	**113**	**94**	**4248**
Junho	**4248**	**131**	**88**	**4289**
Julho	**4289**	**109**	**61**	**4335**
Agosto	**4335**	**59**	**62**	**4332**

Secção criminal

Mês	**Criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**356**	**13**	**1**	**368**
Out	**368**	**99**	**102**	**368**
Nov	**368**	**84**	**63**	**387**
Dez	**387**	**154**	**35**	**506**

Jan	**506**	**380**	**58**	**828**
Fev	**828**	**62**	**68**	**822**
Mar	**822**	**300**	**70**	**1052**
Abr	**1052**	**126**	**72**	**1106**
Maio	**1106**	**63**	**62**	**1107**
Junho	**1107**	**42**	**50**	**1100**
Julho	**1100**	**29**	**76**	**1051**
Agosto	**1051**	**11**	**9**	**1054**

Horta

Mês	**Cível**			
	pendentes inicio do mês	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**1353**	**14**	**13**	**1354**
Out	**1354**	**32**	**18**	**1368**
Nov	**1368**	**24**	**44**	**1348**
Dez	**1348**	**27**	**28**	**1347**
Jan	**1347**	**20**	**36**	**1331**
Fev	**1331**	**32**	**48**	**1316**
Mar	**1316**	**33**	**35**	**1313**
Abr	**1313**	**27**	**22**	**1318**
Maio	**1318**	**31**	**33**	**1316**
Junho	**1316**	**23**	**34**	**1305**
Julho	**1305**	**14**	**23**	**1296**
Agosto	**1296**	**12**	**5**	**1303**

Mês	**Criminal**			
	pendentes inicio do mês	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**209**	**6**	**4**	**211**
Out	**211**	**31**	**12**	**229**
Nov	**229**	**35**	**21**	**243**

Dez	**243**	**17**	**13**	**247**
Jan	**247**	**17**	**16**	**247**
Fev	**247**	**24**	**20**	**251**
Mar	**251**	**16**	**30**	**237**
Abr	**237**	**11**	**35**	**213**
Maio	**213**	**15**	**28**	**200**
Junho	**200**	**14**	**15**	**199**
Julho	**199**	**13**	**4**	**209**
Agosto	**209**	**0**	**0**	**209**

Mês	**Laboral**			
	pendentes inicio do mês	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**92**	**1**	**0**	**93**
Out	**93**	**5**	**1**	**97**
Nov	**97**	**5**	**6**	**97**
Dez	**97**	**6**	**2**	**100**
Jan	**100**	**3**	**18**	**85**
Fev	**85**	**1**	**4**	**82**
Mar	**82**	**9**	**6**	**85**
Abr	**85**	**2**	**2**	**85**
Maio	**85**	**2**	**3**	**84**
Junho	**84**	**5**	**3**	**86**
Julho	**86**	**1**	**3**	**85**
Agosto	**85**	**0**	**0**	**85**

Mês	**Tutelar**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**98**	**1**	**1**	**98**
Out	**98**	**1**	**3**	**96**
Nov	**96**	**5**	**10**	**91**
Dez	**91**	**0**	**8**	**83**

Jan	**83**	**4**	**4**	**83**
Fev	**83**	**4**	**5**	**82**
Mar	**82**	**6**	**8**	**81**
Abr	**81**	**14**	**6**	**89**
Maio	**89**	**3**	**1**	**91**
Junho	**91**	**7**	**10**	**88**
Julho	**88**	**4**	**3**	**89**
Agosto	**89**	**3**	**0**	**92**

Mês	**Instrução criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**8**	**6**	**0**	**14**
Out	**14**	**21**	**12**	**23**
Nov	**23**	**10**	**8**	**25**
Dez	**25**	**4**	**9**	**20**
Jan	**20**	**4**	**7**	**17**
Fev	**17**	**2**	**3**	**16**
Mar	**16**	**4**	**6**	**14**
Abr	**14**	**1**	**3**	**12**
Maio	**12**	**9**	**5**	**16**
Junho	**16**	**10**	**7**	**19**
Julho	**19**	**3**	**8**	**13**
Agosto	**13**	**3**	**3**	**13**

Ponta Delgada

Secção cível

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	7197	64	78	7182
Out	7182	300	728	6739
Nov	6739	238	261	6711
Dez	6711	211	241	6678
Jan	6678	216	298	6610
Fev	6610	172	392	6405
Mar	6405	218	272	6402
Abr	6402	165	265	6315
Maio	6315	210	244	6286
Junho	6286	174	256	6203
Julho	6203	188	202	6191
Agosto	6191	123	56	6258

Secção criminal

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	83	0	0	83
Out	83	628	9	693
Nov	693	216	14	895
Dez	895	119	38	976
Jan	976	41	33	983
Fev	983	44	26	1001
Mar	1001	16	22	995

Abr	**995**	**86**	**34**	**1047**
Maio	**1047**	**40**	**26**	**1061**
Junho	**1061**	**41**	**36**	**1066**
Julho	**1066**	**57**	**60**	**1063**
Agosto	**1063**	**39**	**3**	**1099**

Mês				
	Criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**358**	**44**	**43**	**360**
Out	**360**	**107**	**102**	**362**
Nov	**362**	**82**	**134**	**309**
Dez	**309**	**59**	**90**	**278**
Jan	**278**	**127**	**101**	**304**
Fev	**304**	**93**	**102**	**297**
Mar	**297**	**103**	**110**	**287**
Abr	**287**	**87**	**87**	**287**
Maio	**287**	**108**	**98**	**298**
Junho	**298**	**127**	**132**	**290**
Julho	**290**	**99**	**71**	**318**
Agosto	**318**	**27**	**27**	**317**

Praia da Vitória

Secção cível

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	2023	14	13	2024
Out	2024	44	78	1990
Nov	1990	47	70	1967
Dez	1967	42	69	1940
Jan	1940	57	104	1894
Fev	1894	46	39	1901
Mar	1901	55	66	1891
Abr	1891	53	67	1877
Maio	1877	50	54	1873
Junho	1873	53	63	1859
Julho	1859	48	47	1857
Agosto	1857	40	14	1880

Mês	Laboral			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	65	4	1	68
Out	68	4	8	64
Nov	64	3	10	57
Dez	57	1	7	51
Jan	51	4	2	53
Fev	53	3	2	54
Mar	54	3	6	51
Abr	51	5	3	53
Maio	53	4	8	50
Junho	50	6	7	49

Julho	**49**	**5**	**5**	**48**
Agosto	**48**	**2**	**0**	**50**

Mês

	Tutelar			
	pendentes inicio do mês	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**124**	**6**	**9**	**122**
Out	**122**	**14**	**30**	**106**
Nov	**106**	**10**	**30**	**85**
Dez	**85**	**6**	**17**	**73**
Jan	**73**	**11**	**9**	**74**
Fev	**74**	**8**	**7**	**75**
Mar	**75**	**6**	**17**	**63**
Abr	**63**	**32**	**14**	**82**
Maio	**82**	**11**	**12**	**81**
Junho	**81**	**27**	**16**	**86**
Julho	**86**	**16**	**14**	**88**
Agosto	**88**	**7**	**1**	**92**

Secção criminal

Mês

	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**28**	**0**	**0**	**28**
Out	**28**	**1**	**0**	**29**
Nov	**29**	**1**	**4**	**26**
Dez	**26**	**0**	**0**	**26**
Jan	**26**	**1**	**0**	**27**
Fev	**27**	**6**	**1**	**32**
Mar	**32**	**1**	**0**	**33**
Abr	**33**	**6**	**8**	**31**
Maio	**31**	**4**	**3**	**32**
Junho	**32**	**9**	**4**	**37**

Julho	**37**	**6**	**0**	**43**
Agosto	**43**	**1**	**0**	**44**

Mês	**Criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**209**	**1**	**2**	**208**
Out	**208**	**9**	**68**	**149**
Nov	**149**	**2**	**12**	**139**
Dez	**139**	**23**	**21**	**141**
Jan	**141**	**5**	**20**	**126**
Fev	**126**	**10**	**25**	**111**
Mar	**111**	**4**	**22**	**96**
Abr	**96**	**5**	**28**	**73**
Maio	**73**	**22**	**22**	**73**
Junho	**73**	**18**	**23**	**68**
Julho	**68**	**8**	**13**	**61**
Agosto	**61**	**1**	**2**	**59**

Mês	**Instrução criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**19**	**0**	**0**	**19**
Out	**19**	**3**	**15**	**7**
Nov	**7**	**7**	**8**	**6**
Dez	**6**	**5**	**4**	**7**
Jan	**7**	**6**	**9**	**4**
Fev	**4**	**7**	**1**	**10**
Mar	**10**	**7**	**12**	**5**
Abr	**5**	**11**	**11**	**5**
Maio	**5**	**13**	**13**	**5**
Junho	**5**	**12**	**12**	**5**
Julho	**5**	**6**	**9**	**2**
Agosto	**2**	**1**	**3**	**0**

Ribeira Grande

Secção cível

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	1889	38	141	1786
Out	1786	96	155	1724
Nov	1724	111	152	1683
Dez	1683	82	84	1682
Jan	1682	66	120	1630
Fev	1630	93	97	1630
Mar	1630	77	140	1566
Abr	1566	52	107	1511
Maio	1511	54	96	1469
Junho	1469	46	68	1446
Julho	1446	69	66	1449
Agosto	1449	38	23	1464

Secção criminal

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	29	0	3	26
Out	26	61	13	73
Nov	73	31	21	83
Dez	83	9	21	71
Jan	71	5	18	58
Fev	58	6	16	48
Mar	48	12	9	51
Abr	51	7	12	46
Maio	46	4	12	38

Junho	**38**	**6**	**10**	**34**
Julho	**34**	**53**	**18**	**69**
Agosto	**69**	**0**	**0**	**69**

Mês	**Criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**71**	**11**	**20**	**62**
Out	**62**	**54**	**33**	**83**
Nov	**83**	**31**	**35**	**79**
Dez	**79**	**33**	**26**	**86**
Jan	**86**	**42**	**40**	**88**
Fev	**88**	**27**	**37**	**79**
Mar	**79**	**51**	**38**	**92**
Abr	**92**	**42**	**32**	**102**
Maio	**102**	**30**	**47**	**84**
Junho	**84**	**44**	**47**	**80**
Julho	**80**	**35**	**29**	**87**
Agosto	**87**	**10**	**10**	**87**

Mês	**Instrução criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**1**	**27**	**14**	**13**
Out	**13**	**86**	**62**	**37**
Nov	**37**	**84**	**81**	**39**
Dez	**39**	**42**	**44**	**37**
Jan	**37**	**41**	**44**	**33**
Fev	**33**	**64**	**58**	**39**
Mar	**39**	**46**	**46**	**39**
Abr	**39**	**42**	**32**	**50**
Maio	**50**	**58**	**77**	**31**
Junho	**31**	**36**	**36**	**31**

Julho	**31**	**39**	**30**	**40**
Agosto	**40**	**5**	**6**	**39**

Santa Cruz da Graciosa

Mês	**Cível**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**169**	**3**	**2**	**170**
Out	**170**	**1**	**2**	**169**
Nov	**169**	**16**	**5**	**180**
Dez	**180**	**3**	**4**	**179**
Jan	**179**	**2**	**6**	**175**
Fev	**175**	**7**	**10**	**172**
Mar	**172**	**3**	**5**	**170**
Abr	**170**	**6**	**8**	**168**
Maio	**168**	**9**	**8**	**169**
Junho	**169**	**2**	**7**	**164**
Julho	**164**	**8**	**4**	**168**
Agosto	**168**	**4**	**3**	**169**

Mês	**Criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**12**	**0**	**0**	**12**
Out	**12**	**4**	**2**	**14**
Nov	**14**	**4**	**3**	**15**
Dez	**15**	**1**	**2**	**14**
Jan	**14**	**2**	**3**	**13**
Fev	**13**	**0**	**2**	**11**
Mar	**11**	**1**	**2**	**10**
Abr	**10**	**6**	**2**	**14**
Maio	**14**	**2**	**11**	**5**

Junho	**5**	**6**	**2**	**9**
Julho	**9**	**1**	**1**	**9**
Agosto	**9**	**0**	**0**	**9**

Mês

	Laboral			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**4**	**0**	**0**	**4**
Out	**4**	**0**	**0**	**4**
Nov	**4**	**1**	**0**	**5**
Dez	**5**	**0**	**0**	**5**
Jan	**5**	**2**	**0**	**7**
Fev	**7**	**1**	**1**	**7**
Mar	**7**	**0**	**0**	**7**
Abr	**7**	**0**	**0**	**7**
Maio	**7**	**0**	**0**	**7**
Junho	**7**	**0**	**1**	**6**
Julho	**6**	**0**	**0**	**6**
Agosto	**6**	**1**	**0**	**7**

Mês

	Tutelar			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**24**	**0**	**0**	**24**
Out	**24**	**2**	**2**	**24**
Nov	**24**	**9**	**8**	**25**
Dez	**25**	**0**	**2**	**23**
Jan	**23**	**0**	**4**	**19**
Fev	**19**	**2**	**3**	**18**
Mar	**18**	**0**	**0**	**18**
Abr	**18**	**5**	**7**	**16**
Maio	**16**	**4**	**5**	**15**
Junho	**15**	**2**	**4**	**13**

Julho	**13**	**1**	**2**	**12**
Agosto	**12**	**1**	**0**	**13**

Santa Cruz das Flores

Mês	**Cível**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**219**	**6**	**0**	**225**
Out	**225**	**11**	**8**	**228**
Nov	**228**	**16**	**5**	**238**
Dez	**238**	**10**	**9**	**239**
Jan	**239**	**6**	**9**	**237**
Fev	**237**	**7**	**8**	**236**
Mar	**236**	**9**	**15**	**230**
Abr	**230**	**7**	**5**	**232**
Maio	**232**	**7**	**9**	**230**
Junho	**230**	**6**	**2**	**234**
Julho	**234**	**7**	**3**	**238**
Agosto	**238**	**5**	**0**	**243**

Mês	**Criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**20**	**2**	**5**	**17**
Out	**17**	**6**	**7**	**16**
Nov	**16**	**5**	**2**	**19**
Dez	**19**	**8**	**11**	**16**
Jan	**16**	**6**	**6**	**15**
Fev	**15**	**12**	**5**	**22**
Mar	**22**	**4**	**7**	**19**

Abr	**19**	**4**	**10**	**14**
Maio	**14**	**7**	**8**	**13**
Junho	**13**	**9**	**4**	**18**
Julho	**18**	**2**	**3**	**17**
Agosto	**17**	**0**	**1**	**16**

Mês

	Laboral			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**1**	**1**	**1**	**1**
Out	**1**	**1**	**0**	**1**
Nov	**1**	**1**	**0**	**1**
Dez	**1**	**1**	**0**	**2**
Jan	**2**	**1**	**1**	**2**
Fev	**2**	**0**	**0**	**2**
Mar	**2**	**1**	**0**	**3**
Abr	**3**	**0**	**1**	**2**
Maio	**2**	**1**	**0**	**3**
Junho	**3**	**0**	**0**	**3**
Julho	**3**	**1**	**0**	**4**
Agosto	**4**	**1**	**0**	**5**

Mês

	Tutelar			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**18**	**2**	**2**	**18**
Out	**18**	**2**	**0**	**20**
Nov	**20**	**4**	**5**	**20**
Dez	**20**	**4**	**2**	**22**
Jan	**22**	**2**	**3**	**21**
Fev	**21**	**3**	**1**	**22**
Mar	**22**	**2**	**3**	**21**
Abr	**21**	**3**	**2**	**22**

Maio	**22**	**3**	**3**	**22**
Junho	**22**	**2**	**1**	**23**
Julho	**23**	**4**	**0**	**27**
Agosto	**27**	**0**	**0**	**27**

Mês	**Instrução criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**3**	**2**	**0**	**5**
Out	**5**	**2**	**3**	**4**
Nov	**4**	**3**	**4**	**3**
Dez	**3**	**4**	**5**	**2**
Jan	**2**	**2**	**2**	**2**
Fev	**2**	**1**	**2**	**1**
Mar	**1**	**1**	**0**	**1**
Abr	**1**	**0**	**0**	**1**
Maio	**1**	**1**	**0**	**2**
Junho	**2**	**4**	**5**	**1**
Julho	**1**	**1**	**2**	**0**
Agosto	**0**	**0**	**0**	**0**

São Roque do Pico

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	703	9	33	679
Out	679	20	17	682
Nov	682	11	21	672
Dez	672	11	18	665
Jan	665	16	30	651
Fev	651	16	36	631
Mar	631	24	52	603
Abr	603	31	52	582
Maio	582	17	37	562
Junho	562	16	32	546
Julho	546	10	20	536
Agosto	536	9	6	539

Mês	Criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	28	6	5	29
Out	29	13	10	32
Nov	32	9	11	30
Dez	30	6	9	27
Jan	27	16	5	38
Fev	38	18	15	41
Mar	41	20	8	53
Abr	53	7	16	44

Maio	**44**	**13**	**19**	**38**
Junho	**38**	**16**	**14**	**40**
Julho	**40**	**15**	**11**	**44**
Agosto	**44**	**2**	**0**	**46**

Mês	**Laboral**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**19**	**0**	**1**	**18**
Out	**18**	**3**	**1**	**20**
Nov	**20**	**3**	**1**	**22**
Dez	**22**	**7**	**1**	**28**
Jan	**28**	**3**	**8**	**23**
Fev	**23**	**2**	**2**	**23**
Mar	**23**	**4**	**9**	**18**
Abr	**18**	**1**	**5**	**14**
Maio	**14**	**2**	**2**	**14**
Junho	**14**	**1**	**2**	**13**
Julho	**13**	**2**	**2**	**13**
Agosto	**13**	**1**	**0**	**14**

Mês	**Tutelar**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**40**	**1**	**2**	**39**
Out	**39**	**6**	**13**	**32**
Nov	**32**	**2**	**4**	**30**
Dez	**30**	**5**	**4**	**31**
Jan	**31**	**10**	**9**	**32**
Fev	**32**	**5**	**2**	**35**
Mar	**35**	**4**	**2**	**37**
Abr	**37**	**4**	**9**	**32**
Maio	**32**	**3**	**10**	**25**

Junho	**25**	**3**	**5**	**23**
Julho	**23**	**4**	**4**	**23**
Agosto	**23**	**1**	**2**	**22**

Mês	**Instrução criminal**			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**1**	**0**	**0**	**1**
Out	**1**	**10**	**8**	**3**
Nov	**3**	**9**	**9**	**3**
Dez	**3**	**8**	**6**	**5**
Jan	**5**	**4**	**6**	**3**
Fev	**3**	**8**	**5**	**6**
Mar	**6**	**7**	**6**	**7**
Abr	**7**	**5**	**8**	**4**
Maio	**4**	**3**	**5**	**2**
Junho	**2**	**5**	**5**	**2**
Julho	**2**	**7**	**9**	**0**

Velas

Mês	Cível			
	pendentes inicio do ano	entrados	findos	pendentes fim do ano
Set	**560**	**10**	**5**	**565**
Out	**565**	**16**	**34**	**547**
Nov	**547**	**29**	**15**	**561**
Dez	**561**	**22**	**16**	**567**
Jan	**567**	**17**	**13**	**572**
Fev	**572**	**25**	**17**	**580**
Mar	**580**	**35**	**25**	**590**
Abr	**590**	**25**	**14**	**601**
Maio	**601**	**20**	**13**	**609**
Junho	**609**	**25**	**24**	**610**
Julho	**610**	**23**	**16**	**616**
Agosto	**616**	**18**	**2**	**632**

Mês	Criminal			
	pendentes inicio do ano	entrados	findos	pendentes fim do ano
Set	**17**	**3**	**0**	**20**
Out	**20**	**16**	**5**	**31**
Nov	**31**	**7**	**12**	**26**
Dez	**26**	**11**	**9**	**28**
Jan	**28**	**7**	**8**	**27**
Fev	**27**	**4**	**7**	**24**
Mar	**24**	**13**	**10**	**27**
Abr	**27**	**5**	**2**	**30**
Maio	**30**	**7**	**11**	**26**

Junho	**26**	**2**	**7**	**21**
Julho	**21**	**4**	**4**	**21**
Agosto	**21**	**3**	**1**	**23**

Mês

	Laboral			
	pendentes inicio do ano	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**11**	**0**	**0**	**11**
Out	**11**	**2**	**4**	**9**
Nov	**9**	**4**	**1**	**12**
Dez	**12**	**0**	**1**	**11**
Jan	**11**	**1**	**2**	**10**
Fev	**10**	**1**	**1**	**10**
Mar	**10**	**2**	**0**	**12**
Abr	**12**	**0**	**3**	**9**
Maio	**9**	**1**	**1**	**9**
Junho	**9**	**0**	**2**	**7**
Julho	**7**	**1**	**3**	**5**
Agosto	**5**	**2**	**0**	**7**

Mês

	Tutelar			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**34**	**3**	**1**	**36**
Out	**36**	**12**	**12**	**36**
Nov	**36**	**9**	**9**	**36**
Dez	**36**	**3**	**4**	**35**
Jan	**35**	**4**	**4**	**35**
Fev	**35**	**2**	**5**	**32**
Mar	**32**	**5**	**4**	**33**
Abr	**33**	**4**	**8**	**29**
Maio	**29**	**2**	**4**	**27**
Junho	**27**	**3**	**7**	**23**

Julho	**23**	**0**	**2**	**21**
Agosto	**21**	**2**	**2**	**21**

Mês

	Instrução criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**12**	**4**	**4**	**12**
Out	**12**	**24**	**16**	**20**
Nov	**20**	**14**	**18**	**15**
Dez	**15**	**18**	**15**	**18**
Jan	**18**	**12**	**12**	**18**
Fev	**18**	**9**	**11**	**16**
Mar	**16**	**19**	**20**	**15**
Abr	**15**	**8**	**7**	**16**
Maio	**16**	**5**	**8**	**12**
Junho	**12**	**8**	**4**	**16**
Julho	**16**	**4**	**6**	**14**
Agosto	**14**	**0**	**1**	**13**

Vila do Porto

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	224	4	11	217
Out	217	16	6	227
Nov	227	14	9	232
Dez	232	21	8	244
Jan	244	28	11	261
Fev	261	12	20	253
Mar	253	10	12	251
Abr	251	14	17	248
Maio	248	14	13	249
Junho	249	4	11	242
Julho	242	6	23	225
Agosto	225	12	2	235

Mês	Criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	7	3	3	7
Out	7	9	3	13
Nov	13	6	8	11
Dez	11	1	4	8
Jan	8	4	4	8
Fev	8	6	4	10
Mar	10	3	6	7
Abr	7	11	6	12
Maio	12	3	5	10

Junho	**10**	**5**	**11**	**4**
Julho	**4**	**5**	**3**	**6**
Agosto	**6**	**0**	**0**	**6**

Mês

	Laboral			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**12**	**1**	**2**	**11**
Out	**11**	**0**	**0**	**11**
Nov	**11**	**0**	**0**	**11**
Dez	**11**	**1**	**0**	**12**
Jan	**12**	**2**	**1**	**13**
Fev	**13**	**1**	**3**	**11**
Mar	**11**	**1**	**1**	**11**
Abr	**11**	**0**	**2**	**9**
Maio	**9**	**0**	**2**	**7**
Junho	**7**	**1**	**0**	**8**
Julho	**8**	**0**	**3**	**5**
Agosto	**5**	**0**	**0**	**5**

Mês

	Tutelar			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**14**	**1**	**6**	**10**
Out	**10**	**4**	**2**	**12**
Nov	**12**	**1**	**1**	**12**
Dez	**12**	**4**	**2**	**14**
Jan	**14**	**6**	**2**	**15**
Fev	**15**	**1**	**1**	**15**
Mar	**15**	**2**	**4**	**13**
Abr	**13**	**4**	**2**	**15**
Maio	**15**	**2**	**8**	**9**
Junho	**9**	**3**	**3**	**9**

Julho	**9**	**1**	**2**	**8**
Agosto	**8**	**0**	**0**	**8**

Mês

	Instrução criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**6**	**1**	**0**	**7**
Out	**7**	**7**	**6**	**8**
Nov	**8**	**7**	**5**	**10**
Dez	**10**	**7**	**6**	**11**
Jan	**11**	**4**	**7**	**8**
Fev	**8**	**3**	**2**	**9**
Mar	**9**	**4**	**4**	**9**
Abr	**9**	**4**	**3**	**9**
Maio	**9**	**4**	**8**	**5**
Junho	**5**	**8**	**8**	**5**
Julho	**5**	**0**	**0**	**5**
Agosto	**5**	**0**	**0**	**5**

Vila Franca do Campo

Mês	Cível			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	734	9	14	729
Out	729	24	5	748
Nov	748	27	21	755
Dez	755	26	26	755
Jan	755	31	26	760
Fev	760	27	30	756
Mar	756	30	26	760
Abr	760	27	33	756
Maio	756	20	35	741
Junho	741	29	39	731
Julho	731	34	28	736
Agosto	736	8	6	738

Mês	Criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	35	2	5	32
Out	32	16	9	39
Nov	39	15	19	35
Dez	35	14	15	34
Jan	34	16	7	43
Fev	43	17	15	45
Mar	45	15	13	48
Abr	48	10	15	43
Maio	43	23	14	51
Junho	51	12	13	50

Julho	**50**	**13**	**8**	**56**
Agosto	**56**	**2**	**2**	**56**

Mês				
	Instrução criminal			
	pendentes antes de	entrados	findos	pendentes depois de
Set	**3**	**7**	**5**	**5**
Out	**5**	**23**	**16**	**12**
Nov	**12**	**21**	**25**	**8**
Dez	**8**	**13**	**13**	**8**
Jan	**8**	**9**	**11**	**6**
Fev	**6**	**11**	**8**	**9**
Mar	**9**	**10**	**14**	**5**
Abr	**5**	**8**	**3**	**10**
Maio	**10**	**15**	**13**	**12**
Junho	**12**	**12**	**16**	**8**
Julho	**8**	**3**	**9**	**1**
Agosto	**1**	**1**	**0**	**2**

MAPA 2

Instância Central

Secções de competência especializada

1.ª Secção Cível e Criminal (PONTA DELGADA)

Mês	Cível			
	taxa de congestão	**taxa de resolução**	**taxa de recuperação**	**Taxa litigância**
Set	**20800,00%**	**30,00%**	**0,47%**	
Out	**4510,71%**	**38,36%**	**2,10%**	
Nov	**1373,68%**	**34,67%**	**6,02%**	
Dez	**2427,87%**	**27,35%**	**3,58%**	
Jan	**1314,40%**	**154,32%**	**7,25%**	
Fev	**1310,66%**	**184,85%**	**7,33%**	
Mar	**935,15%**	**235,71%**	**10,23%**	
Abr	**3720,51%**	**121,88%**	**2,63%**	
Maio	**3902,70%**	**54,41%**	**2,45%**	
Jun	**3432,56%**	**82,69%**	**2,81%**	
Jul	**4245,71%**	**71,43%**	**2,28%**	
Agosto	**37450,00%**	**12,12%**	**0,26%**	
				7,26

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	**taxa de resolução**	**taxa de recuperação**	**Taxa litigância**
Set	**850,00%**	**600,00%**	**11,54%**	
Out	**766,67%**	**31,58%**	**9,23%**	
Nov	**400,00%**	**66,67%**	**18,18%**	
Dez	**563,64%**	**100,00%**	**15,07%**	
Jan	**787,50%**	**50,00%**	**10,13%**	
Fev	**566,67%**	**109,09%**	**15,19%**	
Mar	**366,67%**	**85,71%**	**20,69%**	
Abr	**627,27%**	**91,67%**	**13,58%**	
Maio	**425,00%**	**84,21%**	**18,39%**	
Junho	**394,44%**	**69,23%**	**18,56%**	
Julho	**390,00%**	**142,86%**	**21,74%**	
Agosto	**2333,33%**	**50,00%**	**3,95%**	
				1,23

Secção de Instrução Criminal

Mês	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	taxa litigância
Set	275,00%	70,59%	24,00%	
Out	33,93%	80,58%	63,28%	
Nov	80,25%	110,96%	58,70%	
Dez	91,80%	96,83%	51,26%	
Jan	87,69%	78,31%	46,43%	
Fev	86,21%	89,69%	50,58%	
Mar	109,21%	102,70%	48,41%	
Abr	106,58%	100,00%	48,41%	
Maio	93,02%	119,44%	56,58%	
Junho	84,62%	91,76%	51,66%	
Julho	89,02%	115,49%	56,94%	
Agosto	321,05%	105,56%	24,05%	
				10,43

Secção de Família e Menores

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Set	3177,78%	40,91%	2,92%	
Out	2500,00%	34,29%	3,58%	
Nov	1468,18%	110,00%	6,41%	
Dez	1565,85%	205,00%	6,19%	
Jan	873,24%	236,67%	10,92%	
Fev	636,26%	165,45%	14,35%	
Mar	987,27%	183,33%	9,60%	
Abr	709,59%	243,33%	13,32%	
Maio	701,47%	170,00%	13,15%	
Junho	517,24%	170,59%	17,37%	
Julho	1205,88%	91,89%	7,61%	
Agosto	20600,00%	15,38%	0,47%	
				3,34

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Set	3065,71%	102,94%	3,16%	
Out	1393,51%	71,96%	6,53%	
Nov	1283,72%	103,61%	7,25%	
Dez	1309,52%	93,33%	7,06%	
Jan	870,87%	169,33%	10,75%	
Fev	659,38%	168,42%	13,91%	
Mar	651,32%	167,03%	14,06%	
Abr	822,12%	125,56%	11,09%	
Maio	656,52%	166,27%	13,95%	
Junho	668,50%	100,00%	13,01%	
Julho	1362,90%	67,39%	6,62%	
Agosto	8750,00%	31,25%	1,10%	
				7,25

Secção do Trabalho

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Set	1783,33%	600,00%	5,56%	
Out	2781,82%	183,33%	3,53%	
Nov	3010,00%	100,00%	3,22%	
Dez	3010,00%	90,91%	3,21%	
Jan	2516,67%	109,09%	3,83%	
Fev	3010,00%	71,43%	3,17%	
Mar	2772,73%	61,11%	3,41%	
Abr	2228,57%	175,00%	4,38%	
Maio	6120,00%	20,00%	1,51%	
Junho	1417,39%	191,67%	6,80%	
Julho	1575,00%	250,00%	6,19%	
Agosto	2020,00%		4,95%	
				0,91

Mês	Laboral			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Set	1263,64%	44,00%	6,71%	
Out	711,63%	89,58%	12,15%	
Nov	611,76%	137,84%	14,61%	
Dez	515,52%	128,89%	16,86%	
Jan	426,87%	98,53%	18,93%	
Fev	717,50%	111,11%	12,38%	
Mar	602,13%	97,92%	14,20%	
Abr	525,93%	117,39%	16,36%	
Maio	520,75%	189,29%	17,43%	
Junho	545,65%	102,22%	15,54%	
Julho	471,70%	120,45%	18,03%	
Agosto	24100,00%	2,44%	0,35%	
				3,89

2.ª Secção Cível e Criminal (ANGRA DO HEROÍSMO)

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	10475,00%	100,00%	0,95%	
Out	349,17%	127,66%	23,39%	
Nov	2023,08%	10,20%	3,33%	
Dez	11312,50%	22,22%	0,85%	
Jan	2744,12%	58,62%	3,43%	
Fev	2744,12%	58,62%	3,43%	
Mar	2440,54%	119,35%	3,96%	
Abr	2240,00%	190,48%	4,36%	
Maio	1993,18%	133,33%	4,84%	
Junho	5088,24%	77,27%	1,92%	
Julho	4350,00%	95,24%	2,24%	
Agosto	9677,78%	47,37%	1,01%	
				6,31

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	4400,00%		2,27%	
Out	186,96%	27,06%	17,97%	
Nov	814,29%	70,00%	10,45%	
Dez	2850,00%	33,33%	3,17%	
Jan	2000,00%	30,00%	4,29%	
Fev	541,67%	80,00%	15,00%	
Mar	762,50%	266,67%	12,50%	
Abr	1400,00%	200,00%	6,90%	
Maio	771,43%	100,00%	11,48%	
Junho	1080,00%	250,00%	8,93%	
Julho	2550,00%	22,22%	3,33%	
Agosto		0,00%	0,00%	
				1,45

Instâncias locais

Secções de competência genérica

Angra do Heroísmo

Secção cível

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	13865,63%	100,00%	0,72%	
Out	5916,00%	86,21%	1,66%	
Nov	4044,55%	98,21%	2,41%	
Dez	1648,52%	275,51%	5,94%	
Jan	1614,72%	288,04%	6,06%	
Fev	4368,09%	144,62%	2,25%	
Mar	1312,54%	334,41%	7,45%	
Abr	6334,43%	82,43%	1,55%	
Maio	5540,00%	68,63%	1,76%	
Junho	6859,65%	60,64%	1,42%	
Julho	7174,55%	65,48%	1,36%	
Agosto	7794,12%	96,23%	1,27%	
				27,85

Mês	Laboral			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	2900,00%	75,00%	3,30%	
Out	4400,00%	28,57%	2,11%	
Nov	2325,00%	57,14%	4,00%	
Dez	9600,00%	50,00%	1,02%	
Jan	808,33%	200,00%	11,65%	
Fev	1780,00%	250,00%	5,49%	
Mar	870,00%	200,00%	10,87%	
Abr	2050,00%	133,33%	4,71%	
Maio	1350,00%	300,00%	7,23%	
Junho	2566,67%	75,00%	3,70%	
Julho	7800,00%	100,00%	1,27%	
Agosto	7800,00%	50,00%	1,25%	
				0,44

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	5160,00%	41,67%	1,85%	
Out	2208,33%	60,00%	4,21%	
Nov	975,00%	87,50%	9,18%	
Dez	1743,75%	64,00%	5,26%	
Jan	757,89%	105,56%	11,73%	
Fev	953,33%	142,86%	9,77%	
Mar	839,39%	157,14%	11,07%	
Abr	1266,67%	84,00%	7,22%	
Maio	1500,00%	200,00%	6,45%	
Junho	932,14%	84,85%	9,52%	
Julho	5300,00%	20,83%	1,73%	
Agosto	2820,00%	250,00%	3,50%	
				2,53

Secção criminal

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	9300,00%	3,45%	0,82%	
Nov	12100,00%	5,56%	0,72%	
Dez	13800,00%	0,89%	0,40%	
Jan	12450,00%	0,67%	0,37%	
Fev	2018,52%	108,00%	4,74%	
Mar	2172,00%	9,73%	3,13%	
Abr	4843,75%	17,98%	1,85%	
Maio	10600,00%	53,33%	0,93%	
Junho	14250,00%	46,15%	0,69%	
Julho	2462,86%	875,00%	4,04%	
				8,31

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	22800,00%	20,00%	0,43%	
Out	504,35%	191,67%	17,97%	
Nov	602,86%	100,00%	14,23%	
Dez	1241,18%	73,91%	7,26%	
Jan	657,58%	58,93%	12,09%	
Fev	1405,88%	100,00%	6,64%	
Mar	1327,78%	120,00%	7,09%	
Abr	740,63%	177,78%	12,55%	
Maio	719,35%	134,78%	12,60%	
Junho	860,00%	250,00%	11,11%	
Julho	740,74%	150,00%	12,39%	
Agosto	6366,67%	50,00%	1,52%	
				2,42

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	78,18%	127,91%	63,95%	
Nov	114,81%	96,43%	45,76%	
Dez	200,00%	88,89%	32,00%	
Jan	147,83%	85,19%	37,70%	
Fev	158,33%	120,00%	41,38%	
Mar	130,77%	96,30%	42,62%	
Abr	141,67%	126,32%	45,28%	
Maio	126,09%	92,00%	42,59%	
Junho	163,16%	100,00%	38,00%	
Julho	228,57%	233,33%	36,84%	
Agosto	383,33%	120,00%	21,43%	
				6,92

Horta

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	10407,69%	92,86%	0,95%	
Out	7522,22%	56,25%	1,30%	
Nov	3109,09%	183,33%	3,16%	
Dez	4814,29%	103,70%	2,04%	
Jan	3741,67%	180,00%	2,63%	
Fev	2772,92%	150,00%	3,52%	
Mar	3760,00%	106,06%	2,59%	
Abr	5968,18%	81,48%	1,64%	
Maio	3993,94%	106,45%	2,45%	
Junho	3870,59%	147,83%	2,54%	
Julho	5673,91%	164,29%	1,74%	
Agosto	25920,00%	41,67%	0,38%	
				19,27

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	5225,00%	66,67%	1,86%	
Out	1758,33%	38,71%	4,96%	
Nov	1090,48%	60,00%	7,95%	
Dez	1869,23%	76,47%	5,00%	
Jan	1543,75%	94,12%	6,06%	
Fev	1235,00%	83,33%	7,38%	
Mar	836,67%	187,50%	11,24%	
Abr	677,14%	318,18%	14,11%	
Maio	760,71%	186,67%	12,28%	
Junho	1333,33%	107,14%	7,01%	
Julho	4975,00%	30,77%	1,89%	
				13,27

Mês	Laboral			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	9300,00%	20,00%	1,02%	
Nov	1616,67%	120,00%	5,88%	
Dez	4850,00%	33,33%	1,94%	
Jan	555,56%	600,00%	17,48%	
Fev	2125,00%	400,00%	4,65%	
Mar	1366,67%	66,67%	6,59%	
Abr	4250,00%	100,00%	2,30%	
Maio	2833,33%	150,00%	3,45%	
Junho	2800,00%	60,00%	3,37%	
Julho	2866,67%	300,00%	3,45%	
				2,67

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	9800,00%	100,00%	1,01%	
Out	3266,67%	300,00%	3,03%	
Nov	960,00%	200,00%	9,90%	
Dez	1137,50%		8,79%	
Jan	2075,00%	100,00%	4,60%	
Fev	1660,00%	125,00%	5,75%	
Mar	1025,00%	133,33%	9,09%	
Abr	1350,00%	42,86%	6,32%	
Maio	8900,00%	33,33%	1,09%	
Junho	910,00%	142,86%	10,20%	
Julho	2933,33%	75,00%	3,26%	
				3,47

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	116,67%	57,14%	34,29%	
Nov	287,50%	80,00%	24,24%	
Dez	277,78%	225,00%	31,03%	
Jan	285,71%	175,00%	29,17%	
Fev	566,67%	150,00%	15,79%	
Mar	266,67%	150,00%	30,00%	
Abr	466,67%	300,00%	20,00%	
Maio	240,00%	55,56%	23,81%	
Junho	228,57%	70,00%	26,92%	
Julho	237,50%	266,67%	36,36%	
Agosto	433,33%	100,00%	18,75%	
				5,14

Ponta Delgada

Secção Cível

Mês	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Set	9226,92%	121,88%	1,07%	
Out	986,54%	242,67%	9,73%	
Nov	2581,99%	109,66%	3,74%	
Dez	2784,65%	114,22%	3,48%	
Jan	2240,94%	137,96%	4,32%	
Fev	1686,22%	227,91%	5,78%	
Mar	2354,78%	124,77%	4,11%	
Abr	2415,85%	160,61%	4,04%	
Maio	2588,11%	116,19%	3,74%	
Junho	2455,47%	147,13%	3,96%	
Julho	3070,79%	107,45%	3,16%	
Agosto	11055,36%	45,53%	0,89%	
				27,38

Secção Criminal

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Out	922,22%	1,43%	1,27%	
Nov	4950,00%	6,48%	1,54%	
Dez	2355,26%	31,93%	3,75%	
Jan	2957,58%	80,49%	3,24%	
Fev	3780,77%	59,09%	2,53%	
Mar	4550,00%	137,50%	2,16%	
Abr	2926,47%	39,53%	3,15%	
Maio	4026,92%	65,00%	2,39%	
Junho	2947,22%	87,80%	3,27%	
Julho	1776,67%	105,26%	5,34%	
Agosto	35433,33%	7,69%	0,27%	

				15,94

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa litigância
Set	832,56%	97,73%	10,70%	
Out	352,94%	95,33%	21,84%	
Nov	270,15%	163,41%	30,18%	
Dez	343,33%	152,54%	24,46%	
Jan	275,25%	79,53%	24,94%	
Fev	298,04%	109,68%	25,69%	
Mar	270,00%	106,80%	27,50%	
Abr	329,89%	100,00%	23,26%	
Maio	292,86%	90,74%	24,81%	
Junho	225,76%	103,94%	31,06%	
Julho	408,45%	71,72%	18,25%	
Agosto	1177,78%	100,00%	7,83%	
				12,77

Praia da Vitória

Secção cível

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	15561,54%	92,86%	0,64%	
Out	2594,87%	177,27%	3,77%	
Nov	2842,86%	148,94%	3,44%	
Dez	2850,72%	164,29%	3,43%	
Jan	1865,38%	182,46%	5,21%	
Fev	4856,41%	84,78%	2,01%	
Mar	2880,30%	120,00%	3,37%	
Abr	2822,39%	126,42%	3,45%	
Maio	3475,93%	108,00%	2,80%	
Junho	2973,02%	118,87%	3,27%	
Julho	3955,32%	97,92%	2,46%	
Agosto	13264,29%	35,00%	0,74%	
				26,10

Mês	Laboral			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	6500,00%	25,00%	1,45%	
Out	850,00%	200,00%	11,11%	
Nov	640,00%	333,33%	14,93%	
Dez	814,29%	700,00%	12,07%	
Jan	2550,00%	50,00%	3,64%	
Fev	2650,00%	66,67%	3,57%	
Mar	900,00%	200,00%	10,53%	
Abr	1700,00%	60,00%	5,36%	
Maio	662,50%	200,00%	14,04%	
Junho	714,29%	116,67%	12,50%	
Julho	980,00%	100,00%	9,26%	
				2,09

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	1377,78%	150,00%	6,92%	
Out	406,67%	214,29%	22,06%	
Nov	353,33%	300,00%	25,86%	
Dez	500,00%	283,33%	18,68%	
Jan	811,11%	81,82%	10,71%	
Fev	1057,14%	87,50%	8,54%	
Mar	441,18%	283,33%	20,99%	
Abr	450,00%	43,75%	14,74%	
Maio	683,33%	109,09%	12,90%	
Junho	506,25%	59,26%	14,81%	
Julho	614,29%	87,50%	13,73%	
Agosto	8800,00%	14,29%	1,05%	
				7,32

Secção criminal

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	10450,00%	200,00%	0,95%	
Out	305,88%	755,56%	31,34%	
Nov	1241,67%	600,00%	7,95%	
Dez	661,90%	91,30%	12,96%	
Jan	705,00%	400,00%	13,70%	
Fev	504,00%	250,00%	18,38%	
Mar	504,55%	550,00%	19,13%	
Abr	342,86%	560,00%	27,72%	
Maio	331,82%	100,00%	23,16%	
Junho	317,39%	127,78%	25,27%	
Julho	523,08%	162,50%	17,11%	
Agosto	3050,00%	200,00%	3,23%	
				5,13

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	126,67%	500,00%	68,18%	
Nov	87,50%	114,29%	57,14%	
Dez	150,00%	80,00%	36,36%	
Jan	77,78%	150,00%	69,23%	
Fev	400,00%	14,29%	9,09%	
Mar	83,33%	171,43%	70,59%	
Abr	45,45%	100,00%	68,75%	
Maio	38,46%	100,00%	72,22%	
Junho	41,67%	100,00%	70,59%	
Julho	55,56%	150,00%	81,82%	
Agosto	66,67%	300,00%	100,00%	
				3,71

Ribeira Grande

Secção cível

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	taxa litigância
Set	1339,72%	371,05%	7,32%	
Out	1152,26%	161,46%	8,24%	
Nov	1134,21%	136,94%	8,28%	
Dez	2003,57%	102,44%	4,76%	
Jan	1401,67%	181,82%	6,86%	
Fev	1680,41%	104,30%	5,63%	
Mar	1164,29%	181,82%	8,20%	
Abr	1463,55%	205,77%	6,61%	
Maio	1573,96%	177,78%	6,13%	
Junho	2160,29%	147,83%	4,49%	
Julho	2190,91%	95,65%	4,36%	
Agosto	6300,00%	60,53%	1,55%	
				22,19

Secção criminal

Mês	Cível			
	taxa de congestão	**taxa de resolução**	**taxa de recuperação**	**taxa litigância**
Set	**966,67%**		**10,34%**	
Out	**200,00%**	**21,31%**	**14,94%**	
Nov	**347,62%**	**67,74%**	**20,19%**	
Dez	**395,24%**	**233,33%**	**22,83%**	
Jan	**394,44%**	**360,00%**	**23,68%**	
Fev	**362,50%**	**266,67%**	**25,00%**	
Mar	**533,33%**	**75,00%**	**15,00%**	
Abr	**425,00%**	**171,43%**	**20,69%**	
Maio	**383,33%**	**300,00%**	**24,00%**	
Junho	**380,00%**	**166,67%**	**22,73%**	
Julho	**188,89%**	**33,96%**	**20,69%**	
				5,24

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	**taxa de resolução**	**taxa de recuperação**	**taxa litigância**
Set	**355,00%**	**181,82%**	**24,39%**	
Out	**187,88%**	**61,11%**	**28,45%**	
Nov	**237,14%**	**112,90%**	**30,70%**	
Dez	**303,85%**	**78,79%**	**23,21%**	
Jan	**215,00%**	**95,24%**	**31,25%**	
Fev	**237,84%**	**137,04%**	**32,17%**	
Mar	**207,89%**	**74,51%**	**29,23%**	
Abr	**287,50%**	**76,19%**	**23,88%**	
Maio	**217,02%**	**156,67%**	**35,61%**	
Junho	**178,72%**	**106,82%**	**36,72%**	
Julho	**275,86%**	**82,86%**	**25,22%**	
Agosto	**870,00%**	**100,00%**	**10,31%**	
				11,07

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	7,14%	51,85%	50,00%	
Out	20,97%	72,09%	62,63%	
Nov	45,68%	96,43%	66,94%	
Dez	88,64%	104,76%	54,32%	
Jan	84,09%	107,32%	56,41%	
Fev	56,90%	90,63%	59,79%	
Mar	84,78%	100,00%	54,12%	
Abr	121,88%	76,19%	39,51%	
Maio	64,94%	132,76%	71,30%	
Junho	86,11%	100,00%	53,73%	
Julho	103,33%	76,92%	42,86%	
Agosto	666,67%	120,00%	13,33%	
				15,39

Santa Cruz da Graciosa

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	8450,00%	66,67%	1,16%	
Out	8500,00%	200,00%	1,17%	
Nov	3380,00%	31,25%	2,70%	
Dez	4500,00%	133,33%	2,19%	
Jan	2983,33%	300,00%	3,31%	
Fev	1750,00%	142,86%	5,49%	
Mar	3440,00%	166,67%	2,86%	
Abr	2125,00%	133,33%	4,55%	
Maio	2100,00%	88,89%	4,52%	
Junho	2414,29%	350,00%	4,09%	
Julho	4100,00%	50,00%	2,33%	
Agosto	5600,00%	75,00%	1,74%	
				14,58

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	600,00%	50,00%	12,50%	
Nov	466,67%	75,00%	16,67%	
Dez	750,00%	200,00%	12,50%	
Jan	466,67%	150,00%	18,75%	
Fev	650,00%	#DIV/0!	15,38%	
Mar	550,00%	200,00%	16,67%	
Abr	500,00%	33,33%	12,50%	
Maio	127,27%	550,00%	68,75%	
Junho	250,00%	33,33%	18,18%	
Julho	900,00%	100,00%	10,00%	
				6,15

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	1200,00%	100,00%	7,69%	
Nov	300,00%	88,89%	24,24%	
Dez	1250,00%		8,00%	
Jan	575,00%		17,39%	
Fev	633,33%	150,00%	14,29%	
Mar	#DIV/0!		0,00%	
Abr	257,14%	140,00%	30,43%	
Maio	320,00%	125,00%	25,00%	
Junho	375,00%	200,00%	23,53%	
Julho	650,00%	200,00%	14,29%	
				5,92

Santa Cruz das Flores

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	2812,50%	72,73%	3,39%	
Nov	4560,00%	31,25%	2,05%	
Dez	2644,44%	90,00%	3,63%	
Jan	2655,56%	150,00%	3,67%	
Fev	2962,50%	114,29%	3,28%	
Mar	1573,33%	166,67%	6,12%	
Abr	4600,00%	71,43%	2,11%	
Maio	2577,78%	128,57%	3,77%	
Junho	11500,00%	33,33%	0,85%	
Julho	7800,00%	42,86%	1,24%	
				22,97

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	400,00%	250,00%	22,73%	
Out	242,86%	116,67%	30,43%	
Nov	800,00%	40,00%	9,52%	
Dez	172,73%	137,50%	40,74%	
Jan	266,67%	100,00%	27,27%	
Fev	300,00%	41,67%	18,52%	
Mar	314,29%	175,00%	26,92%	
Abr	190,00%	250,00%	43,48%	
Maio	175,00%	114,29%	38,10%	
Junho	325,00%	44,44%	18,18%	
Julho	600,00%	150,00%	15,00%	
Agosto	1700,00%		5,88%	
				15,39

MÊs	Tutelar			
	taxa de congestão	**taxa de resolução**	**taxa de recuperação**	**Taxa de litigância**
Set	**900,00%**	**100,00%**	**10,00%**	
Nov	**400,00%**	**125,00%**	**20,83%**	
Dez	**1000,00%**	**50,00%**	**8,33%**	
Jan	**733,33%**	**150,00%**	**12,50%**	
Fev	**2100,00%**	**33,33%**	**4,17%**	
Mar	**733,33%**	**150,00%**	**12,50%**	
Abr	**1050,00%**	**66,67%**	**8,33%**	
Maio	**733,33%**	**100,00%**	**12,00%**	
Junho	**2200,00%**	**50,00%**	**4,17%**	
				7,34

São Roque do Pico

MÊS	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	2130,30%	366,67%	4,63%	
Out	3994,12%	85,00%	2,43%	
Nov	3247,62%	190,91%	3,03%	
Dez	3733,33%	163,64%	2,64%	
Jan	2216,67%	187,50%	4,41%	
Fev	1808,33%	225,00%	5,40%	
Mar	1213,46%	216,67%	7,94%	
Abr	1159,62%	167,74%	8,20%	
Maio	1572,97%	217,65%	6,18%	
Junho	1756,25%	200,00%	5,54%	
Julho	2730,00%	200,00%	3,60%	
Agosto	8933,33%	66,67%	1,10%	
				13,43

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	560,00%	83,33%	14,71%	
Out	290,00%	76,92%	23,81%	
Nov	290,91%	122,22%	26,83%	
Dez	333,33%	150,00%	25,00%	
Jan	540,00%	31,25%	11,63%	
Fev	253,33%	83,33%	26,79%	
Mar	512,50%	40,00%	13,11%	
Abr	331,25%	228,57%	26,67%	
Maio	231,58%	146,15%	33,33%	
Junho	271,43%	87,50%	25,93%	
Julho	363,64%	73,33%	20,00%	
				9,97

Mês	Laboral			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	1900,00%		5,26%	
Out	1800,00%	33,33%	4,76%	
Nov	2000,00%	33,33%	4,35%	
Dez	2200,00%	14,29%	3,45%	
Jan	350,00%	266,67%	25,81%	
Fev	1150,00%	100,00%	8,00%	
Mar	255,56%	225,00%	33,33%	
Abr	360,00%	500,00%	26,32%	
Maio	700,00%	100,00%	12,50%	
Junho	700,00%	200,00%	13,33%	
Julho	650,00%	100,00%	13,33%	
				2,05

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	2000,00%	200,00%	4,88%	
Out	300,00%	216,67%	28,89%	
Nov	800,00%	200,00%	11,76%	
Dez	750,00%	80,00%	11,43%	
Jan	344,44%	90,00%	21,95%	
Fev	1600,00%	40,00%	5,41%	
Mar	1750,00%	50,00%	5,13%	
Abr	411,11%	225,00%	21,95%	
Maio	320,00%	333,33%	28,57%	
Junho	500,00%	166,67%	17,86%	
Julho	575,00%	100,00%	14,81%	
Agosto	1150,00%	200,00%	8,33%	
				3,39

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	12,50%	80,00%	72,73%	
Nov	33,33%	100,00%	75,00%	
Dez	50,00%	75,00%	54,55%	
Jan	83,33%	150,00%	66,67%	
Fev	60,00%	62,50%	45,45%	
Mar	100,00%	85,71%	46,15%	
Abr	87,50%	160,00%	66,67%	
Maio	80,00%	166,67%	71,43%	
Junho	40,00%	100,00%	71,43%	
Julho	22,22%	128,57%	100,00%	
Agosto	0,00%	100,00%	100,00%	
				4,95

Velas

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	11200,00%	50,00%	0,88%	
Out	1661,76%	212,50%	5,85%	
Nov	3646,67%	51,72%	2,60%	
Dez	3506,25%	72,73%	2,74%	
Jan	4361,54%	76,47%	2,23%	
Fev	3364,71%	68,00%	2,85%	
Mar	2320,00%	71,43%	4,07%	
Abr	4214,29%	56,00%	2,28%	
Maio	4623,08%	65,00%	2,09%	
Junho	2537,50%	96,00%	3,79%	
Julho	3812,50%	69,57%	2,53%	
Agosto	30800,00%	11,11%	0,32%	
				28,90

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	400,00%	31,25%	13,89%	
Nov	258,33%	171,43%	31,58%	
Dez	288,89%	81,82%	24,32%	
Jan	350,00%	114,29%	22,86%	
Fev	385,71%	175,00%	22,58%	
Mar	240,00%	76,92%	27,03%	
Abr	1350,00%	40,00%	6,25%	
Maio	272,73%	157,14%	29,73%	
Junho	371,43%	350,00%	25,00%	
Julho	525,00%	100,00%	16,00%	
Agosto	2100,00%	33,33%	4,17%	
				8,94

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	3400,00%	33,33%	2,70%	
Out	300,00%	100,00%	25,00%	
Nov	400,00%	100,00%	20,00%	
Dez	900,00%	133,33%	10,26%	
Jan	875,00%	100,00%	10,26%	
Fev	700,00%	250,00%	13,51%	
Mar	800,00%	80,00%	10,81%	
Abr	412,50%	200,00%	21,62%	
Maio	725,00%	200,00%	12,90%	
Junho	385,71%	233,33%	23,33%	
Julho	1150,00%	#DIV/0!	8,70%	
Agosto	1050,00%	100,00%	8,70%	
				5,34

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	300,00%	100,00%	25,00%	
Out	75,00%	66,67%	44,44%	
Nov	111,11%	128,57%	52,94%	
Dez	100,00%	83,33%	45,45%	
Jan	150,00%	100,00%	40,00%	
Fev	163,64%	122,22%	40,74%	
Mar	80,00%	105,26%	57,14%	
Abr	214,29%	87,50%	30,43%	
Maio	200,00%	160,00%	38,10%	
Junho	300,00%	50,00%	20,00%	
Julho	266,67%	150,00%	30,00%	
Agosto	1400,00%	#DIV/0!	7,14%	
				13,63

Vila do Porto

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	2036,36%	275,00%	4,82%	
Out	3616,67%	37,50%	2,58%	
Nov	2522,22%	64,29%	3,73%	
Dez	2900,00%	38,10%	3,16%	
Jan	2218,18%	39,29%	4,04%	
Fev	1305,00%	166,67%	7,33%	
Mar	2108,33%	120,00%	4,56%	
Abr	1476,47%	121,43%	6,42%	
Maio	1907,69%	92,86%	4,96%	
Junho	2263,64%	275,00%	4,35%	
Julho	1052,17%	383,33%	9,27%	
Agosto	11250,00%	16,67%	0,84%	
				27,92

Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	233,33%	100,00%	30,00%	
Out	233,33%	33,33%	18,75%	
Nov	162,50%	133,33%	42,11%	
Dez	275,00%	400,00%	33,33%	
Jan	200,00%	100,00%	33,33%	
Fev	200,00%	66,67%	28,57%	
Mar	166,67%	200,00%	46,15%	
Abr	116,67%	54,55%	33,33%	
Maio	240,00%	166,67%	33,33%	
Junho	90,91%	220,00%	73,33%	
Julho	133,33%	60,00%	33,33%	
				10,09

Mês	Laboral			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	600,00%	200,00%	15,38%	
Jan	1200,00%	50,00%	7,14%	
Fev	433,33%	300,00%	21,43%	
Mar	1100,00%	100,00%	8,33%	
Abr	550,00%		18,18%	
Maio	450,00%		22,22%	
Julho	266,67%		37,50%	
				1,26

Mês	Tutelar			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	233,33%	600,00%	40,00%	
Out	500,00%	50,00%	14,29%	
Nov	1200,00%	100,00%	7,69%	
Dez	600,00%	50,00%	12,50%	
Jan	700,00%	33,33%	10,00%	
Fev	1500,00%	100,00%	6,25%	
Mar	375,00%	200,00%	23,53%	
Abr	650,00%	50,00%	11,76%	
Maio	187,50%	400,00%	47,06%	
Junho	300,00%	100,00%	25,00%	
Julho	450,00%	200,00%	20,00%	
				5,22

Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Out	116,67%	85,71%	42,86%	
Nov	160,00%	71,43%	33,33%	
Dez	166,67%	85,71%	35,29%	
Jan	157,14%	175,00%	46,67%	
Fev	400,00%	66,67%	18,18%	
Mar	225,00%	100,00%	30,77%	
Abr	300,00%	75,00%	23,08%	
Maio	112,50%	200,00%	61,54%	
Junho	62,50%	100,00%	61,54%	
				8,83

Vila Franca do Campo

Mês	Cível			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	5242,86%	155,56%	1,88%	
Out	14580,00%	20,83%	0,66%	
Nov	3561,90%	77,78%	2,71%	
Dez	2903,85%	100,00%	3,33%	
Jan	2903,85%	83,87%	3,31%	
Fev	2533,33%	111,11%	3,81%	
Mar	2907,69%	86,67%	3,31%	
Abr	2303,03%	122,22%	4,19%	
Maio	2160,00%	175,00%	4,51%	
Junho	1900,00%	134,48%	5,06%	
Julho	2610,71%	82,35%	3,66%	
Agosto	12266,67%	75,00%	0,81%	
				16,63

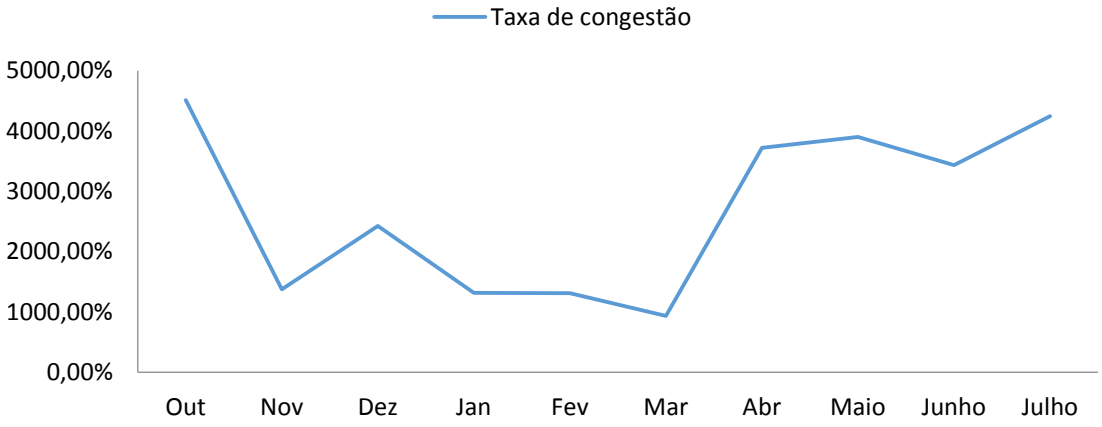
Mês	Criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	700,00%	250,00%	13,51%	
Out	355,56%	56,25%	18,75%	
Nov	205,26%	126,67%	35,19%	
Dez	233,33%	107,14%	30,61%	
Jan	485,71%	43,75%	14,00%	
Fev	286,67%	88,24%	25,00%	
Mar	346,15%	86,67%	21,67%	
Abr	320,00%	150,00%	25,86%	
Maio	307,14%	60,87%	21,21%	
Junho	392,31%	108,33%	20,63%	
Julho	625,00%	61,54%	12,70%	
Agosto	2800,00%	100,00%	3,45%	
				8,83

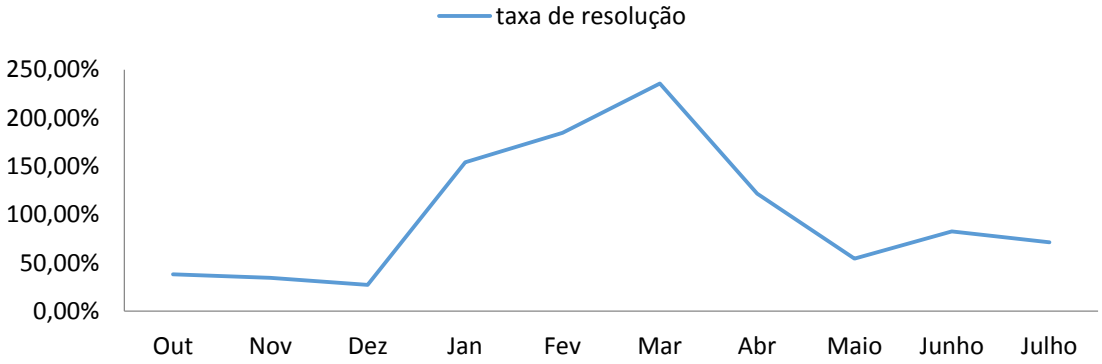
Mês	Instrução criminal			
	taxa de congestão	taxa de resolução	taxa de recuperação	Taxa de litigância
Set	60,00%	71,43%	50,00%	
Out	31,25%	69,57%	57,14%	
Nov	48,00%	119,05%	75,76%	
Dez	61,54%	100,00%	61,90%	
Jan	72,73%	122,22%	64,71%	
Fev	75,00%	72,73%	47,06%	
Mar	64,29%	140,00%	73,68%	
Abr	166,67%	37,50%	23,08%	
Maio	76,92%	86,67%	52,00%	
Junho	75,00%	133,33%	66,67%	
Julho	88,89%	300,00%	81,82%	
				7,58

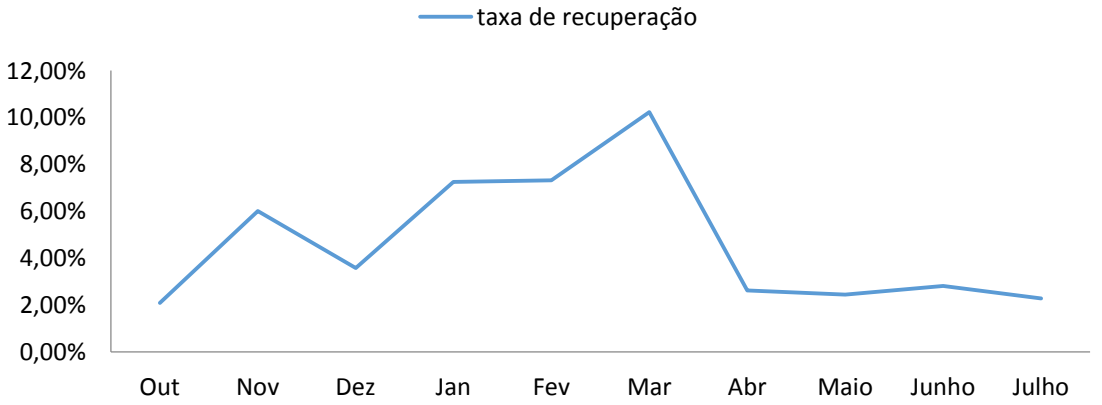
MAPA 3

1.ª Secção Cível e Criminal da Instância Central (Ponta Delgada)

Área processual cível

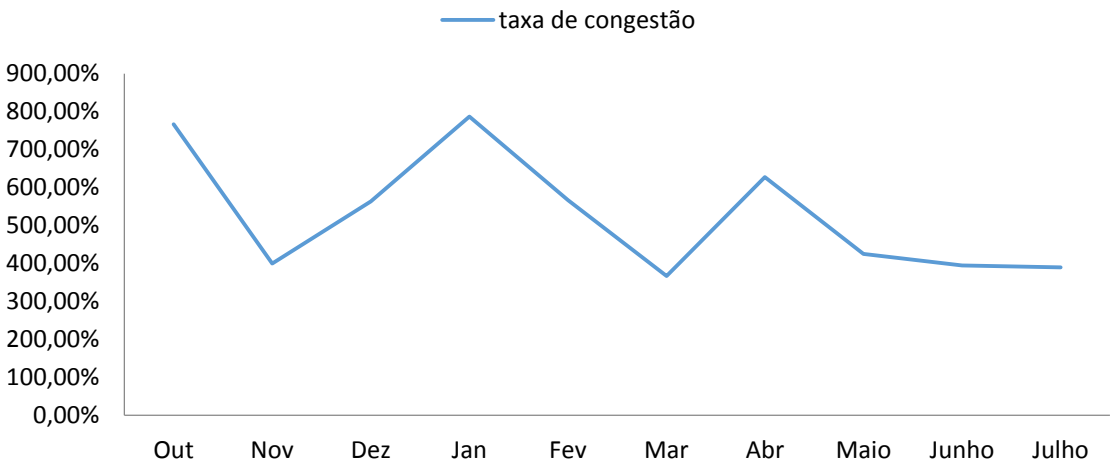


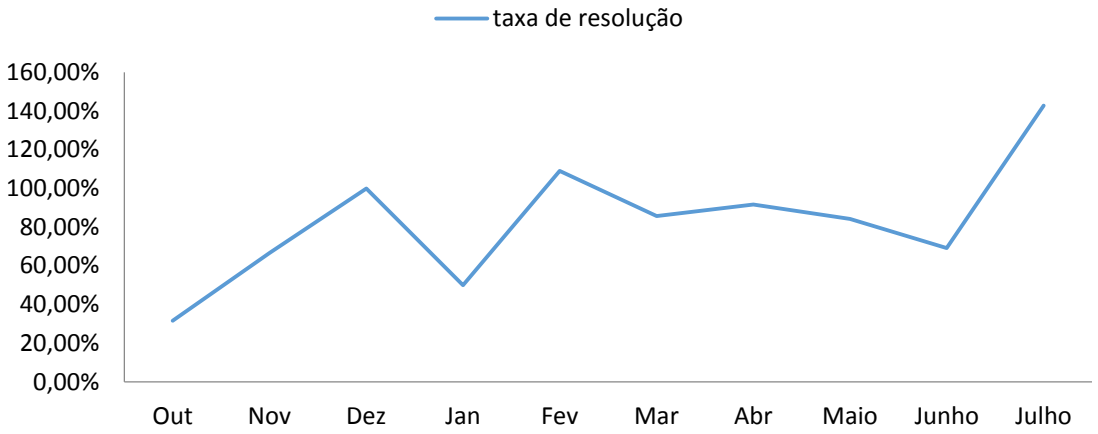


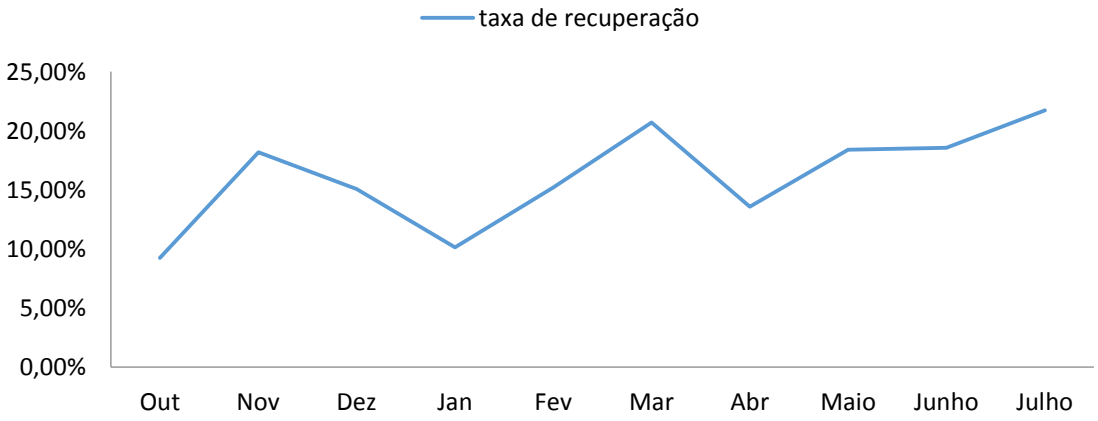


1.ª Secção Cível e Criminal da Instância Central (Ponta Delgada)

Área processual criminal

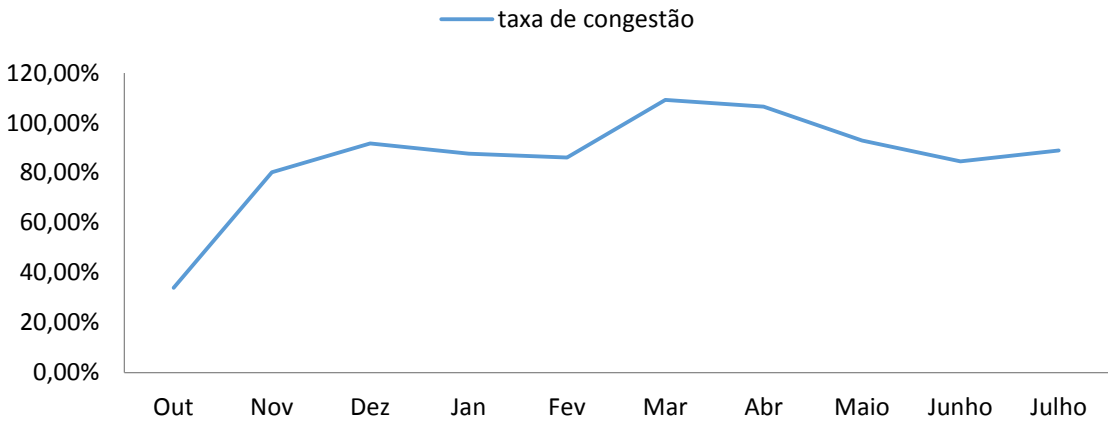


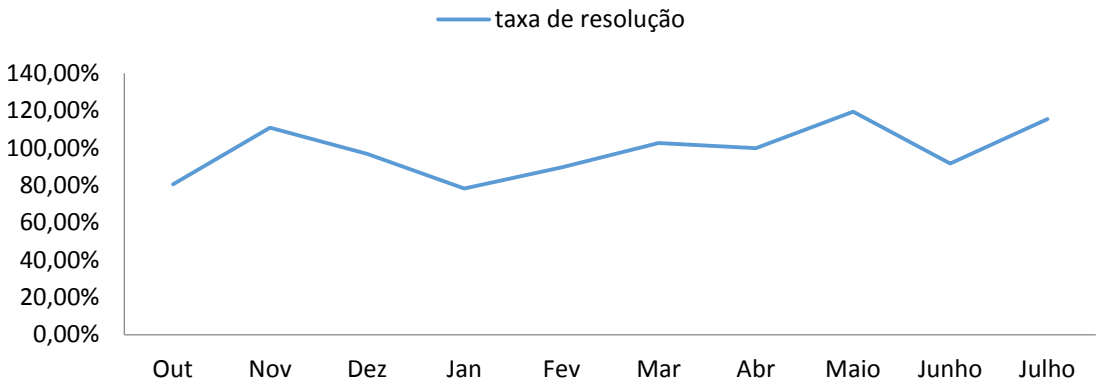


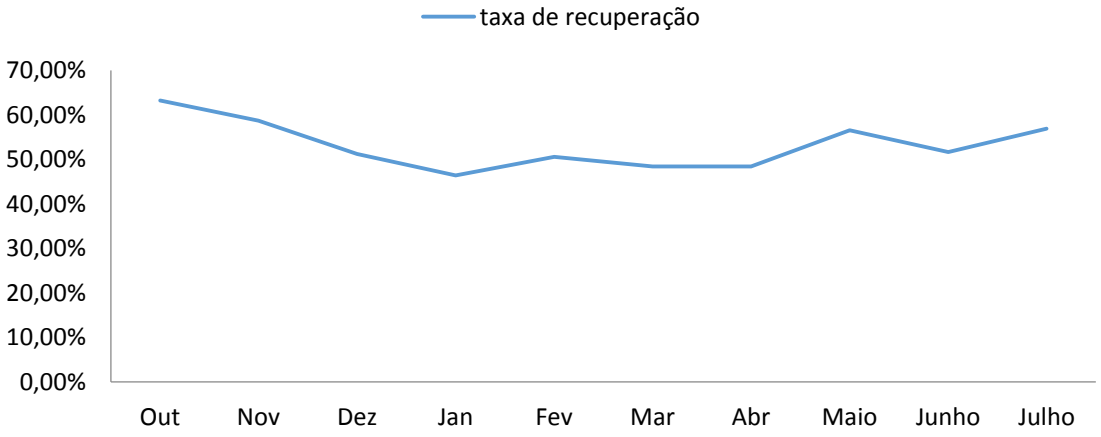


Secção de Instrução Criminal

(Ponta Delgada)

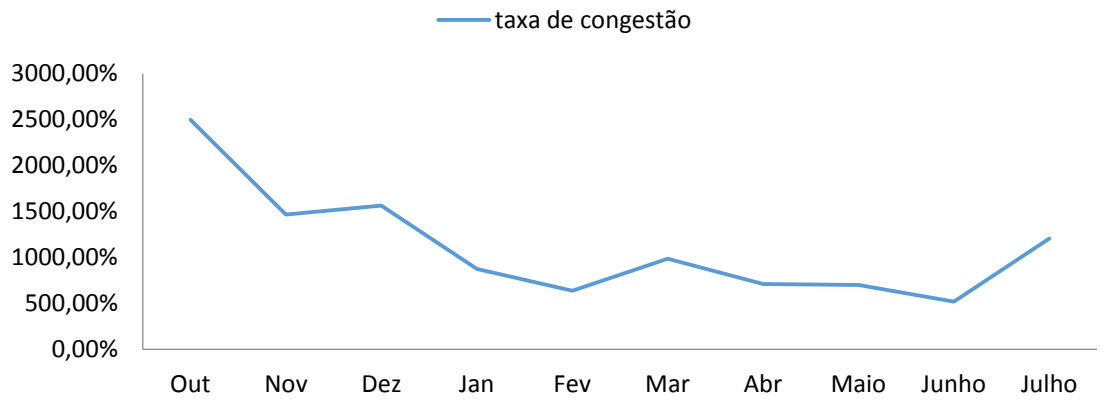


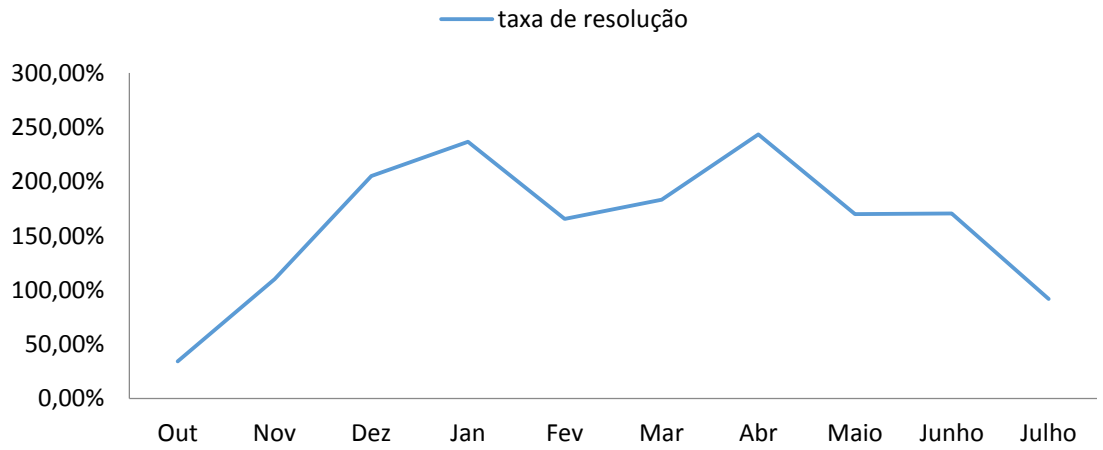


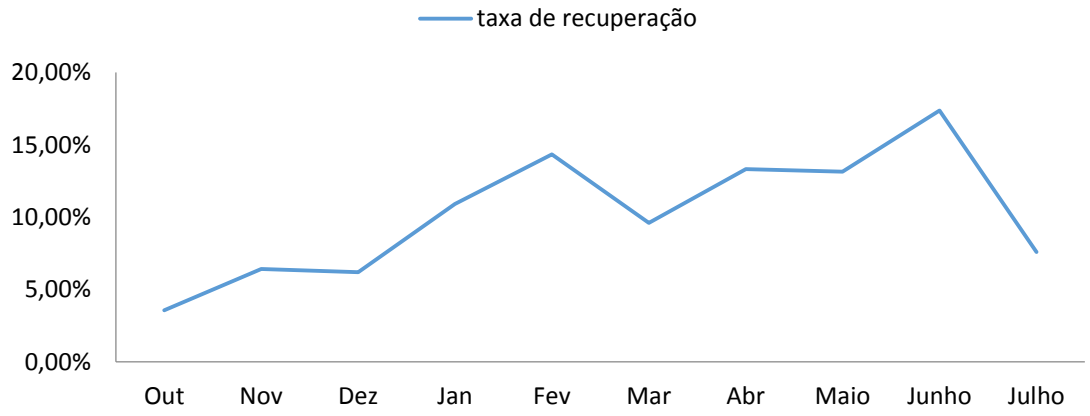


Secção de Família e Menores
(Ponta Delgada)

Área processual cível



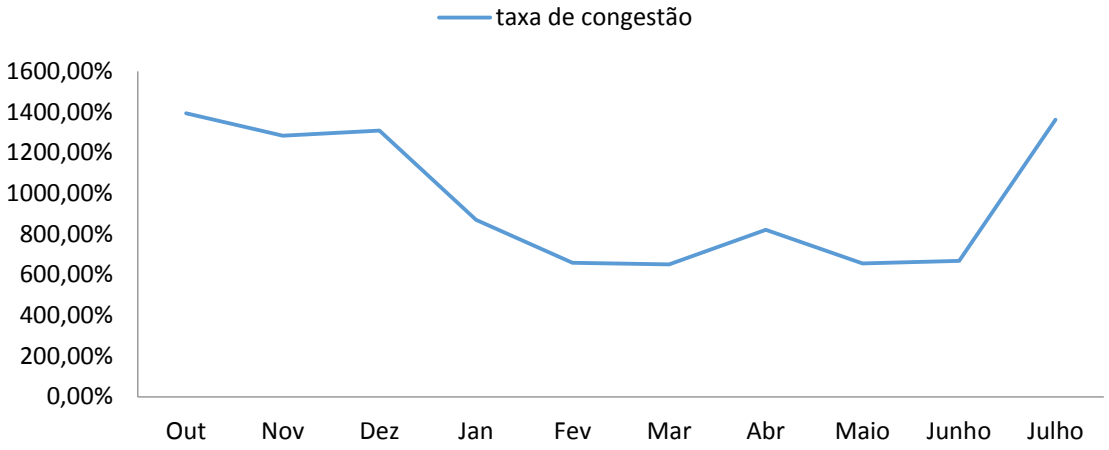


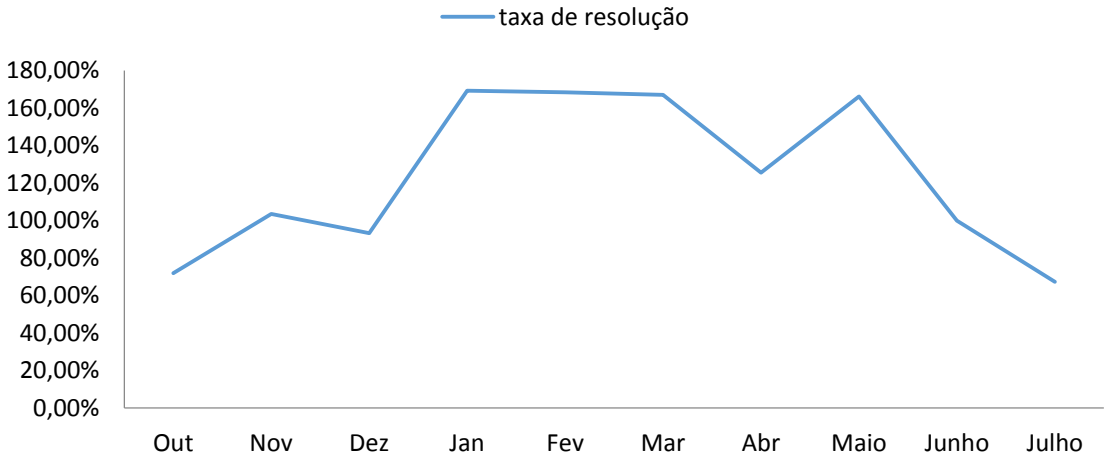


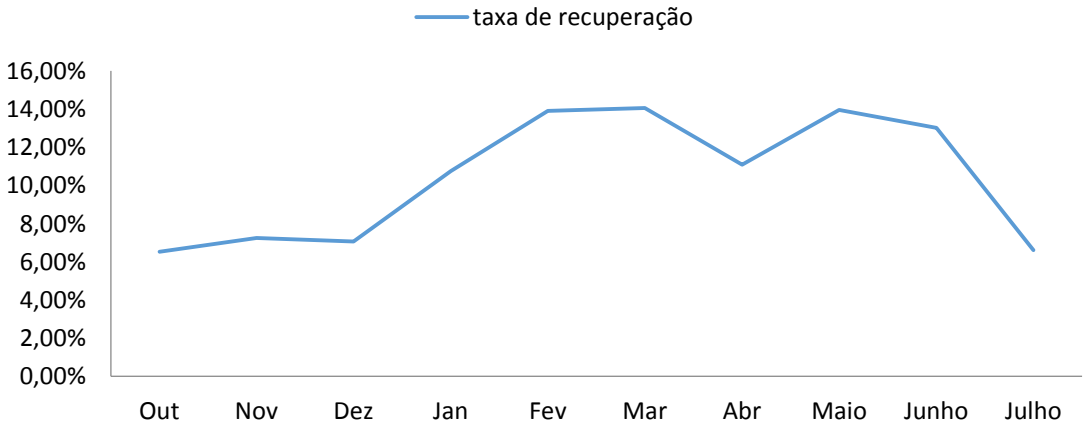
Secção de Família e Menores

(Ponta Delgada)

Área processual tutelar

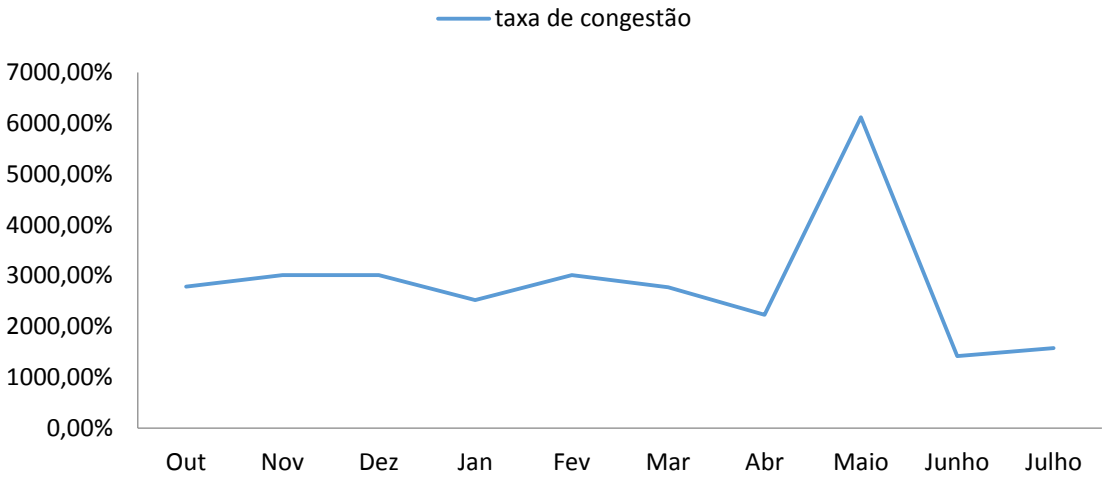


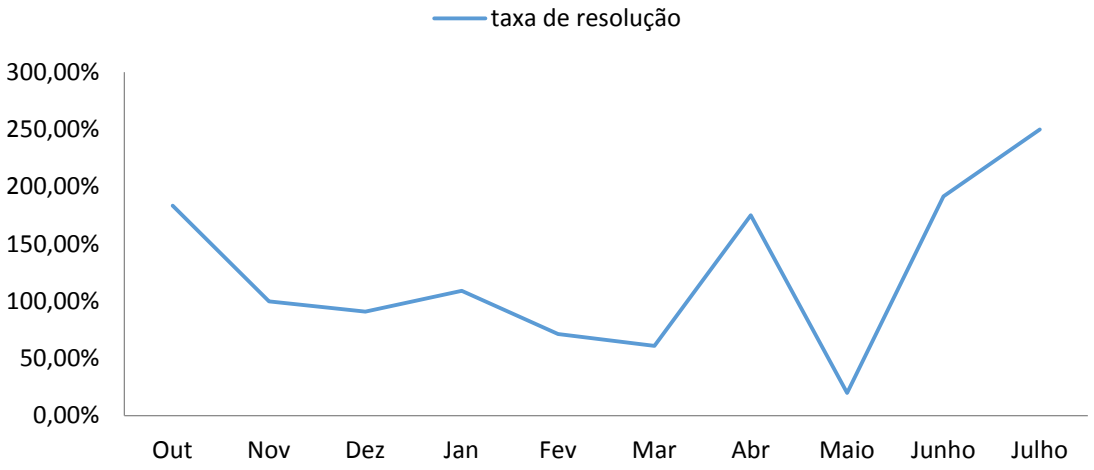


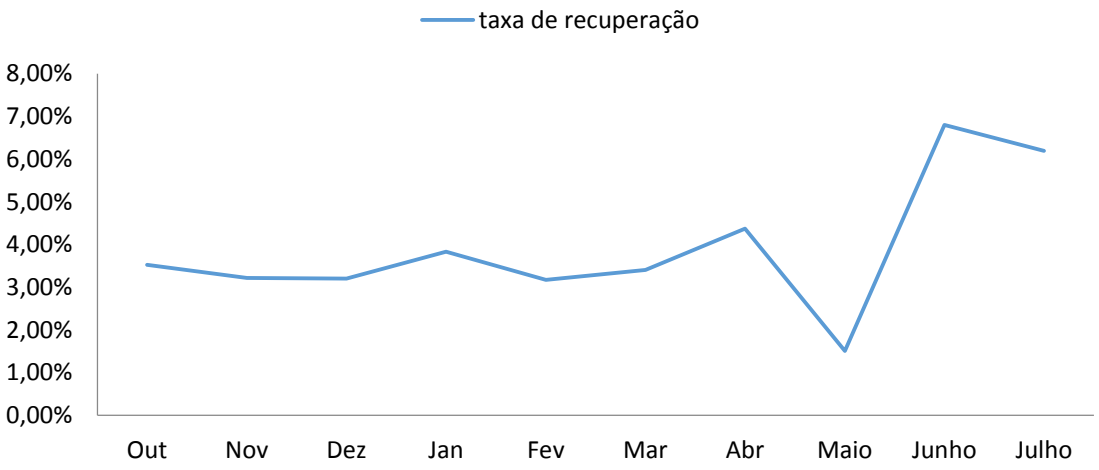


Secção do Trabalho - Ponta Delgada

Área processual cível

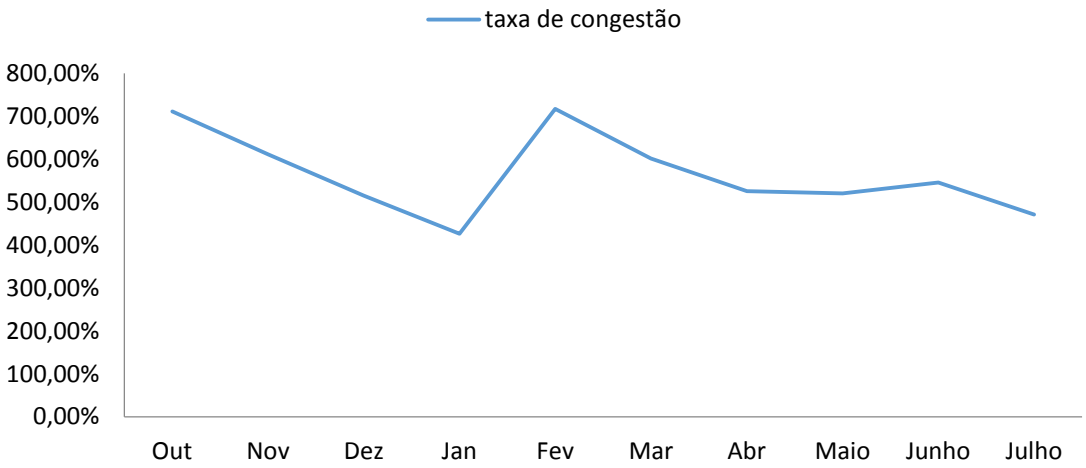


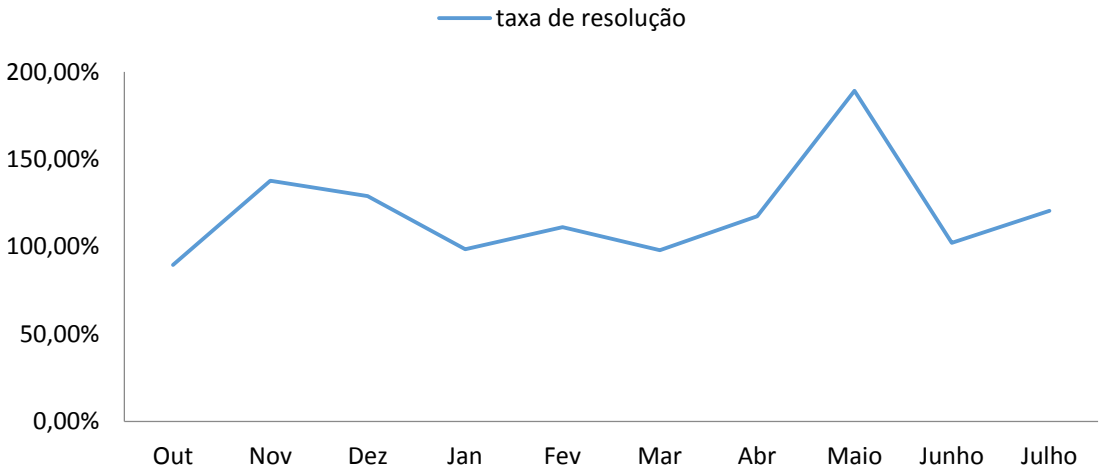


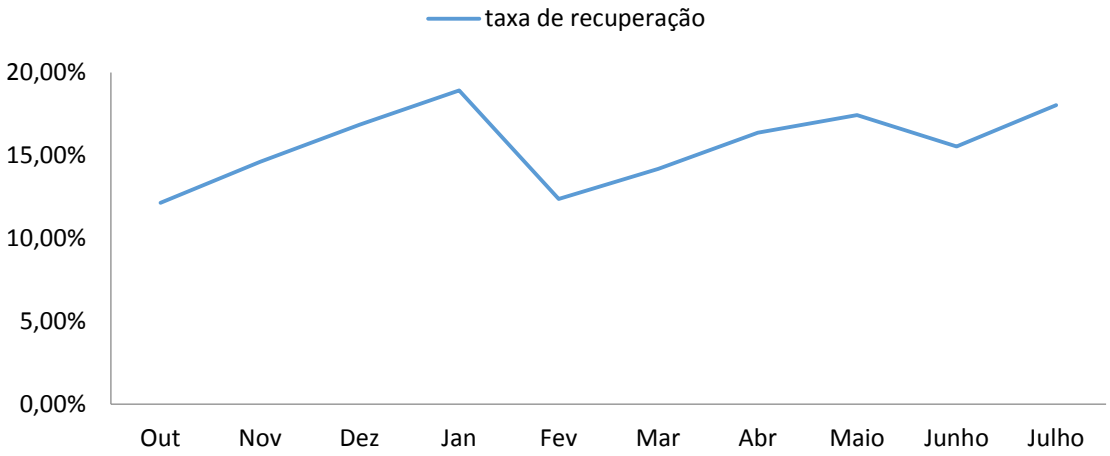


Secção do Trabalho - Ponta Delgada

Área processual laboral

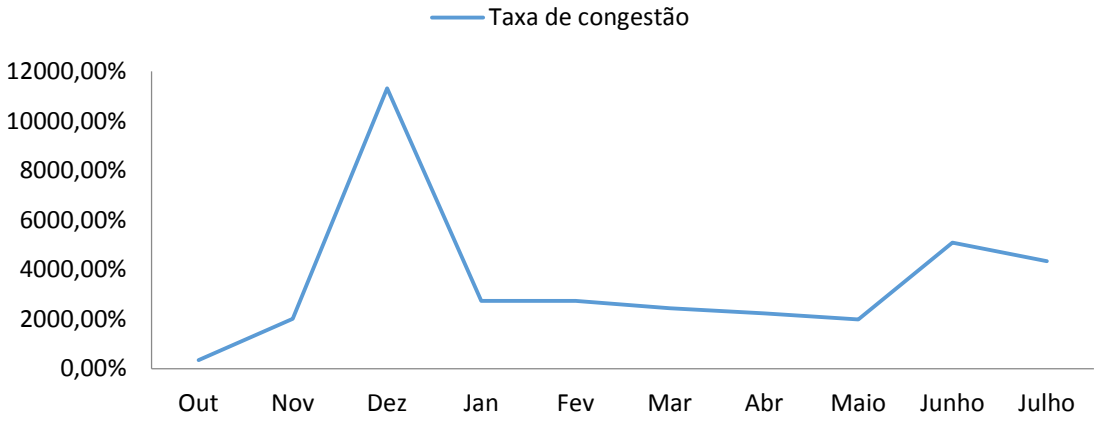


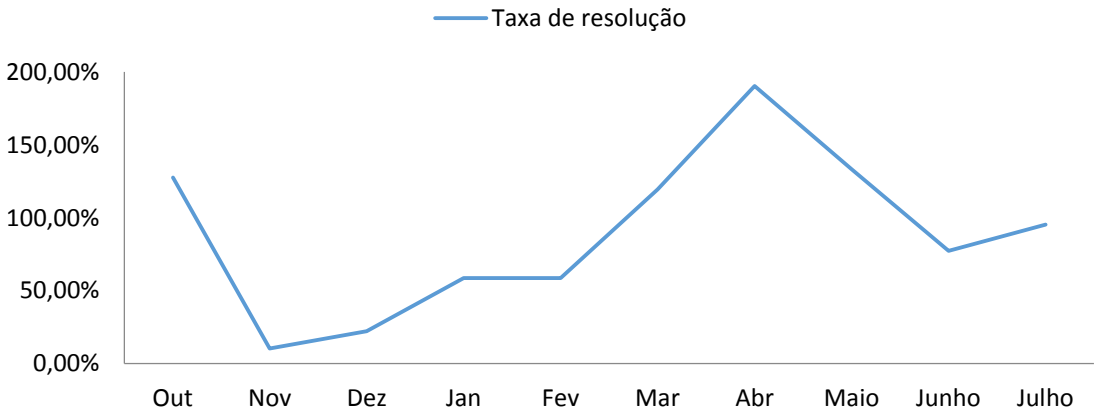


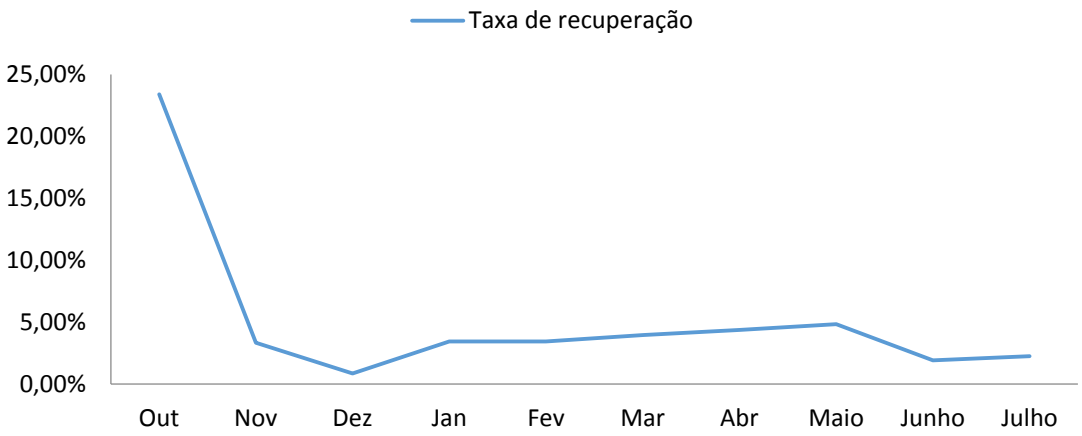


2.ª Secção Cível e Criminal da Instância Central (Angra do Heroísmo)

Área processual cível

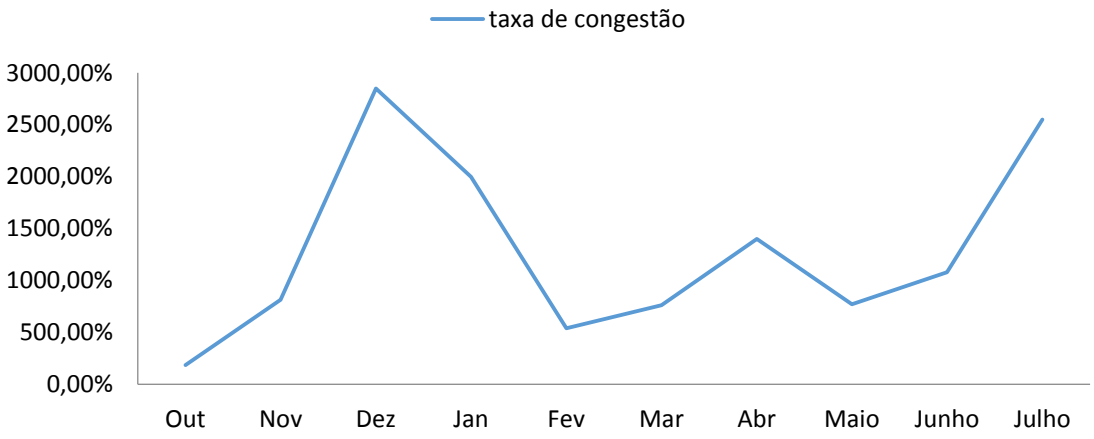


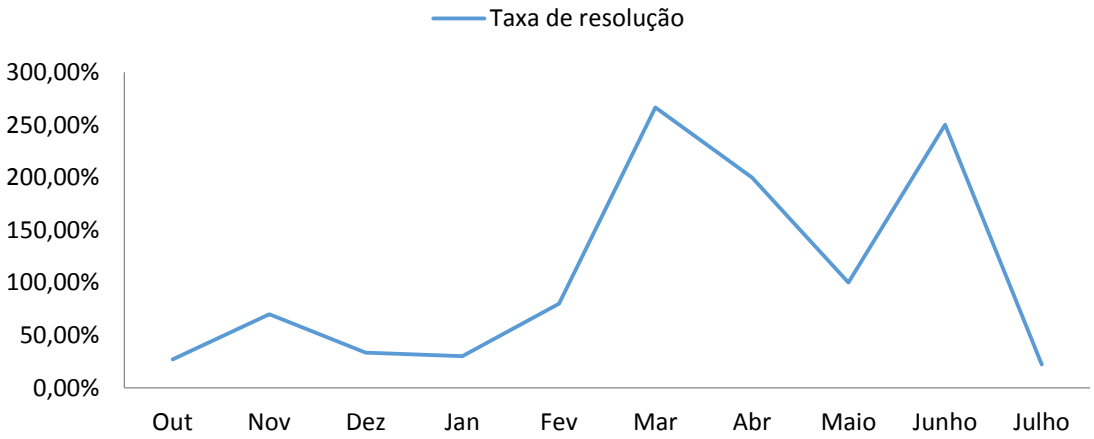


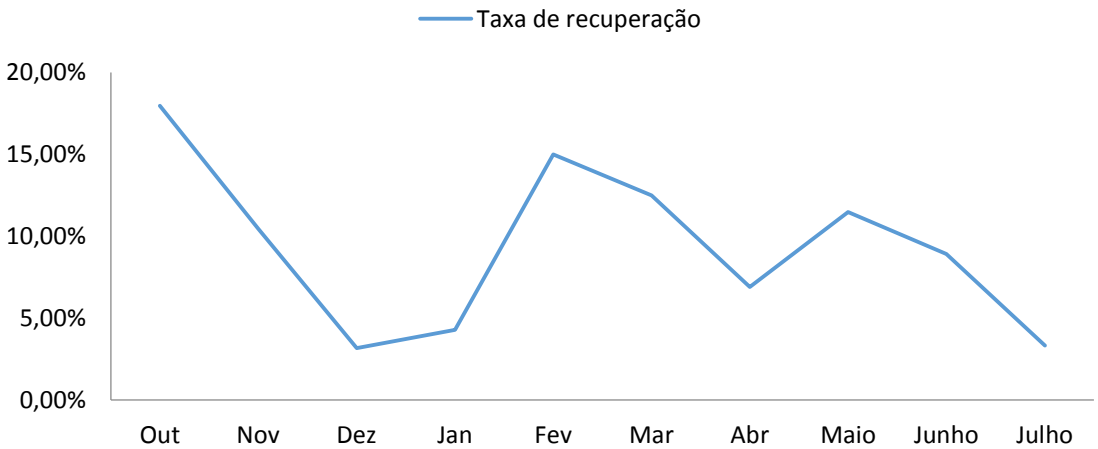


2.ª Secção Cível e Criminal da Instância Central (Angra do Heroísmo)

Área processual criminal

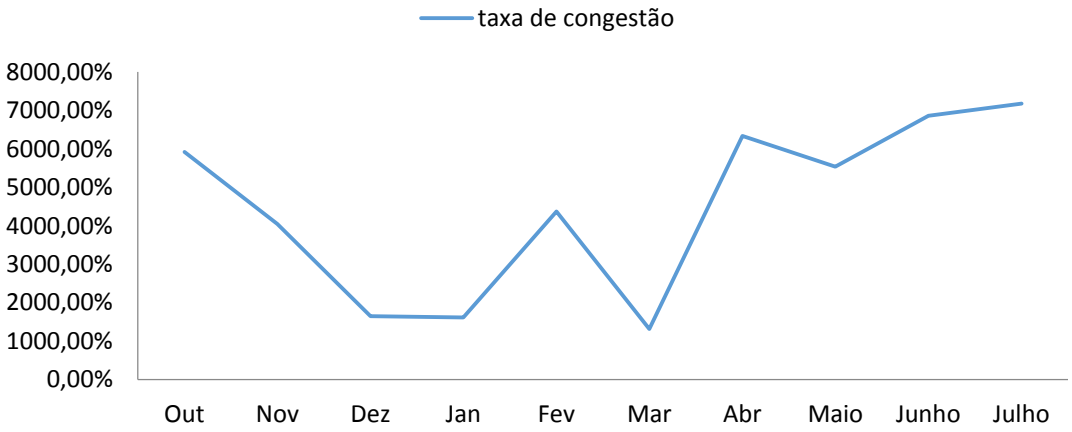


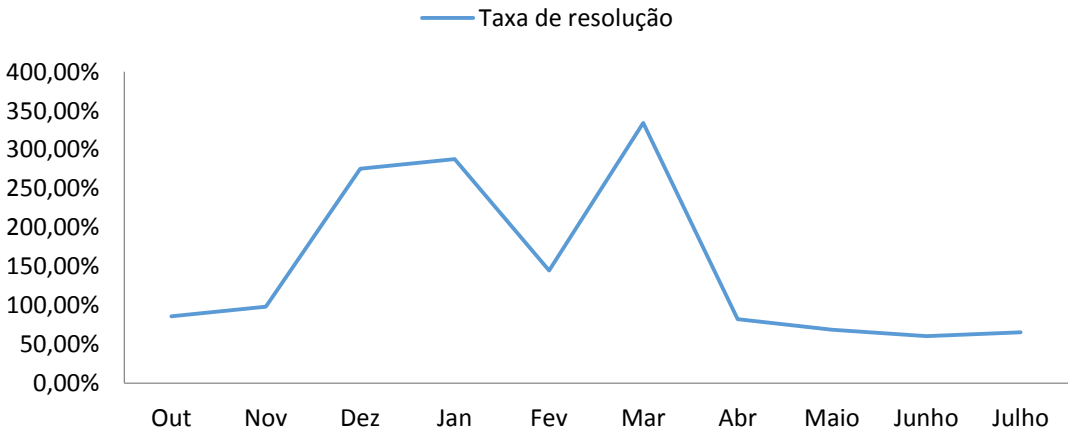


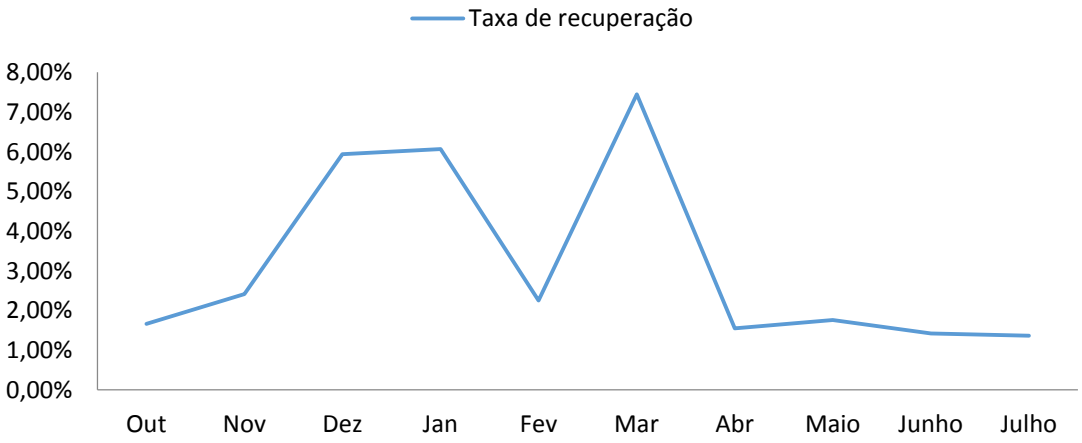


Secção Cível da Instância Local - Angra do Heroísmo

Área processual cível

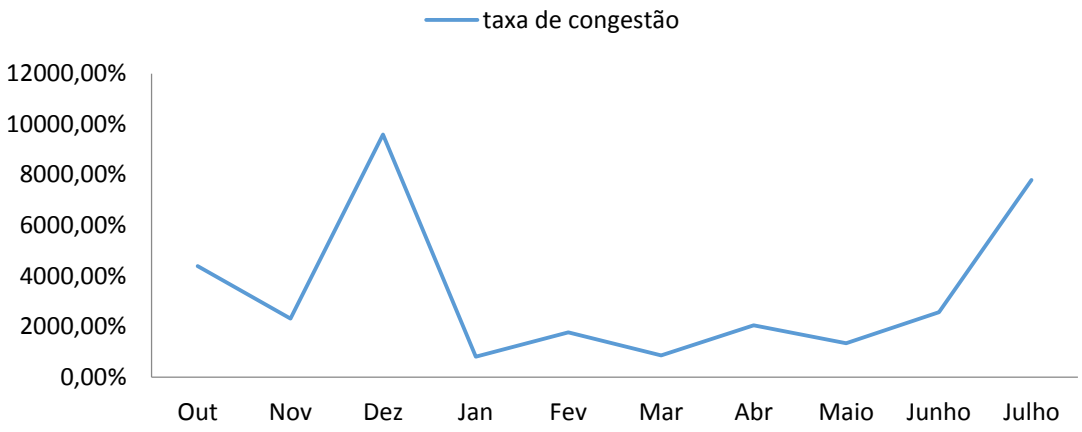


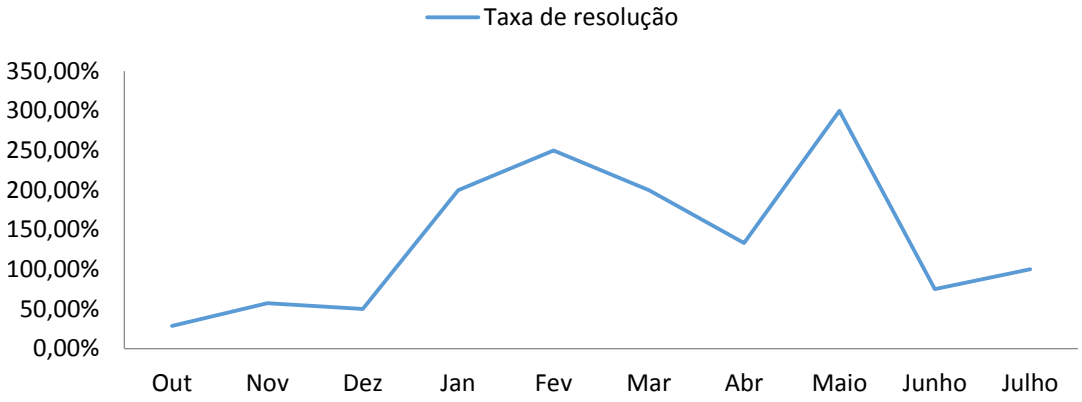


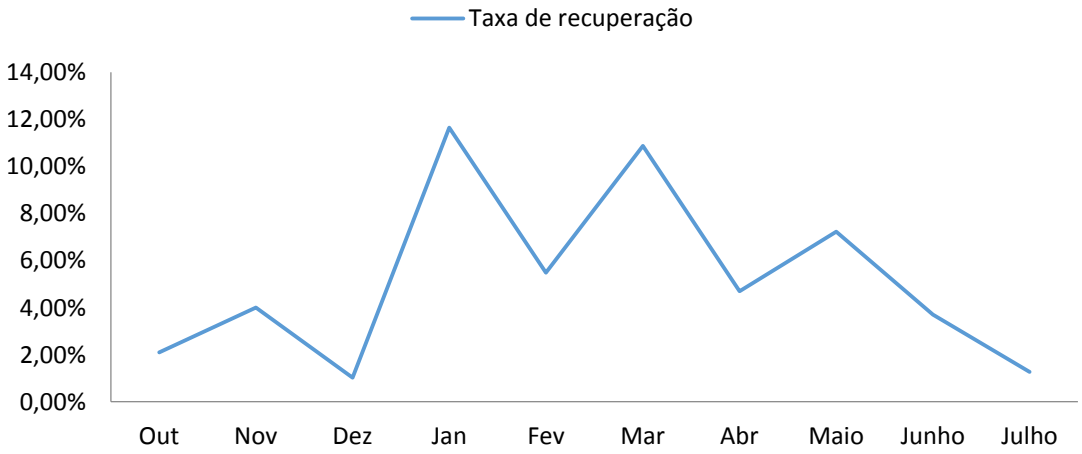


Secção Cível da Instância Local - Angra do Heroísmo

Área processual laboral

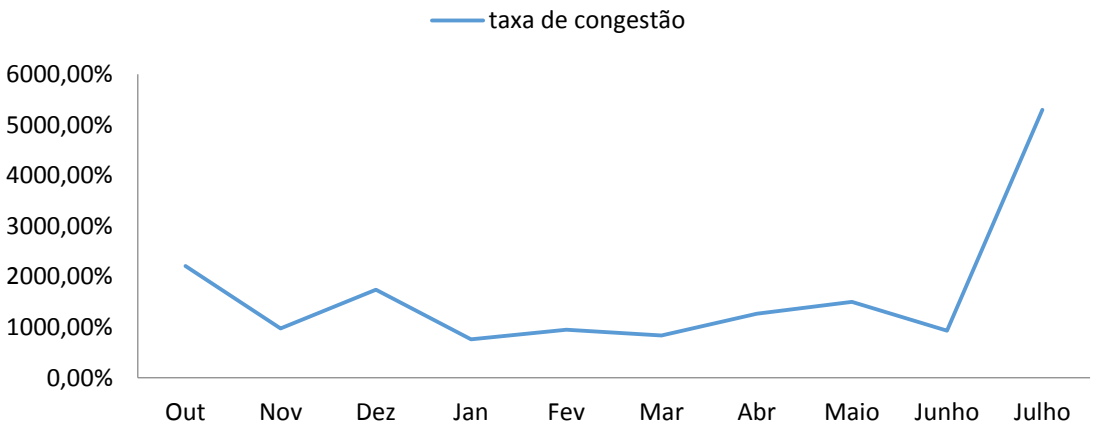


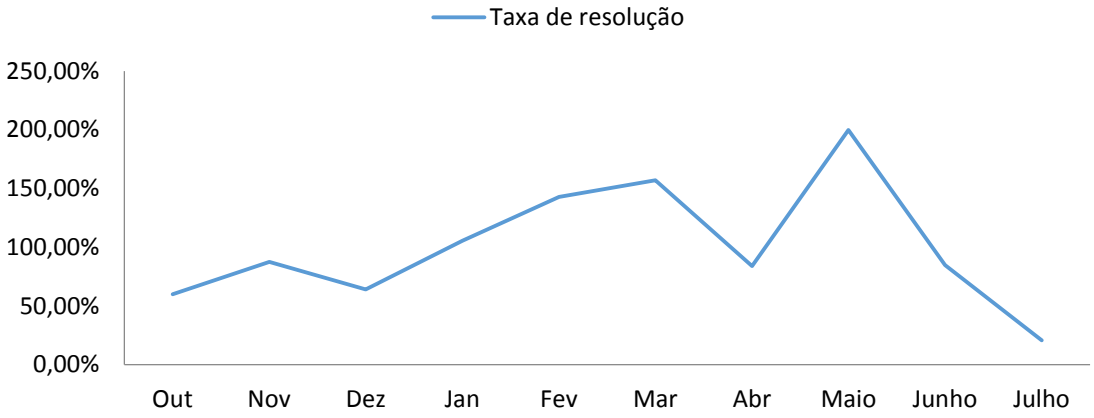


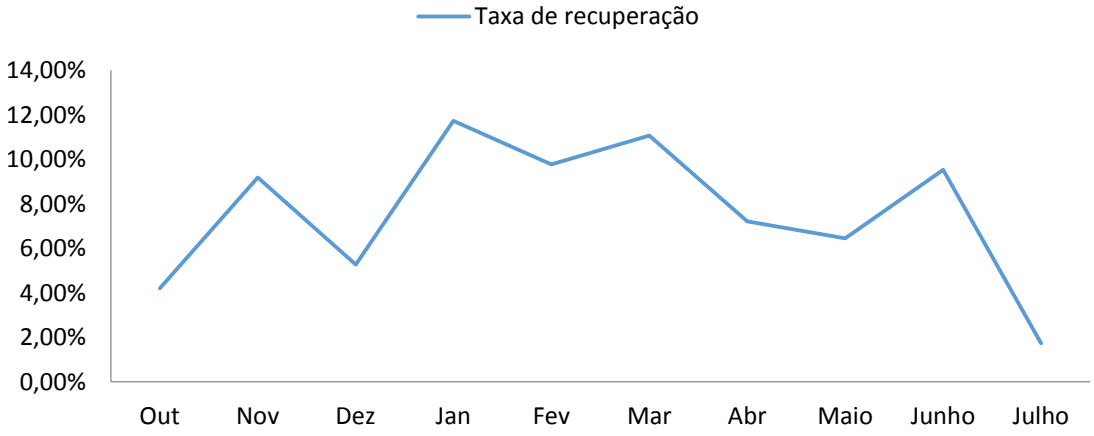


Secção Cível da Instância Local - Angra do Heroísmo

Área processual tutelar

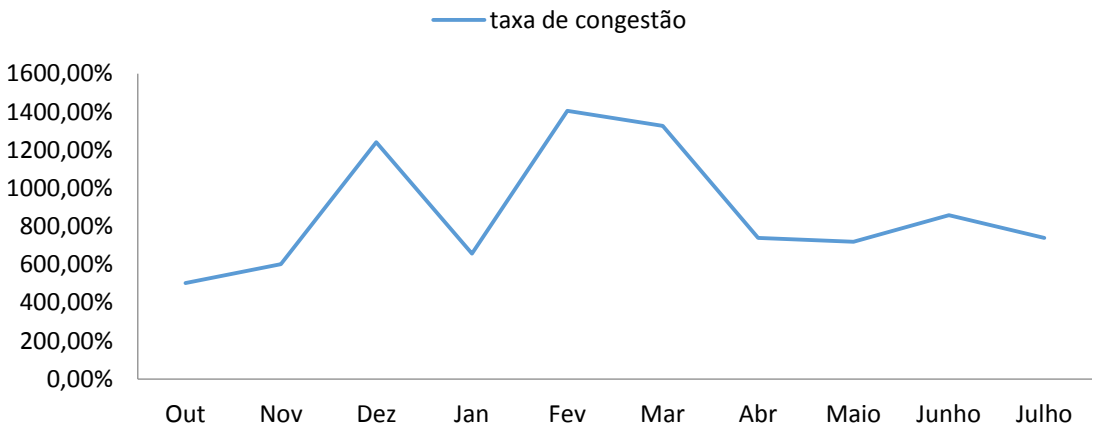


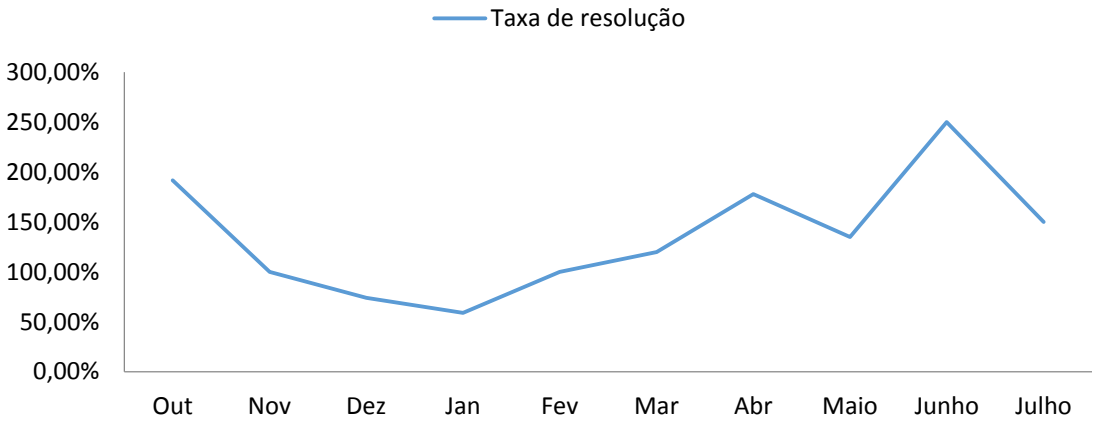


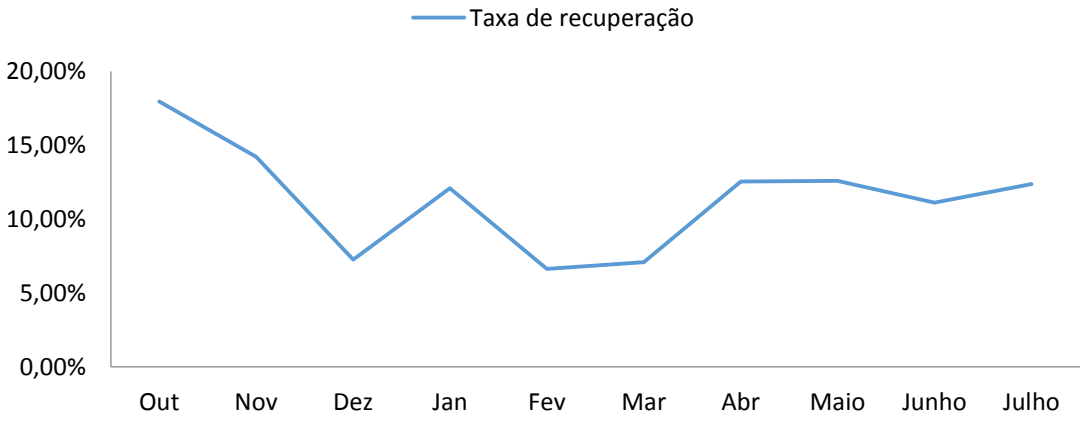


Secção Criminal da Instância Local - Angra do Heroísmo

Área processual criminal

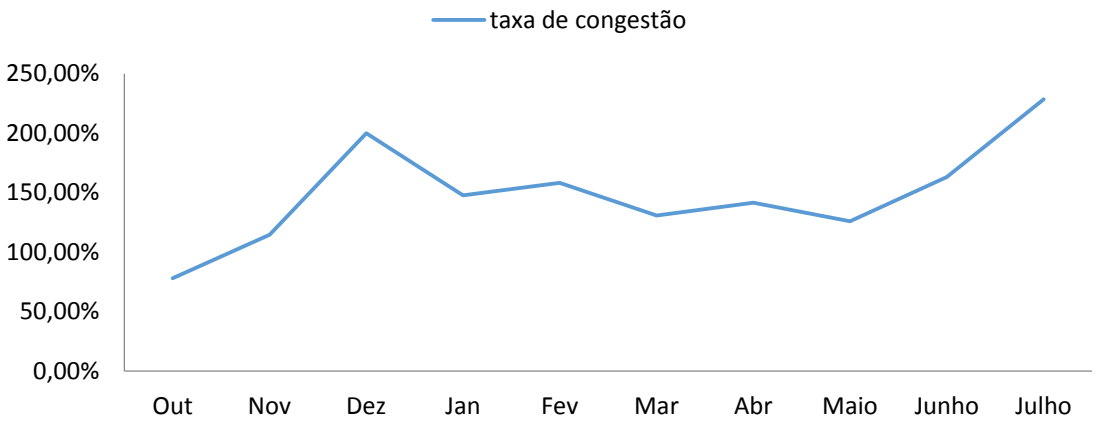


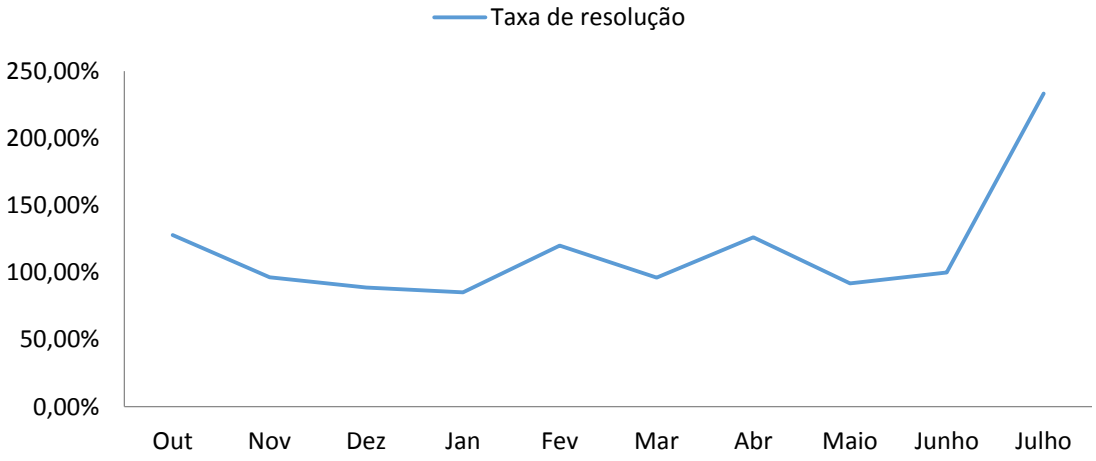


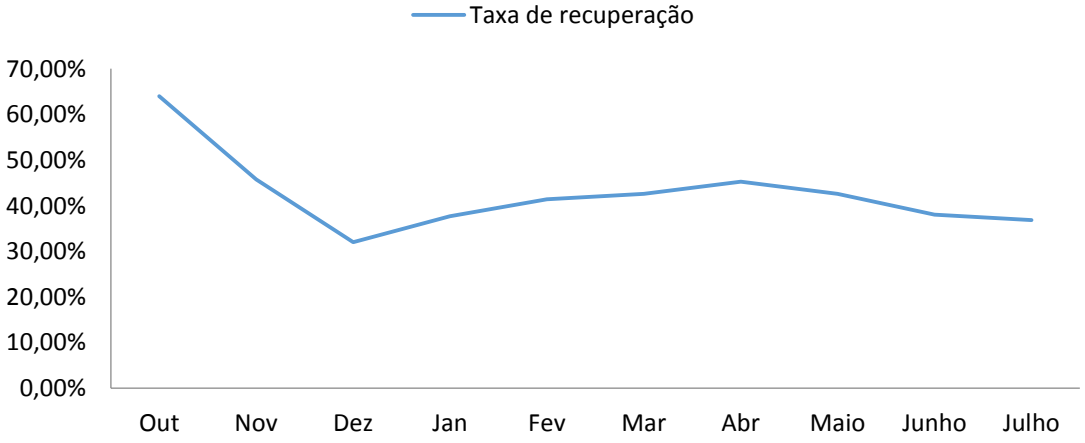


Secção Criminal da Instância Local - Angra do Heroísmo

Área processual instrução criminal

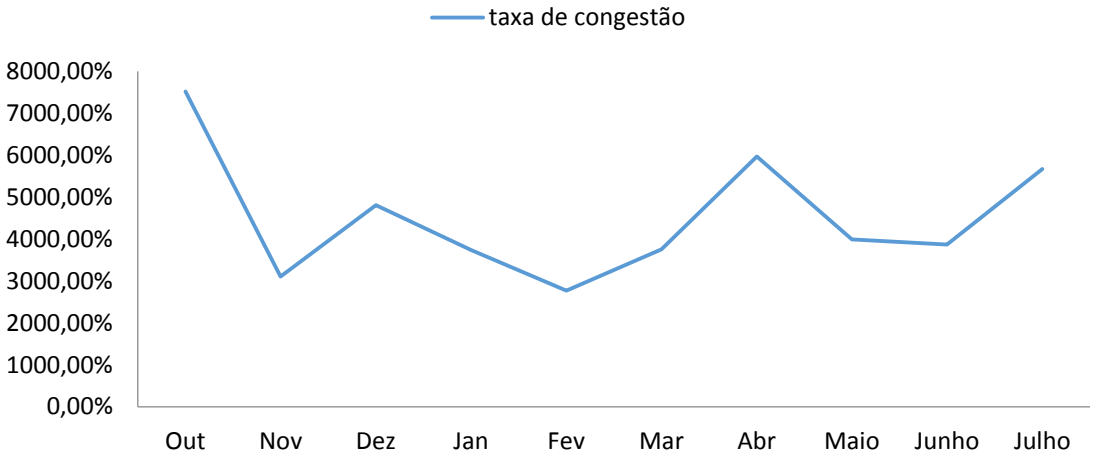


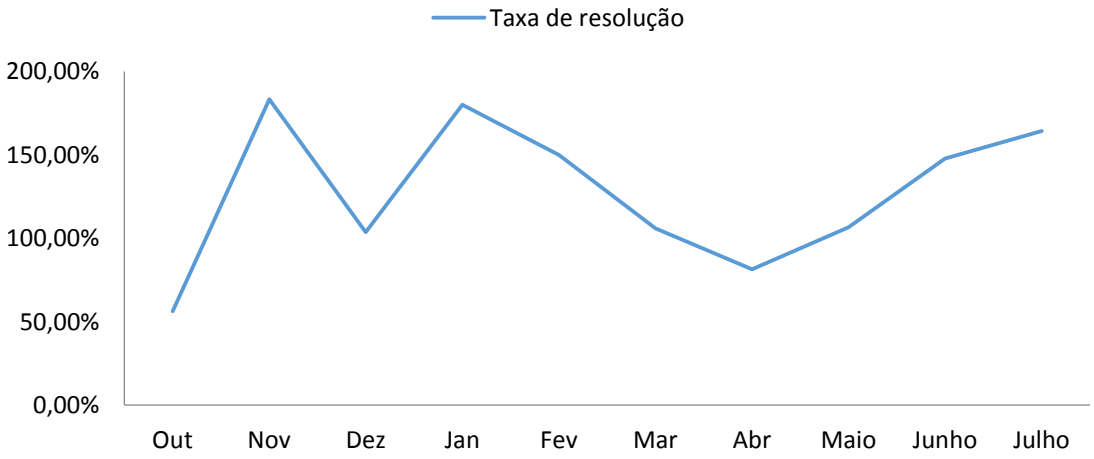


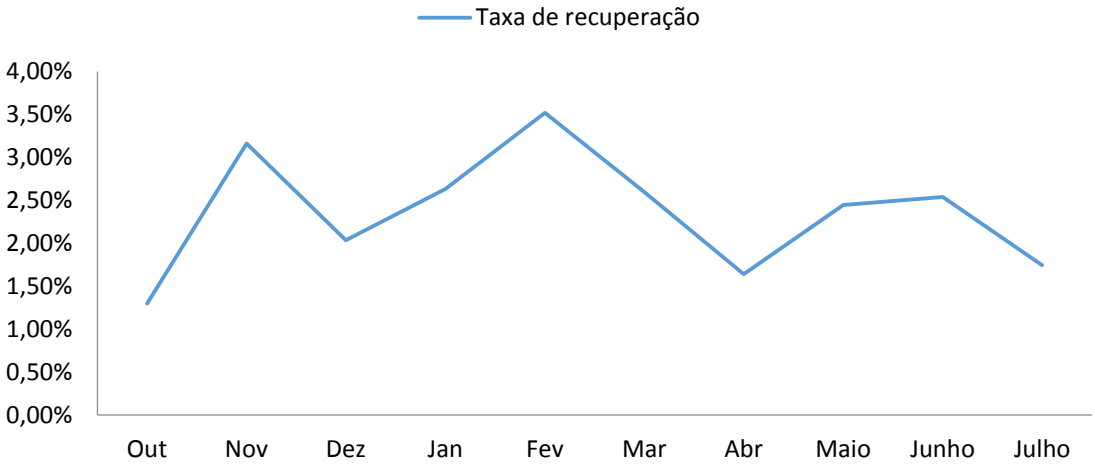


Secção de Competência Genérica da Instância Local - Horta

Área processual cível

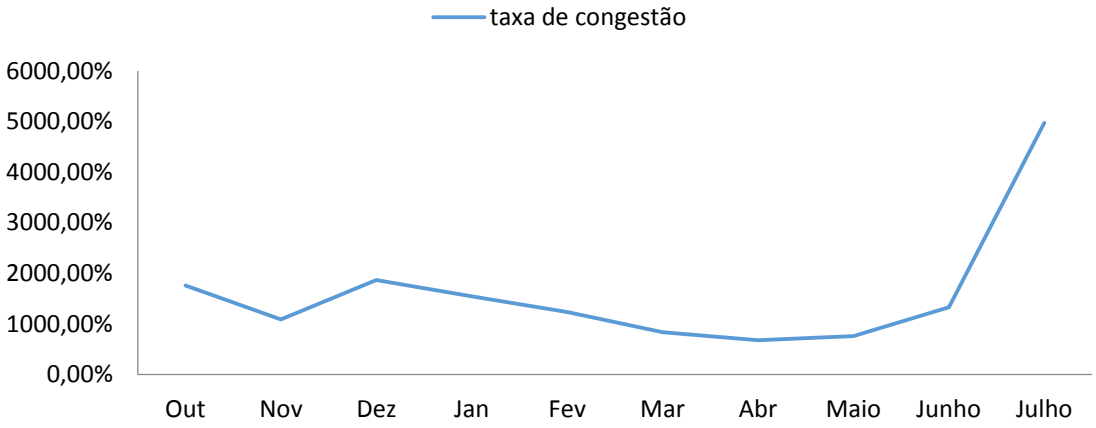


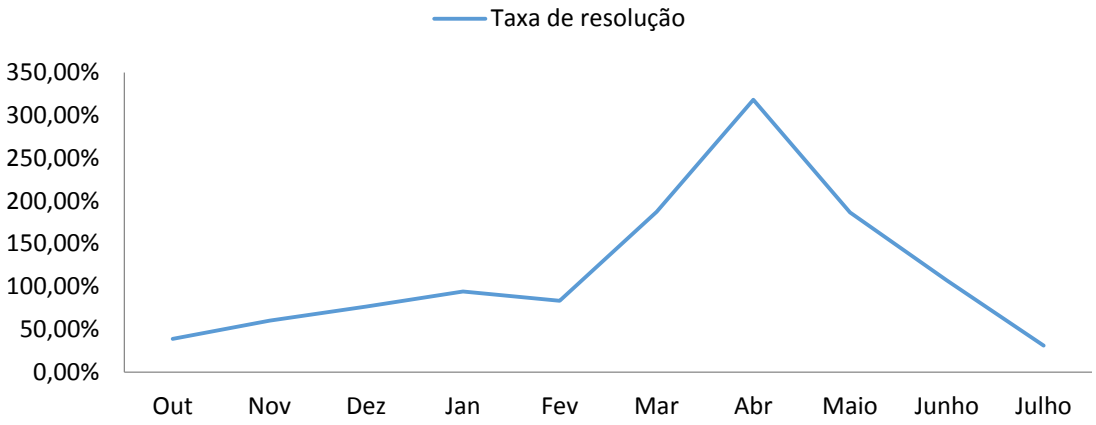


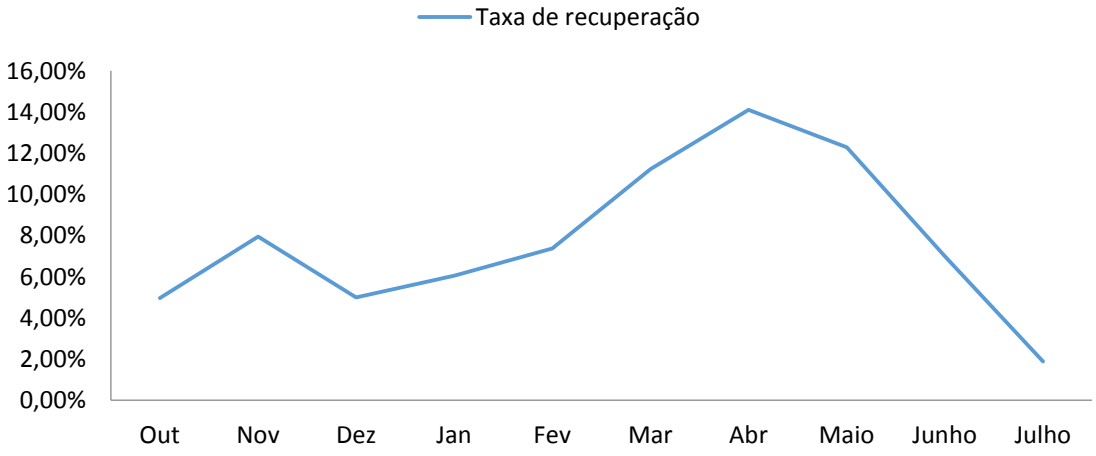


Secção de Competência Genérica da Instância Local – Horta

Área processual criminal

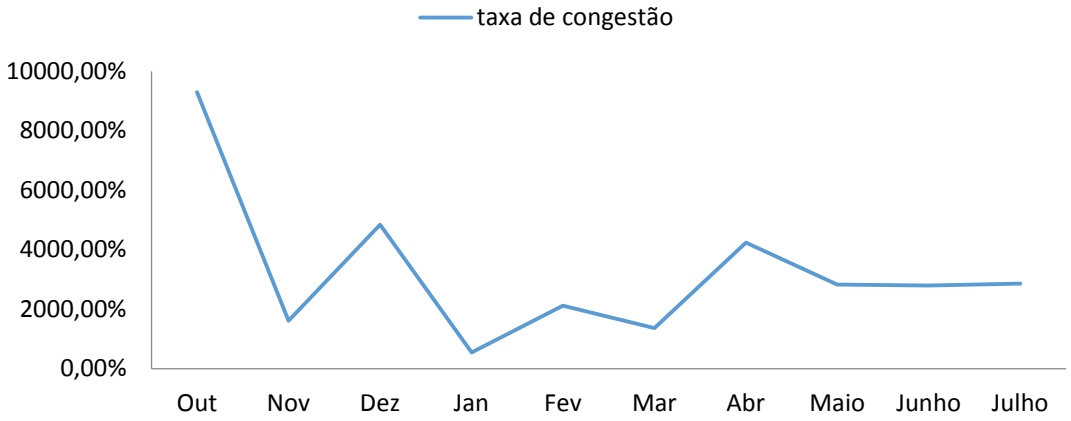


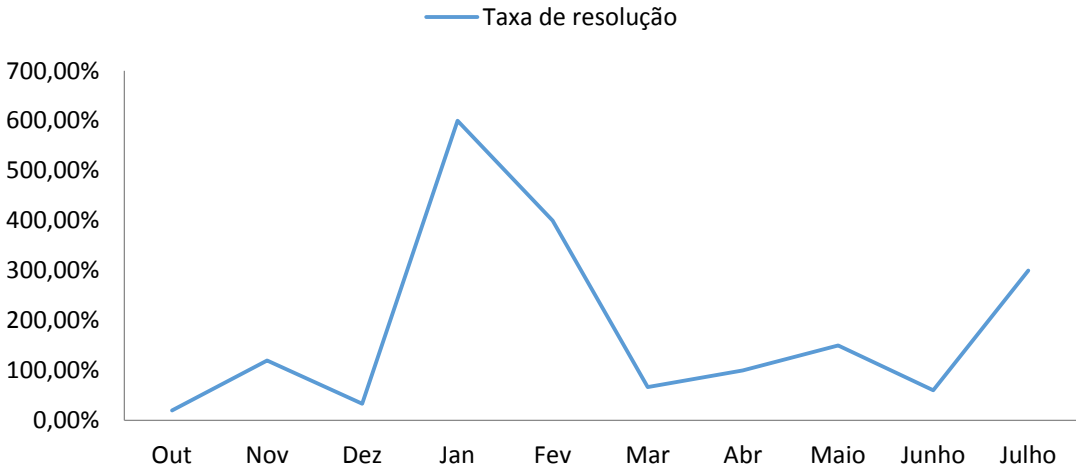


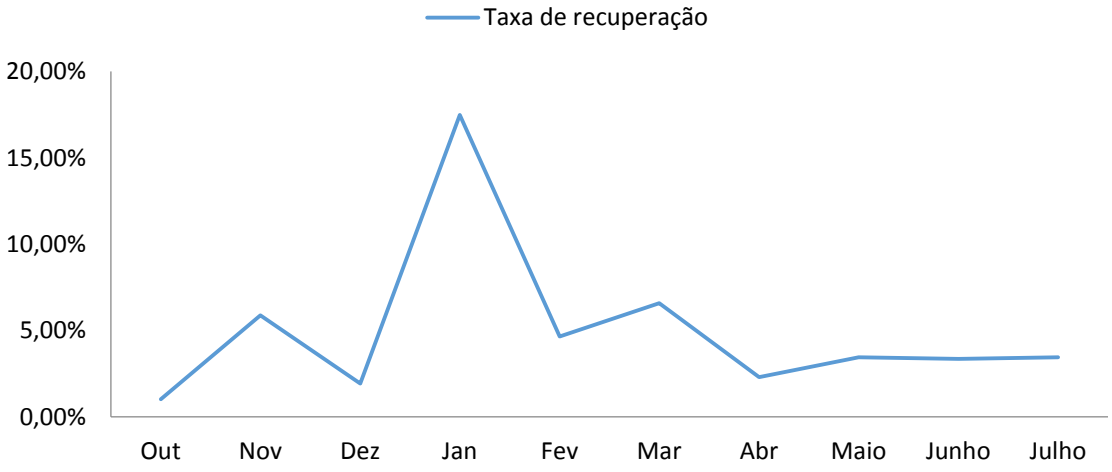


Secção de Competência Genérica da Instância Local – Horta

Área processual laboral

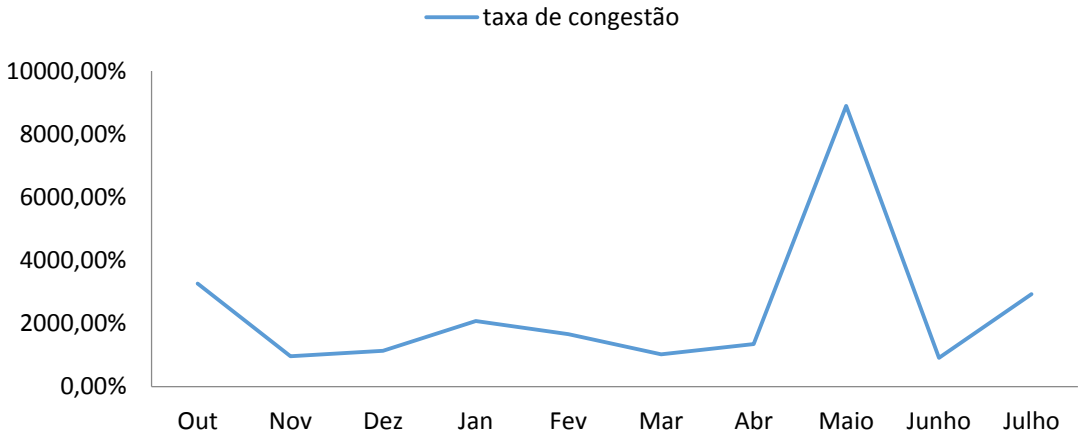


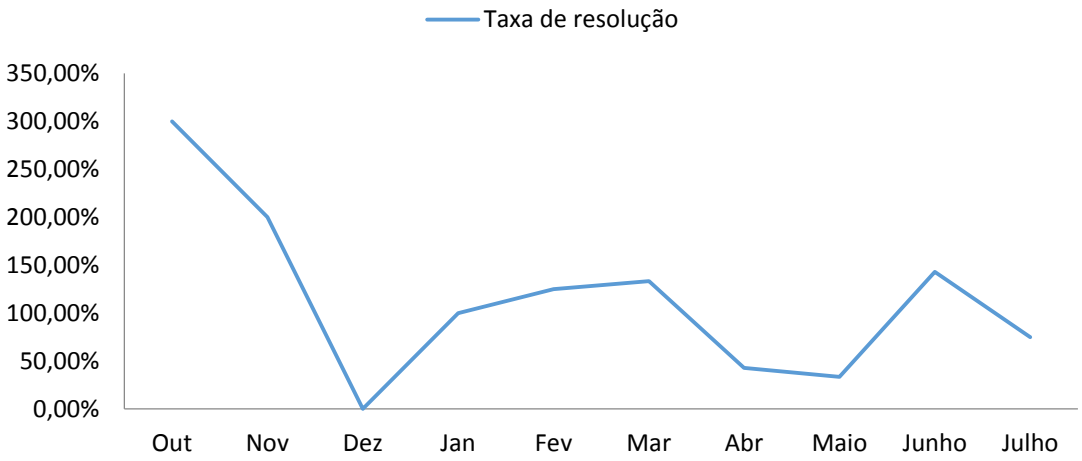


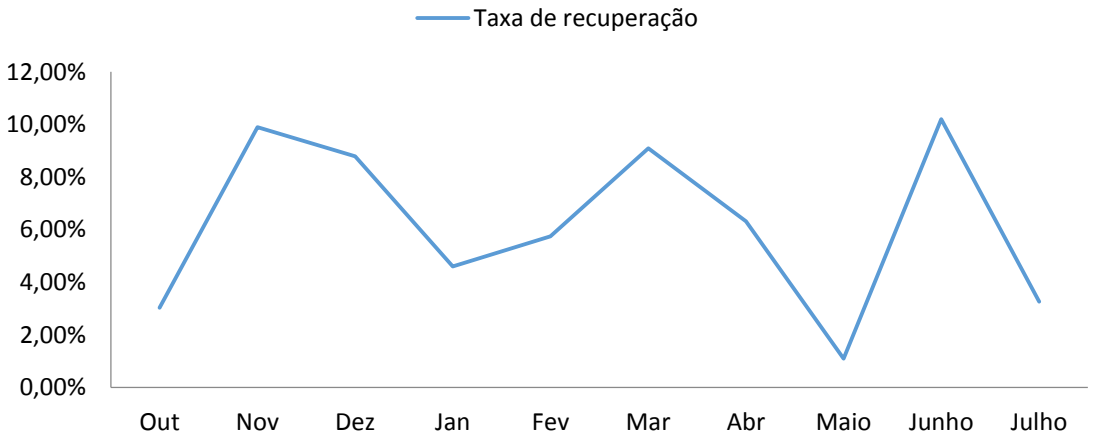


Secção de Competência Genérica da Instância Local – Horta

Área processual tutelar

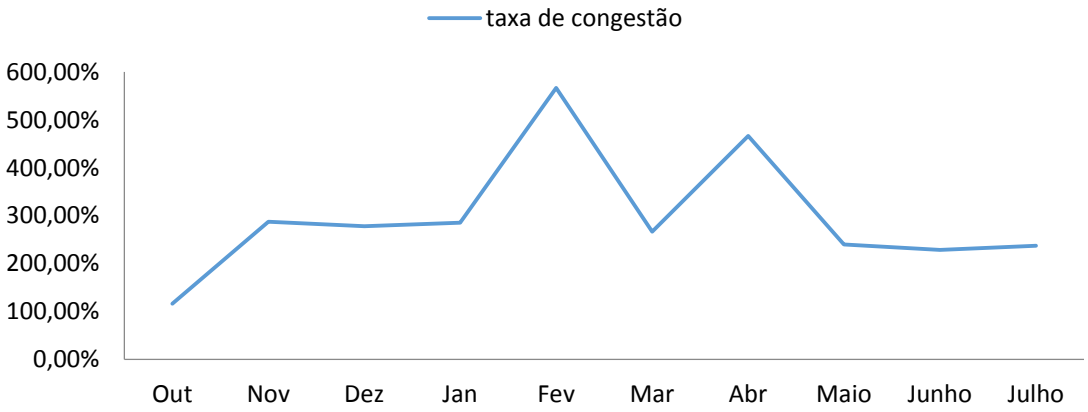


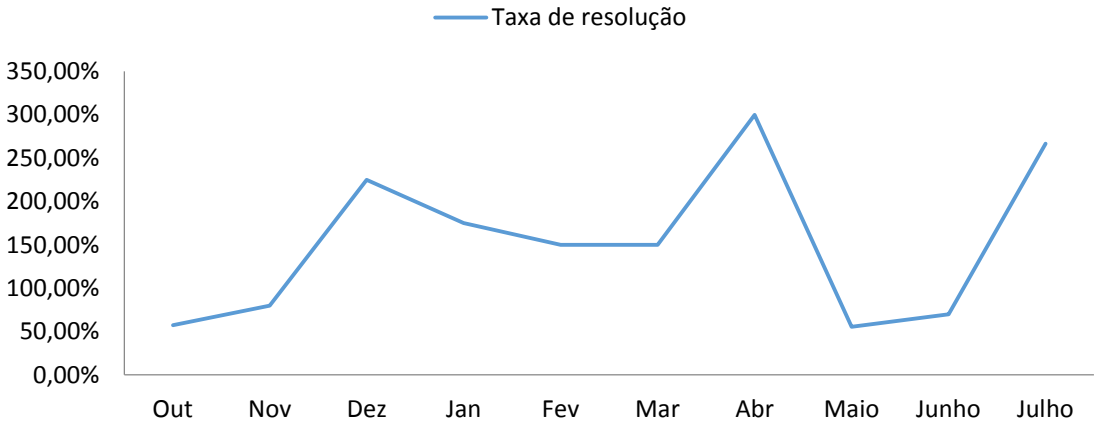


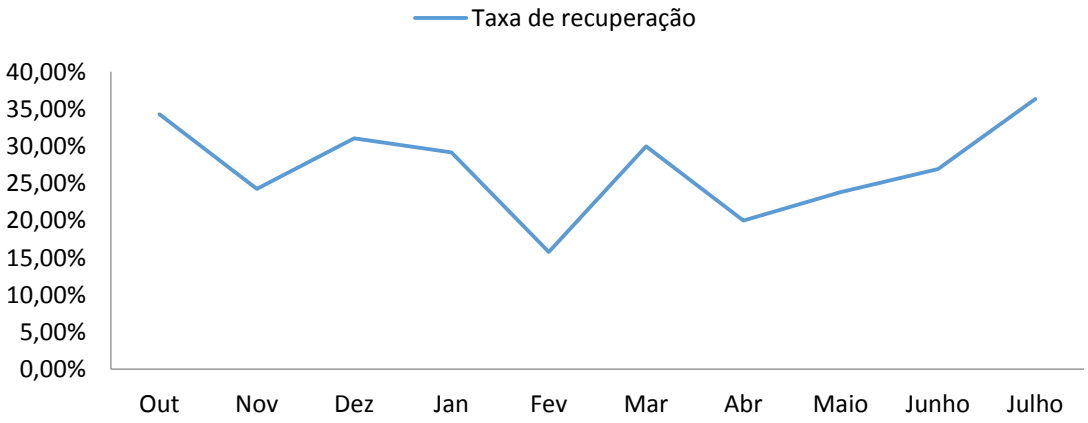


Secção de Competência Genérica da Instância Local – Horta

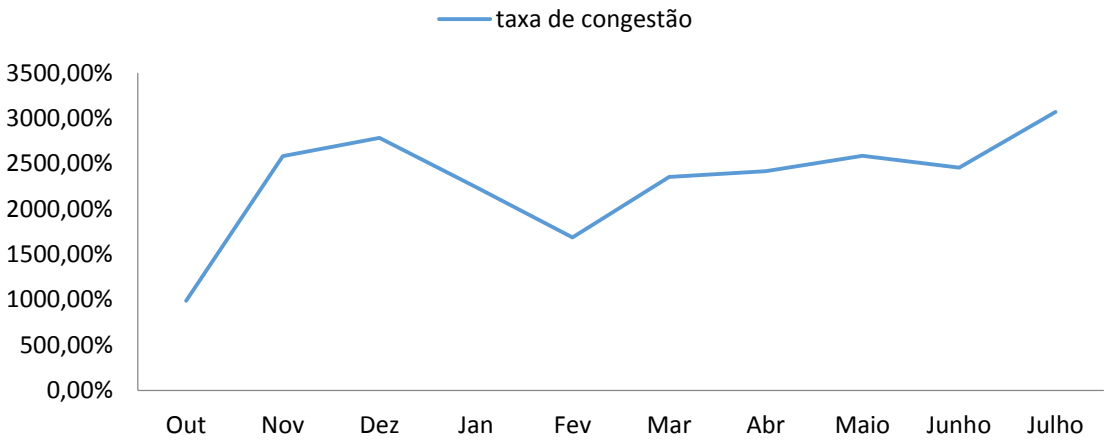
Área processual instrução criminal

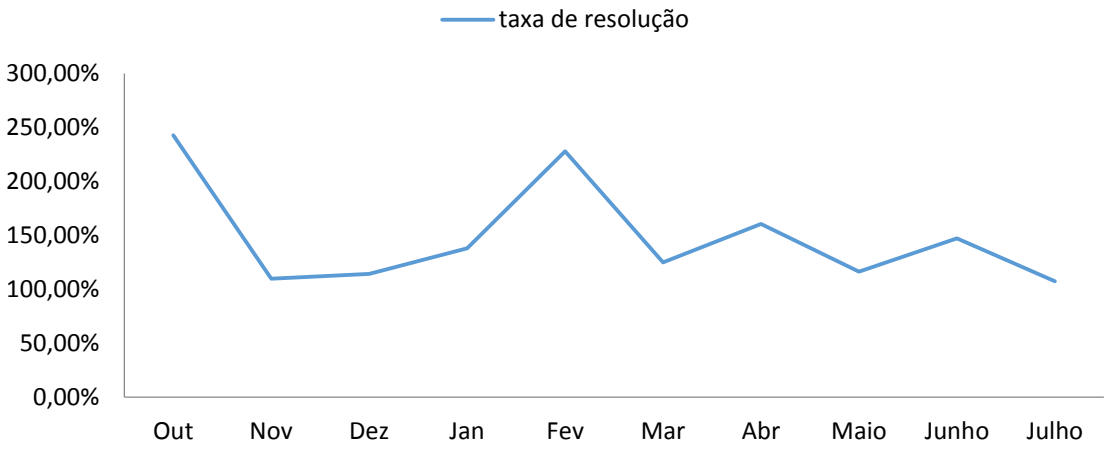


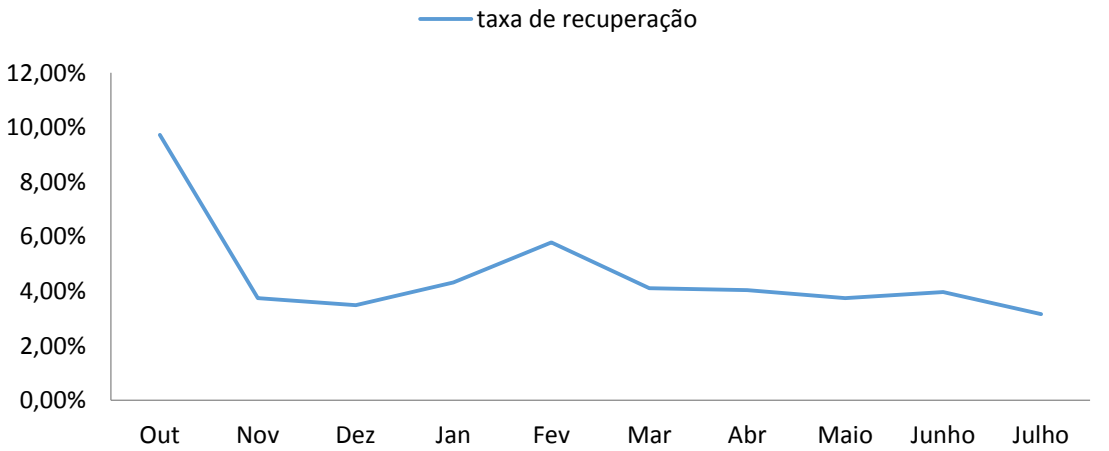




Secção Cível da Instância Local - Ponta Delgada

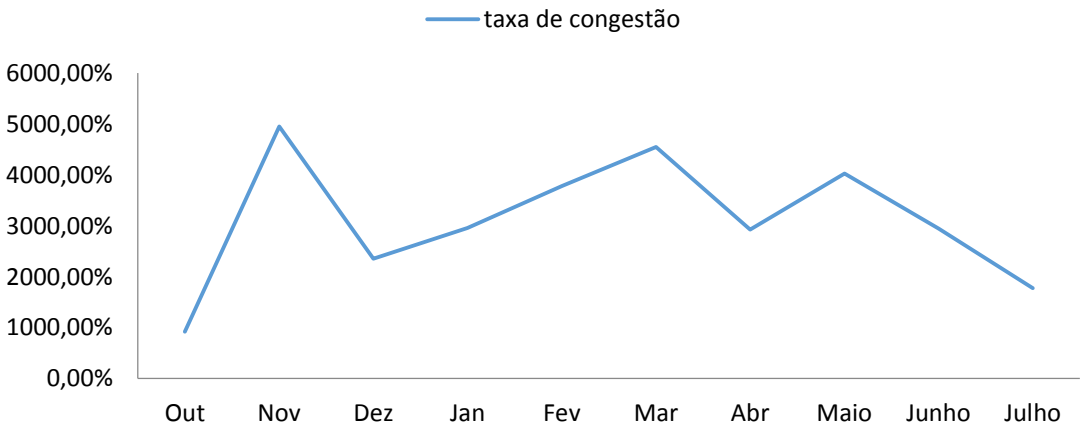


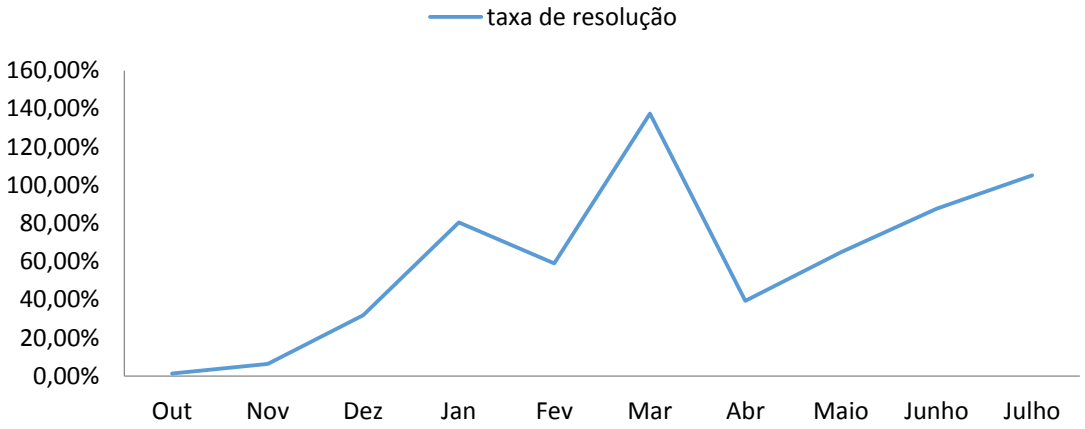


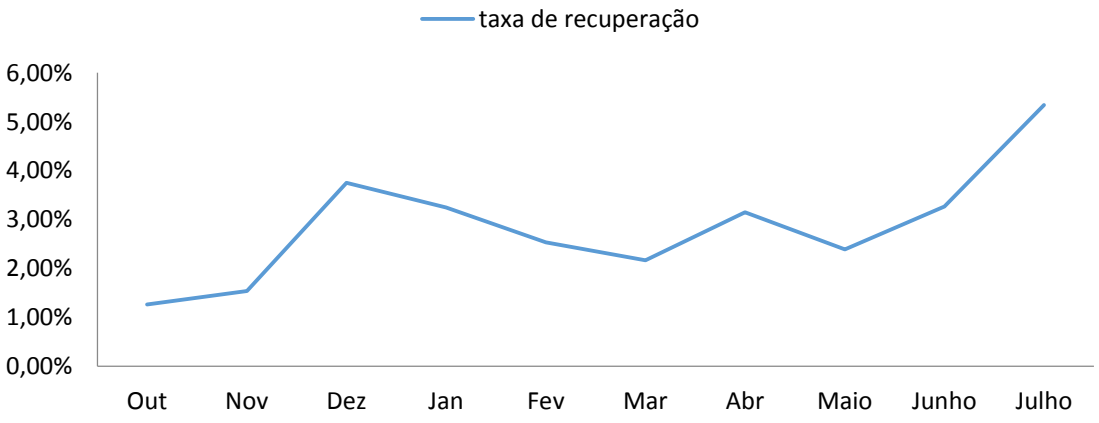


Secção Criminal da Instância Local - Ponta Delgada

Área processual cível

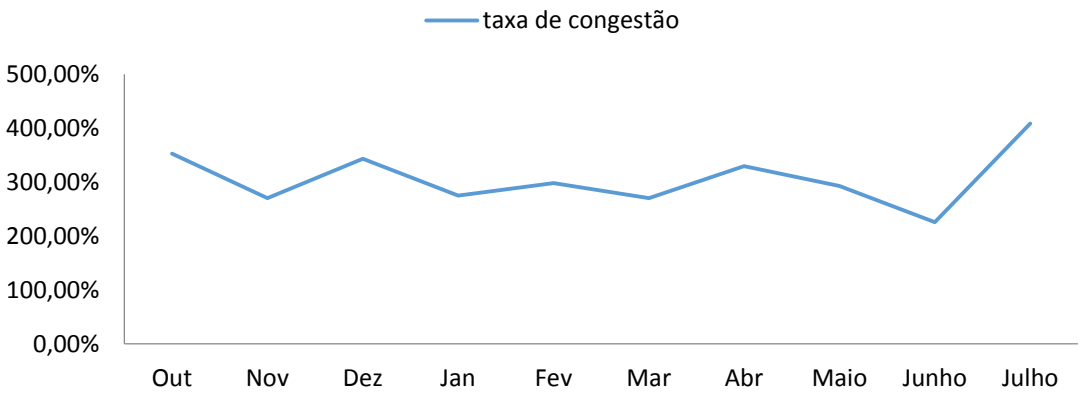


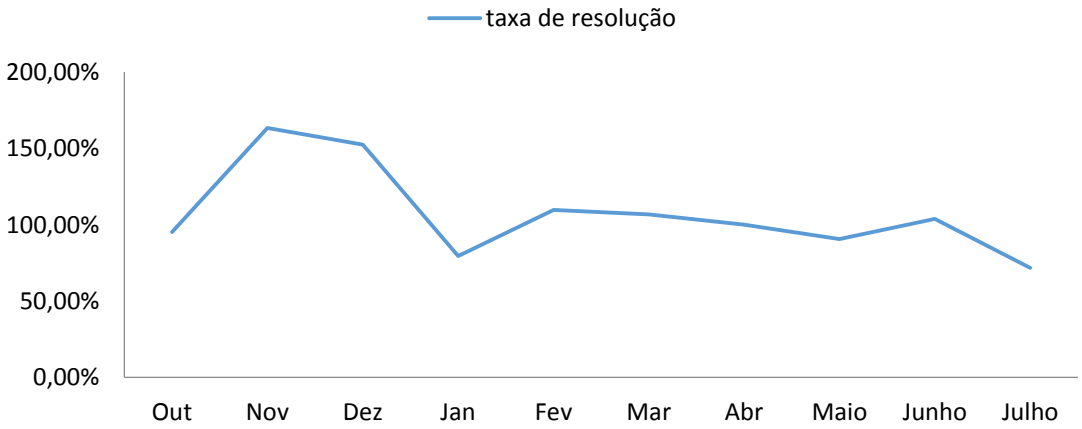


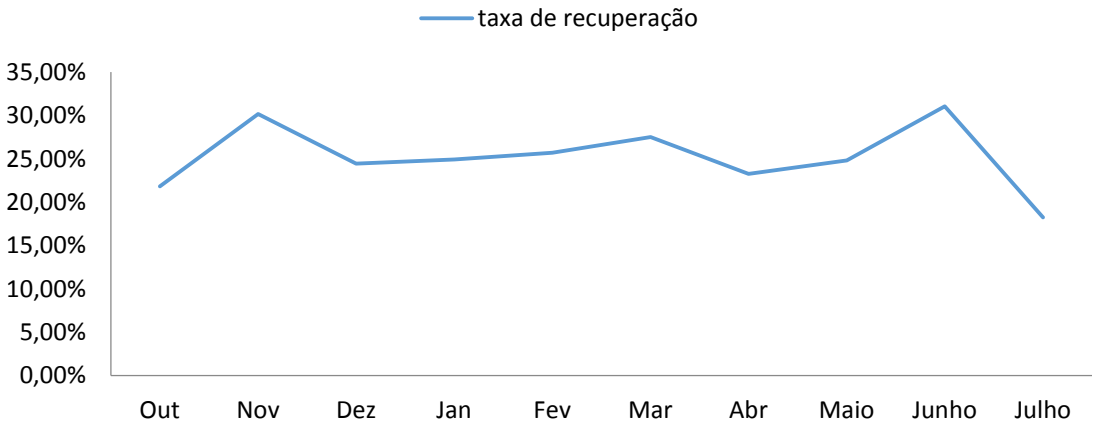


Secção Criminal da Instância Local - Ponta Delgada

Área processual criminal

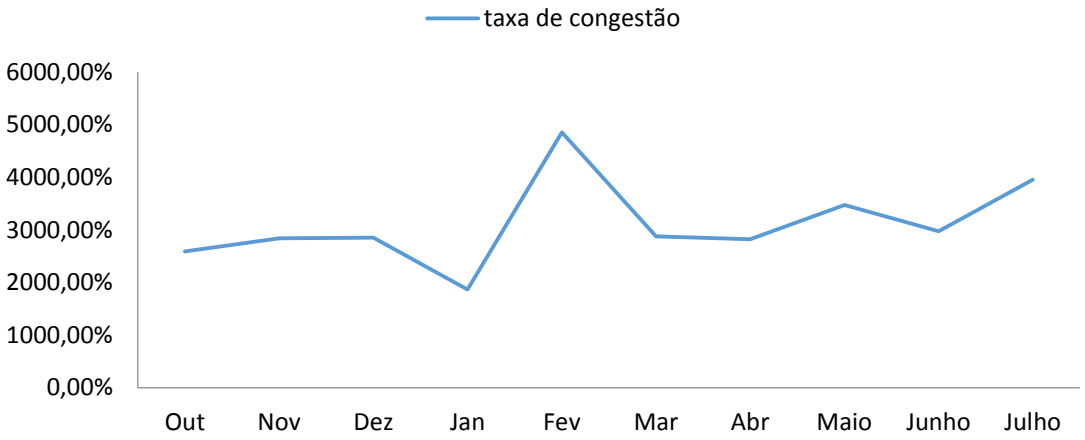


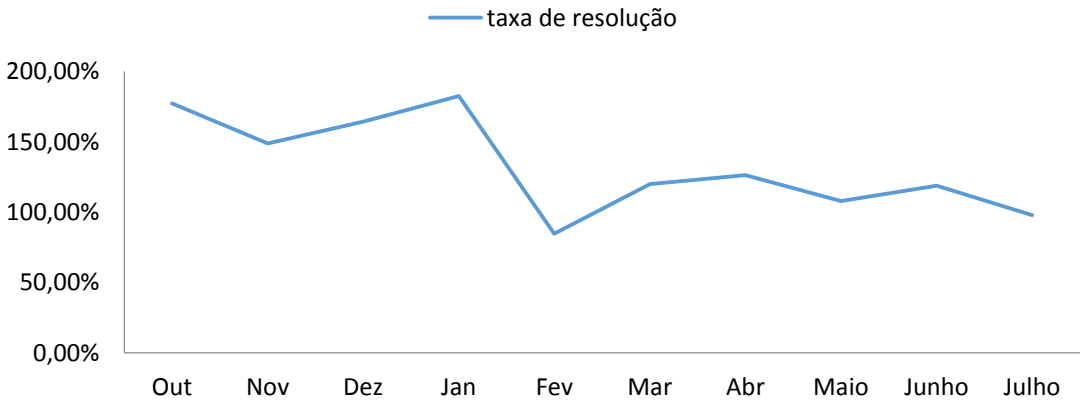


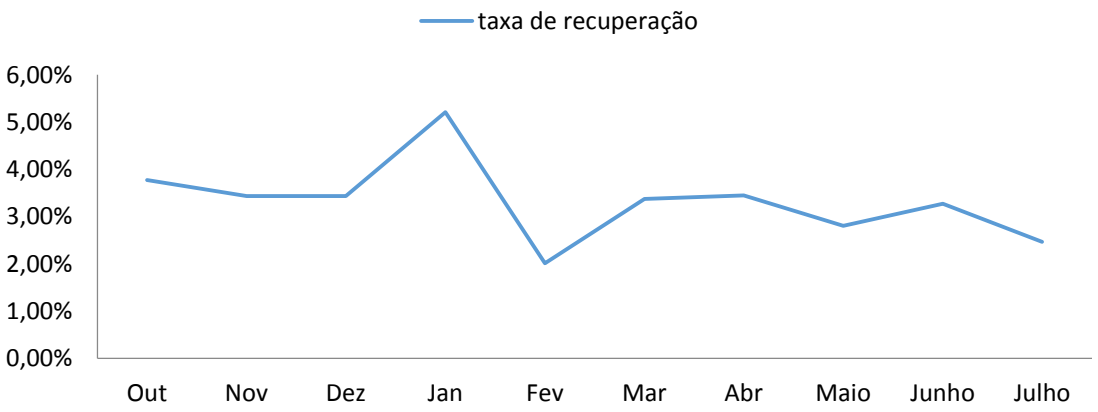


Secção Cível da Instância Local - Praia da Vitória

Área processual cível

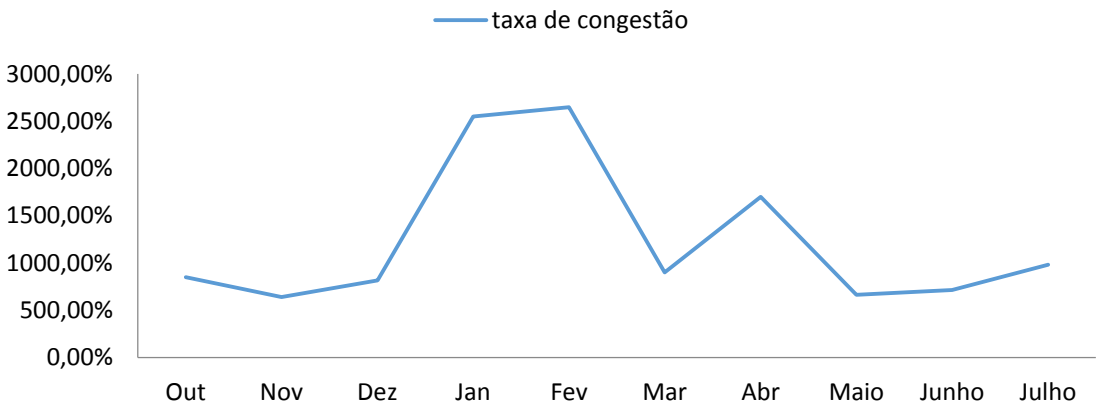


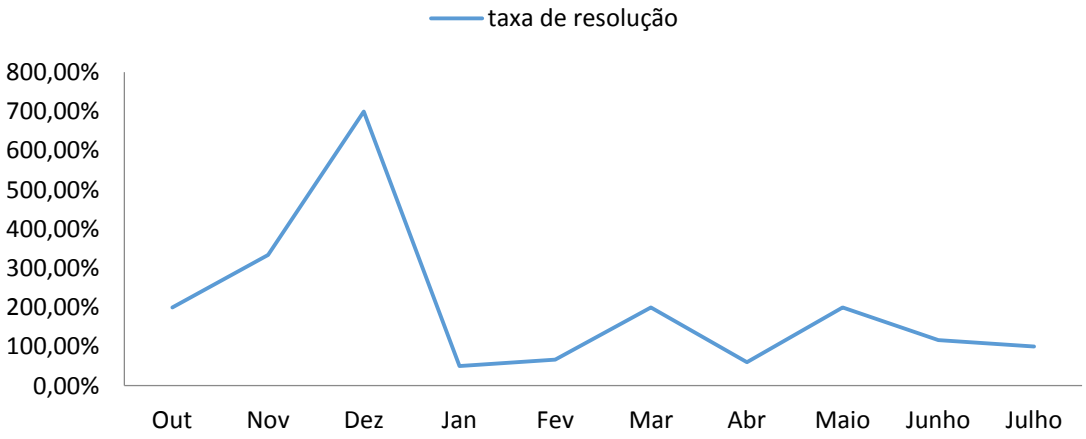


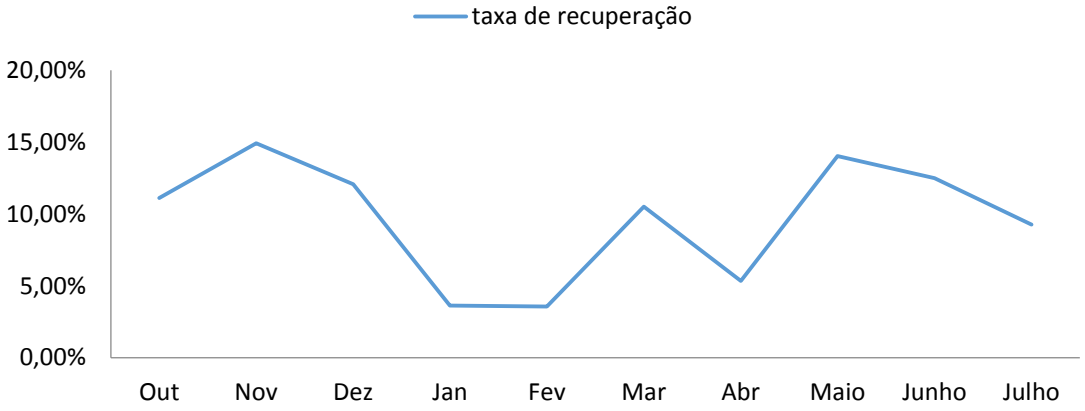


Secção Cível da Instância Local - Praia da Vitória

Área processual laboral

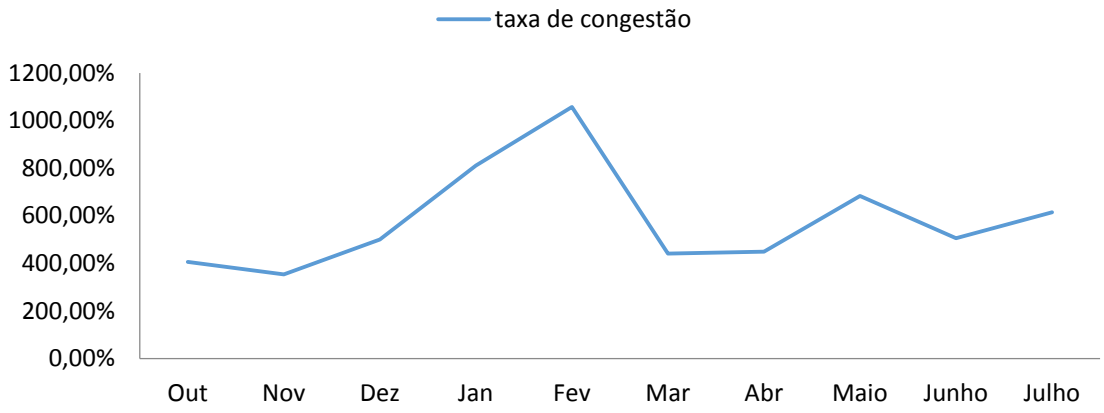


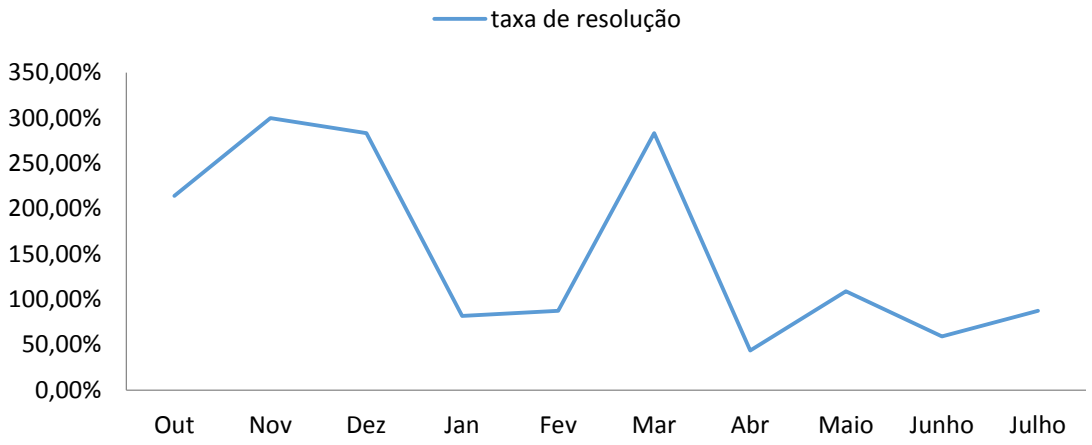


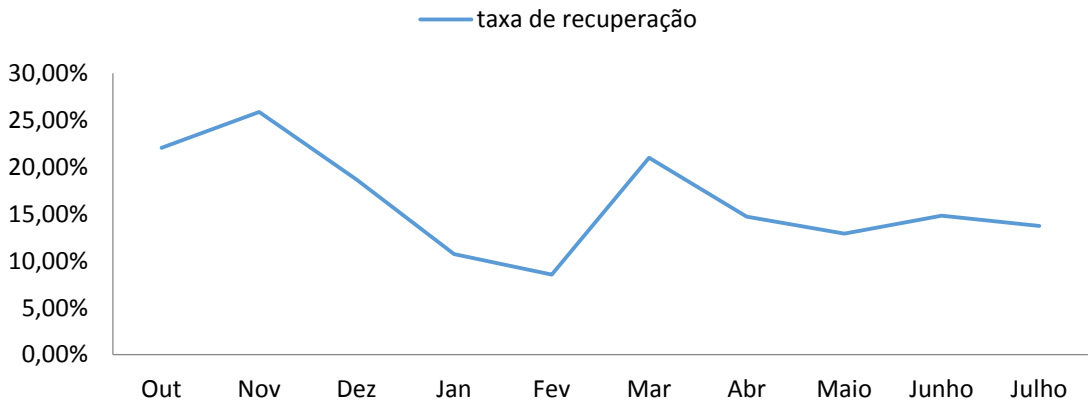


Secção Cível da Instância Local da Praia da Vitória

Área processual tutelar

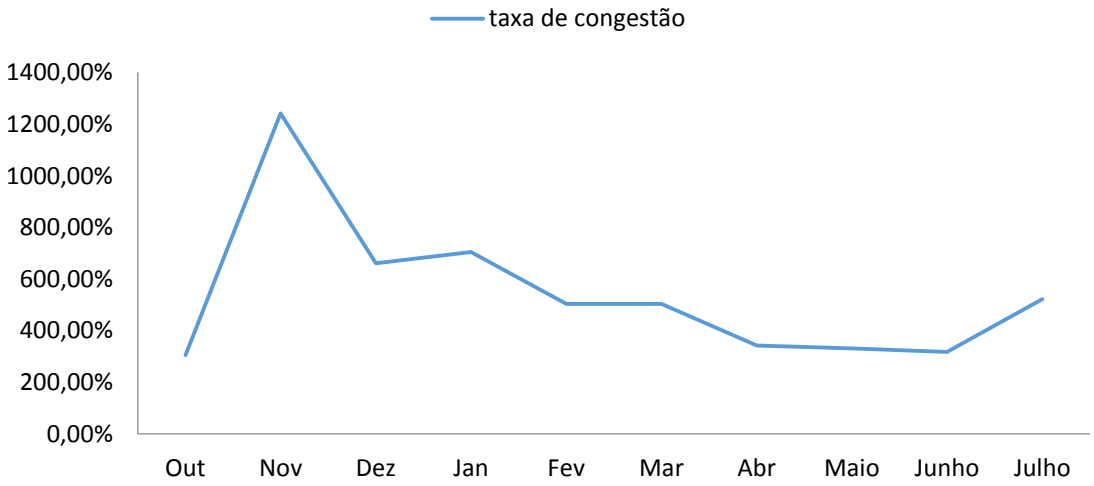


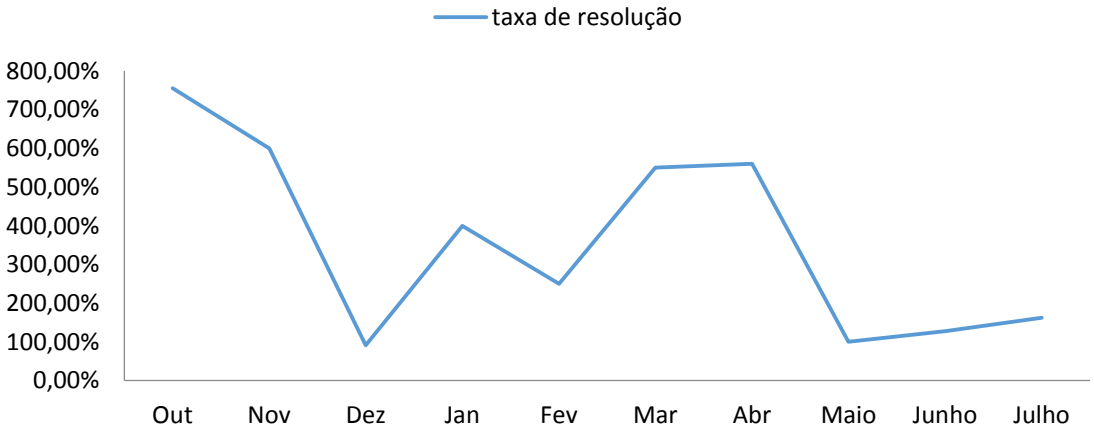


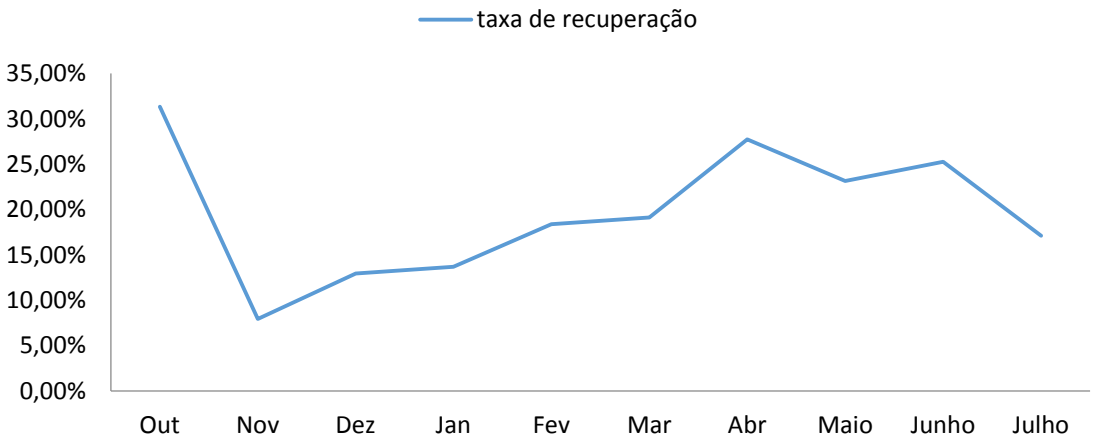


Secção Criminal da Instância Local - Praia da Vitória

Área processual criminal

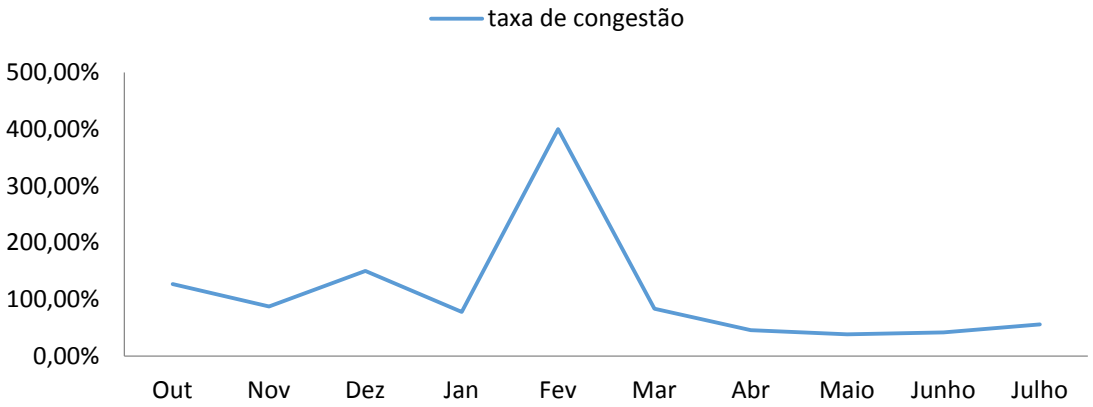


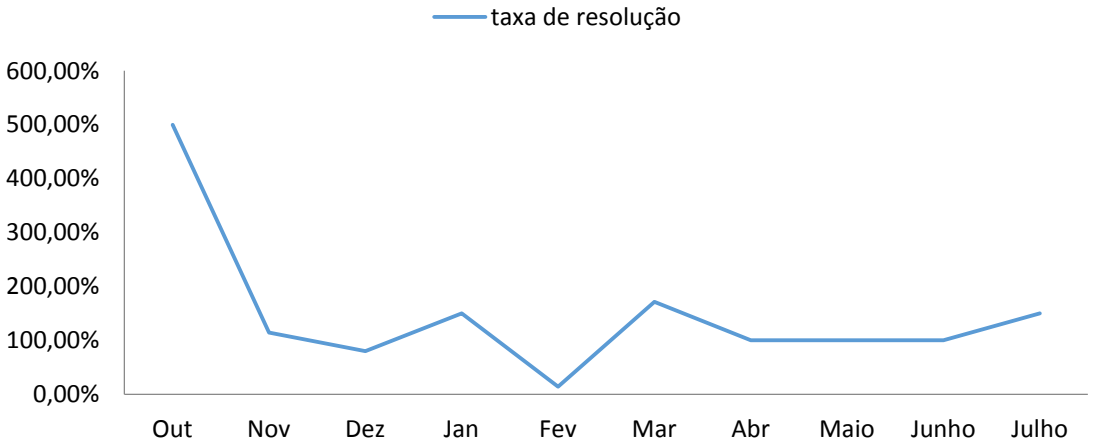


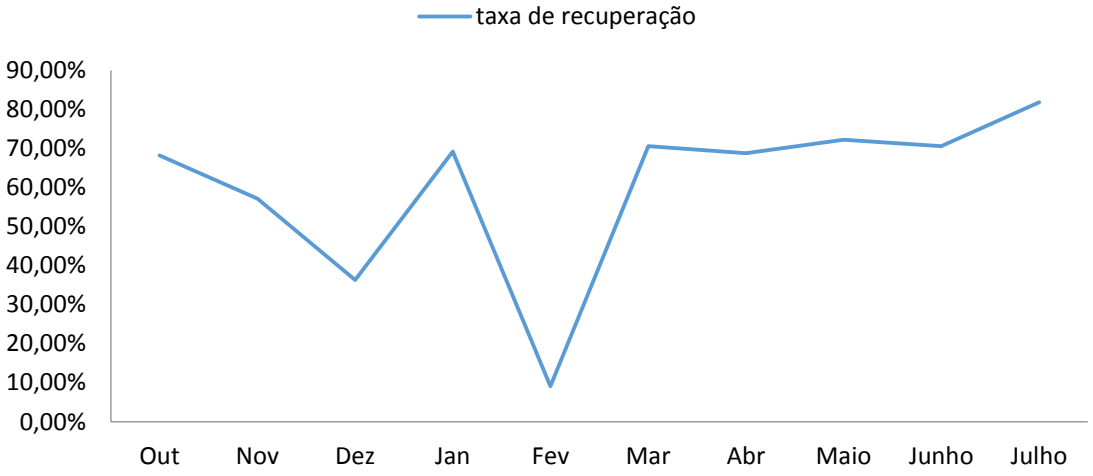


Secção Criminal da Instância Local da Praia da Vitória

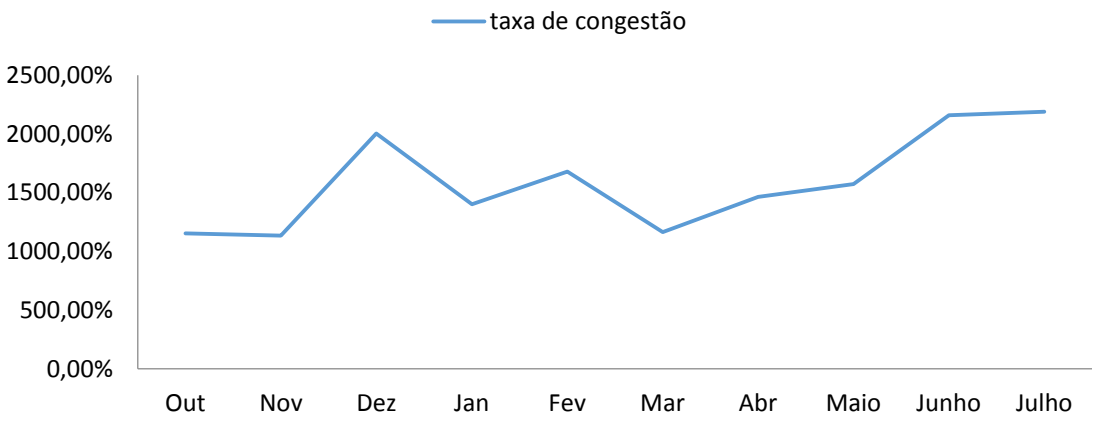
Área processual instrução criminal

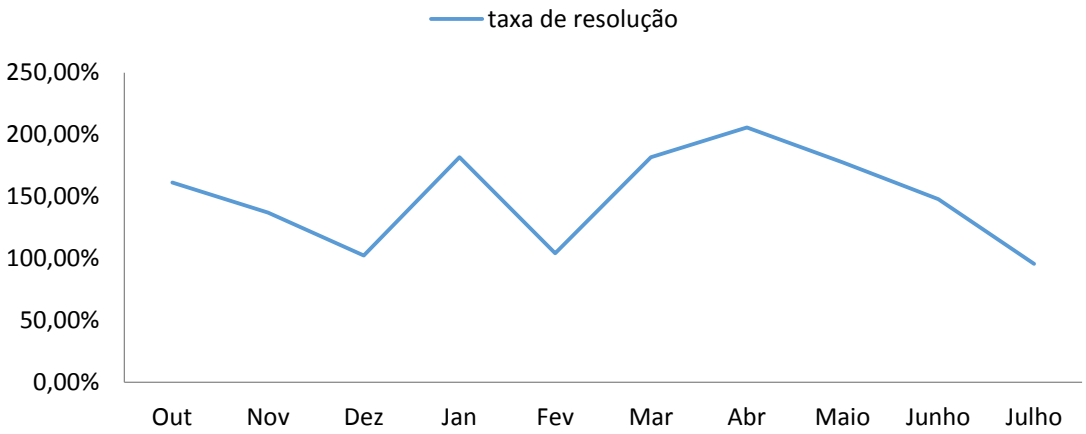


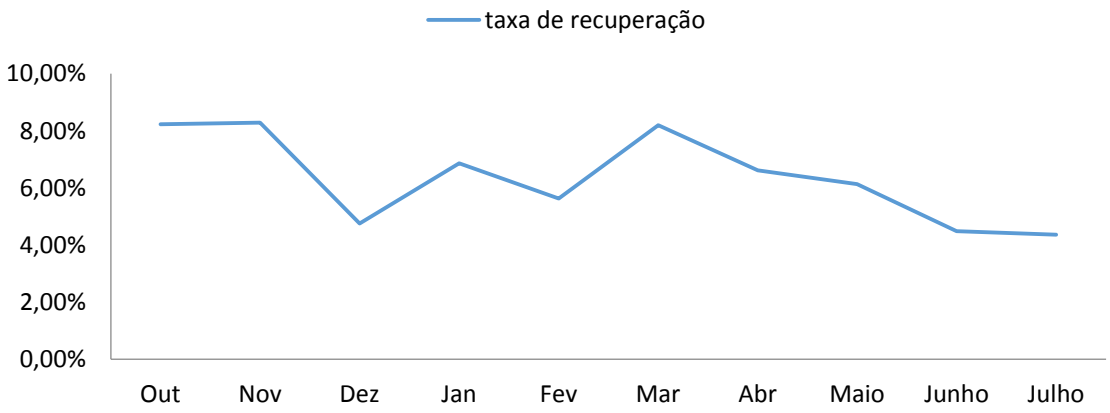




Secção Cível da Instância Local - Ribeira Grande

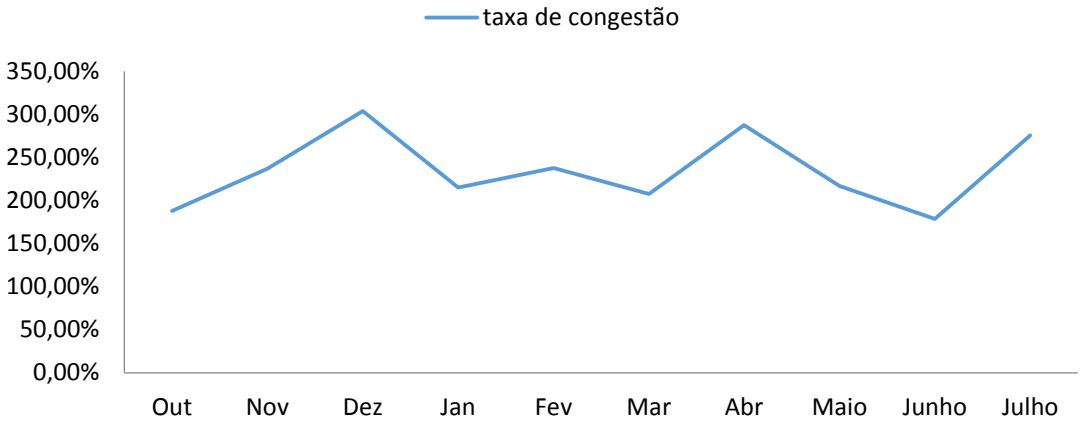


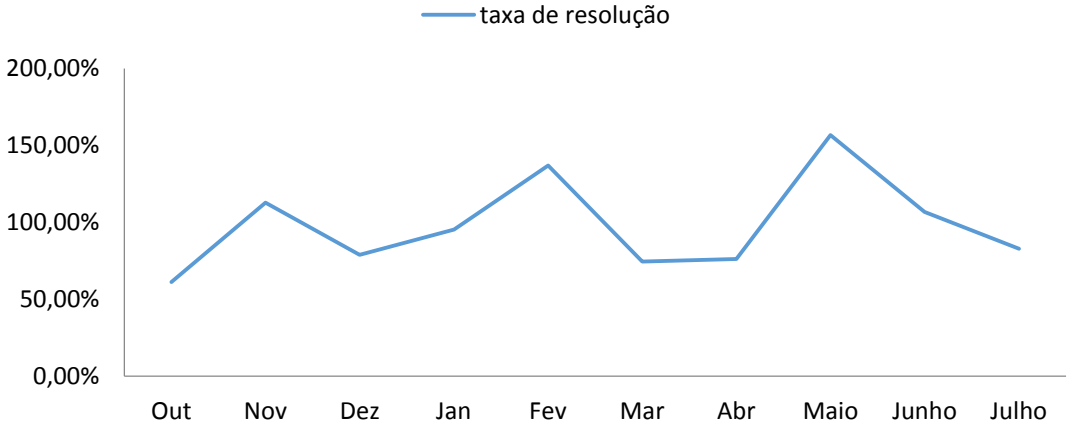


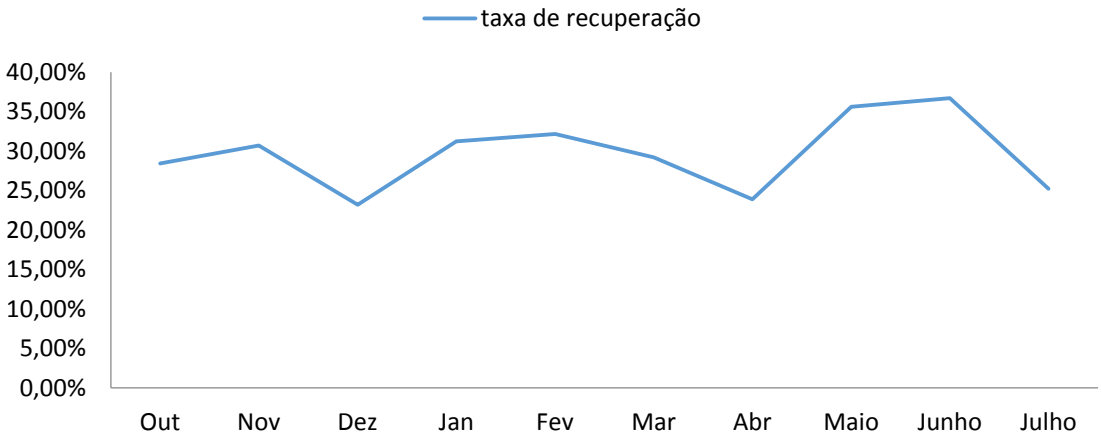


Secção Criminal da Instância Local da Ribeira Grande

Área processual criminal

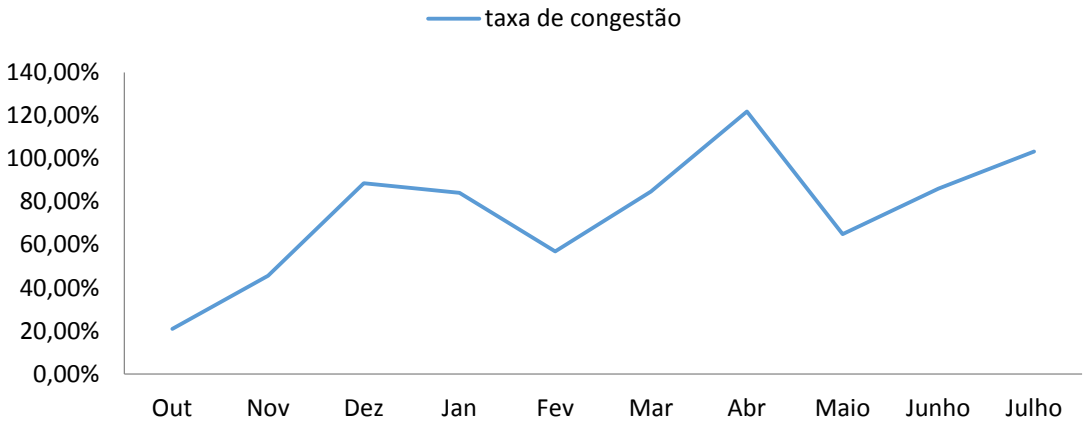


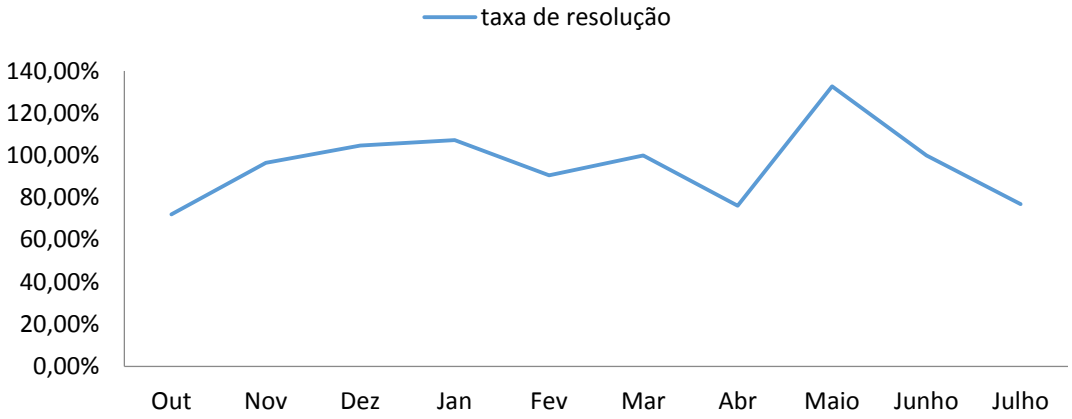


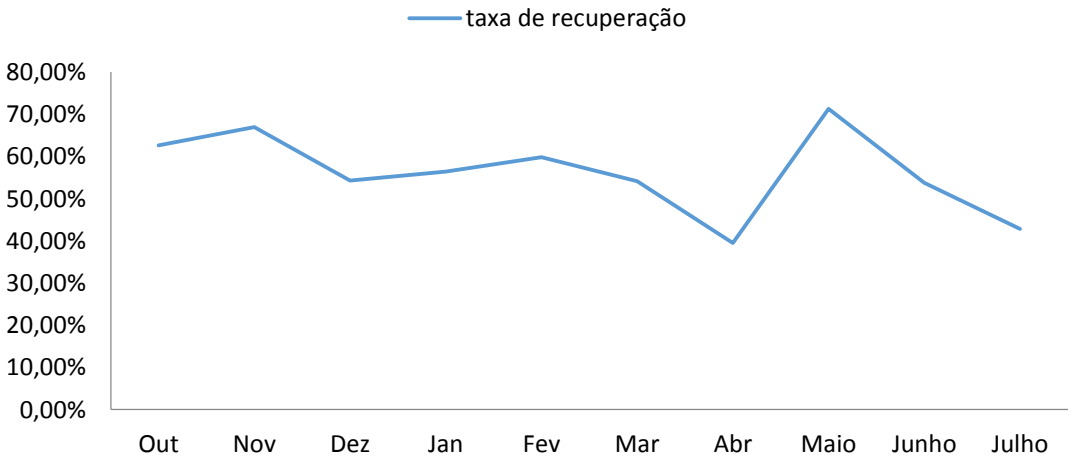


Secção Criminal da Instância Local da Ribeira Grande

Área processual instrução criminal

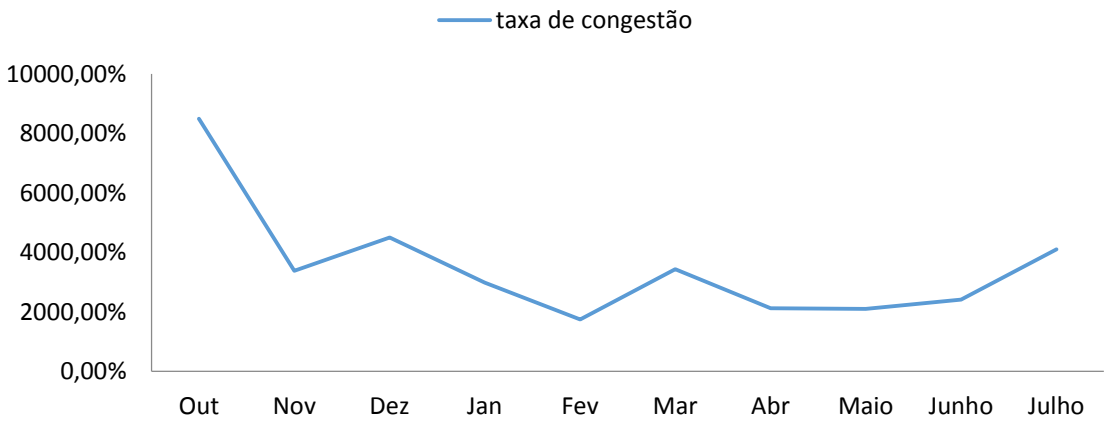


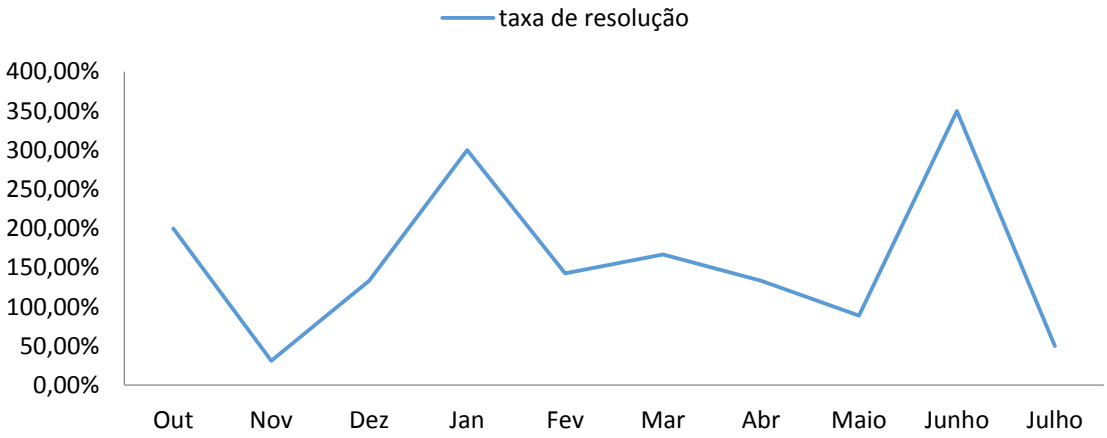


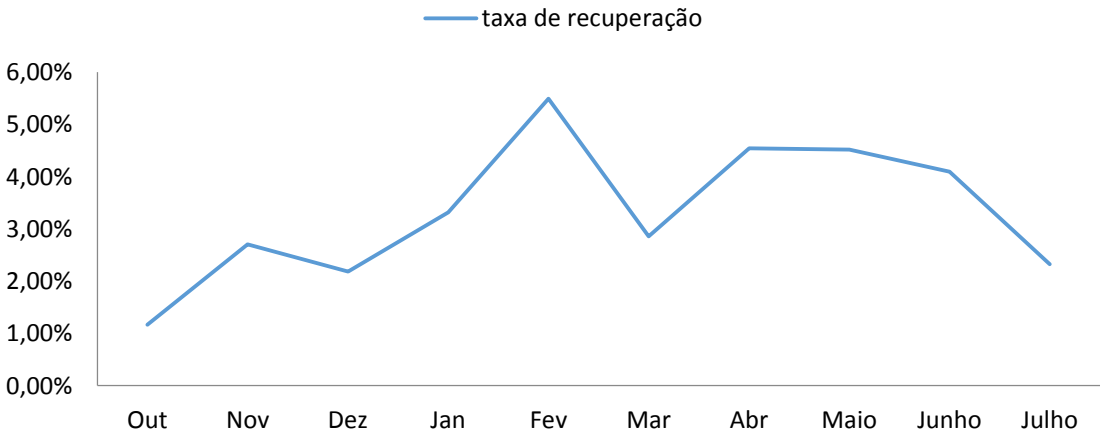


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Santa Cruz da Graciosa

Área processual cível

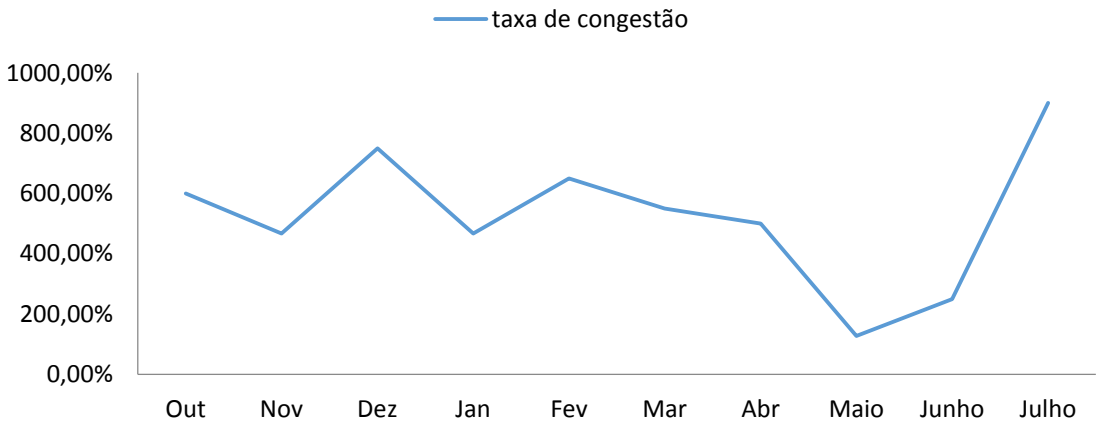


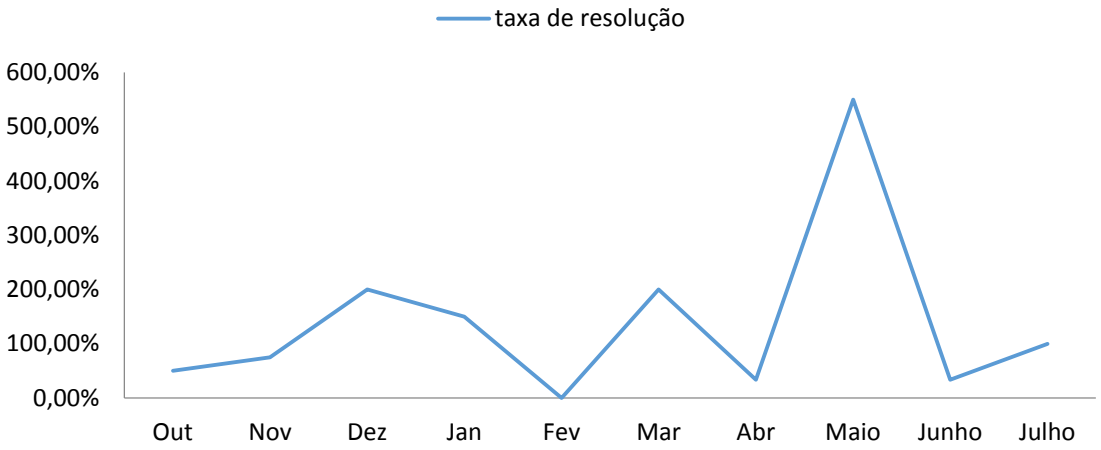


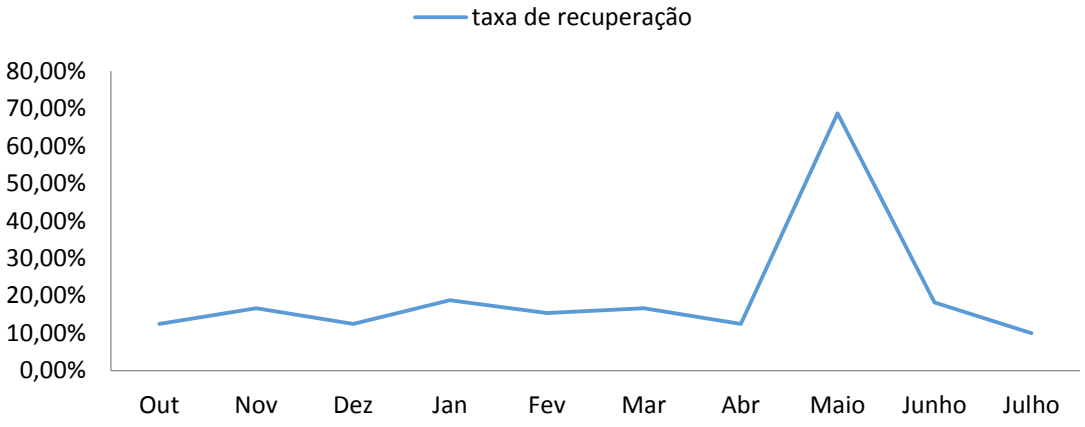


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Santa Cruz da Graciosa

Área processual criminal

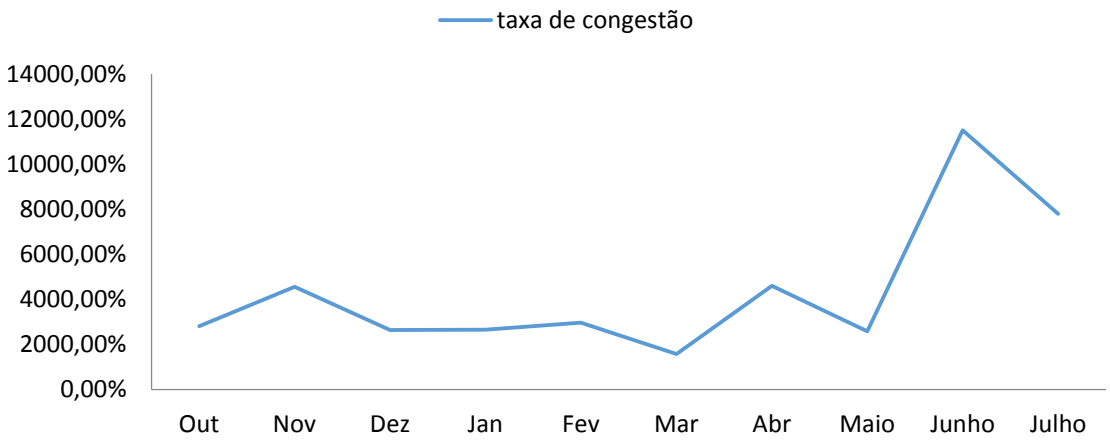


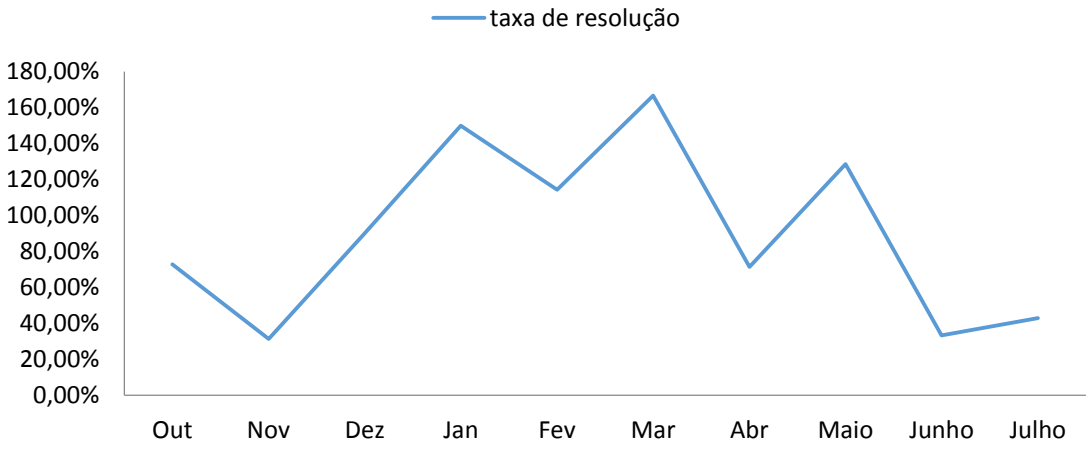


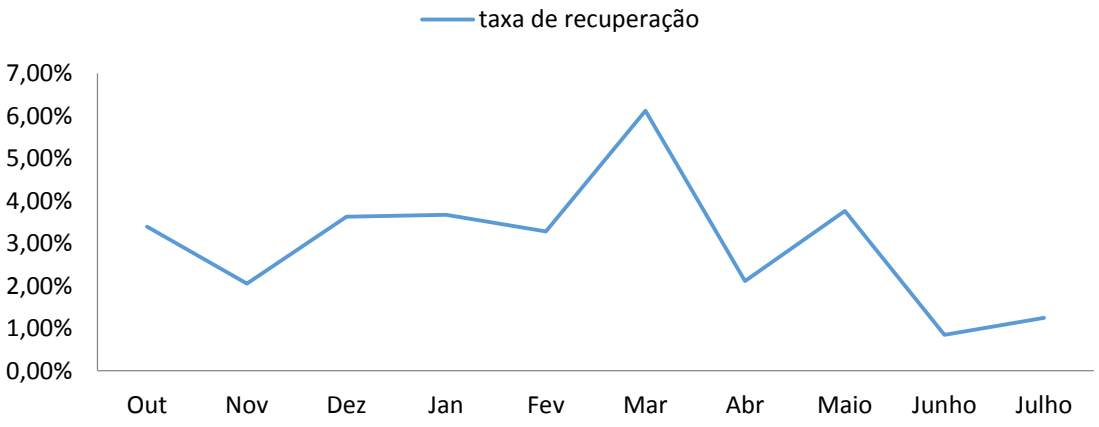


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Santa Cruz das Flores

Área processual cível

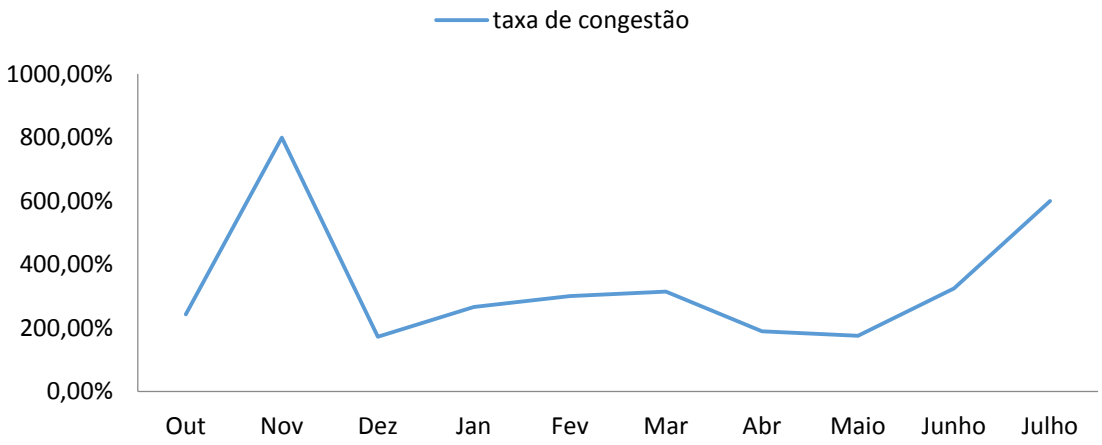


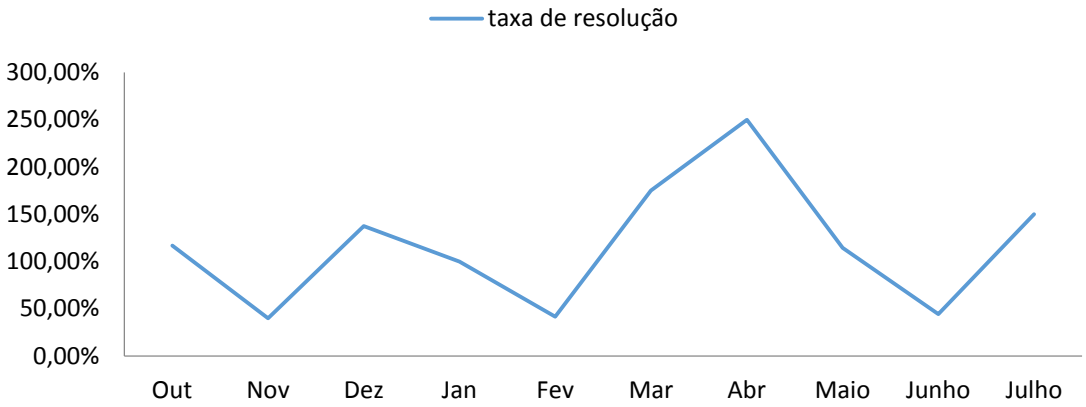


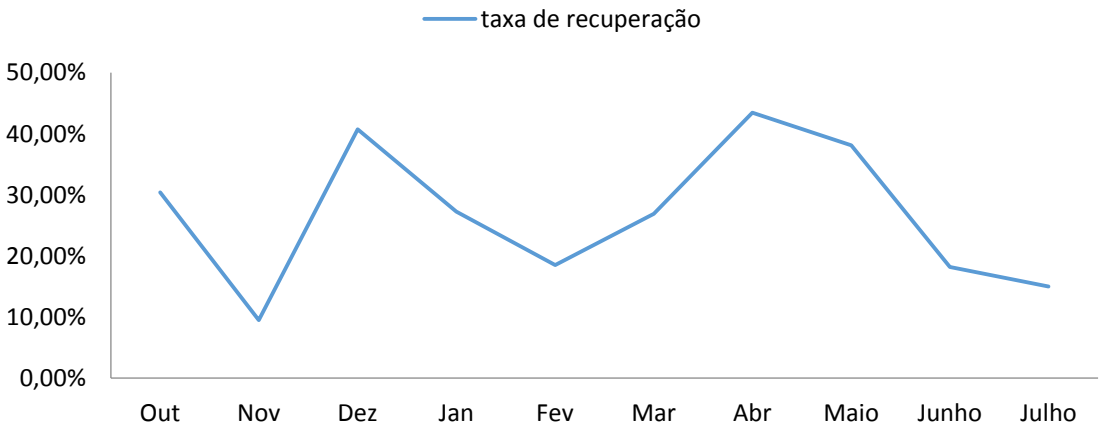


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Santa Cruz das Flores

Área processual criminal

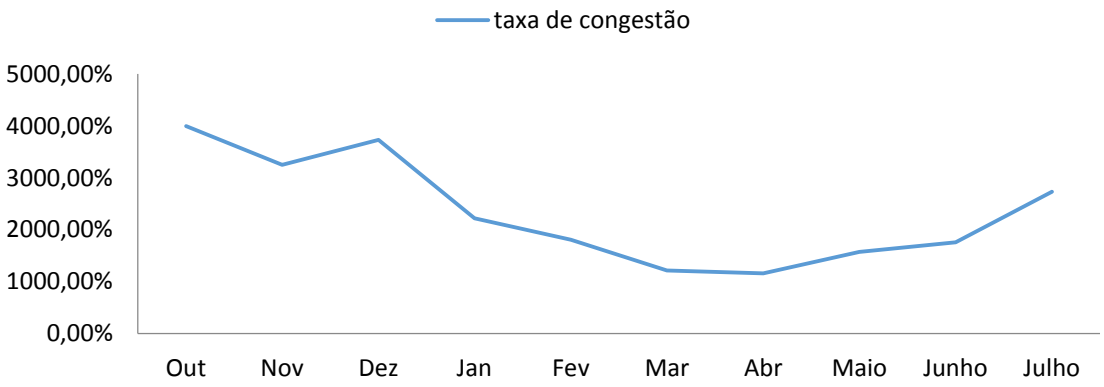


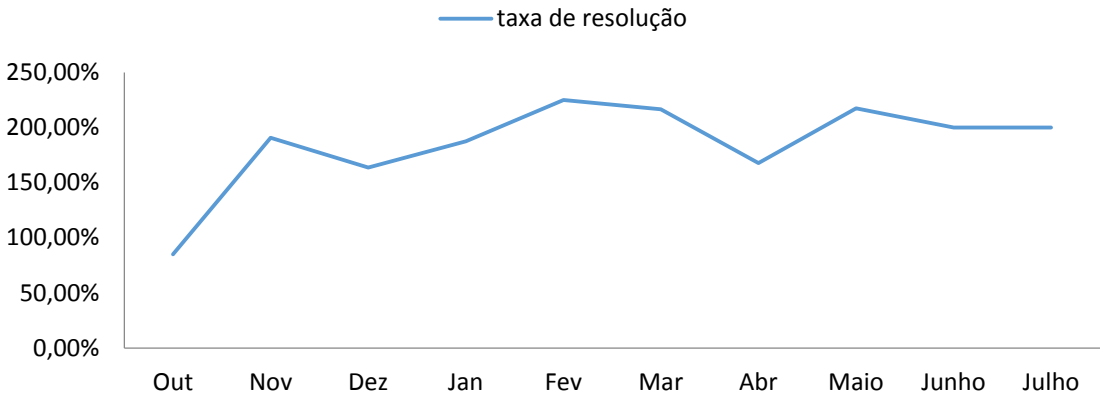


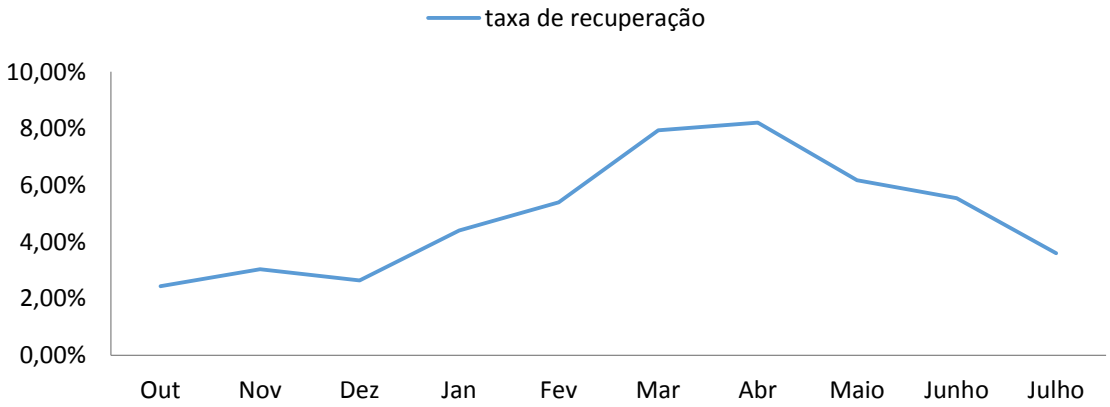


Secção de Competência Genérica da Instância Local
São Roque do Pico

Área processual cível

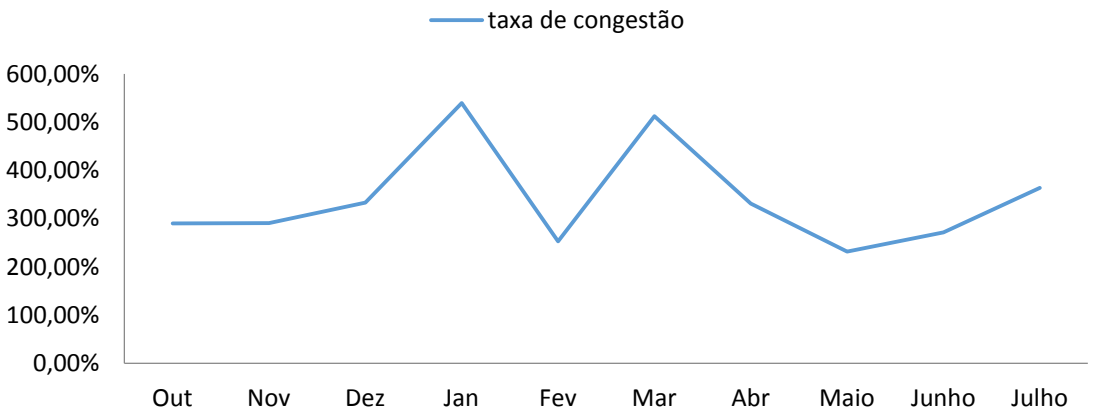


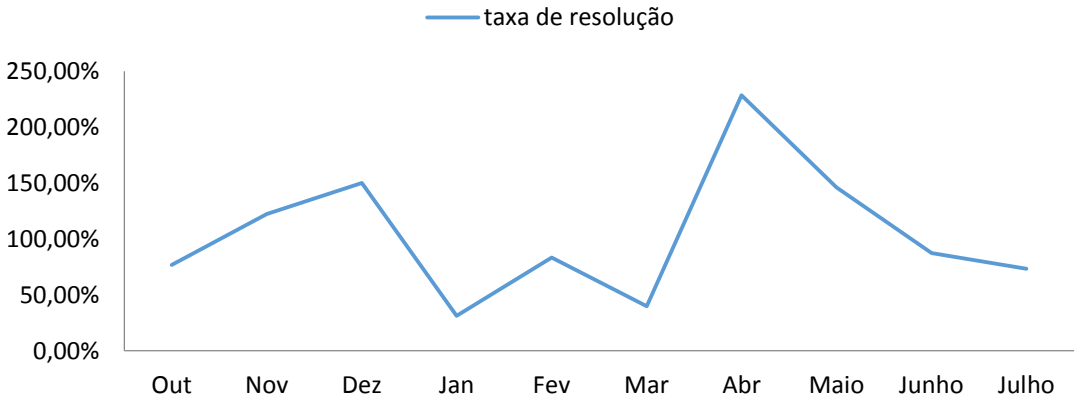


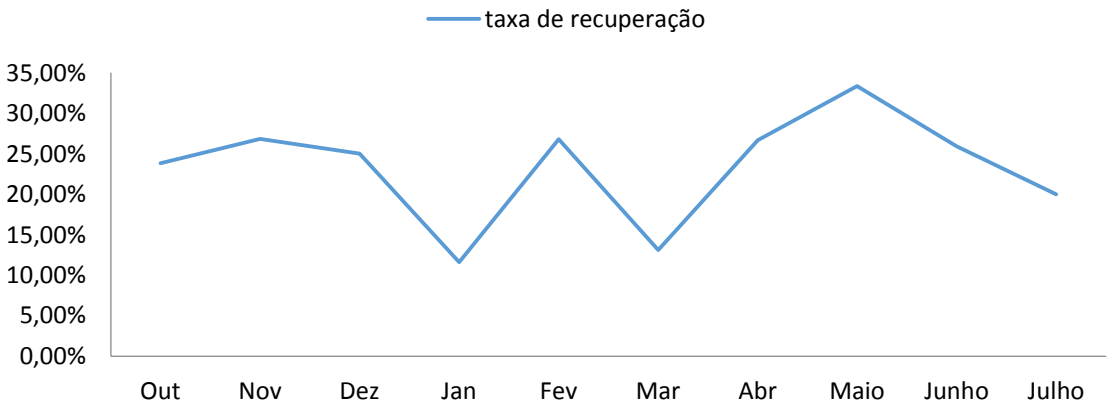


Secção de Competência Genérica da Instância Local
São Roque do Pico

Área processual criminal

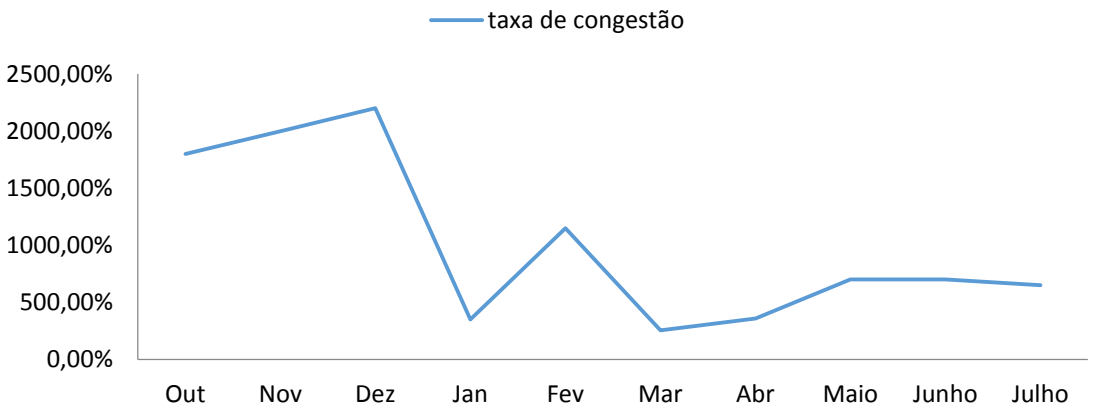


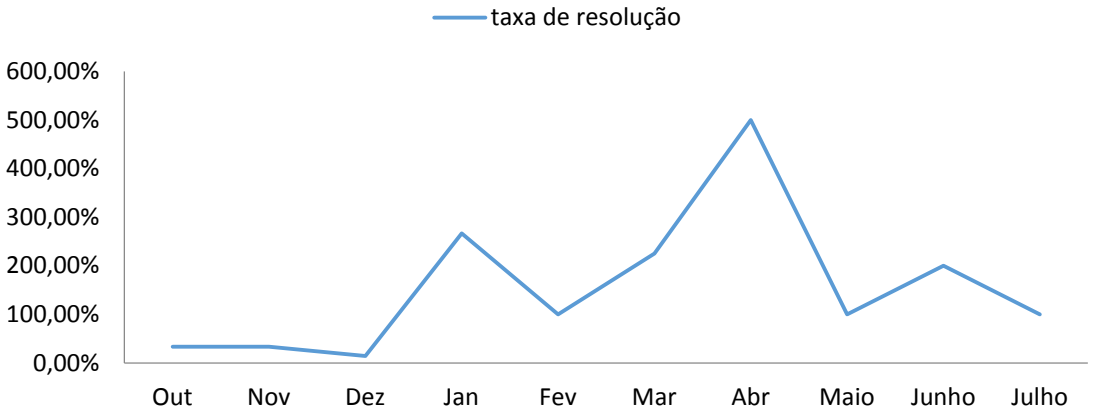


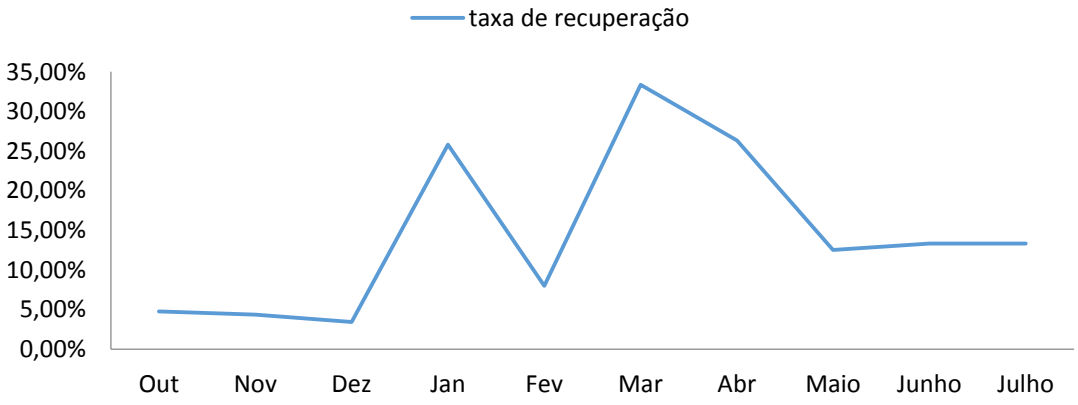


Secção de Competência Genérica da Instância Local
São Roque do Pico

Área processual laboral

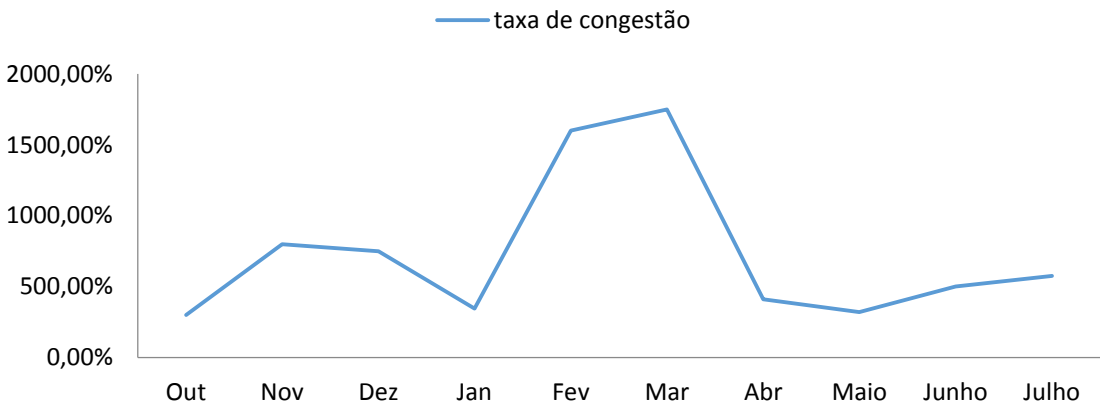


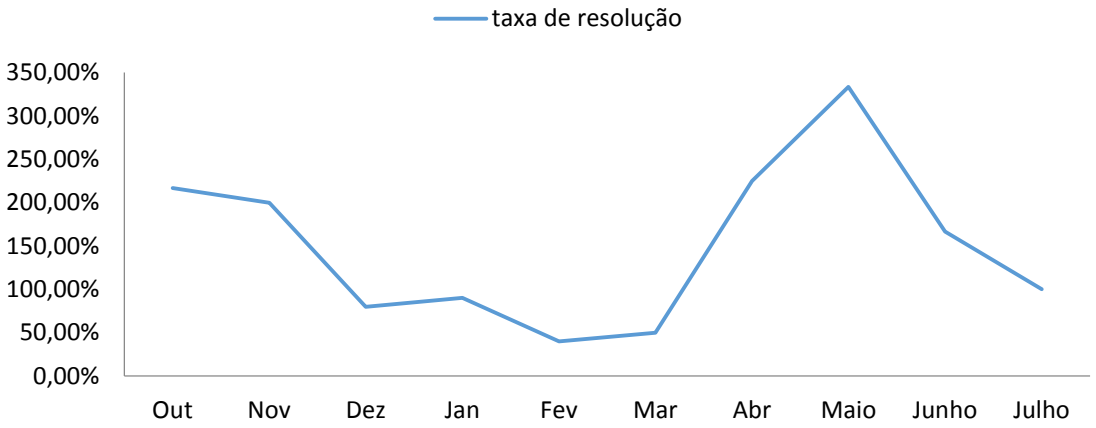


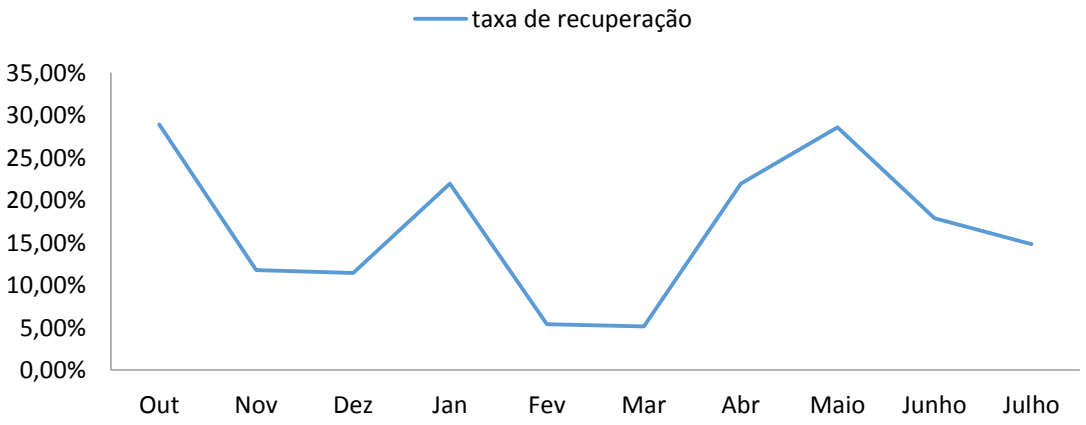


Secção de Competência Genérica da Instância Local
São Roque do Pico

Área processual tutelar

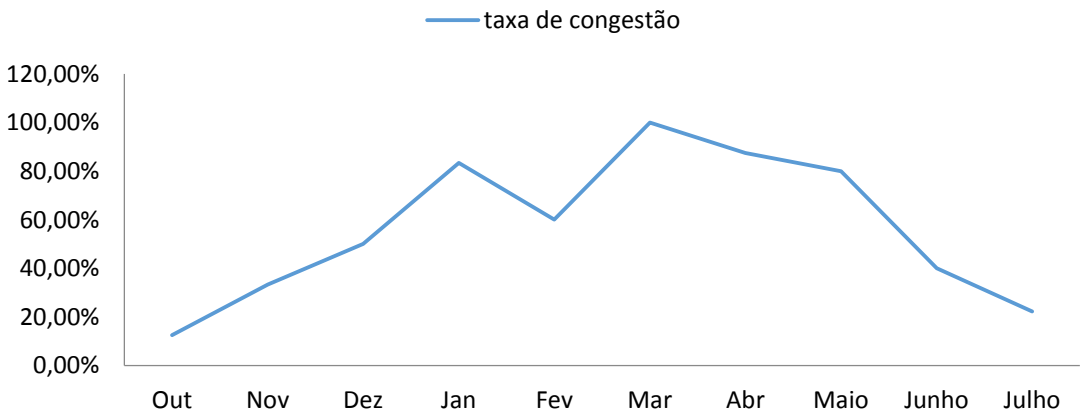


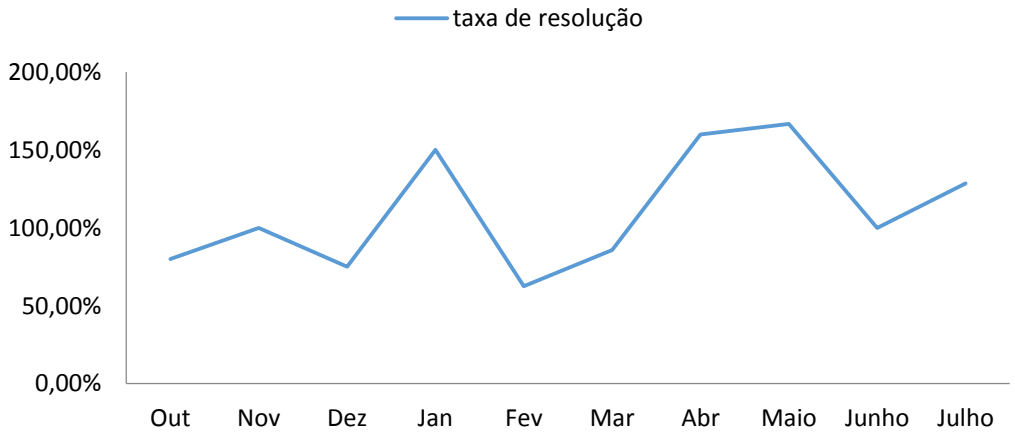


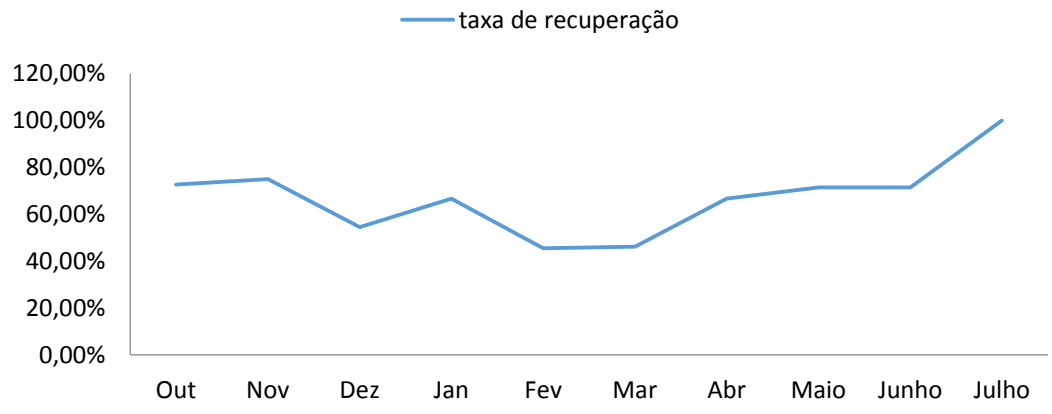


Secção de Competência Genérica da Instância Local
São Roque do Pico

Área processual instrução criminal

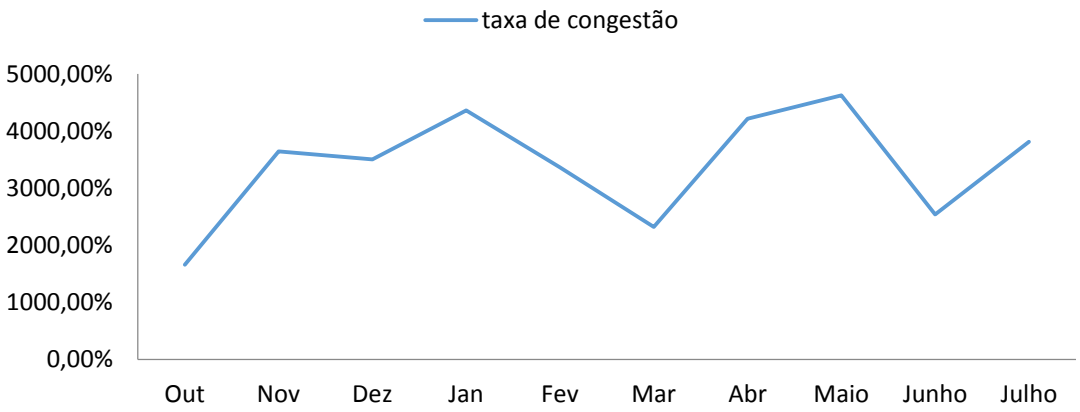


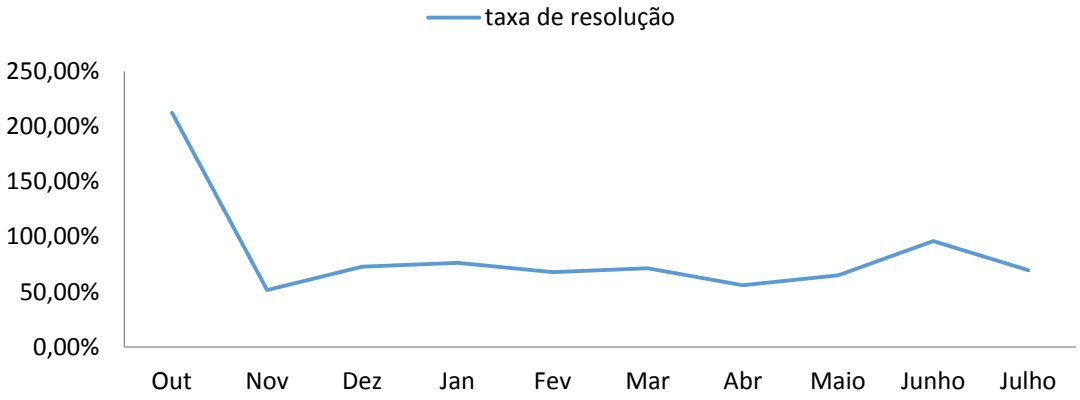


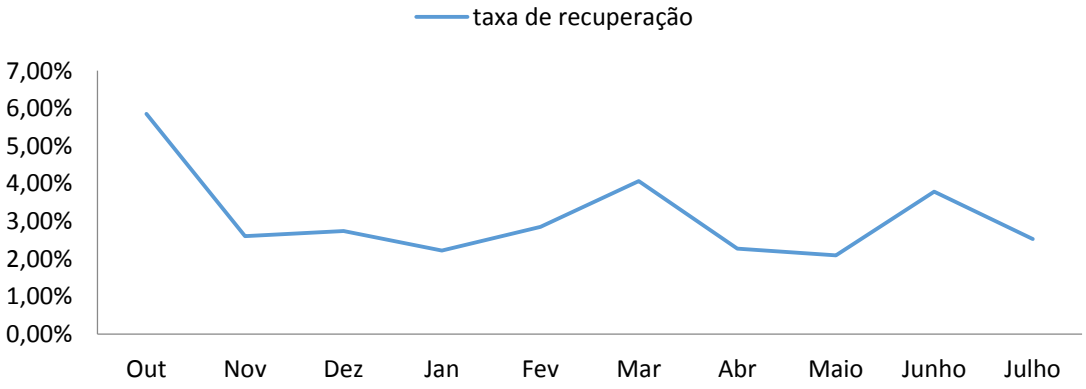


Secção de Competência Genérica da Instância Local Velas

Área processual cível

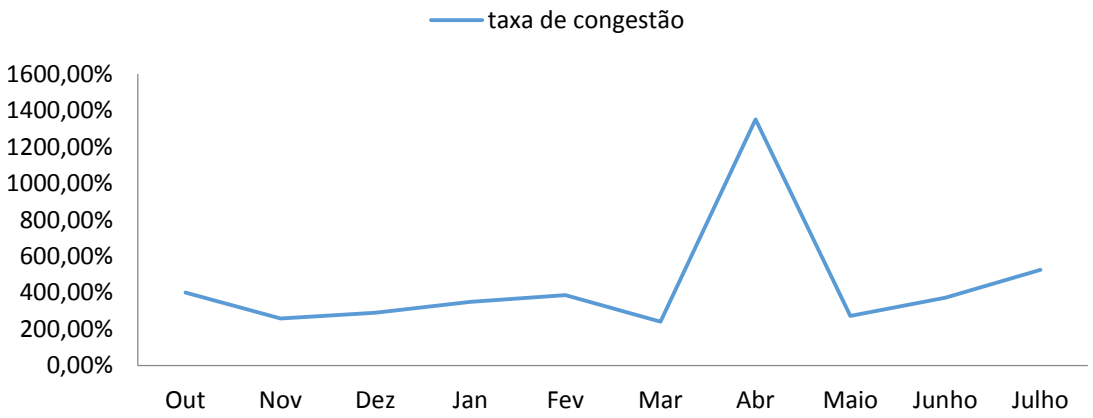


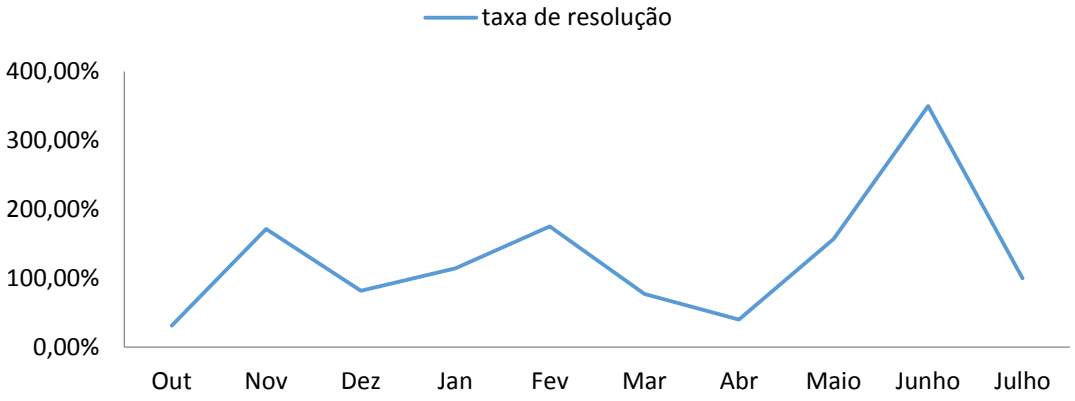


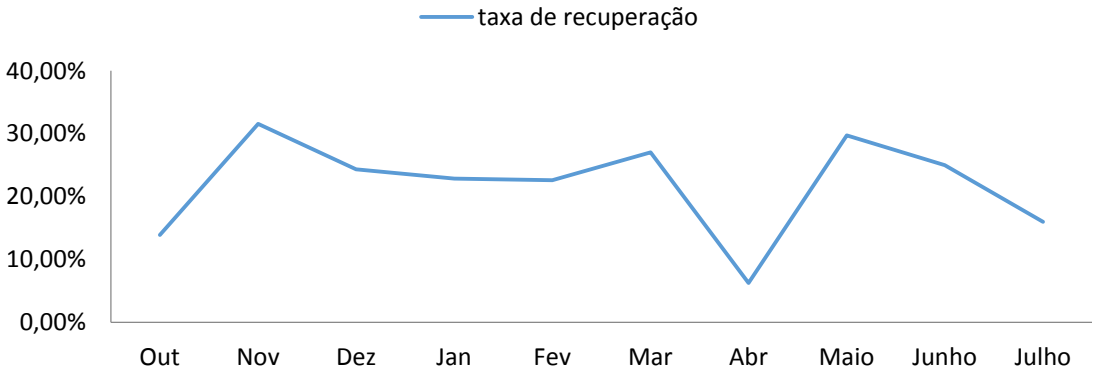


Secção de Competência Genérica da Instância Local Velas

Área processual criminal

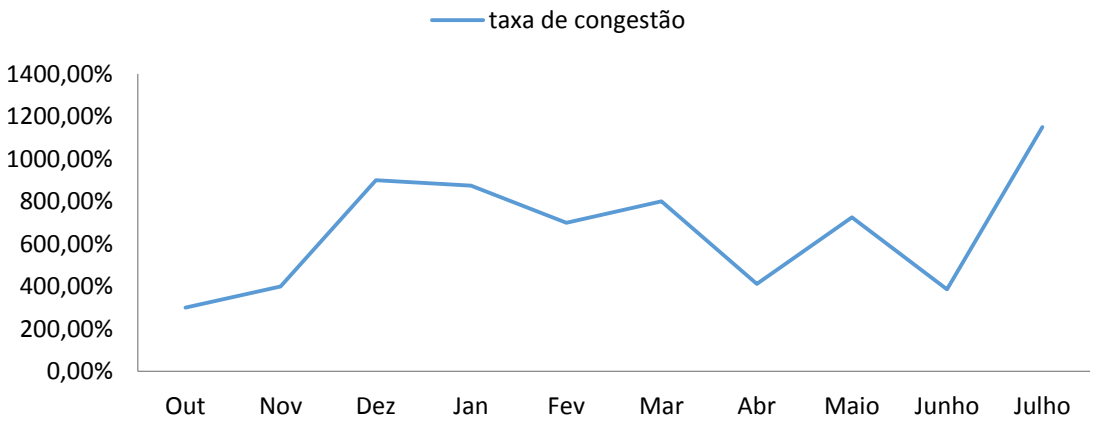


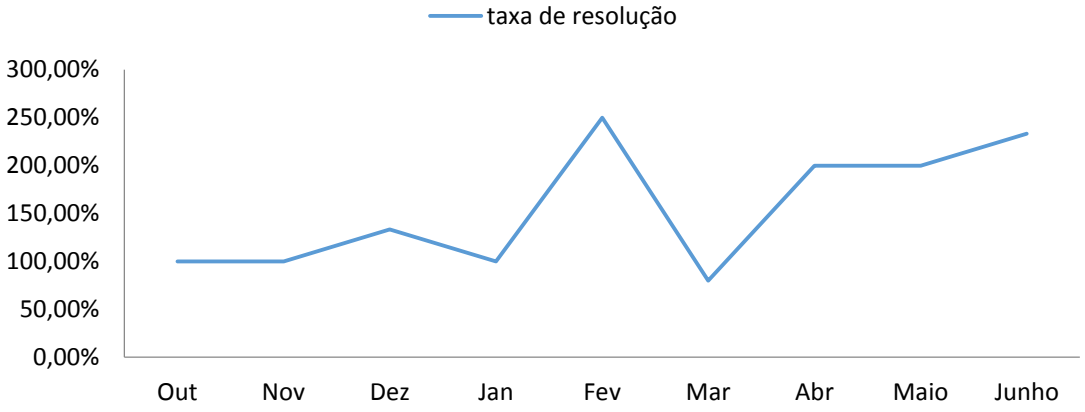


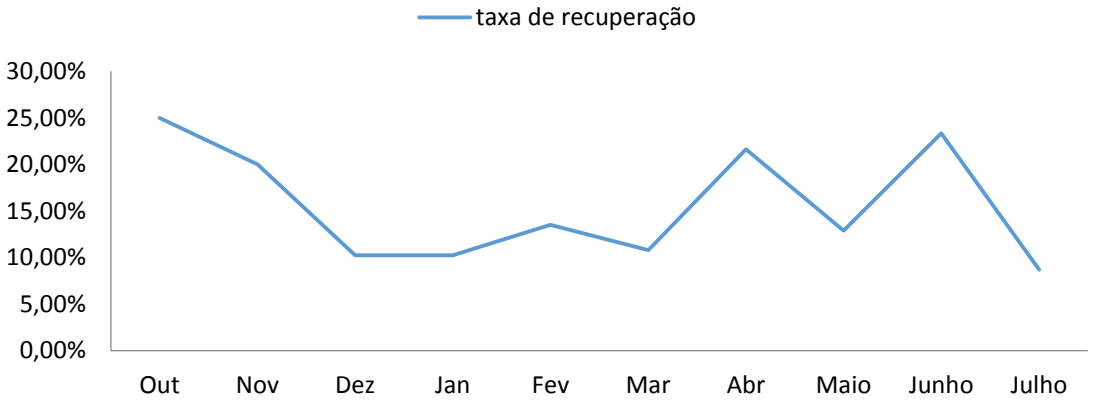


Secção de Competência Genérica da Instância Local Velas

Área processual tutelar

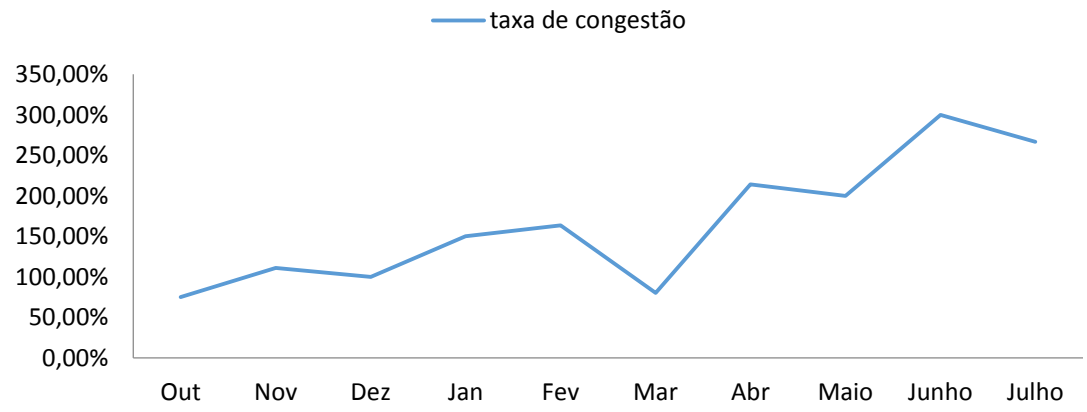


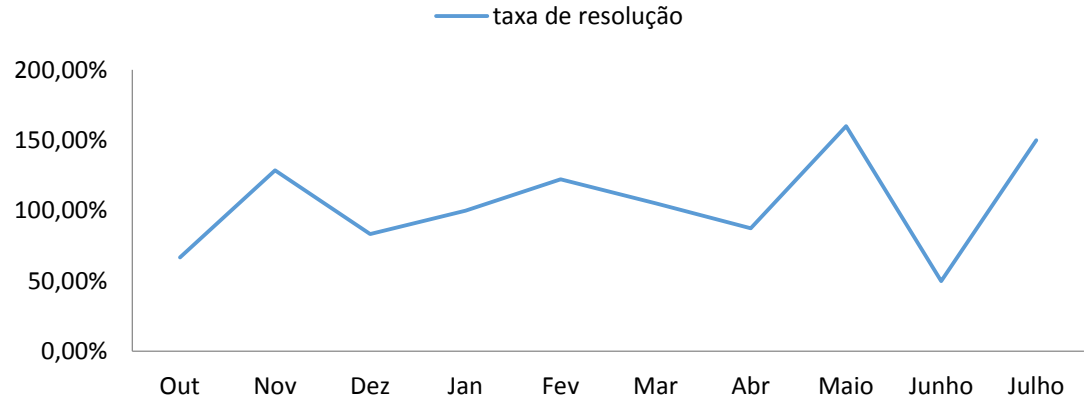


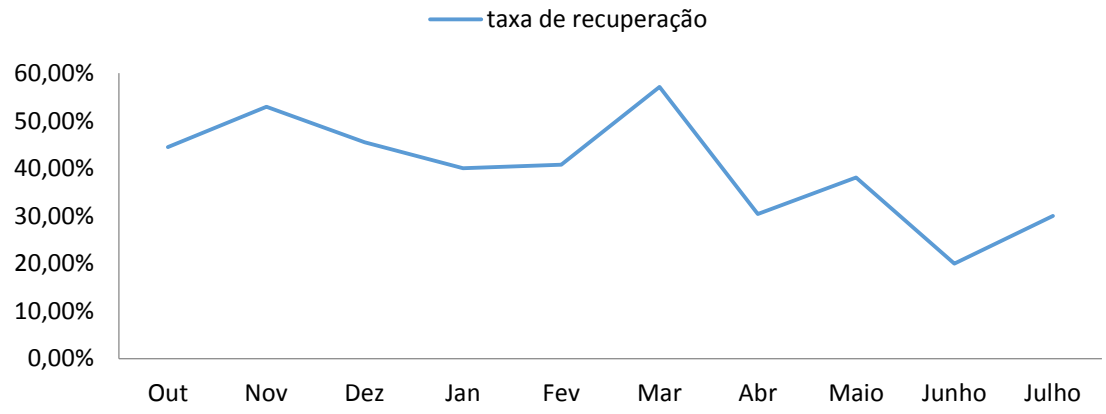


Secção de Competência Genérica da Instância Local Velas

Área processual instrução criminal

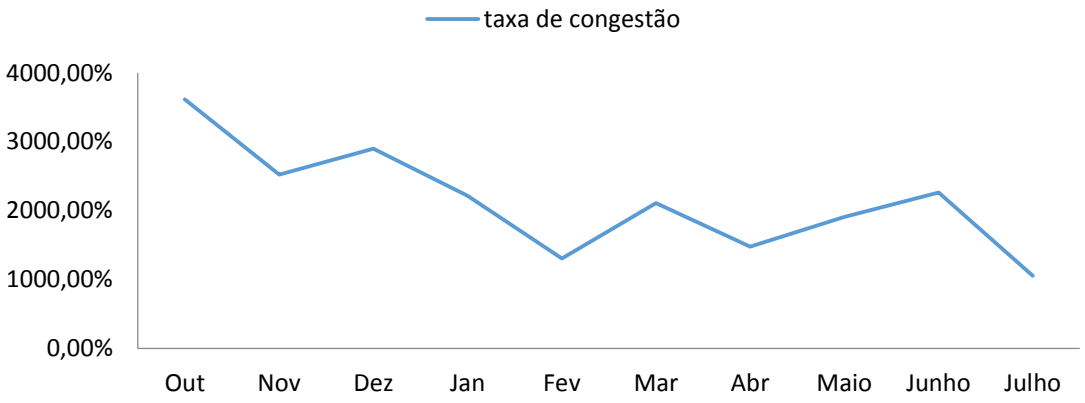


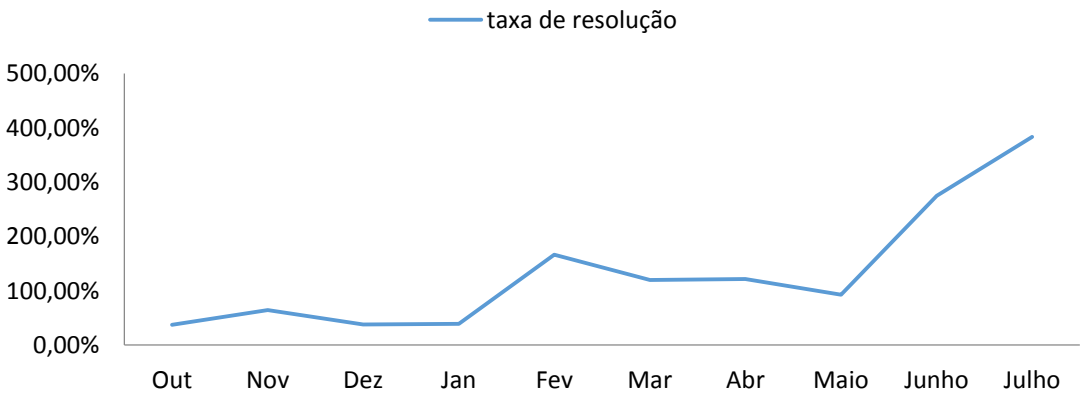


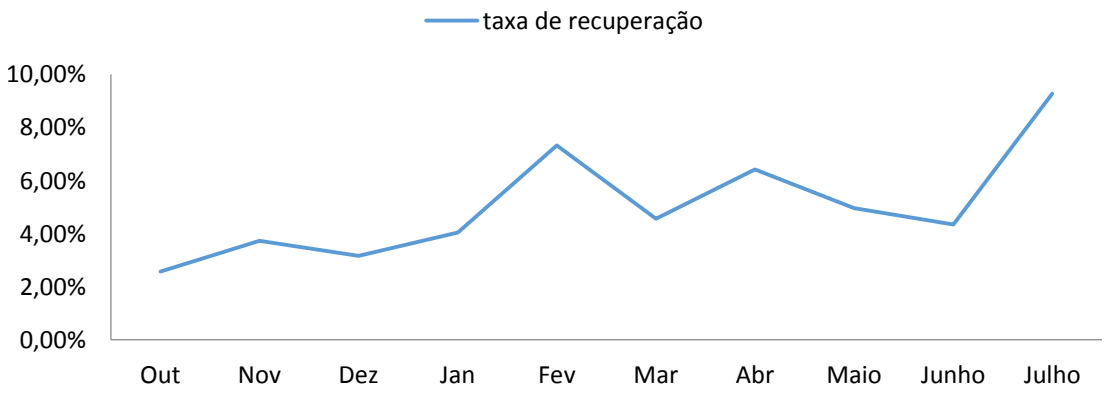


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila do Porto

Área processual cível

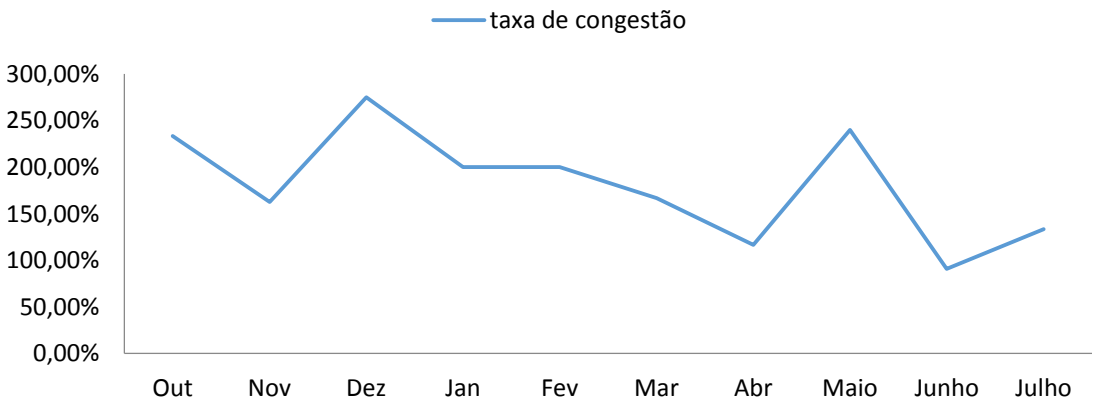


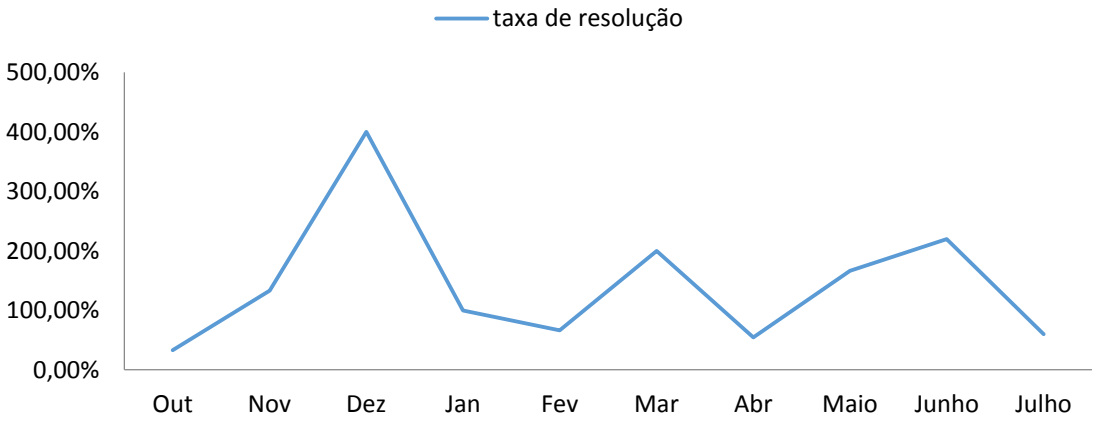


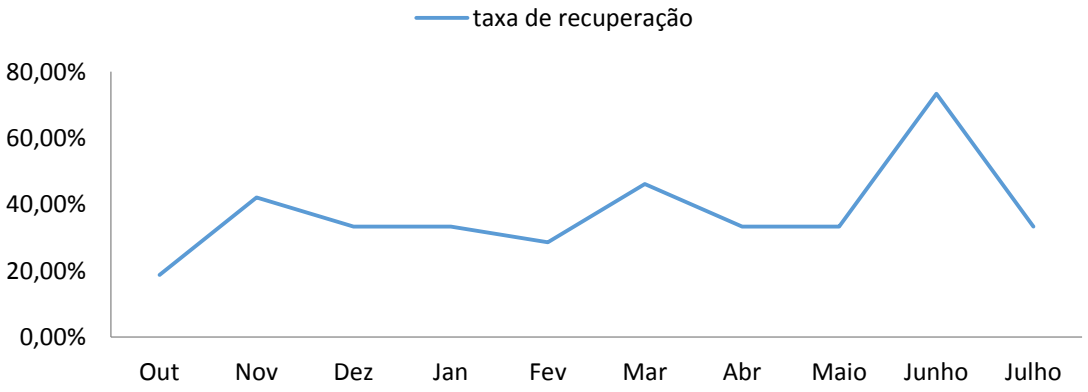


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila do Porto

Área processual criminal

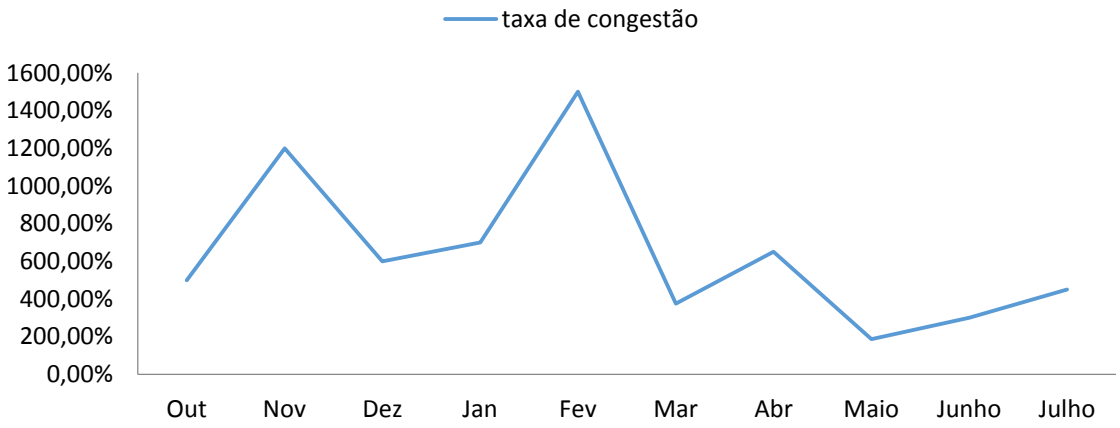


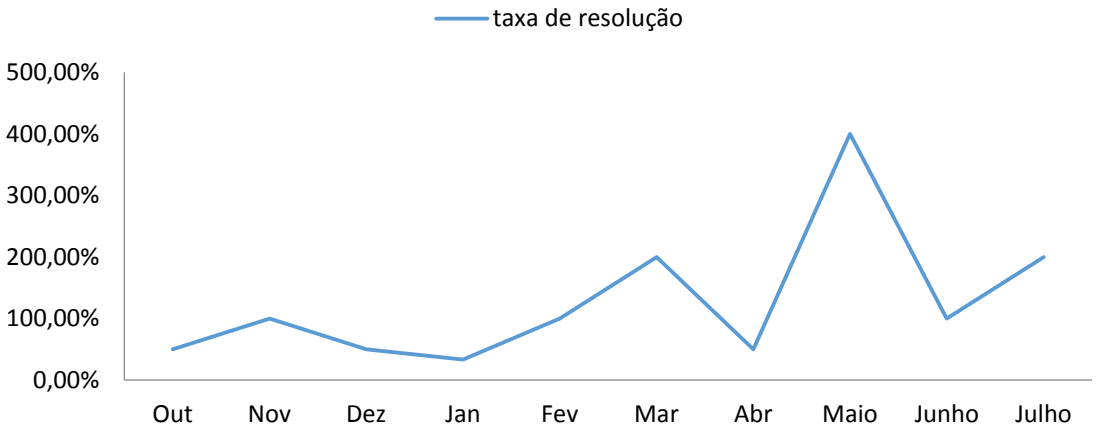


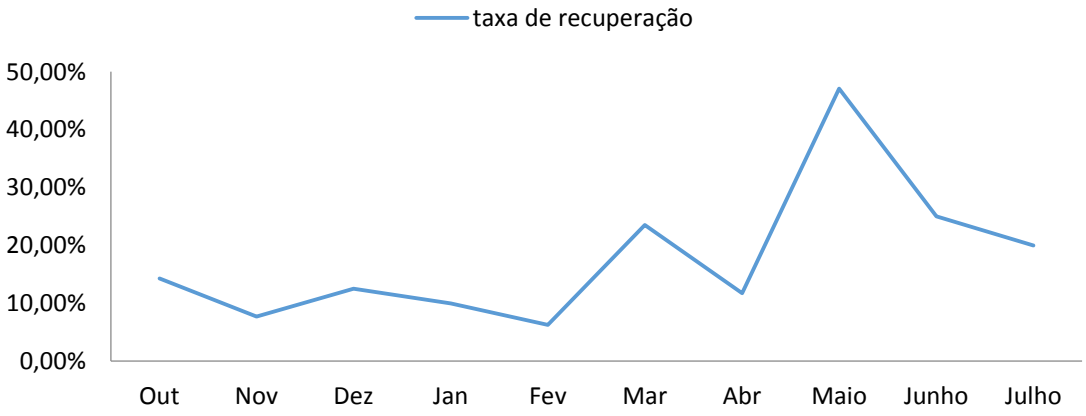


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila do Porto

Área processual tutelar

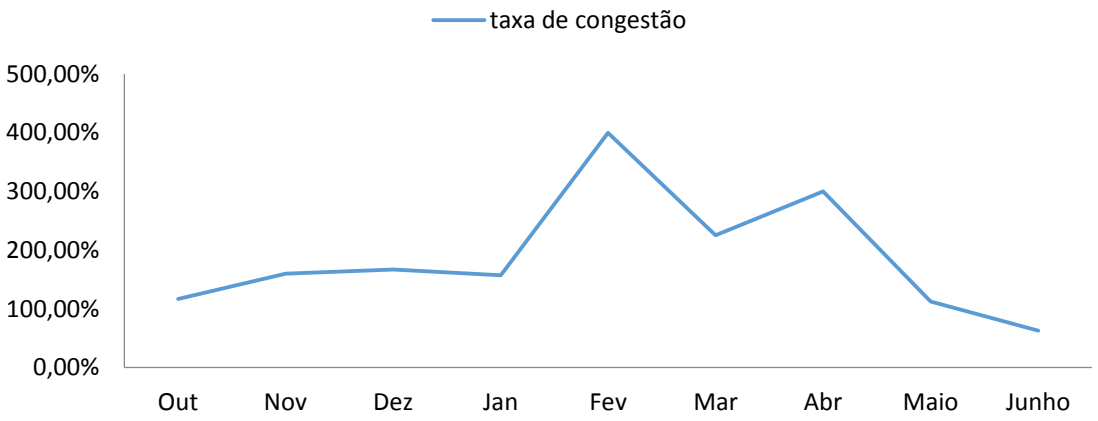


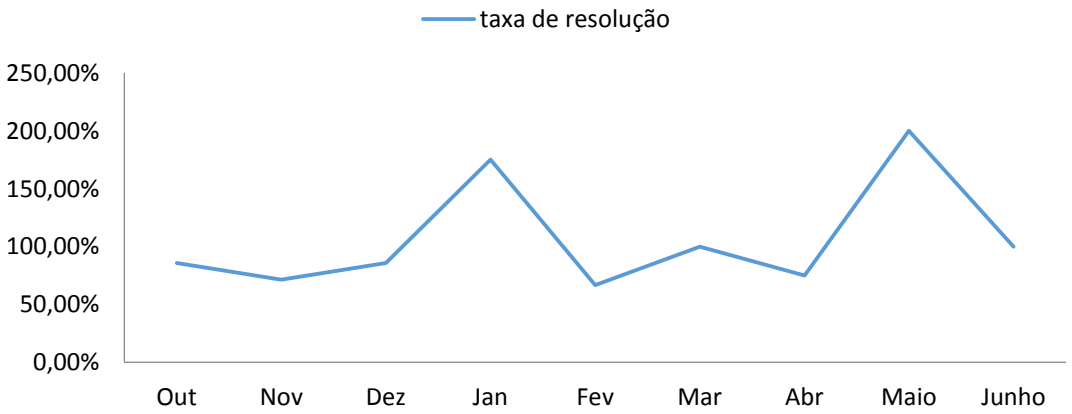


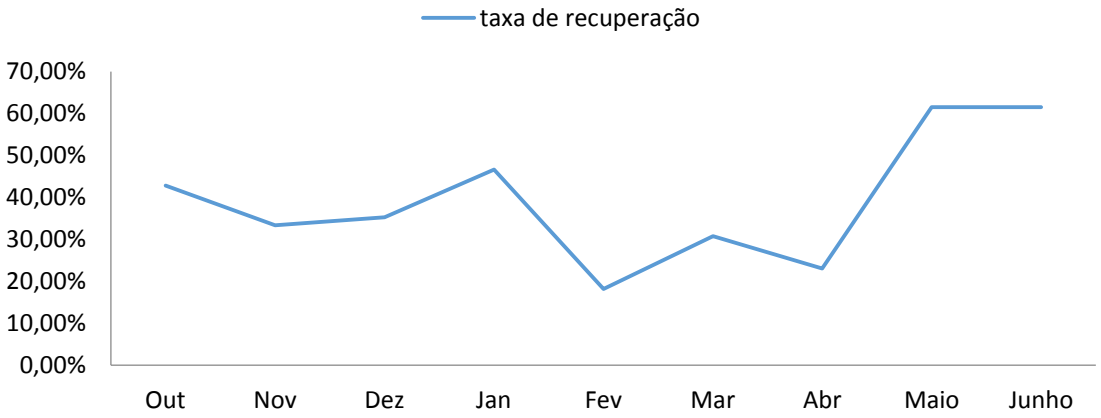


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila do Porto

Área processual instrução criminal

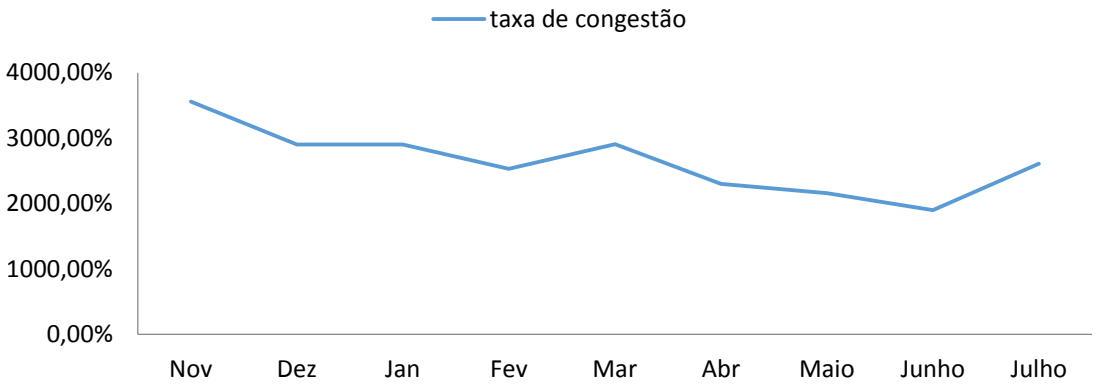


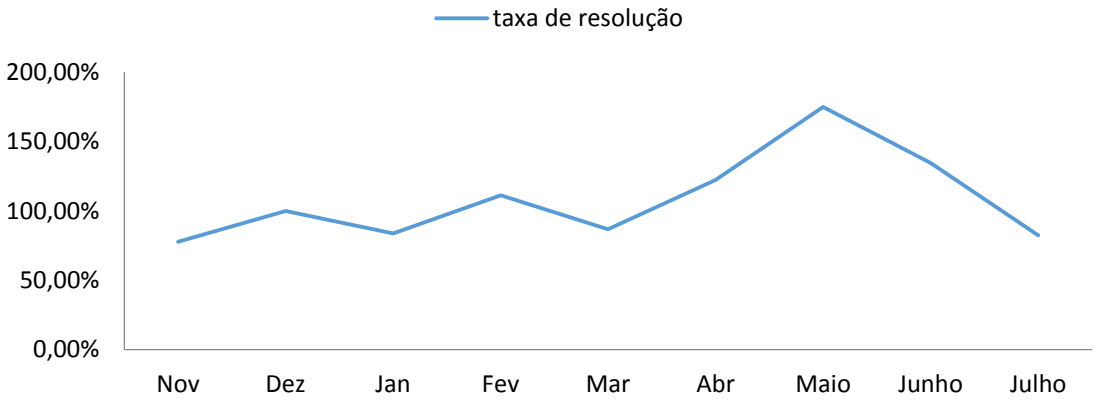


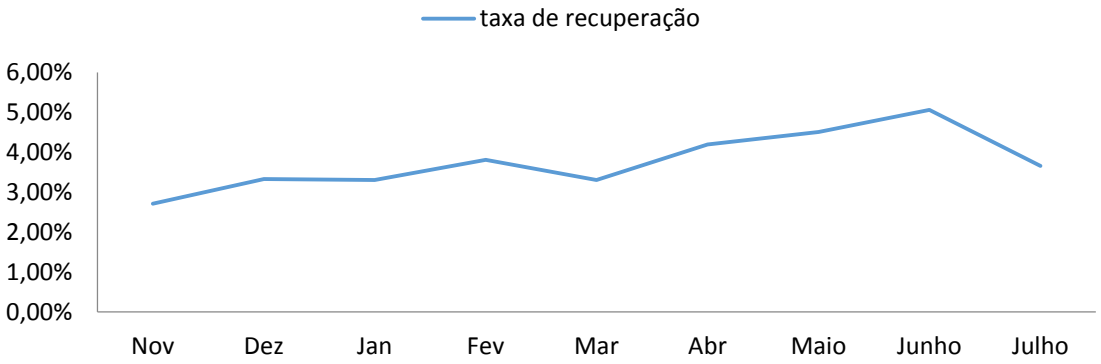


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila Franca do Campo

Área processual cível

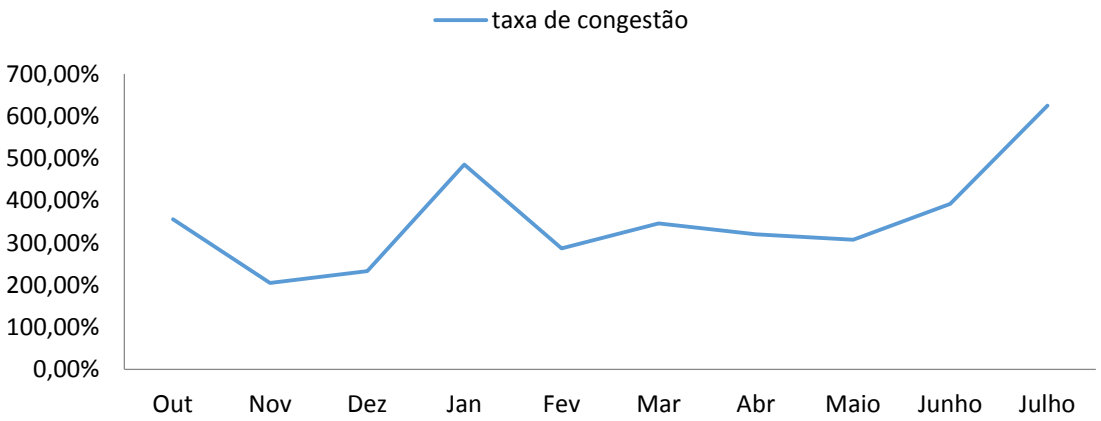


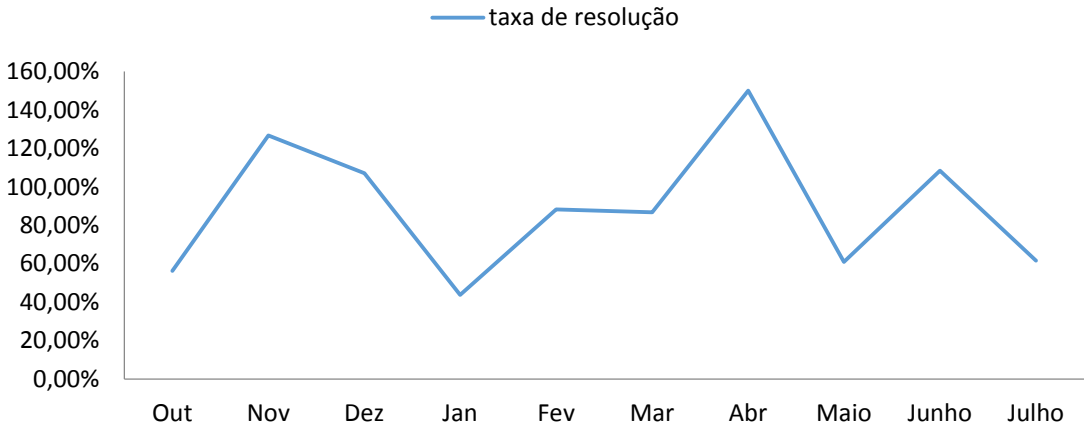


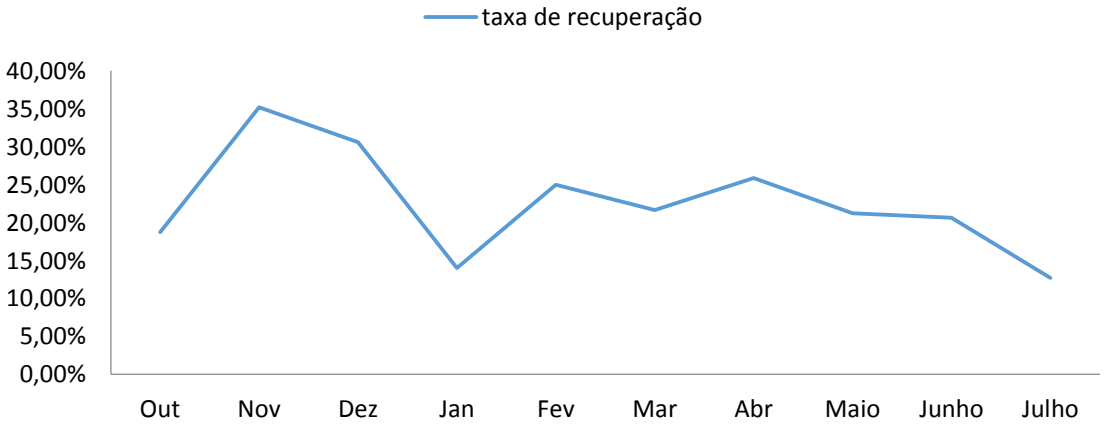


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila Franca do Campo

Área processual criminal

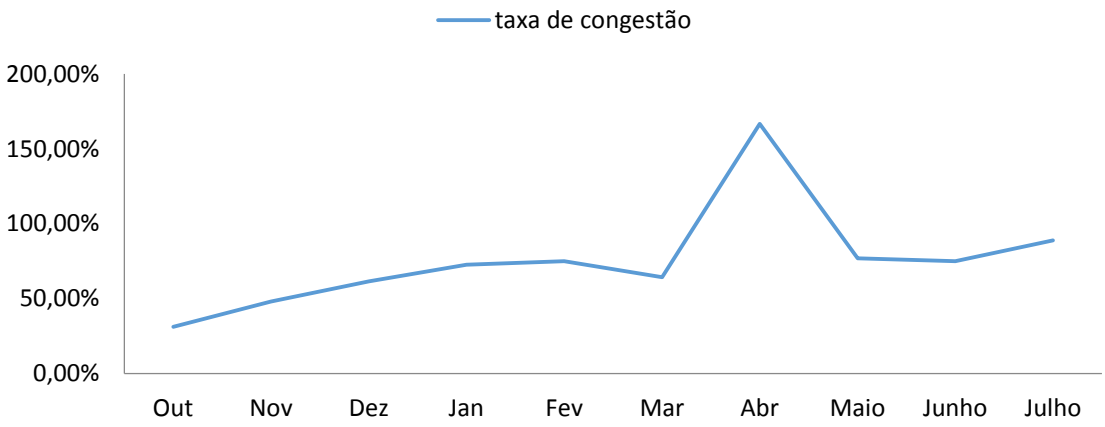


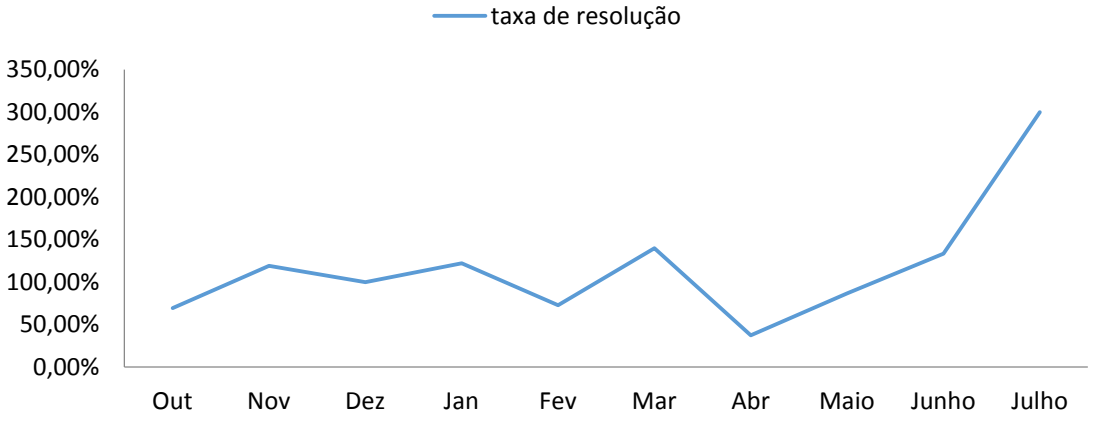


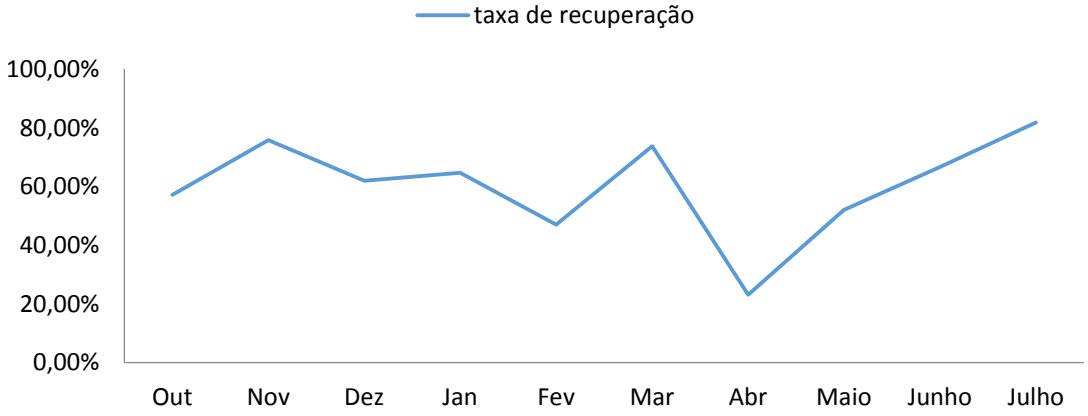


Secção de Competência Genérica da Instância Local
Vila Franca do Campo

Área processual instrução criminal





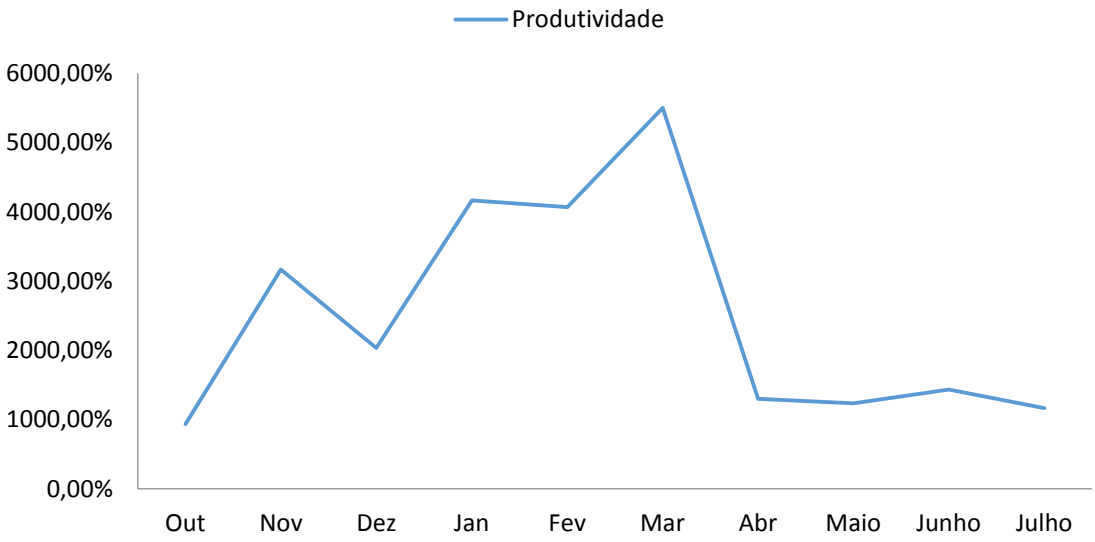


MAPA 4

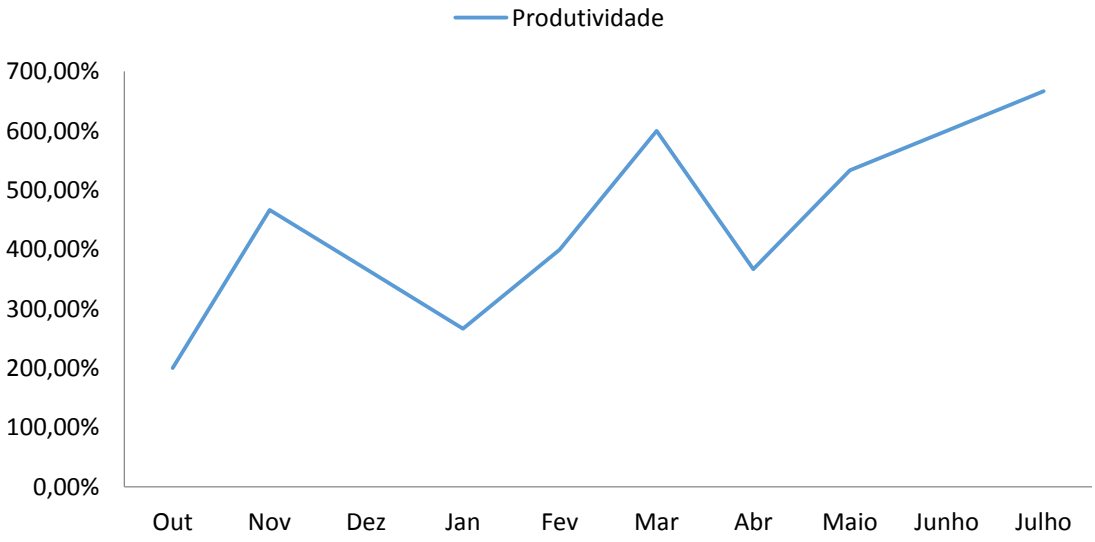
(Produtividade média por juiz)

1.ª Secção Cível e Criminal da Instância Central
(Ponta Delgada – 3 juízes)

Área processual cível

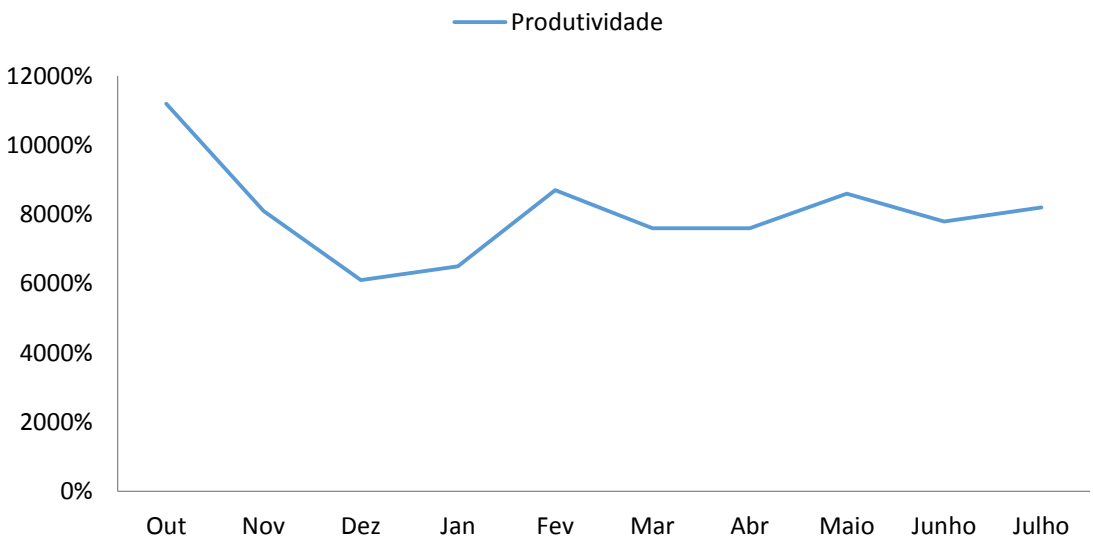


Área processual criminal



Secção de Instrução Criminal da Instância Central

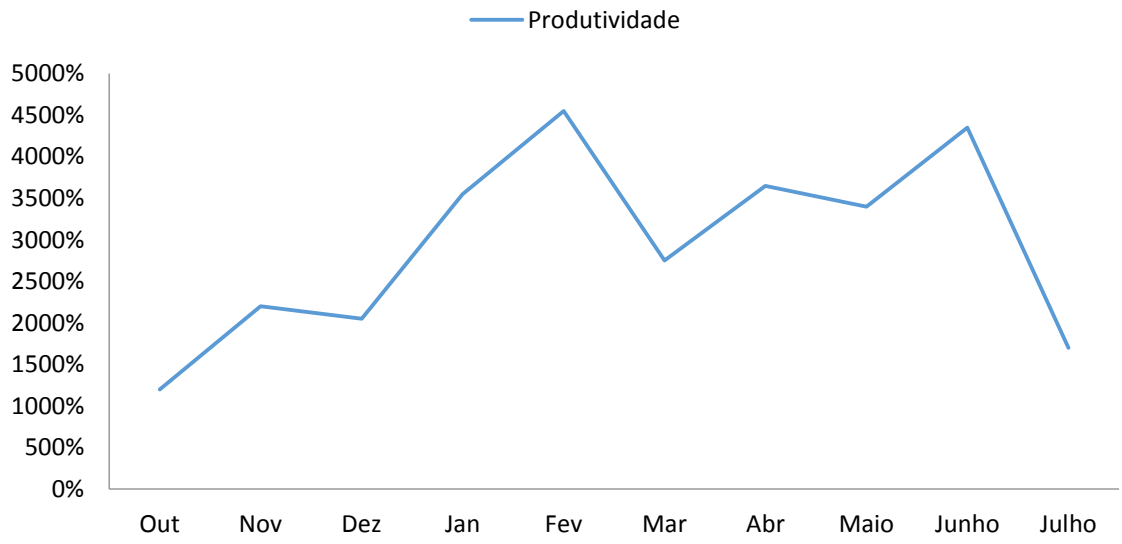
(Ponta Delgada – 1 juiz)



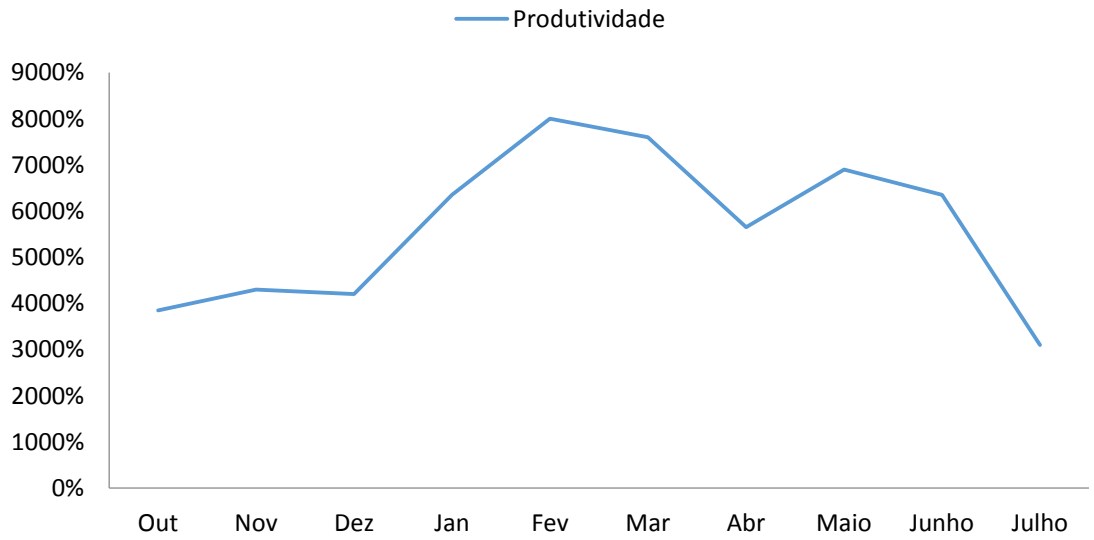
Secção de Família e Menores da Instância Central

(Ponta Delgada – 2 juízes)

Área processual cível



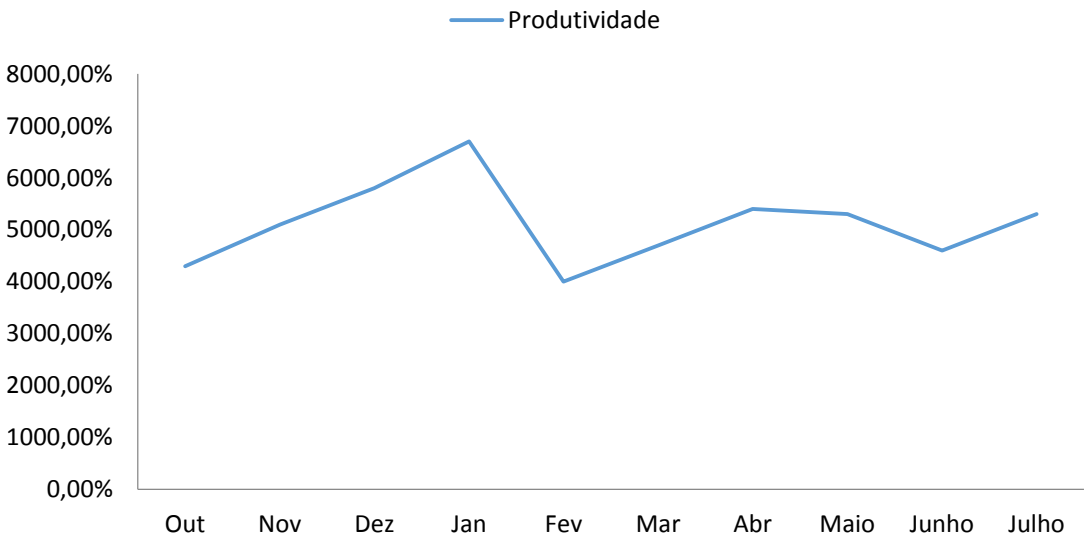
Área processual tutelar



Secção do Trabalho da Instância Central

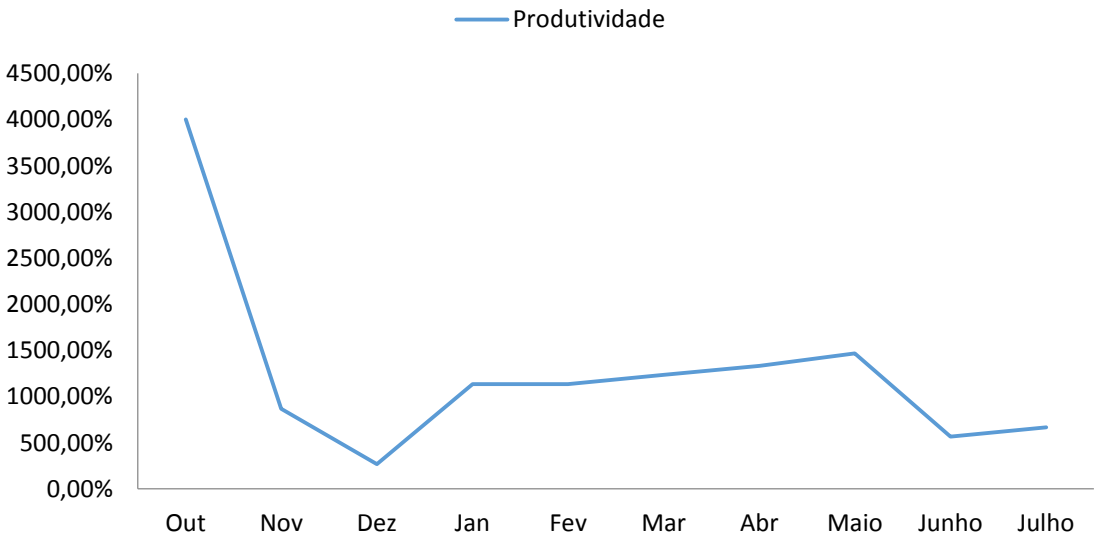
(Ponta Delgada – 1 juiz)

Área processual laboral

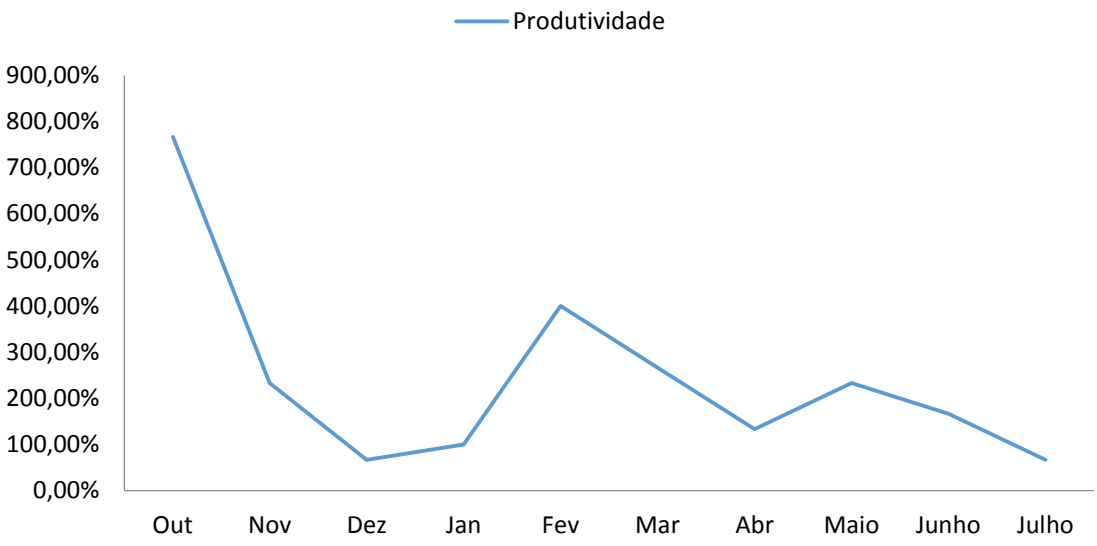


2.ª Secção Cível e Criminal da Instância Central
(Angra do Heroísmo – 3 juízes)

Área processual cível

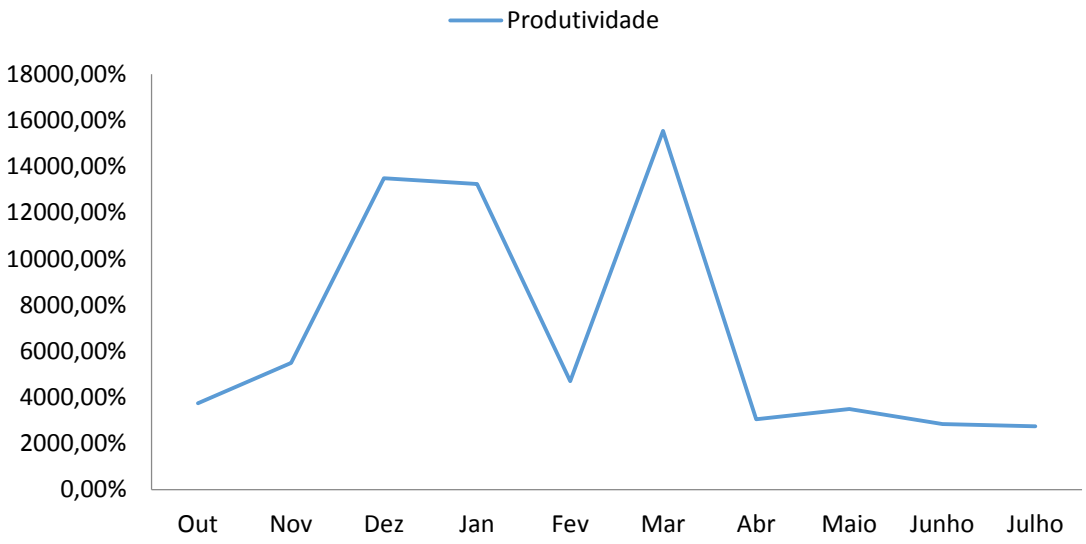


Área processual criminal



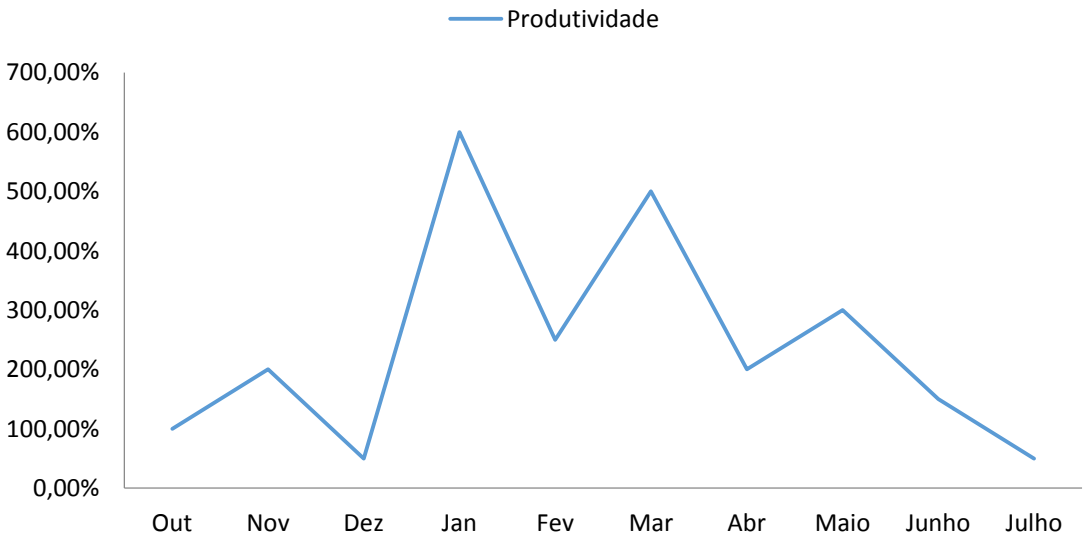
Secção Cível da Instância Local Angra do Heroísmo (2 juízes)

Área processual cível



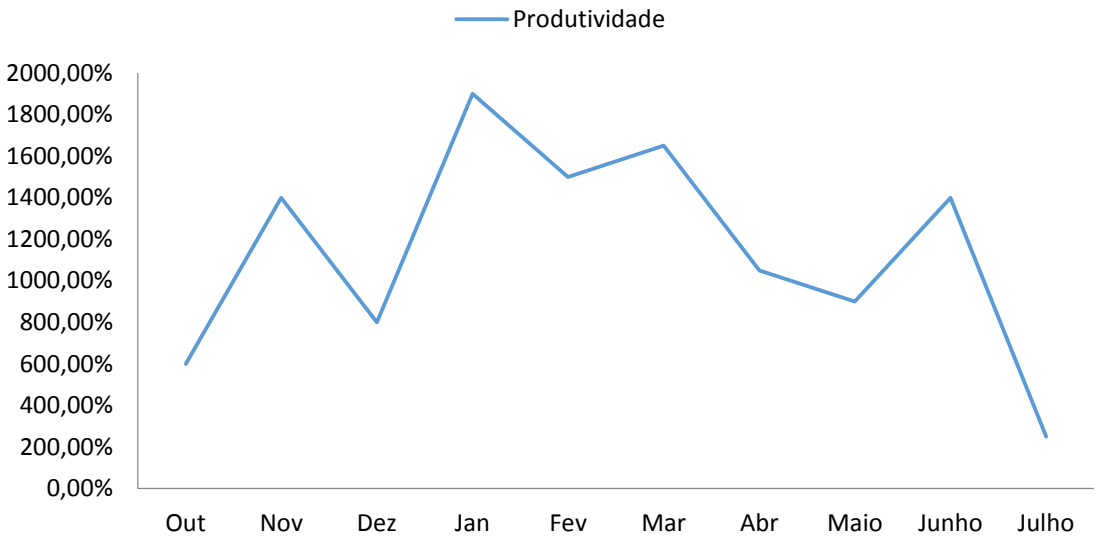
Secção Cível da Instância Local de Angra do Heroísmo

Área processual laboral



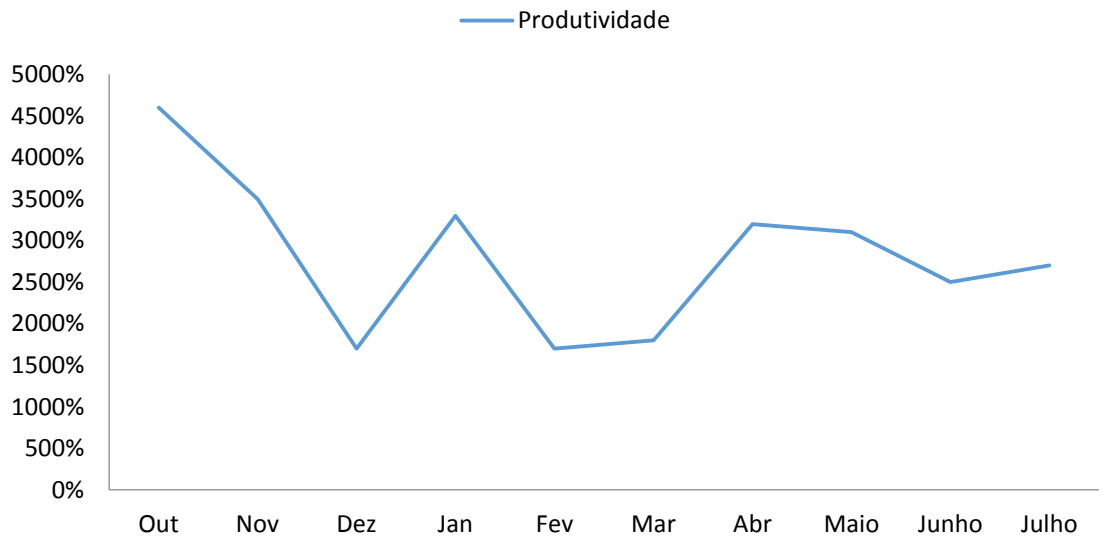
Secção Cível da Instância Local Angra do Heroísmo

Área processual tutelar



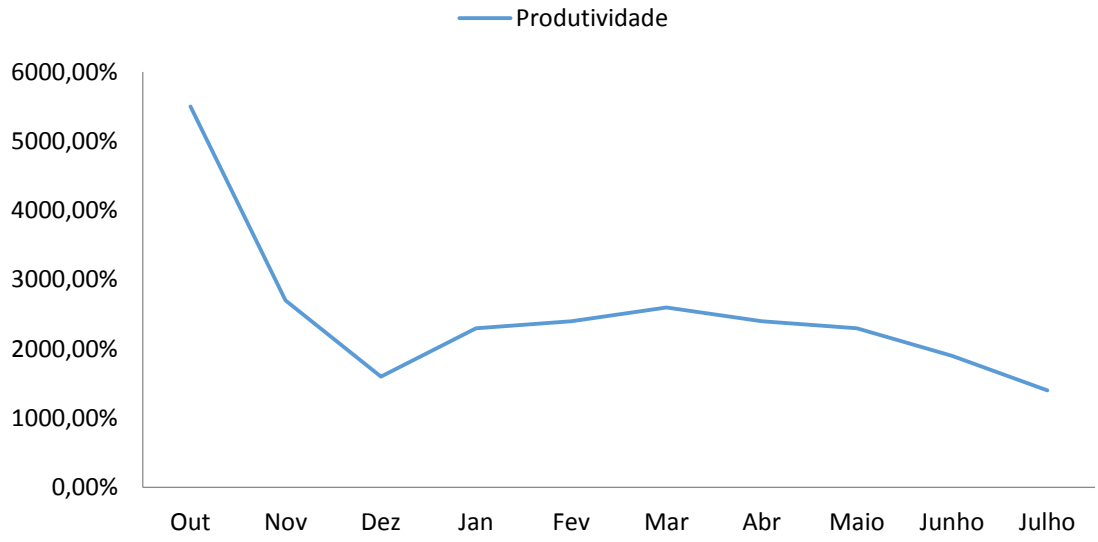
Secção Criminal Instância Local Angra do Heroísmo (1 juiz)

Área processual criminal



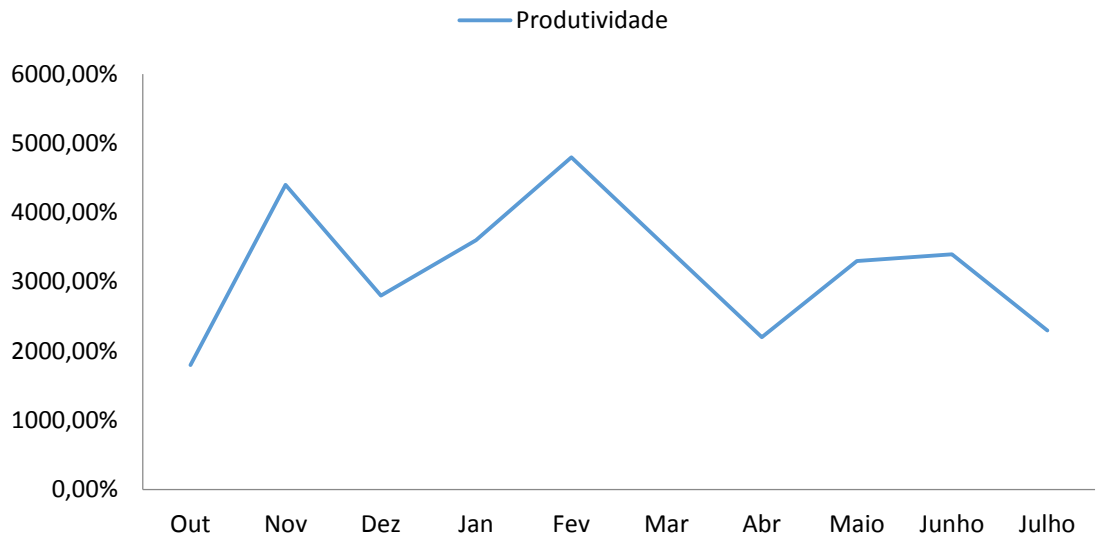
Secção Criminal da Instância Local de Angra do Heroísmo

Área processual instrução criminal



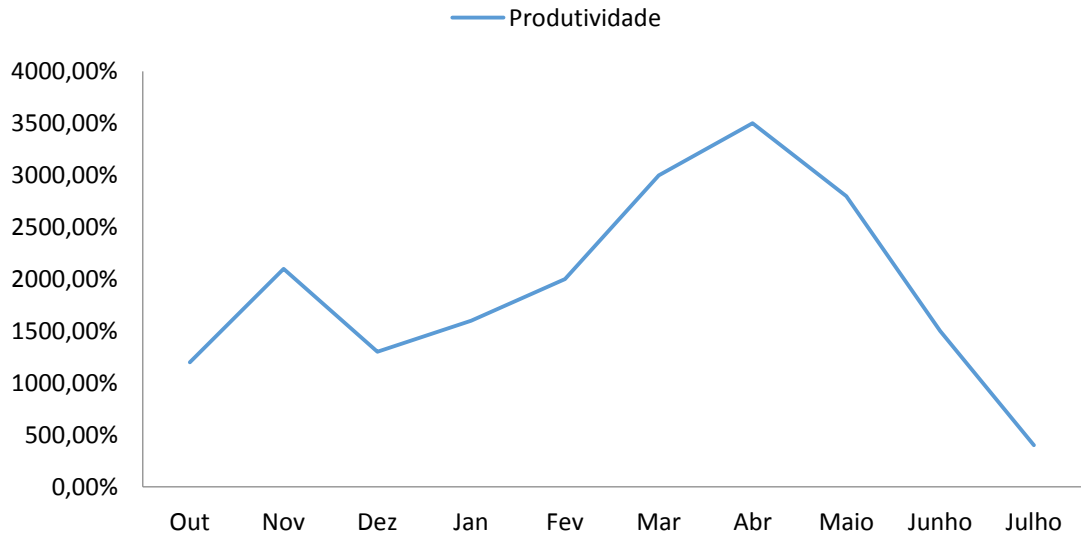
Secção Competência Genérica Instância Local Horta (1 juiz)

Área processual cível



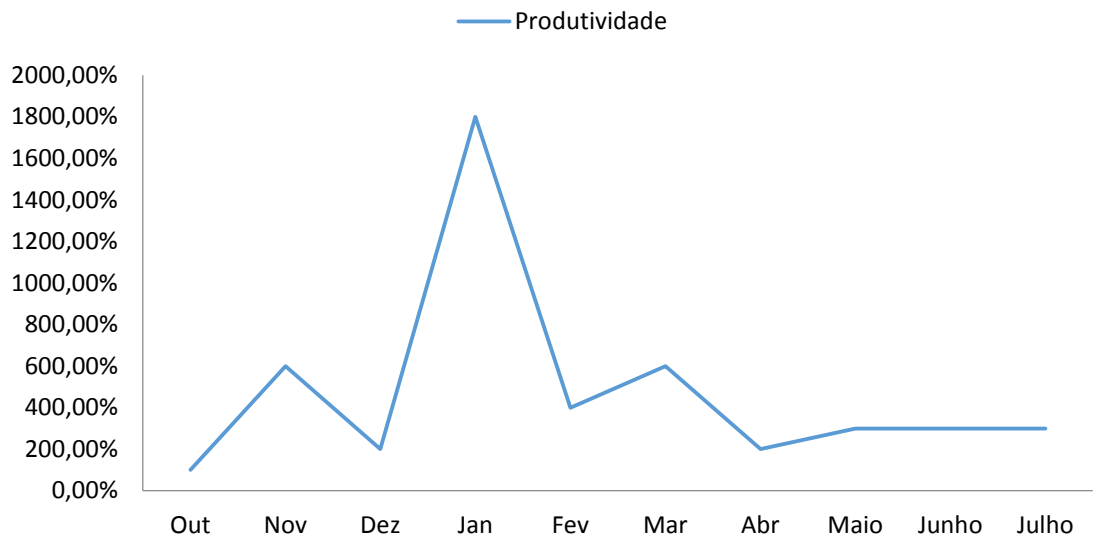
Secção de Competência Genérica da Instância local da Horta

Área processual criminal



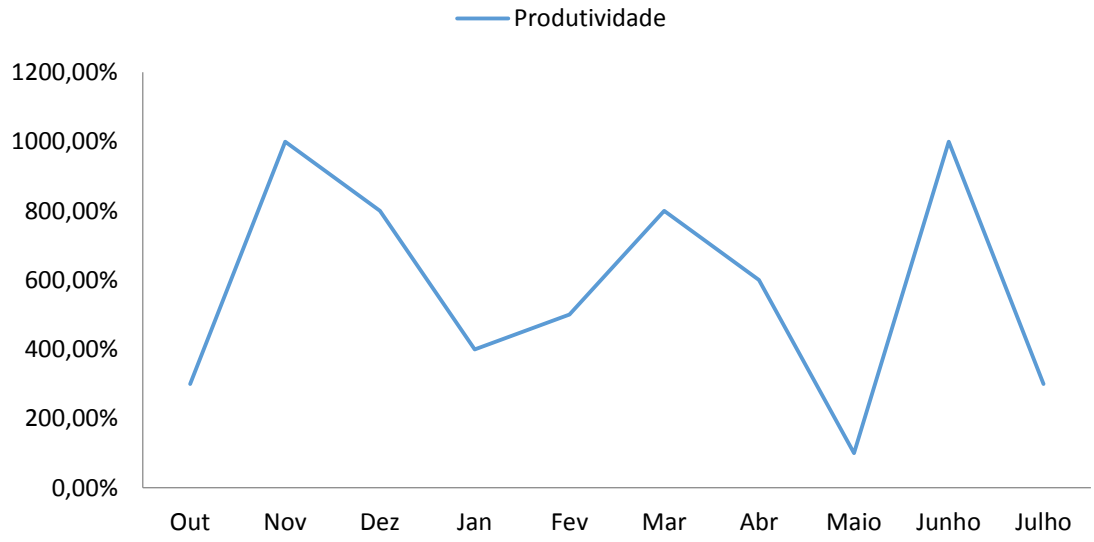
Secção de Competência Genérica da Instância Local da Horta

Área processual laboral



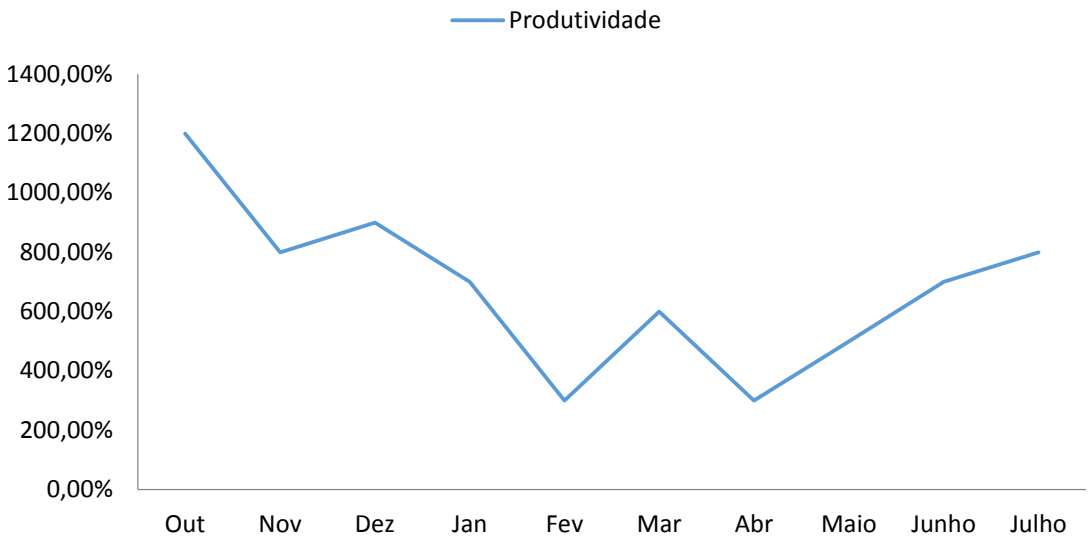
Secção de Competência Genérica da Instância Local da Horta

Área processual tutelar

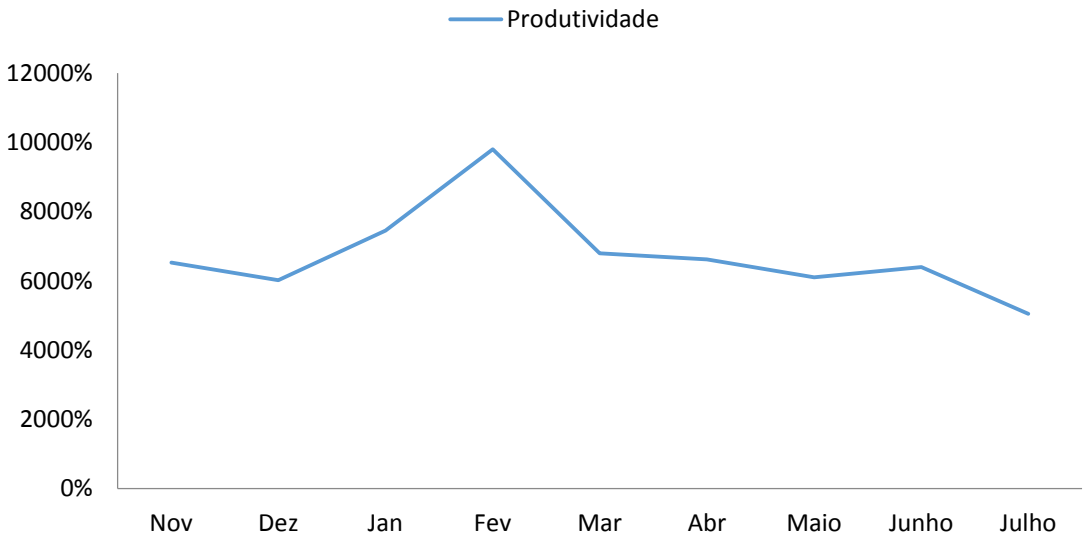


Secção de Competência Genérica da Instância Local da Horta

Área processual instrução criminal

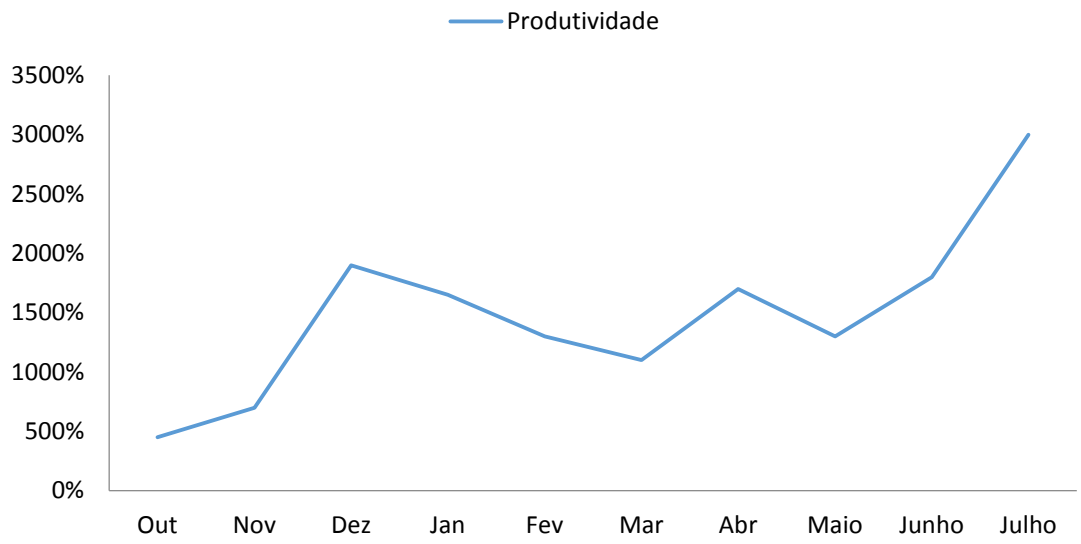


Secção Cível da Instância Local - Ponta Delgada (4 juízes)



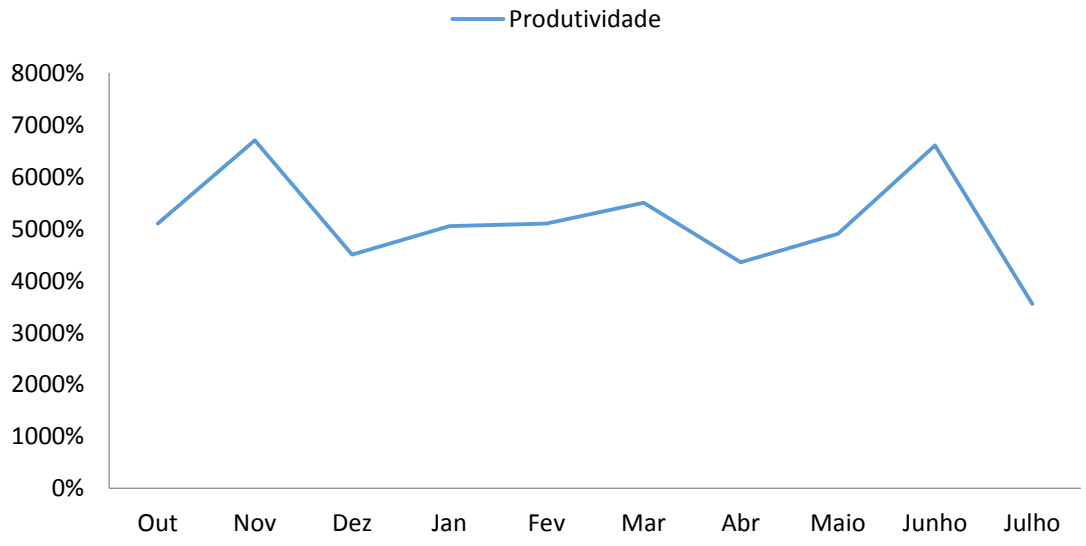
Secção Criminal da Instância Local - Ponta Delgada (2 juízes)

Área processual cível



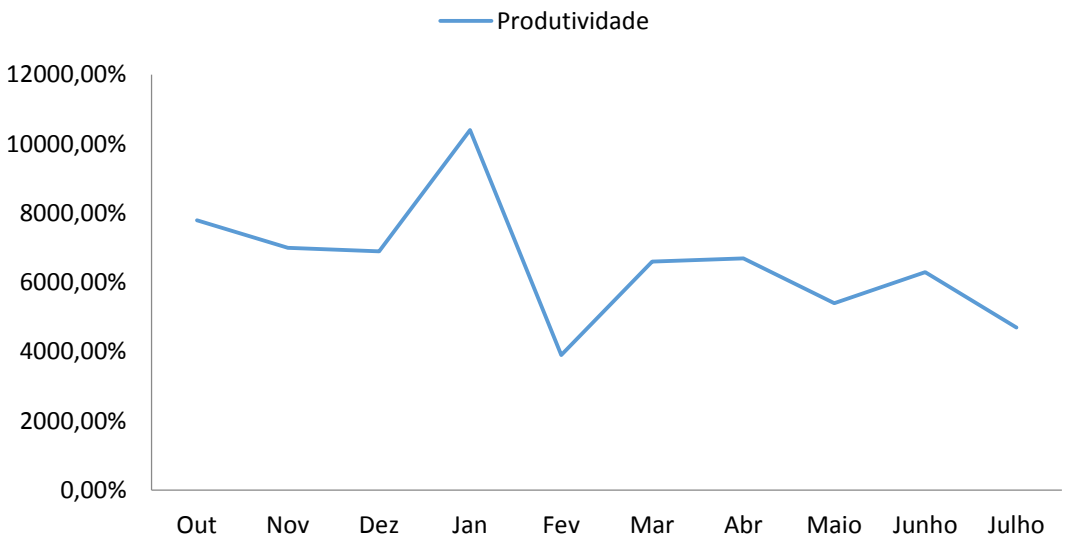
Secção Criminal da Instância Local de Ponta Delgada

Área processual criminal



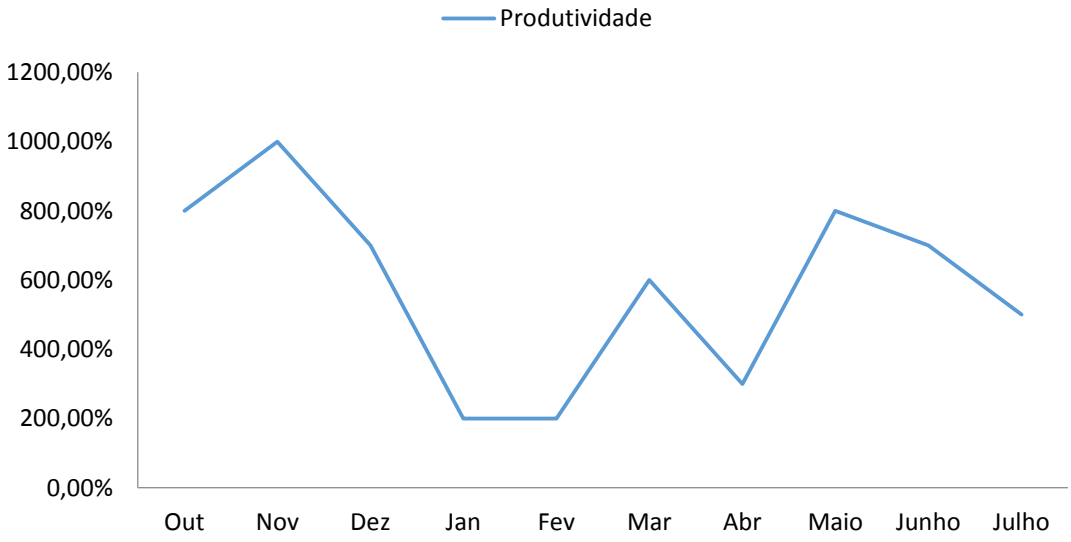
Secção Cível da Instância Local de Praia da Vitória (1 juiz)

Área processual cível



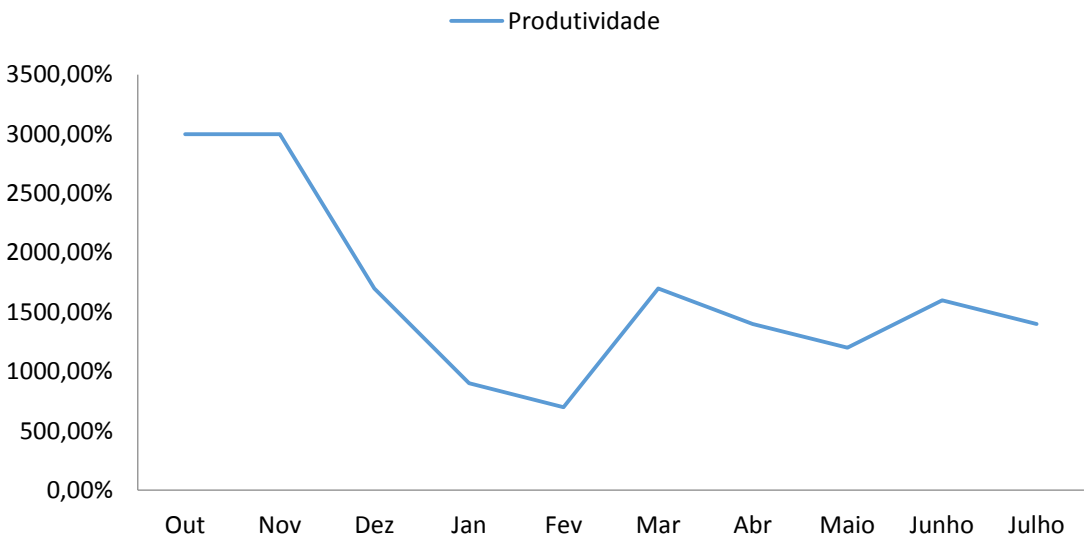
Secção Cível da Instância Local de Praia da Vitória

Área processual laboral



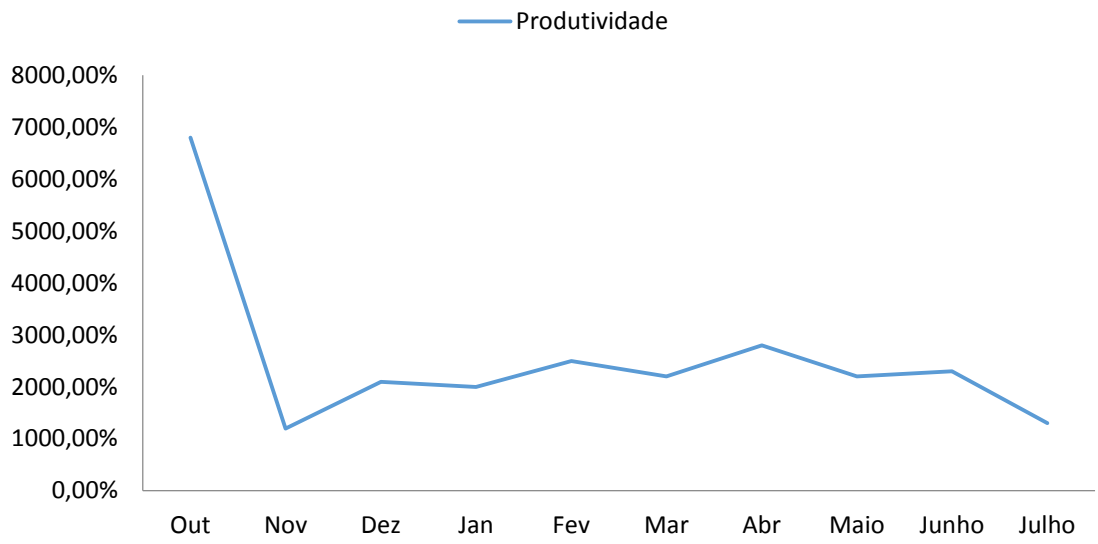
Secção Cível da Instância Local de Praia da Vitória

Área processual tutelar

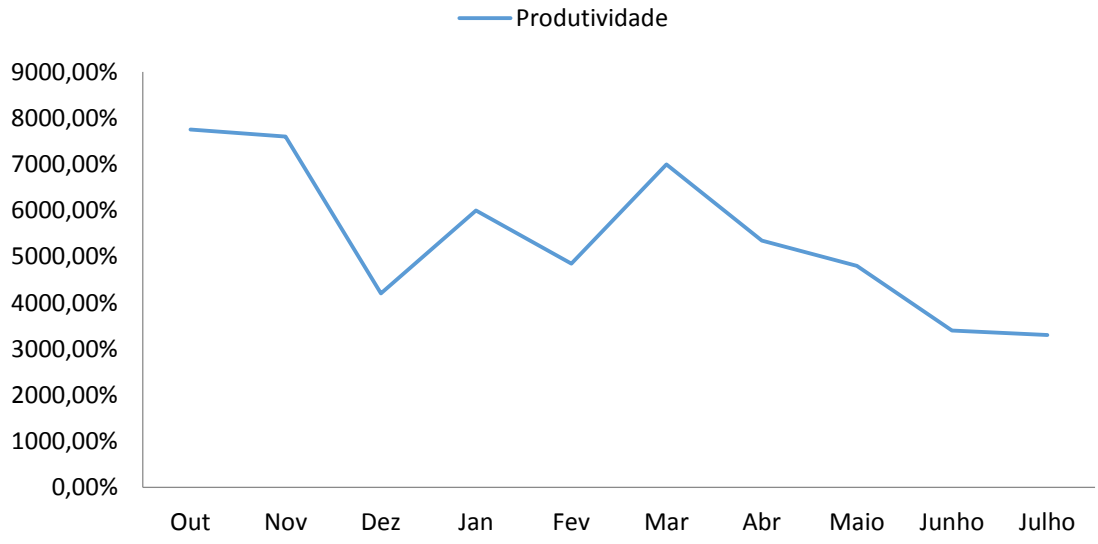


Secção Criminal da Instância Local de Praia da Vitória (1 juiz)

Área processual criminal

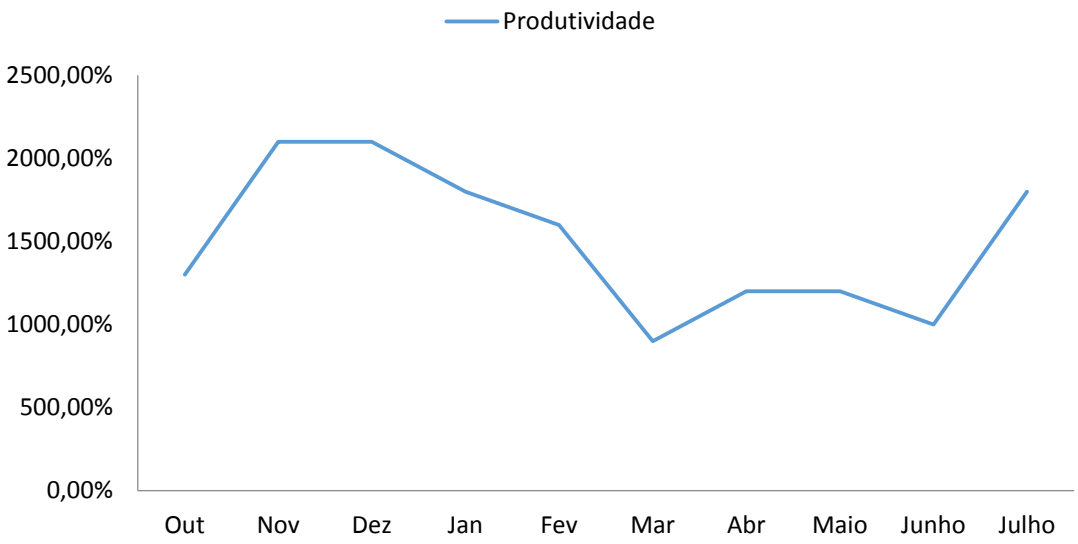


Secção Cível da Instância Local - Ribeira Grande (2 juízes)



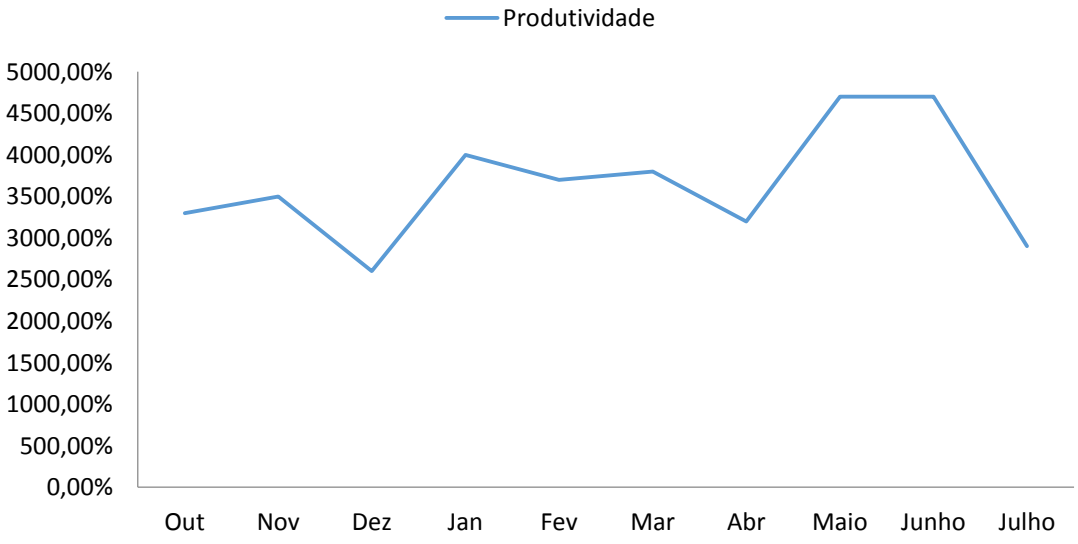
Secção Criminal da Instância Local da Ribeira Grande

Área processual cível



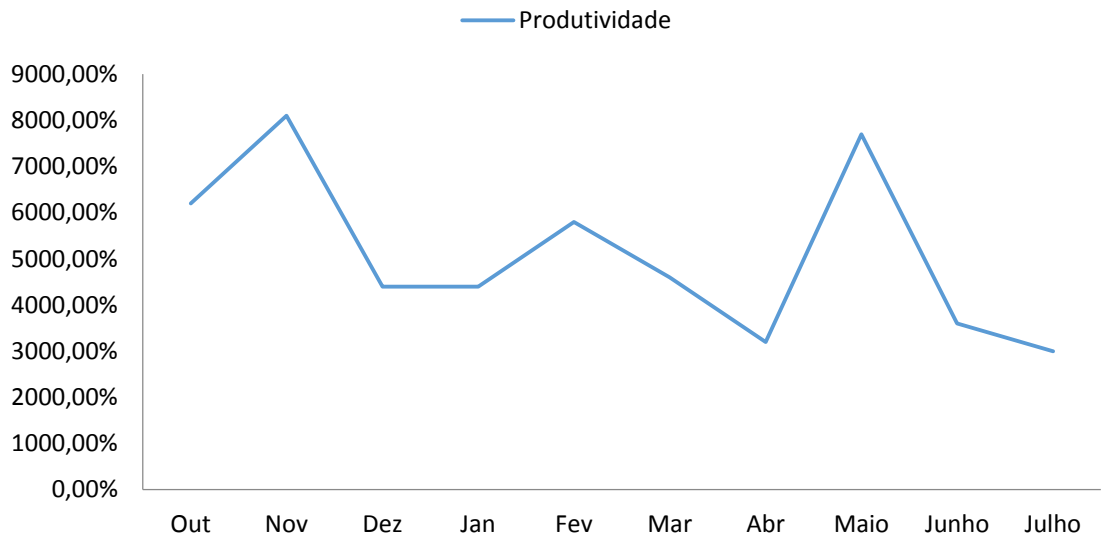
Secção Criminal da Instância Local - Ribeira Grande (1 juiz)

Área processual criminal



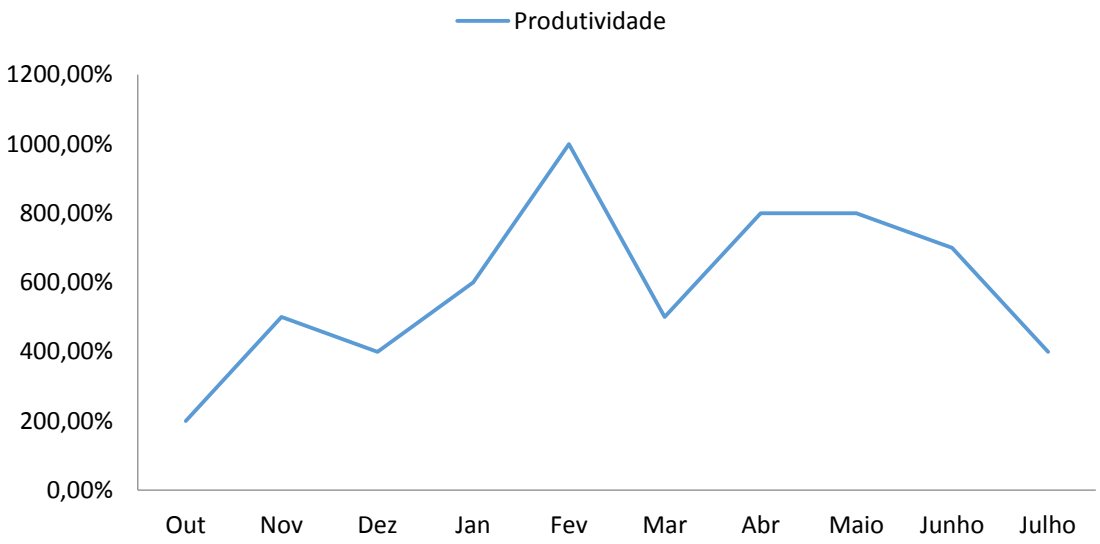
Secção Criminal da Instância Local da Ribeira Grande

Área processual instrução criminal



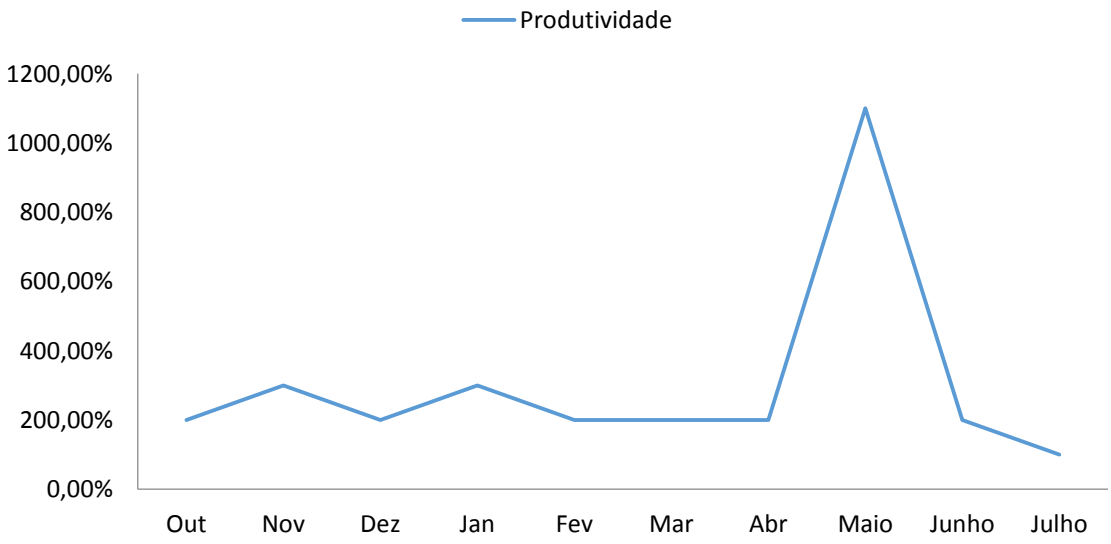
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Santa Cruz da Graciosa (1 juiz)

Área processual cível



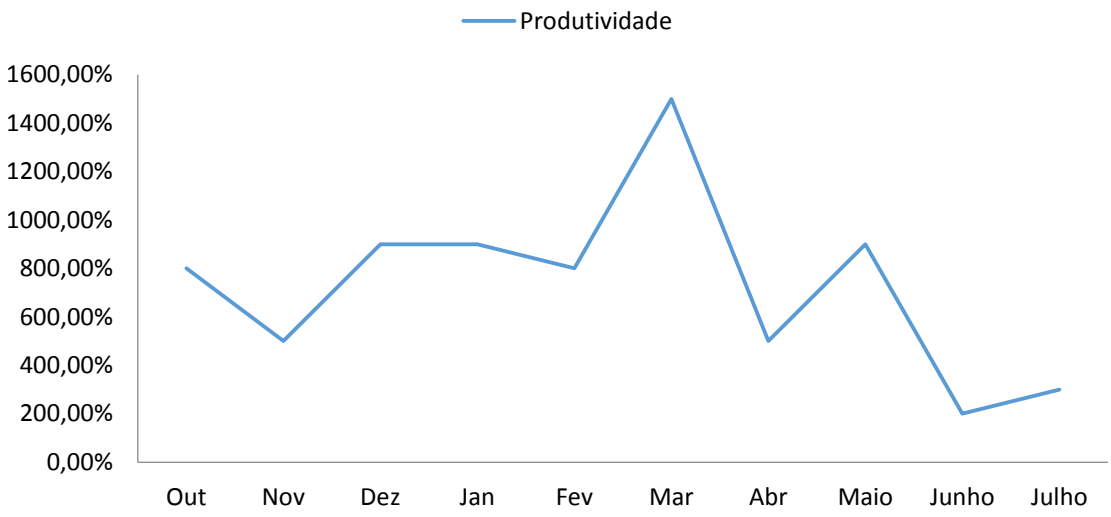
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Santa Cruz da Graciosa

Área processual criminal



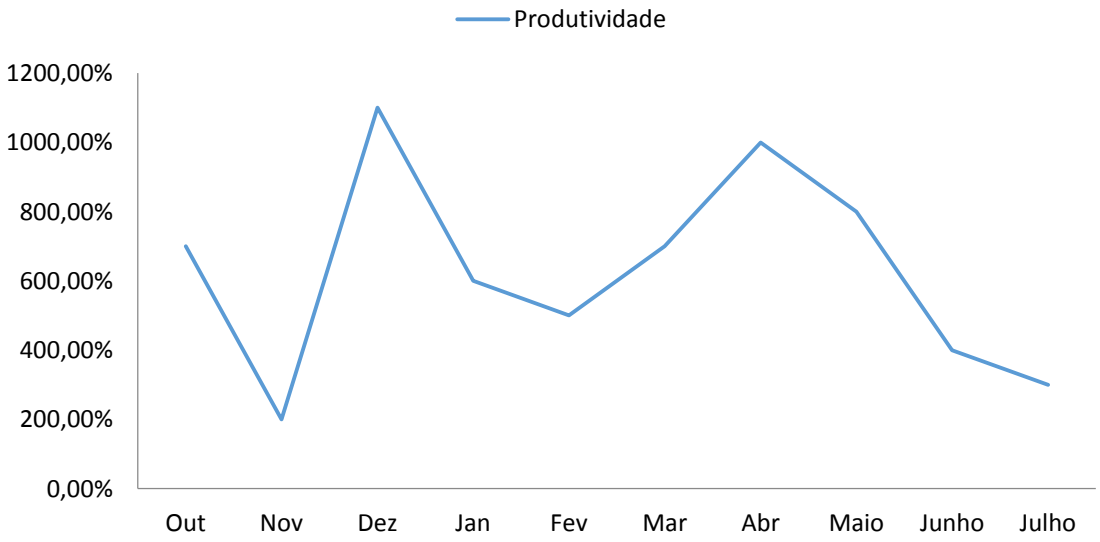
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Santa Cruz das Flores (1 juiz)

Área processual cível



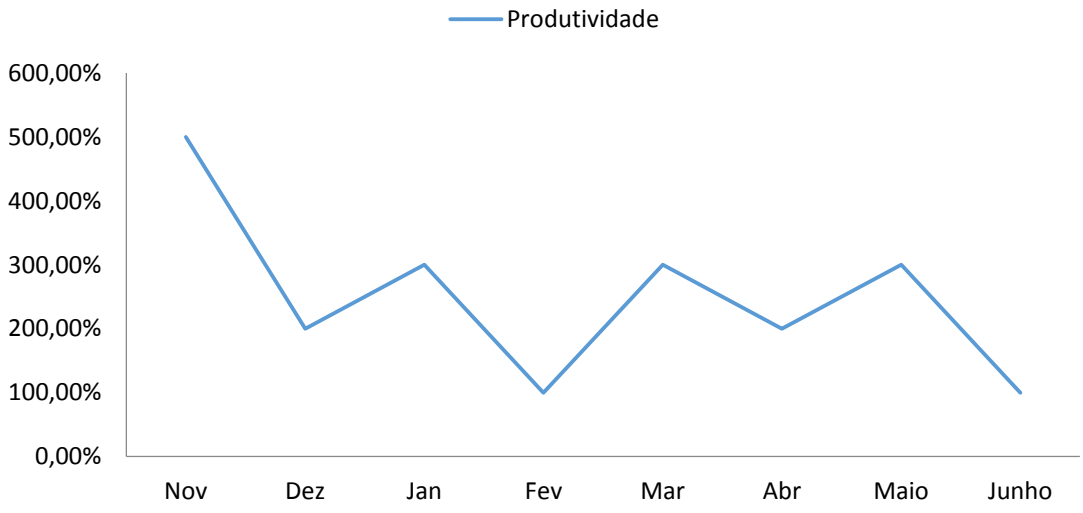
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Santa Cruz das Flores

Área processual criminal



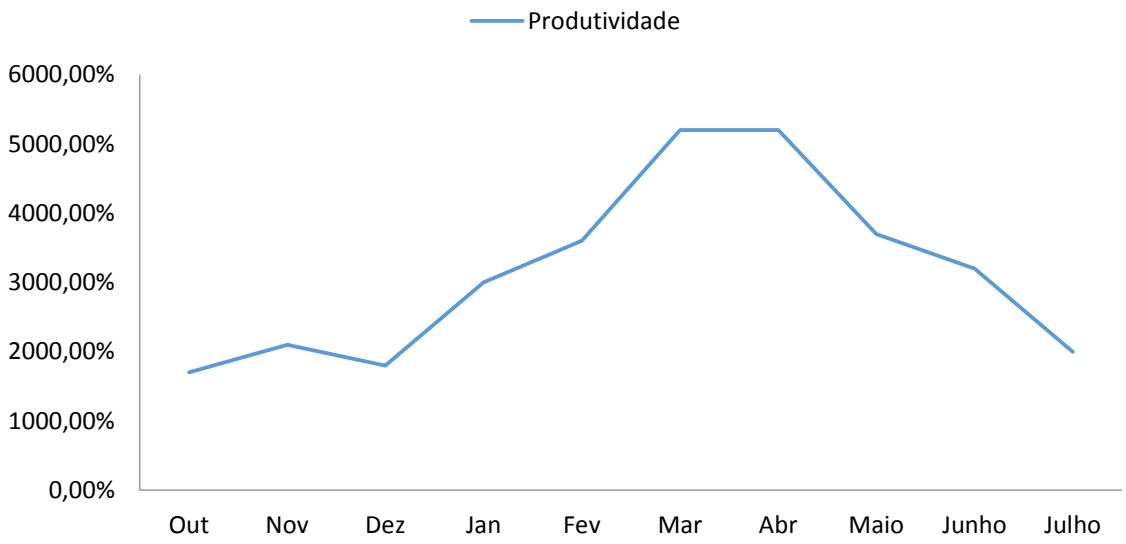
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Santa Cruz das Flores

Área processual tutelar



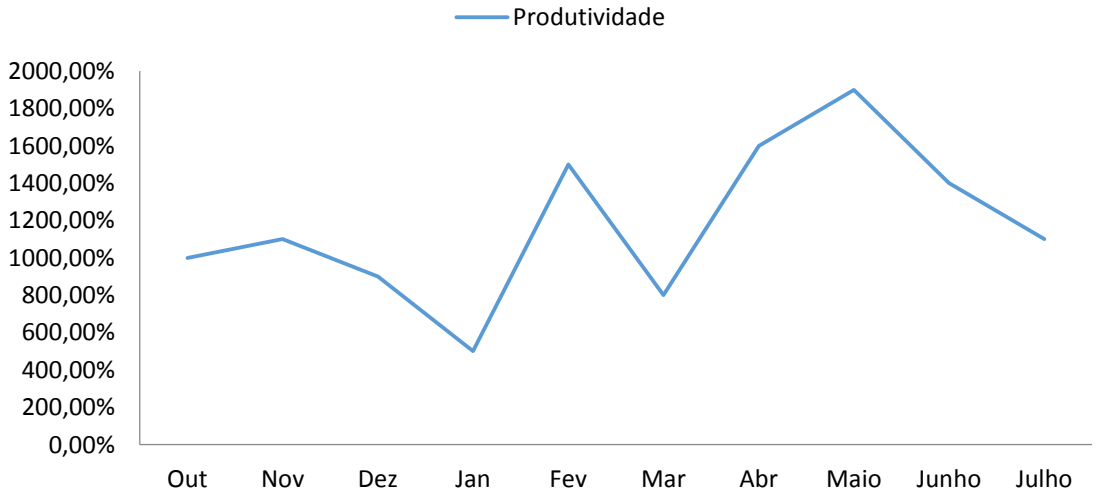
Secção de Competência Genérica da Instância Local de São Roque do Pico (1 juiz)

Área processual cível



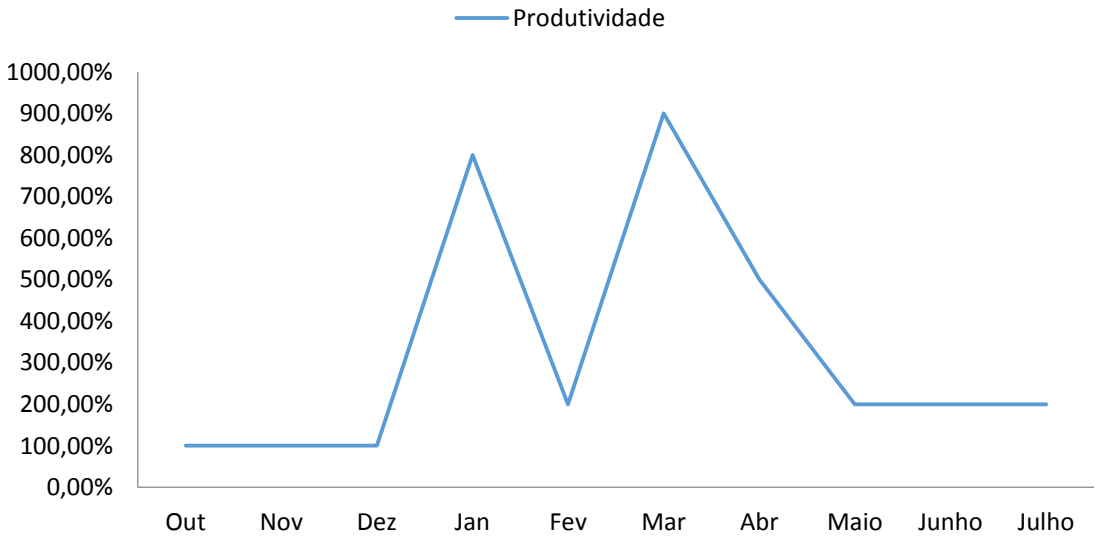
Secção de Competência Genérica da Instância Local de São Roque do Pico

Área processual criminal



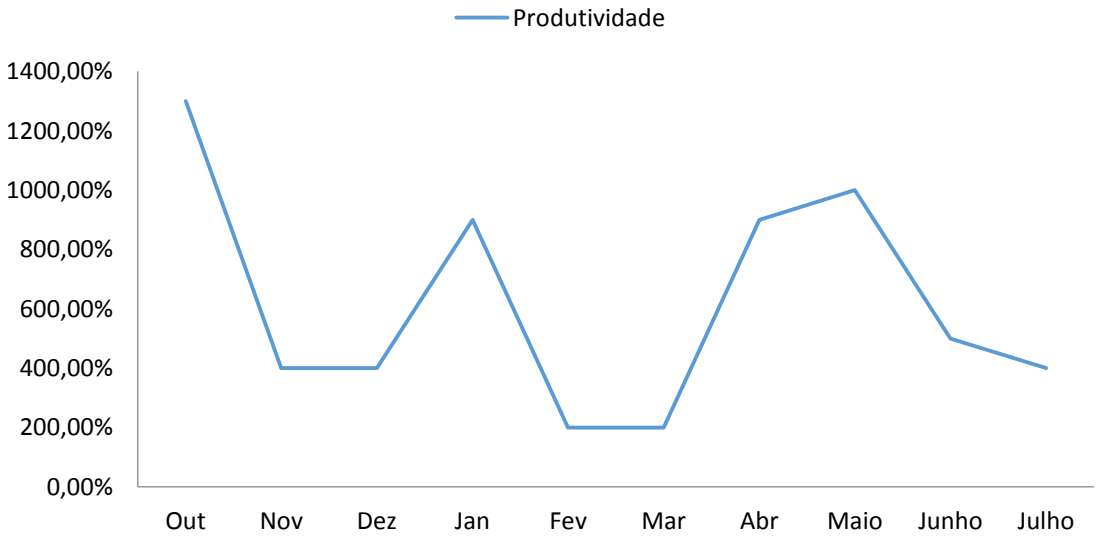
Secção de Competência Genérica da Instância Local de São Roque do Pico

Área processual laboral



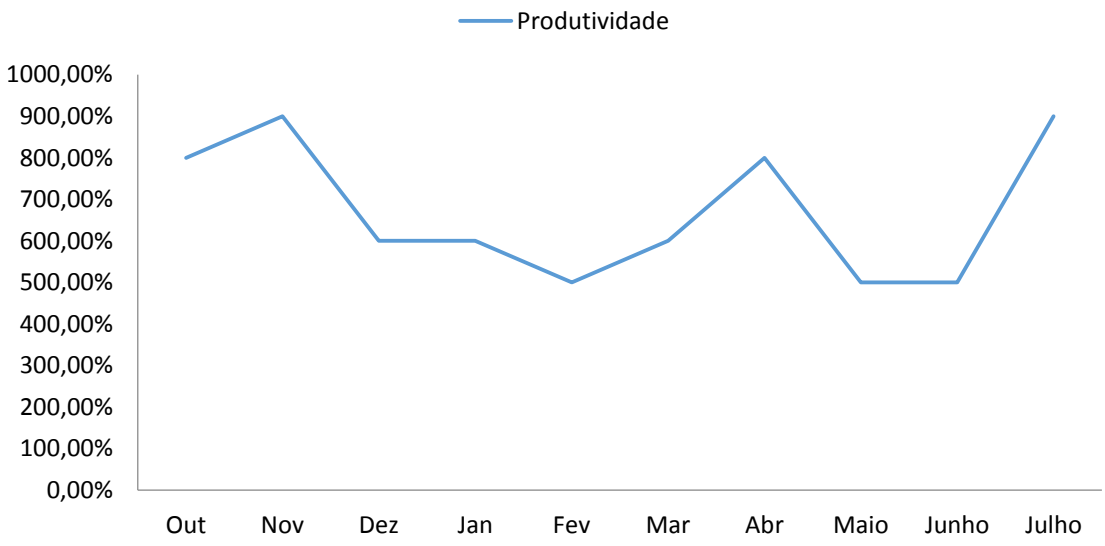
Secção de Competência Genérica da Instância Local de São Roque do Pico

Área processual tutelar



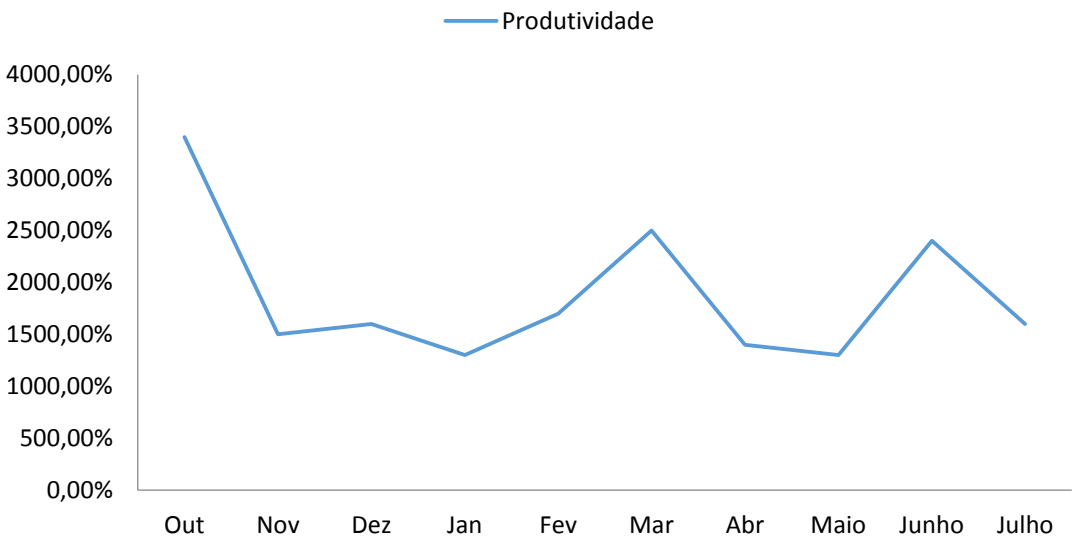
Secção de Competência Genérica da Instância Local de São Roque do Pico

Área processual instrução criminal



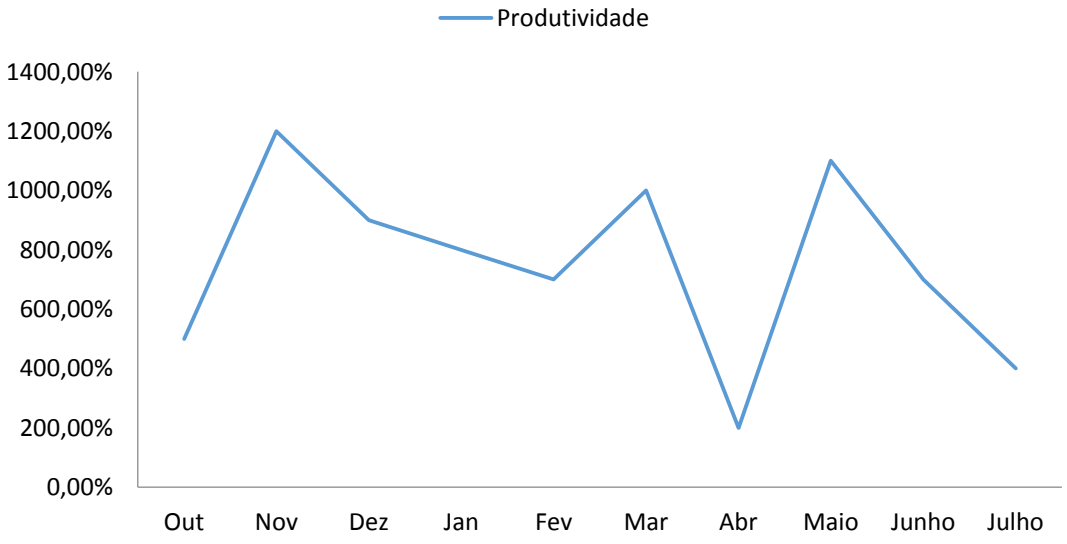
Secção Competência Genérica Instância Local - Velas (1 juiz)

Área processual cível



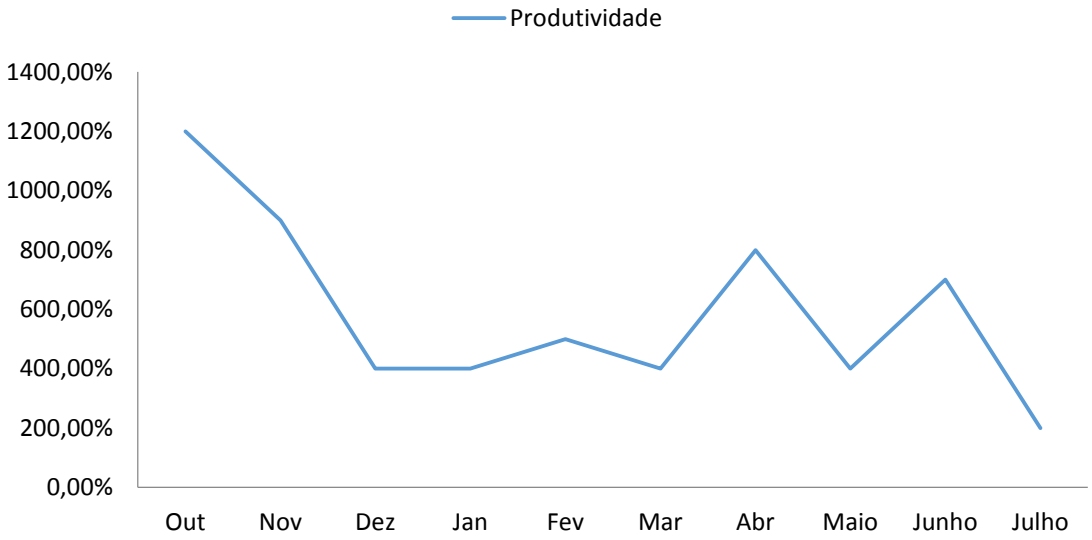
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Velas

Área processual criminal



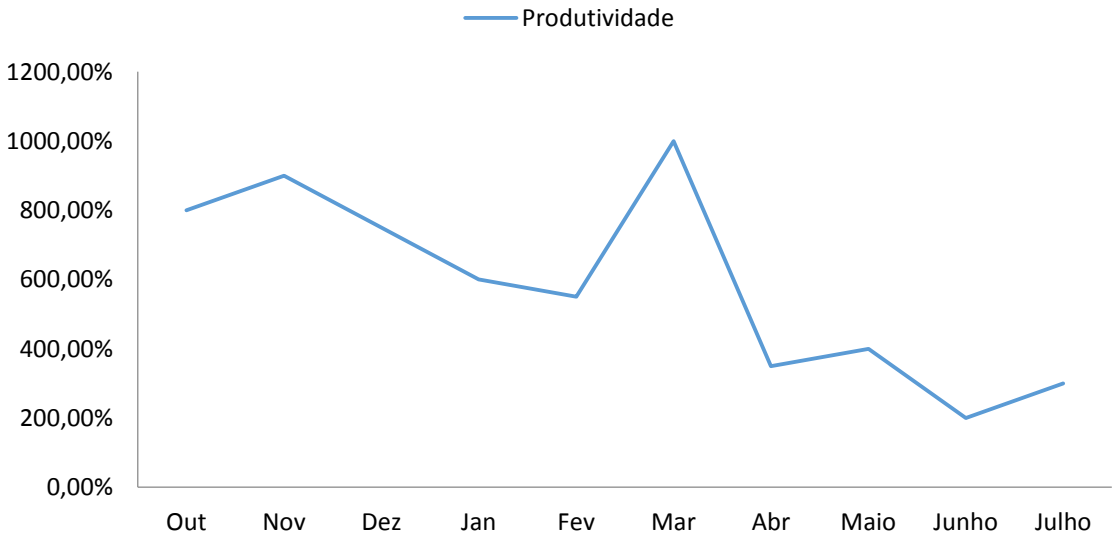
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Velas

Área processual tutelar



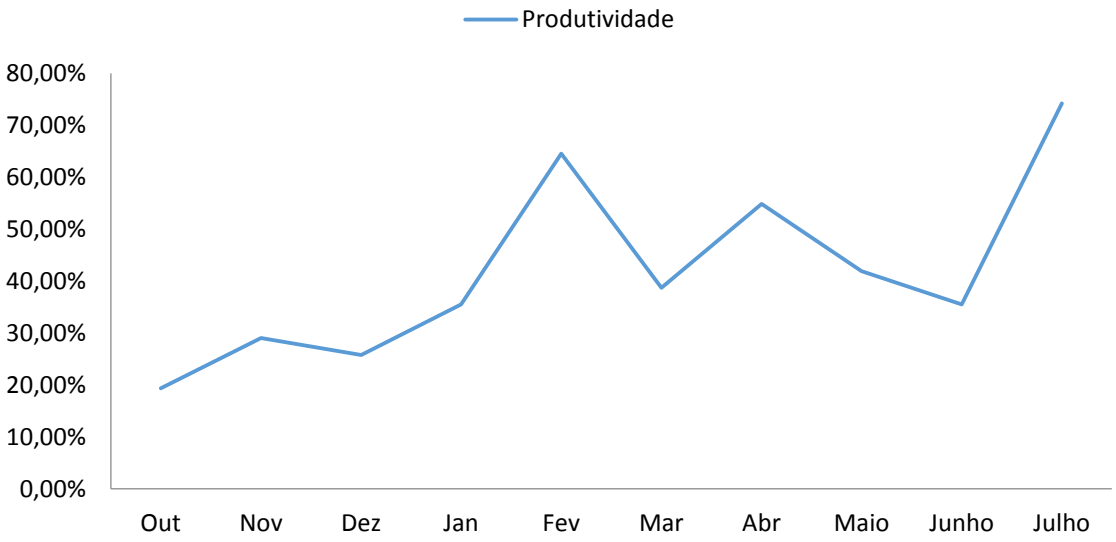
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Velas

Área processual instrução criminal



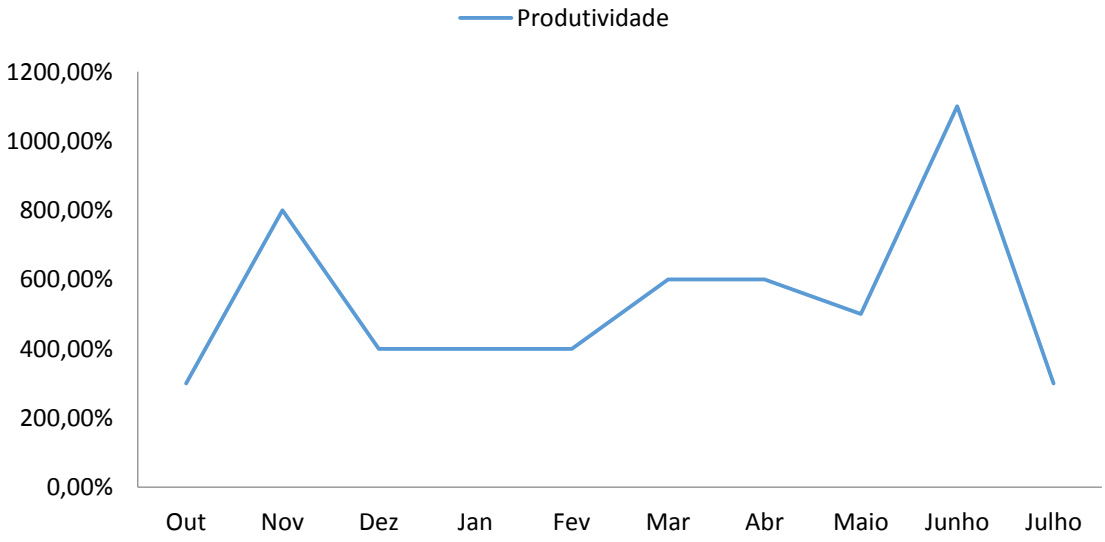
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila do Porto (1 juiz)

Área processual cível



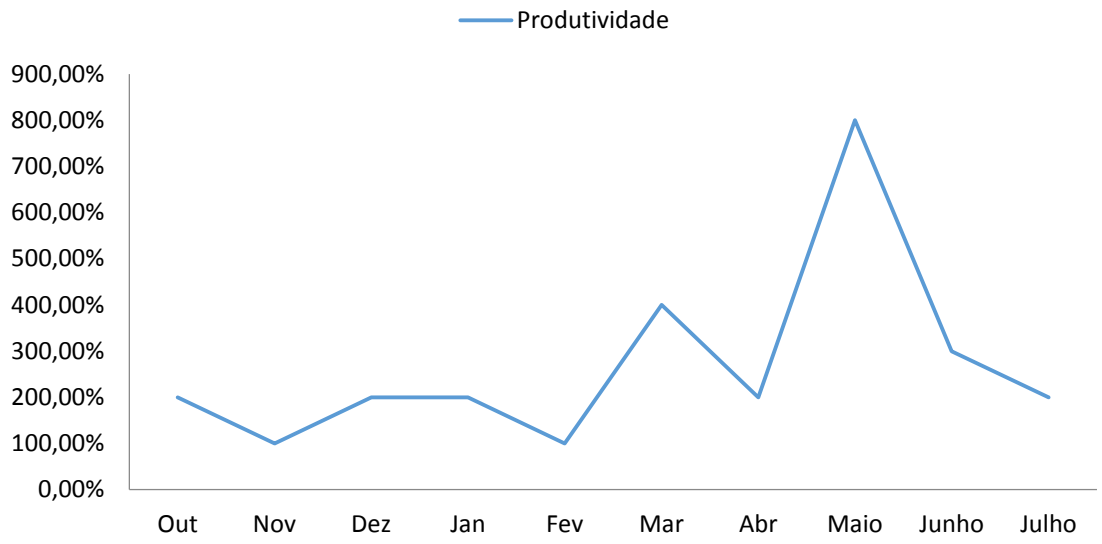
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila do Porto

Área processual criminal



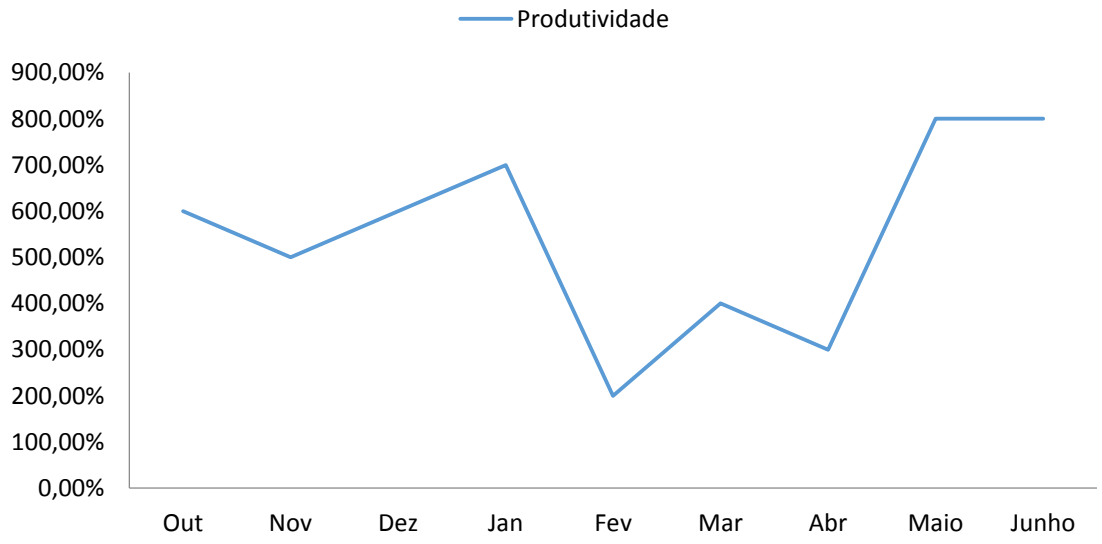
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila do Porto

Área processual tutelar



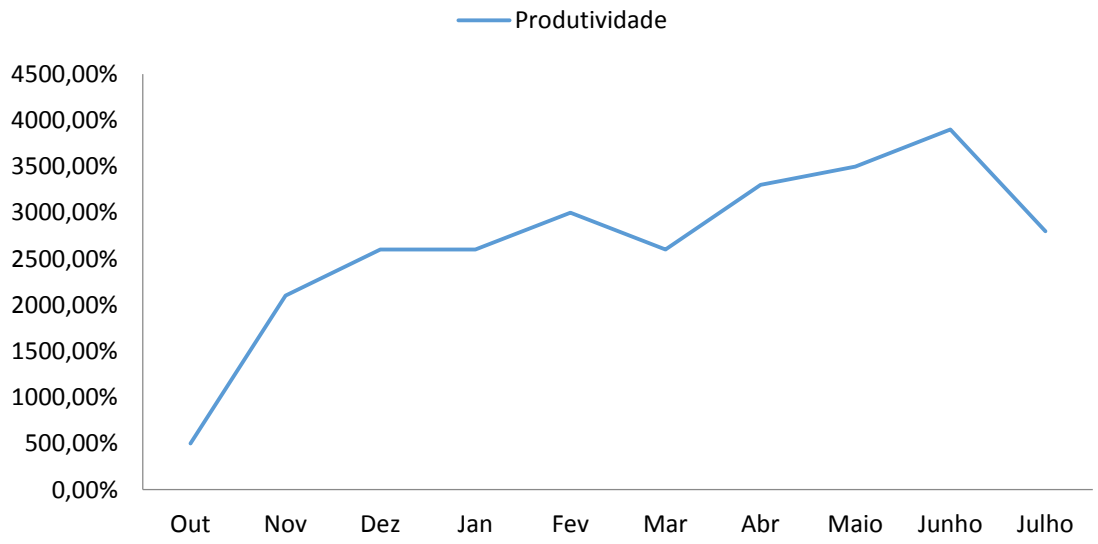
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila do Porto

Área processual instrução criminal



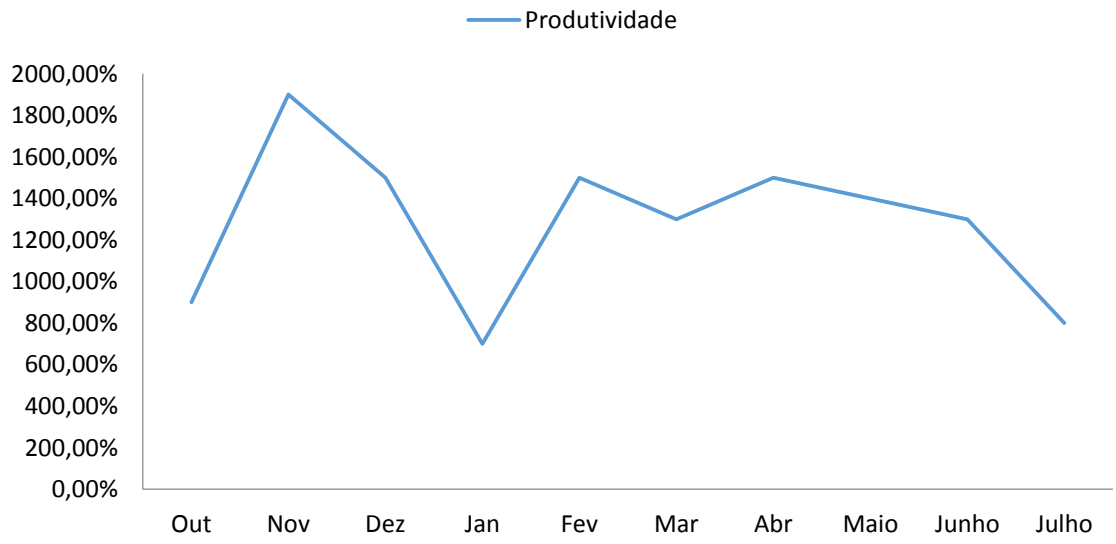
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila Franca do Campo (1 juiz)

Área processual cível



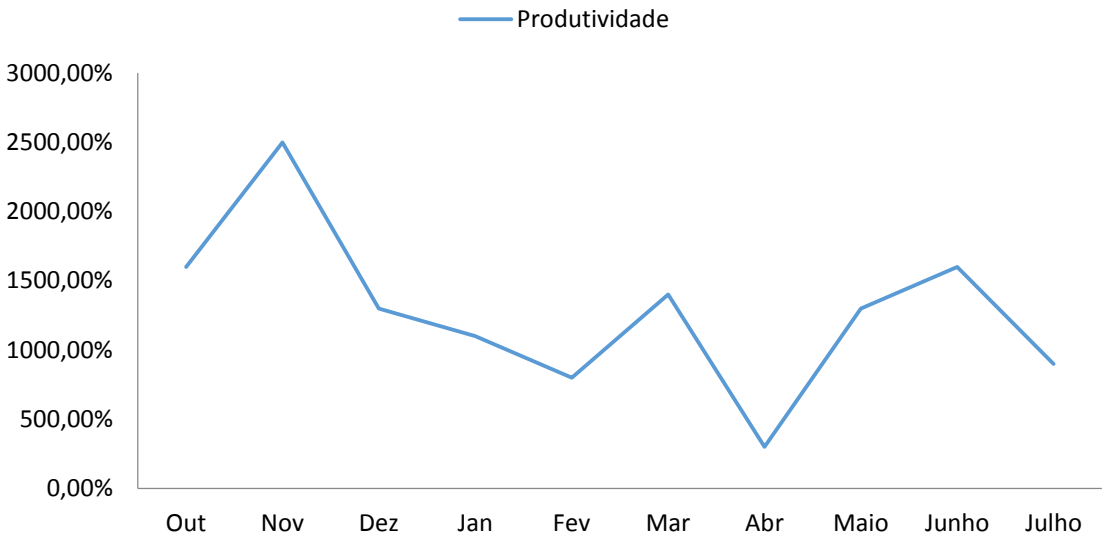
Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila Franca do Campo

Área processual criminal



Secção de Competência Genérica da Instância Local de Vila Franca do Campo

Área processual instrução criminal



MAPA 5 – População residente (por ilha e município) na Comarca dos Açores

Ilha/Município	População residente
	HM
Santa Maria	**5 552**
Vila do Porto	5 552
São Miguel	**137 856**
Lagoa (R.A.A.)	14 442
Nordeste	4 937
Ponta Delgada	68 809
Povoação	6 327
Ribeira Grande	32 112
Vila Franca do Campo	11 229
Terceira	**56 437**
Angra do Heroísmo	35 402
Praia da Vitória	21 035
Graciosa	**4 391**
Santa Cruz da Graciosa	4 391
São Jorge	**9 171**
Calheta (R.A.A.)	3 773
Velas	5 398
Pico	**14 148**
Lajes do Pico	4 711
Madalena	6 049
São Roque do Pico	3 388
Faial	**14 994**
Horta	14 994
Flores	**3 793**
Lajes das Flores	1 504
Santa Cruz das Flores	2 289
Corvo	**430**
Corvo	430

Comarca dos Açores	**246 772**

Fonte: Censos 2011

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Atendimento ao público - Secções de proximidade

NORDESTE e POVOAÇÃO

Secção de Proximidade de Nordeste										
Mês	Atendimento (Público)		Área Processual (Total de Processos)							
	Telefone	Presencial	Cível	Criminal	Instrução Criminal	Família e Menores	Trabalho	Comércio	Execução	Geral
Dez	1	30	5	6		11				9
Jan	5	21	2	13		11				
Fev	15	19	2	13		15				4
Mar	14	44	19	21		15	1			2
Abr	11	43	15	20		18				1
Maio	24	57	26	30		15				10
Jun	45	56	37	22		38				4
Jul	15	22	17	10						10
Agosto	5	14	11	8						

Secção de Proximidade de Povoação										
Mês	Atendimento (Público)		Área Processual (Total de Processos)							
	Telefone	Presencial	Cível	Criminal	Instrução Criminal	Família e Menores	Trabalho	Comércio	Execução	Geral
Set	15	23	9	13	3	11			2	
Out	16	30	12	15	4	10			3	2
Nov	14	29	10	13		15			2	3
Dez	19	50	9	44	2	13			1	
Jan	25	75	27	46		27				
Fev	25	81	17	60		29				
Mar	18	86	16	57		30			1	
Abr	23	96	22	69		28				
Maio	32	86	30	53	4	24			5	2
Jun	34	83	24	43	19	18			10	3
Jul	34	80	23	41	9	21			12	8
Agosto	7	39	16	14	2	12			1	1

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Outros atos realizados nas Secções de Proximidade

Secção de Proximidade de POVOAÇÃO

Mês	Prática de atos processuais			
	Cível	Criminal	Instrução Criminal	Família e Menores
Set	2			
Out	1	2	7	
Nov	2	3	10	
Dez		2	9	
Jan	1	4	16	1
Fev	2		7	1
Mar	2	2	1	
Abr	4	4	80	
Maio	4	2	140	
Jun	2		80	
Jul	3		96	
Agosto	2		150	

Secção de Proximidade de NORDESTE

Mês	Cível	Criminal	Instrução Criminal	Família e Menores
Set				
Out	1			6
Nov		1		2
Dez	1			1
Jan		14		2
Fev		7		
Mar		8		
Abr	2	37		
Maio		168		
Jun		176		
Jul		185		
Agosto		221		

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Videoconferências, audiências de julgamento, diligências processuais

Secção de Proximidade de POVOAÇÃO

Secção de Proximidade de Povoação						
Mês	Total de Diligências					
	Julga-mento	N.º de intervenientes	Videocon-ferência	N.º de intervenientes	Outra	N.º de intervenientes
Set						
Out	1	8			4	6
Nov	4	12			3	5
Dez	4	16	4	4	13	15
Jan	4	19	2	2	18	18
Fev	6	15	1	1	13	18
Mar					2	6
Abr	2	15			3	3
Maio			1	1		
Jun			2	3	3	4
Jul			1	1	3	6
Agosto						

	Secção de Proximidade de Povoação						
Mês	Área Processual (Total de Processos)						
	Cível	Criminal	Instrução Criminal	Família e Menores	Trabalho	Comércio	Execução
Set							
Out		1	4				
Nov		4	3				
Dez		6	13	2			
Jan		6	17	1			
Fev		6	8	6			
Mar			2				
Abr		2	3				
Maio	1						
Jun	1	1		3			
Jul	1		1	2			

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Videoconferências, audiências de julgamento, diligências processuais

Secção de Proximidade de NORDESTE

Secção de Proximidade de Nordeste						
Mês	Total de Diligências					
	Julga-mento	N.º de intervenientes	Videocon-ferência	N.º de intervenientes	Outra	N.º de intervenientes
Dez	1		3		4	
Jan					12	12
Fev	3	37			11	24
Mar	1	2	2	6	28	16
Abr					5	9
Maio					1	1
Jun	4	11	1	1	6	6
Jul					5	5

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Videoconferências

INSTÂNCIA / SECÇÃO / MUNICÍPIO	
Angra do Heroísmo	63
Horta	87
Ponta Delgada (num total de 69 horas e 42 m)	168
Praia da Vitória	15
Ribeira Grande	34
Santa Cruz da Graciosa	10
Santa Cruz das Flores	48
São Roque do Pico	56
Velas	75
Vila do Porto	49
Vila Franca do Campo	37

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Mapa Serviço Externo - Angra do Heroísmo

01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	159	159	4	139	0	0	0	146	12
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	62	62	7	38	0	0	0	45	17
Outros Processos	0	2	2	0	0	0	0	2	2	0
Total	0	223	223	11	177	0	0	2	193	29

Mapa Serviço Externo - Horta

01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Outros Processos	5	7	12	0	1	0	0	0	1	11
Total	5	8	13	0	1	0	0	0	1	12

Mapa Serviço Externo - Ponta Delgada

01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	391	391	5	303	11	2	0	321	70
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	57	57	2	27	4	1	4	38	18
Outros Processos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	448	448	7	330	15	3	4	359	88

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Mapa Serviço Externo - Praia da Vitória
01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	119	119	1	117	0	0	0	118	1
Cartas Precatórias/Rogatórias	1	24	25	0	25	0	0	0	25	0
Outros Processos	5	8	13	0	3	0	0	4	7	6
Total	6	151	157	1	145	0	0	2	150	7

Mapa Serviço Externo - Ribeira Grande
01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	3	3	0	2	0	0	0	2	1
Cartas Precatórias/Rogatórias	5	35	40	0	25	0	0	7	32	8
Outros Processos	1	17	18	0	2	0	0	15	17	1
Total	6	55	61	0	29	0	0	22	51	10

Mapa Serviço Externo - São Roque do Pico
01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	13	13	0	13	0	0	0	13	0
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	4	4	0	3	1	0	0	4	0
Outros Processos	0	5	5	0	3	0	0	0	3	2
Total	0	22	22	0	19	1	0	0	20	2

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Mapa Serviço Externo - Santa Cruz das Flores
01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	3	1	0	2	1	0	0	3	0
Outros Processos	0	3	2	0	0	0	0	2	2	1
Total	0	6	3	0	2	1	0	2	5	1

Mapa Serviço Externo - Santa Cruz da Graciosa
01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Processos	0	1	1	0	0	0	0	2	0	1
Total	0	2	2	0	1	0	0	2	1	1

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Mapa Serviço Externo - Vila Franca do Campo

01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	11	11	0	10	0	0	0	10	1
Outros Processos	1	2	3	0	3	0	0	0	3	0
Total	1	14	15	0	14	0	0	0	14	1

Mapa Serviço Externo - Velas

01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartas Precatórias/Rogatórias	1	1	2	0	0	0	0	0	0	2
Outros Processos	5	8	13	0	9	0	0	0	9	4
Total	6	9	15	0	9	0	0	0	9	6

Mapa Serviço Externo - Vila do Porto

01-09-2014 a 31-08-2015

Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	0	16	16	0	13	2	0	0	15	1
Cartas Precatórias/Rogatórias	0	8	8	1	4	2	0	0	7	1
Outros Processos	0	2	2	0	1	0	0	0	1	1
Total	0	26	26	1	18	4	0	0	23	3

S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Tempo médio de cumprimento de solicitações no serviço externo:

	Angra do Heroísmo		Ponta Delgada		Praia da Vitória		Outros Municípios	
	Quantidade	Tempo médio	Quantidade	Tempo médio	Quantidade	Tempo médio	Quantidade	Tempo médio
Afixação de editais	114	13	348	3	107	30	73	35
Citação	45	32	37	15	7	30	12	31
Notificação	11	30	21	15	11	30	7	11
Penhora /entrega / arrolamento	51	40	24	60	12	60	38	157
Notificação Judicial Avulsa	2	14			8	8	35	32

PARECER

O presente Parecer do Conselho Consultivo da Comarca dos Açores debruça-se sobre o défice de oficiais de justiça na Comarca, procurando apresentar soluções para um problema que tem muitos anos.

Atendendo a que:

Antes da implementação da reorganização judiciária, em 1 de setembro de 2014, os quadros das secretarias dos tribunais judiciais que vieram a integrar a Secretaria da Comarca dos Açores sempre apresentaram um défice de oficiais de justiça, comparativamente aos respetivos quadros legais.

- No levantamento preparatório da atual reforma, efetuado a 21 de abril de 2014, pela Direção-Geral da Administração da Justiça, para um quadro legal que era então de cento e oitenta oficiais de justiça, havia já quarenta e nove lugares vagos.

- Através da Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto foram aprovados os mapas de pessoal das Secretarias dos Tribunais Judiciais e Serviços do Ministério Público na primeira instância, sendo o quadro da Secretaria da Comarca dos Açores de duzentos e três oficiais de justiça, dos quais cento e sete oficiais de justiça transitaram da antiga estrutura judiciária e outros catorze foram afetos, ficando vagos, desde logo, oitenta e dois lugares.

- No novo mapa judiciário os quadros dos senhores magistrados judiciais foram efetivamente reforçados, mas a reorganização da Secretarias, com mais unidades orgânicas que anteriormente, não logrou obter igual reforço, antes se determinou uma distribuição dos funcionários já anteriormente existentes por mais serviços, levando a um brutal défice de recursos humanos em quase todas as unidades.

- A falta de oficiais de justiça para preenchimento do quadro legal é generalizada, ocorre em todas as comarcas do país, decorrendo da falta de abertura de concursos públicos para ingresso na carreira e do congelamento nas progressões, a que se junta ainda um elevado número de aposentações.

- De todas as comarcas do país a dos Açores é aquela que percentualmente apresenta um maior défice de funcionários, equivalendo a cerca de 40% da totalidade de oficiais de justiça e, nas categorias de ingresso, de escrivão auxiliar e

de técnico de justiça auxiliar, a mais de 50%. Nestas mesmas categorias, e em termos absolutos, a Comarca dos Açores, em termos de défice, figura em segundo lugar, depois da Comarca de Lisboa Oeste, estando atualmente vagos oitenta e dois lugares.

- Não havendo estudos sobre esta matéria, são contudo conhecidos diversos fatores que propiciam a situação descrita. Desde logo o facto de os Açores se apresentarem como um território ultraperiférico e de descontinuidade geográfica, mas também – e talvez mais importante – a falta de verdadeiros incentivos, quer para os naturais dos Açores se interessarem pela carreira de oficial de justiça e frequentarem os cursos que os habilitam a tal função; quer para os continentais, que são colocados na comarca, muitas vezes oficiosamente ou para promoção, se motivarem a fixarem-se no território, ou, pelo menos, a prolongarem a sua estada por mais do que o tempo necessário a poderem concorrer a outros lugares no continente.

- Conforme decorre do Estatuto dos Funcionários de Justiça, o ingresso nas categorias de escrivão-auxiliar e de técnico de justiça auxiliar é feito de entre indivíduos habilitados a concurso de natureza profissionalizante, aprovados em procedimento de admissão aberto por despacho do senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça.

- O mesmo Estatuto, nos artigos 61.º (despesas de deslocação), 62.º (passagens para férias) e 88.º (suplementos) consagra alguns direitos que visam minorar o custo de uma deslocalização de funcionários residentes no continente para os Açores. Apesar disso o interesse desses funcionários tem sido muito baixo, sendo maior o fluxo de oficiais de justiça que transitam dos Açores para o continente que o inverso.

- Uma via que ao longo dos anos vinha permitindo um fluxo de oficiais de justiça do continente para os Açores era a progressão na carreira. Mas desde que foi determinado o seu congelamento, são muito raros os funcionários colocados no continente que nos últimos movimentos têm concorrido para os Açores.

- Apesar dos mecanismos legais à disposição dos órgãos de gestão na comarca em matéria de mobilidade dos oficiais de justiça, que permitem a recolocação transitória de oficiais de justiça dentro da respetiva comarca, o seu uso, num quadro como o presente, em que os recursos humanos são escassos, só é

possível muito pontualmente e nas situações mais extremas, servindo apenas para mitigar o problema.

- Por outro lado aquela recolocação dos funcionários só é permitida dentro dos limites legalmente definidos, o que na prática e num território descontínuo só pode ser pensada para os municípios das ilhas maiores, de São Miguel e Terceira.

- Mesmo assim desde a instalação da nova Secretaria na comarca foram tomadas medidas de gestão nesta matéria, envolvendo funcionários em funções nos núcleos municipais das referidas ilhas de S. Miguel e Terceira.

- Foi também deslocalizado o cumprimento de alguns despachos em inquéritos pendentes nos serviços do DIAP de Ponta Delgada e da Praia da Vitória, que estão a ser efetuados por técnicos de justiça adjuntos em funções no Nordeste e Povoação (do DIAP de Ponta Delgada), Vila do Porto, São Roque do Pico, Santa Cruz das Flores e Santa Cruz da Graciosa. Quanto aos serviços judiciais, o número de funcionários em cada unidade orgânica é tão escasso e o movimento processual tão elevado que não permite o recurso a este instrumento de mobilidade.

- A monitorização da tramitação processual regista diversas situações de bloqueio, quer nos serviços judiciais quer nos serviços do Ministério Público, de que se destacam, nos primeiros, os atrasos sistemáticos na tramitação das ações executivas e, nos segundos, a tramitação dos inquéritos nos DIAP de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Angra do Heroísmo.

- O défice estrutural do quadro de funcionários constitui uma das condicionantes apontadas para a não fixação de objetivos processuais quantitativos no Tribunal para o ano de 2015-2016.

- Nas ilhas mais pequenas onde existe apenas uma Instância Local, não é possível proceder à afetação de oficiais judiciais de outras instâncias em razão da descontinuidade territorial:

- Em verdade, com um quadro legal constituído por cinco funcionários (Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores e Vila do Porto), ou seis (Velas) ou mesmo oito (Horta e São Roque do Pico), verifica-se que, atualmente, os efetivos são apenas três funcionários (em São Roque do Pico, nas Velas e em Santa Cruz das Flores), quatro (em São Cruz da Graciosa e em Vila do Porto) e cinco (na Horta), estando em cada um desses núcleos um daqueles funcionários afeto aos serviços do Ministério Público.

- Nos núcleos em que estão ao serviço apenas três ou quatro funcionários, há necessidade de harmonizar o serviço diário. Basta pensar no atendimento do público, na necessidade de assegurar o serviço de diligências e para a realização de serviço externo (nomeadamente para entregar a correspondência nos CTT). Nesses casos, quando surgem situações de ausência ao serviço por doença ou para gozo de férias, o que se verifica é que na secretaria fica apenas um funcionário.

- Acresce que a Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, não prevê, para nenhum destes núcleos da Secretaria, qualquer lugar de assistente técnico ou de assistente operacional das carreiras do regime geral da função pública. A previsão de, pelo menos, um lugar de assistente operacional em cada núcleo, quer nos de menor dimensão (com Instância Local única) quer nos de maior dimensão, onde tal lugar não está contemplado (v.g. Ribeira Grande e Vila Franca do Campo), permitiria libertar os oficiais de justiça de tarefas diárias como a de porteiro, de encaminhamento de utentes ou de tratamento e entrega da correspondência nos CTT e outras tarefas morosas (como a organização do arquivo ou a eliminação de documentação) as quais, por falta de funcionários, são sucessivamente adiadas.

- Para evitar o défice crónico de oficiais de justiça nos Açores será necessário criar condições de recrutamento local (cursos de formação em todas as ilhas, porventura através de *e-learning*); garantir que nos concursos nacionais haja uma quota regional, ou seja, que o sistema evolua para a regionalização da área administrativa da justiça, à semelhança do que sucede nalgumas comunidades autónomas espanholas e com uma articulação nacional em termos semelhantes ao que hoje sucede com os professores.

- O desinvestimento da última década na carreira dos oficiais de justiça gerará a breve prazo elevado número de aposentações, sendo imperioso desbloquear os mecanismos de progressão na carreira e o recrutamento jovem, preferencialmente na região, credenciando cursos e estágios regionais em curso ou a encetar com a colaboração do Governo Regional.

- Será igualmente imprescindível, no curto prazo, para atalhar ao problema atual, permitir a colocação extraordinária de oficiais de justiça na Comarca, por via dos concursos já abertos, ou por recurso aos estágios credenciados no âmbito de programas regionais de ocupação de desempregados e de jovens.

Em suma:

O Conselho Consultivo da Comarca dos Açores entende que o preenchimento dos quadros de oficiais de justiça constitui fator crítico para cumprimento da missão do Tribunal e do Ministério Público nos Açores. Há intervenientes locais disponíveis para colaborar na solução do problema, nomeadamente o Governo Regional (através da Secretária Regional do Emprego e Qualificação Profissional) e a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (através de programas e estratégias diversas – estagiários e cursos). Importará integrar e conjugar esta disponibilidade para se fazer o caminho necessário à superação deste tão antigo como pernicioso problema.

E recomenda:

1. **Nos concursos nacionais de ingresso para a carreira de oficiais de justiça deverá fixar-se uma quota regional para a Secretaria do Tribunal e Serviços do Ministério Público da Comarca do Açores;**

2. **Deverão ser desbloqueados os mecanismos de progressão na carreira de oficial de justiça;**

3. **O próximo movimento de oficiais de justiça deverá permitir promoções de escrivães auxiliares e técnicos de justiça auxiliares a escrivães adjuntos e técnicos de justiça adjuntos, respetivamente;**

4. **Deverão reforçar-se os incentivos para a fixação dos funcionários da carreira de oficiais de justiça na Comarca dos Açores, nomeadamente com a atribuição de um subsídio de habitação equivalente à renda de uma habitação média a preços de mercado e atualização dos suplementos.**

5. **Deverá alterar-se o quadro constante da Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, aditando-se aos núcleos da Secretaria em Vila do Porto, Praia da Vitória, Horta, São Roque do Pico, Velas, Santa Cruz da Graciosa e Santa Cruz das Flores um lugar de assistente operacional; e na Ribeira Grande e Vila Franca do Campo dois assistentes operacionais, sendo um afeto à Secção de Proximidade do Nordeste e outro à Secção de Proximidade da Povoação.**

6. **O orçamento anual do Tribunal e Serviços do Ministério Público da Comarca dos Açores deverá ser dotado de uma provisão que permita comparticipar os cursos e estágios abertos no âmbito de programas regionais**

de ocupação de desempregados e de jovens, com vista à sua credenciação e futura integração nos quadros através de concurso público.

Ponta Delgada, 13 de Julho de 2015

S. R.

CONSELHO CONSULTIVO COMARCA DOS AÇORES

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Data: 13 de julho de 2015, às 14h30m

Local: Sala de reuniões do Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, Ponta Delgada

PRESENTES:

Presidente do Tribunal: Dr. José Francisco Moreira das Neves

Magistrado do Ministério Público Coordenador: Dr. João Paulo Ferraz Carreira

Administrador Judiciário: Dr. Jorge Augusto Ferreira da Silva

Representante dos Juízes: Dr. Bruno Filipe Marques Bom Dinis Ferreira

Representante dos Magistrados do Ministério Público: Dr.ª Elisabete Cascais Schanderl

Representante dos Oficiais de Justiça: Olímpio Pinto dos Santos

Representante da Ordem dos Advogados: Dr. Elias Pereira

Representante da Câmara dos Solicitadores: Dr. Rui Sousa Melo

Representantes dos utentes:

Câmara do Comércio e Indústria dos Açores: Doutor Mário José Amaral Fortuna

Universidade dos Açores: Dr. Luís Duarte Pereira da Terra

CGTP-IN/Açores: Dr. Artur José Araújo de Arruda Ponte

Oficial de Justiça: Dr. Paulo Jorge Bastos Rodrigues

AUSENTES:

Representantes dos Municípios: Dr. Nuno Filipe Medeiros Martins e o Dr. Carlos Alberto Medeiros Mendonça

*

Depois de marcada nos termos regulamentares veio a realizar-se a reunião do Conselho Consultivo da Comarca dos Açores, para a qual estava designada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação das conclusões do relatório semestral do Ministério Público.

2. Apresentação, discussão e votação do projeto de Parecer sobre o Regulamento Interno do Tribunal.

3. Apresentação, discussão e votação do projeto de Parecer sobre o défice de oficiais de justiça na Comarca dos Açores e linhas gerais para a sua superação.

Às 15 horas, não antes devido a reunião imprevista mas urgente entre o senhor Presidente e o representante da Ordem dos Advogados, verificou-se estarem todos presentes, à exceção dos senhores Dr. Nuno Filipe Medeiros Martins e Dr. Carlos Alberto Medeiros Mendonça, por motivos de serviço e cuja informação foi fornecida à Presidência.

O senhor Presidente declarou aberta a reunião e com referência aos assuntos antes da ordem do dia, apresentou dois temas, cujo debate e deliberação se lhe afigurava relevante que acontecesse ainda antes das férias judiciais.

ANTES DA ORDEM DO DIA.

a) (…)

b) Seguidamente o senhor Presidente apresentou o segundo tema, correspondente à proposta por si apresentada na reunião do Conselho de Gestão do dia 18 de junho de 2015, ali votada e aprovada, concernente à criação de uma Instância Central Mista de Família, Menores e Trabalho, com competência territorial em toda a ilha Terceira. O texto da proposta e deliberação do Conselho de Gestão foi oportunamente remetido aos membros do Conselho Consultivo, por o Conselho de Gestão, por unanimidade, ter considerado útil que este órgão também se pronunciasse sobre tal matéria.

Dada a palavra aos membros presentes, no seu uso, a representante dos magistrados do Ministério Público sublinhou os aspetos positivos de tal proposta.

O representante da Ordem dos Advogados manifestou-se favoravelmente, recomendando porém que a efetiva instalação de tal Secção especializada se efetivasse no município de Angra do Heroísmo.

O representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores pronunciou-se também favoravelmente à proposta apresentada, o mesmo sucedendo com os demais membros do Conselho.

Seguidamente o senhor Presidente colocou à consideração, para ser tomada uma deliberação, o seguinte texto:

"O Conselho Consultivo delibera secundar integralmente a proposta aprovada pelo Conselho de Gestão para criação de uma Secção Especializada de Família, Menores e Trabalho com competência territorial na área dos dois municípios da ilha Terceira, considerando que a mesma corresponde a um aprofundamento da especialização, matriz da nova organização judiciária, e um passo adiante na concretização dos direitos dos utentes dos serviços de justiça naquela ilha."

Pediu logo de seguida a palavra o representante da Ordem dos Advogados para sugerir que se aditasse ao texto proposto para deliberação que a instalação de tal Secção se efetivasse no município de Angra do Heroísmo, por ser aquele que tem maior concentração populacional, com mais processos de família, menores e trabalho, para além das dificuldades inerentes do uso dos transportes públicos naquela ilha.

Por seu turno o senhor administrador judiciário, pronunciando-se sobre esta proposta de aditamento disse que o texto original se deveria manter a fim de evitar interpretações, por parte do Ministerio da Justiça, em reduzir o município da Praia da Vitória de instalações judiciais.

Havendo essas duas propostas o senhor Presidente colocou ambas à votação, começando pelo texto por si proposto, obtendo-se o seguinte resultado:

- Votos contra – 1 voto (do senhor representante da Ordem dos Advogados).

- Abstenções - 1 voto (do senhor magistrado do Ministério Público coordenador).

- Votos a favor - 9 votos.

Em conformidade com o resultado obtido todos os membros consideraram desnecessário colocar à votação o texto sugerido pelo senhor representante da Ordem dos Advogados.

(…)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião quando eram 17 horas. Para constar se lavrou a presente ata que lida e achada conforme vai ser assinada.

O Presidente do Tribunal,

_____

O Oficial de Justiça,

_____